

STANLEY BRAZ DE OLIVEIRA
ALEX DA SILVA SOUSA
JANE MARIA DOS SANTOS GONÇALVES TOMAZ

HUMANIDADES E PROCESSOS

DISCUSSÕES INTERDICINLARES

 **EDFAM**

Conselho Editorial – Presidente
Stanley Braz de Oliveira

Conselheiros

Marta Rochely Ribeiro Gondinho
Samara Mendes Araújo Silva
Shirlei Marly Alves
Marcia Gabriely Alves da Cruz

Conselho Editorial

Dr^a Anésia Maria Fonseca Barbosa (UFS)
Dr^a Carla Andrea Silva (UFPI)
Dr^o Elcimar Simião Martins (UNILAB)
Dr^o Francisco das Chagas Rodrigues da Silva (UFPI)
Dr^o Francisco Waldilio da Silva Sousa (UFMA)
Dr^a Georgyanna Andréa Silva Morais (UEMA)
Dr^a Ilma Passos Alencastro Veiga (UNB)
Dr^a Marcia Gabriely Alves da Cruz (FACEMA)
Dr^a Marta Rochely Ribeiro Gondinho (UFPI)
Dr^a Magda Núcia Albuquerque Dias(UEMA)
Dr^a Nadja Rinelle Oliveira de Almeida (UVA)
Dr^o Raimundo Elmo de Vasconcelos Junior (UECE)
Dr^a Samara Mendes Araújo Silva (UFPR)
Dr^a Shirlei Marly Alves (UESPI)
Dr^o Stanley Braz de Oliveira (FAM /UNINASSAU)
Dr^a Suenya Marley Mourão Batista (UESPI/UNINASSAU)

STANLEY BRAZ DE OLIVEIRA

ALEX DA SILVA SOUSA

JANE MARIA DOS SANTOS GONÇALVES TOMAZ

**HUMANIDADES E PROCESSOS:
DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES**



TITULO DO E-BOOK: Humanidades e processos: discussões interdisciplinares
AUTORES: Stanley Braz de Oliveira/ Alex da Silva Sousa/Jane Marida dos Santos Gonçalves Tomaz
Todos os Direitos Reservados
Editor
Stanley Braz de Oliveira
Revisão de Textos e Normalização Bibliográfica
Os autores
Tipo de Suporte
E- book
Formato E- book
PDF
Edição
EdFAM

Catálogo na Fonte

TITULO DO E-BOOK: / Humanidades e processos: discussões interdisciplinares
AUTORES: Stanley Braz de Oliveira/ Alex da Silva Sousa/Jane Maria dos Santos Gonçalves Tomaz- Piauí: FAM, 2021.
237 p:
ISBN: 978-85-94427-07-6

1. TITULO DO E-BOOK / I. Humanidades e processos: discussões interdisciplinares, OLIVEIRA , Staney Braz, II SOUSA, Alex da Silva III. TOMAZ, Jane Maria dos Santos Gonçalves. IV Título.

CDD: 150.287

ORGANIZADORES

Stanley Braz de Oliveira

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí UESPI. Graduado em Pedagogia- ESTÁCIO. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará UECE. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará UECE. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela UNINTER. Especialista em Metodologias Inovadoras de Ensino pela UNINTER. Especialista em Educação Trânsito e Meio Ambiente pela UNINTER. Linha de Pesquisa: Espaço, Cultura e Educação e Ensino.

Jane Maria dos Santos Gonçalves Tomaz

Graduada em Biologia e especialista em metodologias do ensino de biologia, pela UESPI.

Alex da Silva Sousa

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Psicólogo, Especialista em Cancerologia pela Residência Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará, Doutorando em Psicologia- UFSCAR.

AUTORES

Alex da Silva Sousa

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Psicólogo, Especialista em Cancerologia pela Residência Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará, Doutorando em Psicologia- UFSCAR.

Alexsandra Maciel Miranda

Graduação em Pedagogia pela - UESPI, Especialista em Psicopedagogia Clínica, Hospitalar, Institucional, Escolar e Empresarial pela - ISEPRO. Coordenadora pedagógica de cursos do Centro de Estudos Técnicos do Sul do Piauí (TECSUL).

Bianca Dias de Sousa

Bacharelado em Psicologia- FAM

Eliane Ferreira Villanova

Graduação em Letras- Língua Portuguesa - UESPI

Esmeralda dos Santos Maciel Miranda

Graduação em Pedagogia-UESPI. Especialização Gestão em Políticas Públicas no Semiárido- UESPI.

Evelyn Seligmann Feitosa

Doutora em Administração de Empresas (linha de pesquisa: Finanças Estratégicas) pela Universidade presbiteriana Mackenzie (2011); mestre em Administração de Empresas (concentração em Marketing) pela Fundação Getúlio Vargas-SP (1994); e graduada em Ciências econômicas pela Universidade Federal do Ceará (1978). Atua como líder do Núcleo de Interdisciplinar de Pesquisas em Administração e Inovação-NIPAI (UFPI), pesquisadora do Grupo de Pesquisas sobre Valoração Empresarial (Mackenzie) e participou do Grupo de Estudos em Estratégia e Performance (Univali).

Fabiana Moura de Araújo

Graduada em Pedagogia -UNINASSAU

Gilson dos Reis Soares

Graduação em Licenciatura plena em matemática pela universidade estadual do piauí (2005). LICENCIADO EM COMPUTAÇÃO pela UESPI, especialista em docência do ensino superior e especialista em Informática na Educação Pela Universidade Federal do PI, mestrando em Educação pela ANNE SULLIVAN UNIVERSATY INTERNACIONAL.

Hellen Cristina Oliveira Alves

Mestranda em Educação pela Anne Sullivan University. Especialista em Psicopedagogia. Especialista em Neuropsicologia. Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental. Docente - FAM

Jucineide Santos de Negreiros

Graduação em Pedagogia-UESPI. Graduanda em Psicologia- FAM Especialista Psicopedagogia-FLATED

Janete Paes de Macêdo

Graduação em Geografia, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Especialista em Psicopedagogia, pela Faculdade Montenegro. Mestranda em Educação, pela instituição Anne Sullivan University (ASU).

Jéssica de Alencar Costa

Psicóloga e Especialista em: Docência do Ensino Superior, Psicologia Organizacional e do Trabalho e em Psicologia do Trabalho.

Laianne de Sousa Miranda Braga

Graduação em Pedagogia- CEERSA Especialização Psicopedagogia e Clínica Institucional -FAM.

Marlon Ribeiro dos Santos

Graduação em Administração - UFPI. Especialização em Gestão Pública - UFPI.

Natanael Soares

Graduação Bacharelado em Administração UFPI. Mestrado em Dinâmicas de desenvolvimento no Semiárido pela UNIVASF.

Paulo Oliveira Silva

Mestrado do Programa de pós-graduação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia- EAUFBA. Possui Especialização em Docência do Ensino Superior pela Academia Educação Montenegro. Graduação em Bacharelado em Administração pela Universidade Federal do Piauí- UFPI. Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI. Docente FAM.

Stanley Braz de Oliveira

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí UESPI. Graduado em Pedagogia- ESTÁCIO. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará UECE. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará UECE. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela UNINTER. Especialista em Metodologias Inovadoras de Ensino pela UNINTER. Especialista em Educação Trânsito e Meio Ambiente pela UNINTER. Linha de Pesquisa: Espaço, Cultura e Educação e Ensino.

SUMÁRIO

13

Apresentação

17

**Eixo I
Educação**

19

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOCENTES - Fabiana Moura Araújo, Stanley Braz de Oliveira

40

A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA FORMAÇÃO DO SUJEITO - Laianne de Sousa Miranda Braga

53

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA POR AUSUBEL - Bianca Dias de Sousa Eliane Ferreira Villanova, Jucineide Santos de Negreiros, Hellen Cristina Oliveira Alves

63

LEITURA, AVALIAÇÃO E O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL - Janete Paes de Macêdo

77

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NA ESCOLA DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE FARTURA DO PIAUÍ - Alexandra Maciel Miranda Esmeralda dos Santos Maciel Miranda

91

VAI TER DEBATE DE GÊNERO E SEXUALIDADE(S) NA ESCOLA? - Hellen Cristina de Oliveira Alves

102

**USO DAS
TECNOLOGIAS E
REDES SOCIAIS UM
DESAFIO: NA
UNIDADE
ESCOLAR JOSÉ
MARQUES EM
VÁRZEA BRANCA-
PI- Gilson dos Reis
Soares**

113

**EIXO II
Psicologia**

116

**PSICOLOGIA E
CUIDADOS NA
PALIATIVOS NA
ONCOLÓGICOS:
UMA REVISÃO
INTEGRATIVA - Alex
da Silva Sousa**

140

**A ATUAÇÃO DO
PSICÓLOGO NO
NÚCLEO DE APOIO
À SAÚDE D E
FAMÍLIA:
POTENCIALIDADES
E DESAFIOS - Alex
Barbosa Sobreira
de Miranda
,Jéssica de Alencar
Costa**

154

**DINÂMICA DO
TRABALHO E OS
EFEITOS
PSICOSSOMÁTICOS
NA SAÚDE DO
DOCENTE - Jéssica
de Alencar
Costa¹,Alex Barbosa
Sobreira de
Miranda**

165

**EIXO III-
Administração**

167

**COMUNICAÇÃO
PÚBLICO VERSUS
MARKETING POLÍTICO:
ANALISANDO O USO DA
SEÇÃO DE NOTÍCIAS
DOS SITES
INSTITUCIONAIS DOS
MUNICÍPIOS DE
PETROLINA/PE E SÃO
RAIMUNDO NONATO/PI-
Paulo Oliveira Silva**

188

**GESTÃO DE PESSOAS
NAS ORGANIZAÇÕES:
CLIMA
ORGANIZACIONAL-
Jesuína Castro Oliveira e
Paulo Oliveira Silva**



201

233

**RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL DA
EMPRESA CERÂMICA
ARTESANAL SERRA
DA CAPIVARA:
ANÁLISE DA
PERCEPÇÃO DA
COMUNIDADE LOCAL
DO ENTORNO DO
PARQUE NACIONAL
SERRA DA CAPIVARA
- Paulo Oliveira Silva**

**SELEÇÃO DE
PESSOAS NA
CÂMARA
MUNICIPAL DE SÃO
RAIMUNDO
NONATO-PI- Marlon
Ribeiro dos Santos,
Natanael Soares
, Evelyn Seligmann
Feitosa**

APRESENTAÇÃO

STANLEY BRAZ DE OLIVEIRA



Este livro é resultado do incentivo à pesquisa da Faculdade Afonso Mafrense, que através do Congresso de iniciação científica da FAM, proporciona a materialização das pesquisas desenvolvidas pelos participantes. A obra está dividida em três eixos denominados respectivamente: Educação que traz pesquisas envolvidas com o contexto do ensinar, Psicologia, este envolve-se com as pesquisas do universo da psicologia e Administração, que traz o pensar diverso da ciência da Administração.

O eixo da educação traz o como primeiro capítulo a Avaliação da aprendizagem na educação infantil desafios e perspectivas docentes, que aborda os desafios docentes diante o avaliar na educação infantil, discorrendo sobre os conceitos, instrumentos a partir das perspectivas dos docentes. O segundo capítulo Alfabetização e letramento na formação do sujeito, relaciona-se com o processo de alfabetização nos anos iniciais, e o papel da alfabetização na formação do sujeito.

O terceiro capítulo aborda a aprendizagem significativa por Ausubel, trazendo uma caracterização sobre o que é aprendizagem significativa na perspectiva de Ausubel, e suas contribuições para o processo de aprendizagem. O quarto capítulo fala sobre leitura, avaliação e o papel do professor na educação infantil, discute as práticas pedagógicas e papel do professor na educação infantil, e a importância da leitura na educação infantil, e como estes se conectam com o processo de avaliar na educação infantil.

O quinto capítulo traz reflexões sobre a educação contextualizada na escola do campo no município de Fartura Piauí, e trilha uma discussão embasada pelo conceito de educação contextualizada no campo e do currículo contextualizado, como princípios básicos para a formação dos sujeitos no semiárido piauiense.

O sexto Capítulo traz como enredo a discussão sobre sexualidade na escola, entrelaçada sobre o conceito de multiculturalismo, gênero e sexualidade, e como estes corroboram para o debate sobre sexualidade na escola. Amparando-se também na legislação como pressuposto teórico para a materialidade da discussão. O sétimo capítulo imergi no uso das tecnologias e redes sociais como um desafio do ensinar na escola José Marques em Várzea Branca Piauí. Constrói a discussão a partir do conceito

de cultura e tecnologias digitais e como estas contribuem para o processo de ensino e aprendizagem.

O oitavo capítulo integra o eixo dois, e fala sobre o universo da psicologia a partir da temática sobre os cuidados paliativos, aparando-se na discussão da psico-oncologia e suas interfaces com os cuidados paliativos, reforçando a importância do psicólogo nos cuidados paliativos e fornecendo diretrizes para este atuar.

O nono capítulo relata a atuação do psicólogo no núcleo de apoio à saúde de família. Apoiando-se na caracterização da psicologia enquanto ciência, e da materialização da atenção básica no Brasil. O décimo capítulo traz a temática da dinâmica do trabalho e os efeitos psicossomáticos na saúde docente. Faz a análise a partir de um resgate diacrônico sobre a saúde do trabalhador e da psicodinâmica do trabalho e psicanalítica.

O eixo três imerge na discussão da administração enquanto ciência do administrar e discute no décimo capítulo a comunicação e a análise de sites institucionais dos municípios de Petrolina Pernambuco e São Raimundo Nonato Piauí. Interagi com a temática governo eletrônico no Brasil através de um resgate histórico, passando pela discussão de: accountability, comunicação pública, e marketing político, para amparar suas interpretações sobre a análise dos sites eletrônicos dos municípios escolhidos como objetos de estudo.

A gestão de pessoa nas organizações é o foco do décimo primeiro capítulo, que faz a discussão a partir da análise da gestão de pessoas e do clima organizacional que deve ser mensurando olhando as pessoas como seres humanos parceiros da organização. Reforçando assim a importância da gestão de pessoas dentro das organizações. A responsabilidade socioambiental da empresa cerâmica artesanal Serra da Capivara , a partir da percepção da comunidade do entorno, é o direcionamento do décimo segundo capítulo , e faz a discussão através da teorização sobre a responsabilidade socioambiental e dos impactos socioambientais e econômicos que a empresa cerâmica artesanal Serra da Capivara traz.

O décimo terceiro capítulo discute a seleção de pessoas na câmara municipal de São Raimundo Nonato Piauí. Discorre sobre a temática a partir da análise sobre gestão pública e a gestão e seleção de pessoas, trilhando olhares para técnicas de seleção e sobre a mensuração das provas de conhecimentos ou capacidades, e como elas

norteiam a seleção de pessoas no segmento público. Esta discussão embasa a análise sobre a gestão de pessoas no objeto da discussão que é a câmara municipal de São Raimundo Nonato Piauí.

Diante o exposto a obra traz contribuições significativas para os três segmentos, e para o capital cultural da sociedade, pois esta pode imergir em perspectivas distintas da educação, psicologia e administração.

EIXO I EDUCAÇÃO



**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA
EDUCAÇÃO INFANTIL DESAFIOS E
PERSPECTIVAS DOCENTES**

**FABIANA MOURA ARAÚJO
STANLEY BRAZ DE OLIVEIRA**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A avaliação da aprendizagem na Educação Infantil é complexa e requer reflexão sobre sua prática, pois envolve várias questões, como o caráter processual e de acompanhamento do desenvolvimento integral da criança. Desse modo, para que avaliação aconteça, é preciso observar o processo de ensino e aprendizagem e registrar os avanços e os problemas identificados.

Hoffmann (2017, p. 13) enfatiza que a avaliação “[...] refere-se a um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, à melhoria do objeto avaliado”. Nesse sentido, a avaliação é um instrumento que está presente a todo momento no processo de ensino aprendizagem dos alunos, tendo como objetivo melhorar-lhes o desenvolvimento. Sob essa ótica, o artigo 31 da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) estabelece “A avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o Ensino Fundamental” (BRASIL, 1996).

Com um olhar para o processo de avaliação na Educação Infantil, esta pesquisa norteou-se pelo seguinte problema: Quais os desafios e perspectivas docentes na avaliação da aprendizagem na Educação Infantil das CMEIS de Teresina-PI?

Para responder a esse questionamento, estabeleceu-se como objetivo geral analisar os desafios e perspectivas docentes das CMEIS de Teresina- PI, tendo-se como objetivos específicos: identificar as concepções de avaliação dos professores na Educação Infantil; conhecer os instrumentos avaliativos utilizados pelos docentes e descrever as principais dificuldades no processo de avaliação da Educação Infantil.

Como base teórica, buscou-se apoio nos seguintes autores: Hoffmann (2005, 2014, 2017), Luckesi (2011), Oliveira (2011) e Sant’Anna(2014).

Quantos aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa de campo, usando-se, na coleta de dados, um questionário que foi respondido por professores da Educação Infantil.

Considera-se imprescindível conhecer e compreender os desafios e perspectivas docentes no processo de avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, interesse que a pesquisadora cultivou nas vivências do estágio, quando foram observadas dificuldades no processo avaliativo, considerado um

problema no processo de ensino aprendizagem. Este estudo contribui assim para uma reflexão sobre a prática de avaliar e sua articulação com o desenvolvimento das crianças.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: CONCEITOS E DESAFIOS DOCENTES

O conceito de avaliação é bastante complexo, existindo variadas concepções que repercutem no modo como essa importante ação é realizada e ainda como influencia os direcionamentos a serem adotados no processo de ensino e aprendizagem. Da concepção mais tradicional de avaliação, em que preponderam os julgamentos e as classificações feitas pelo professor, autoritariamente, às mais democráticas, que envolvem também a participação ativa do aluno, avaliar implica encarar desafios complexos, no sentido de, realmente, fazer uma educação que propicie ao alunado o alcance dos objetivos planejados, bem como a realização de seus projetos de vida. Sobre tais concepções e desafios tratamos nos tópicos que seguem.

CONCEITOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Hoffmann (2017) ressalta que a compreensão de avaliação pode ser diversa e contraditória no ponto de vista dos gestores, professores e pais. A partir dessa perspectiva, abordamos as diferentes concepções sobre avaliação da aprendizagem e discutimos os desafios existentes no processo de avaliação.

A avaliação é um processo contínuo que deve estar presente em todos os níveis da educação. Tradicionalmente é vista como um processo de classificação o qual define se o aluno é bom ou ruim e se deve ou não ser promovido para uma etapa seguinte. Essa visão é totalmente equivocada, pois a avaliação constitui um instrumento metodológico que auxilia o professor a observar, também, diferentes aspectos relativos à aprendizagem dos educandos, possibilitando identificar suas dificuldades e êxitos, como esclarece Sant'Anna (2014, p. 31):

Avaliação é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático.

É perceptível, pois, que a avaliação é um meio de verificar os diferentes aspectos presentes no ambiente escolar, sendo a principal forma de analisar se os objetivos foram alcançados, incluindo a maneira como o aluno aprende e como o professor ensina. Se detectada alguma dificuldade, é preciso intervir para que se possam alcançar os objetivos propostos no planejamento.

Na concepção de Luckesi (2011, p. 13), “avaliação é o ato de investigar a qualidade daquilo que constitui seu objeto de estudo, por isso mesmo retrata a sua qualidade”, ou seja, a avaliação é vista pelo autor como uma investigação do conhecimento que foi construído no decorrer de um capítulo ou unidade estudada, se estendendo para além da investigação, por oferecer ao professor uma verificação da aprendizagem que possibilita a continuidade das atividades, métodos, procedimentos e recursos.

No processo de avaliação, é importante considerar que é o aluno que constrói seu próprio conhecimento através da mediação docente e que ele se desenvolve de acordo com sua capacidade de aprendizagem. Hoffmann (2005, p. 18) orienta que “ uma nova perspectiva de avaliação exige do educador uma nova concepção de criança, do jovem e adulto, como sujeito do seu próprio desenvolvimento[...]”. Dessa forma, podemos entender que o ato de avaliar não é somente responsabilidade do professor, já que o educando tem sua participação na construção do conhecimento a ser avaliado.

Avaliar é diagnosticar, visando qualificar os dados coletados, os quais irão servir como base para a descrição do conhecimento adquirido pelo aluno. Conforme Luckesi (2011, p. 277),

Avaliar é diagnosticar, e diagnosticar, no caso da avaliação, é o processo de qualificar a realidade por meio de sua descrição, com base em seus dados relevantes, e, a seguir pela qualificação que é obtida pela comparação com a realidade descrita com um critério, assumido como qualidade desejada.

Nesse perspectiva, o autor explica que a avaliação é um processo que envolve a realidade dos alunos e por meio dela se pode adquirir um conhecimento sobre o aprendizado, o que possibilita saber o que precisa se adequar para se alcançar o objetivo proposto.

Hoffmann (2017, p. 15) destaca que “avaliar na concepção mediadora, portanto, engloba, necessariamente, a intervenção pedagógica”. Assim, a prática pedagógica tem papel fundamental no processo de avaliação, pois é nessa prática que se pode intervir diante das dificuldades apresentadas pelos aprendizes.

Nesse sentido, a avaliação deve ser compreendida e realizada sem julgamentos e classificação, já que sua função é acompanhar o desenvolvimento dos alunos durante o processo de ensino-aprendizagem. Ao avaliar, o professor está analisando seu planejamento para assim ver os aspectos positivos e negativos da sua prática, além de concretizar o seu compromisso com a aprendizagem.

[...] avaliação da aprendizagem, do ponto de vista operacional, tem por objetivo subsidiar a busca dos resultados desejados, o primeiro pacto ético do educador com a sociedade, com o sistema de ensino, com a escola, com os pais e com os educandos é o pacto profissional. (LUCKESI, 2011, p. 391).

Com essa ótica, pode-se entender que, na avaliação da aprendizagem, o profissional deve ser comprometido para conseguir realizar um bom trabalho e alcançar os objetivos propostos no plano de ensino, além de disponibilizar para a comunidade escolar e os pais um diagnóstico sobre o desenvolvimento dos alunos.

Tendo em vista tais concepções, fica evidente que a avaliação é um instrumento fundamental para o professor em sala de aula, pois lhe permite diagnosticar as necessidades de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, dando-lhe condições para um acompanhamento adequado, sem julgamentos e exclusões.

DESAFIOS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

No processo de avaliação, existem vários desafios, os quais podem dificultar a sua realização. Isso porque encontram-se implícitas na metodologia do professor suas concepções sobre avaliação, sendo uma muito arraigada a de avaliação pautada na classificação e no julgamento, que causa medo aos alunos, muitas vezes, com interferência negativa no seu desempenho. Agregada a isso tem-se ainda a maneira como os instrumentos avaliativos são utilizados. Esse conjunto de percepções e ações que envolvem a avaliação evidenciam os desafios no ato de avaliar.

Um deles diz respeito ao fato de que o processo avaliativo deve se conectar com o planejamento do professor, o qual deve ter muito cuidado com a metodologia, pois é ela que vai propiciar aos alunos condições para construir o conhecimento. Se for mal elaborada, vai interferir negativamente na forma de ensinar e de aprender. Segundo Hoffmann (2017, p. 67), “As propostas

pedagógicas, sem dúvida devem ser planejadas pelos professores em todas as faixas etárias”. Desse modo, o planejamento deve ser sistematizado em toda a Educação Básica e Ensino Superior, pois ajudará na construção do conhecimento pelos alunos.

Como mencionado, a avaliação se estabilizou em muitas escolas brasileiras como um fator que gera medo entre os alunos, criando-se uma cultura que a concebe como um meio de julgamento e classificação. Sant’ Anna (2014, p. 27) enfatiza que muitos professores “usam a avaliação como uma ameaça e até se vangloriam de reprovar a classe toda, levando alunos e familiares ao desespero”, isto é, nas práticas tradicionais, a avaliação é usada geralmente como instrumento que desperta temor e ansiedade nos alunos, pois tem o poder de reprovar.

Para Hoffmann (2005), uns dos maiores desafios associados ao processo avaliativo está relacionado à forma como a avaliação é conceituada, principalmente por ser vista como um instrumento que permite exercer um poder, geralmente de forma abusiva. Para superar esse paradigma e mostrar que a avaliação não é um “bicho papão”, temido por alunos e pais, deve-se apresentá-la sem ranços de autoritarismo, destituída de julgamento e classificação, enfatizando-a como um meio de diagnosticar possíveis dificuldades com vistas a resolvê-las.

Com fundamentos na avaliação, se podem modificar algumas atitudes do alunado para, assim, prevenir possíveis problemas relacionados à aprendizagem, mas é necessário entender que avaliar não é somente julgar o que o aluno produziu em uma atividade proposta pelo docente, mas também verificar se e como ocorreu o aprendizado.

Outro aspectos importante a considerar são os instrumentos utilizados para observar e diagnosticar a aprendizagem dos alunos no processo avaliativo, os quais podem interferir diretamente no procedimento, ou seja, se usados inadequadamente, podem prejudicar o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Sant’ Anna(2014) cita sete tipos de instrumentos avaliativos presentes no processo: conselho de classe, pré-teste, avaliação cooperativa, observação, inquirição e relatório, cada um tendo uma relevante função no processo de avaliação. O conselho de classe é um instrumento utilizado para identificar e analisar o perfil do aluno; o pré-teste é usado para verificar os seus conhecimentos; a avaliação cooperativa auxilia no crescimento grupal e individual; a observação é aplicada para verificar a aprendizagem do aluno; a

inquirição diz respeito a perguntar e interrogar sobre os assuntos e, por fim, o relatório constitui um meio para relatar o processo de ensino aprendizagem.

Segundo Luckesi (2011), os instrumentos de avaliação devem ser elaborados, aplicados e analisados de acordo com seus objetivos, pois mostram se os resultados perspectivados foram alcançados ou não. Sendo assim, os instrumentos devem ser articulados diretamente com os objetivos propostos no planejamento, ou seja, “[...] os instrumentos [...] para a avaliação da aprendizagem são úteis, desde que sejam adequados aos objetivos da avaliação [...]” (LUCKESI, 2011, p. 297).

Sem dúvida, a avaliação apresenta diversos desafios, visto que o modo como é concebida e realizada contribui para melhorar ou para atrapalhar o processo de ensino-aprendizagem.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL (CONCEPÇÕES, INSTRUMENTOS E DESAFIOS)

A avaliação faz parte de todos os níveis e modalidades do sistema educacional brasileiro. Na Educação Infantil, aparece uma concepção diferente sobre o ato de avaliar o aluno, com um caráter de acompanhamento do desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos de idade. No tópico anterior, expusemos as concepções e desafios existentes no processo de avaliação e, nos tópicos seguintes, são abordadas as concepções de avaliação na Educação Infantil, os instrumentos utilizados e os desafios presentes nesse contexto.

CONCEPÇÕES ACERCA DA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para Hoffmann(2017, p. 13), “Avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões com a intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento”. Nessa perspectiva, a ação avaliativa na Educação Infantil é adaptada ao processo cognitivo dos sujeitos da aprendizagem, pois não visa classificar os alunos, mas acompanhar cada um deles na evolução de suas competências e habilidades. Em Brasil (1996, p. 22), concebe-se “a avaliação mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”

Na Educação Infantil, o ato de avaliar consiste em procedimentos que o professor terá que realizar durante o ano letivo de modo a promover o desenvolvimento das crianças, sendo que, para isso, deve adotar estratégias, que podem ser observações individuais e coletivas, visando analisar os alunos e aprimorar o planejamento da ação educativa. Nesse sentido, Oliveira (2011, p. 259) reforça que “a avaliação do desenvolvimento infantil deve atuar como recurso para auxiliar o processo das crianças”.

Sob essa ótica, o autor afirma que “avaliar a educação infantil implica detectar mudanças em competência das crianças que possam ser atribuídas tanto ao trabalho realizado na creche e pré-escola quanto á articulação dessas instituições com o cotidiano familiar” (OLIVEIRA, 2011, p. 261). O professor, ao avaliar uma criança, deve, pois, atentar para todos os aspectos que a envolvem, verificando o andamento da aprendizagem, para assim poder chegar a uma conclusão sobre o desenvolvimento desse processo. Assim, avaliar exige considerar as diversidades observadas no decorrer dos procedimentos, pois “A ação avaliativa precisa considerar as crianças em sua diversidade: sua realidade sociocultural, sua idade, suas oportunidades de conhecimentos, etc., e a diversidade dos professores que atuam com elas.” (HOFFMANN, 2017, p. 26).

E preciso entender que avaliar não é diagnosticar somente as capacidades, mas fazer uma sondagem sobre os conhecimentos prévios do aluno, o que poderá ser feito através de uma avaliação diagnóstica, a qual permitirá a elaboração de um planejamento adequado à ação educativa.

Segundo Hoffmann (2017), o olhar avaliativo não deve ser dirigido somente para as crianças em sala de aula, mas para todos os âmbitos em que a criança está inserida. Um deles é a relação das crianças com os adultos e com as demais crianças, pois o ser humano só evolui a partir das interações com os outros, ou seja, no processo de avaliação na Educação Infantil, analisar as relações traz grandes aprendizados, cabendo ao professor verificar e avaliar essas interações, que colaboram para o desenvolvimento do alunado.

Essa avaliação é complexa e transcende o processo somativo, começando no ato de planejar, pois, ao elaborar um planejamento, deve-se olhar atentamente para as estratégias selecionadas para sua execução. Para isso, é necessário conhecer cada criança individualmente e coletivamente, visto que, na Educação Infantil, a criança irá se desenvolver integralmente. Nessa perspectiva, “avaliar é construir estratégias de acompanhamento da história que cada criança vai

construindo ao longo de sua vivência na instituição e fora dela, participando dessa história” (HOFFMANN, 2017, p. 38).

É importante salientar que a avaliação da aprendizagem deve ser vista como um pano de fundo da teoria, visto que contribuirá para a realização do planejamento curricular das instituições de ensino. A avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, portanto, deve constituir-se como um processo de acompanhamento das crianças com o objetivo de ajudá-las a se desenvolver construindo conhecimentos e não fazendo memorizações. Para isso as aulas precisam ser pensadas e embasadas na intencionalidade de construir uma aprendizagem coesa, utilizando-se instrumentos adequados no ato de avaliar.

INSTRUMENTOS E DESAFIOS DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No tópico anterior discutimos os conceitos de avaliação na educação infantil, seguindo neste tópico com a abordagem dos instrumentos avaliativos e dos desafios presentes no processo de avaliação de crianças, os quais são diferentes dos que se apresentam no Ensino Fundamental e no Médio, pois não se tem o objetivo de classificar ou atribuir notas a uma determinada atividade de aprendizagem.

Para Hoffmann (2014), os instrumentos avaliativos dão ao docente condições de acompanhar tudo o que é realizado pelos alunos, isto é, tarefas, trabalhos e outras produção dos alunos possibilitam ao professor analisar as ações de aprendizagem realizadas por eles. Na Educação Infantil, os instrumentos de avaliação do ensino-aprendizagem são observações, dossiês, relatórios de avaliação, registros diários e portfólio, sendo que o seu principal instrumento de avaliação é a observação realizada diariamente.

Segundo Sant’Anna (2014, p. 98), a observação “É o elemento fundamental no processo de avaliação. Fornece informações referentes á área cognitiva, afetiva e psicomotoras do aluno”. As observações podem ser feitas coletivamente ou individualmente, podendo o professor conhecer o seu aluno e verificar suas evoluções diante das propostas estabelecidas. Sobre a observação, Hoffmann (2017, p. 46) destaca que

“Ver a criança como ela é” significa buscar entender o seu pensamento e suas ações. Tal como Piaget propunha aos pesquisadores, não se deve seguir um roteiro de perguntas prontas, mas, tendo clareza do que se está a observar, ajustar os

desafios às hipóteses e aos resultados que cada criança, gradativamente, apresenta, acompanhando a lógica do seu pensamento.

Dessa forma, a observação é um instrumento importante no processo de ensino dos alunos na Educação Infantil, pois permite perceber-lhes a evolução, além de mostrar o comportamento que, de forma espontânea, adotam na realização das atividades propostas.

Os dossiês e relatórios de avaliação têm a mesma função, que é relatar e arquivar dados relativos a um processo realizado, os quais precisam ser registrados. Nesse sentido, a finalidade desses instrumentos na avaliação realizada na Educação Infantil é documentar o desenvolvimento das crianças. Segundo Hoffmann (2017), os dossiês e relatórios revelam a evolução delas em todos seus aspectos, com registros das atividades que o professor propõe, como linguagem, escrita, descoberta e manipulação de materiais, jogos simbólicos, oralidade e, principalmente, dados da relação de uma criança com as demais.

Os relatórios de avaliação propiciam, pois, uma análise da avaliação das crianças de acordo com as atividades realizadas em sala de aula pelo professor, sendo que “[...] o objetivo principal desse instrumento é o relato do ‘processo de construção do conhecimento da criança’ que o professor acompanha e no qual intervém pedagogicamente[...]” (HOFFMANN, 2017, p. 117). Contata-se, assim, que os relatórios de avaliação na Educação Infantil são utilizados para verificar o desenvolvimento do aluno, sendo fundamentais para o professor saber se é preciso fazer uma intervenção pedagógica beneficiadora da construção do conhecimento pelo aprendiz.

No processo avaliativo na Educação Infantil, é necessário realizar registros diários, de modo que o docente fique ciente dos progressos e dificuldades das crianças, além de proporcionar uma autoavaliação acerca do papel do professor no processo de ensino. Para isso, outro instrumento de avaliação é o portfólio, que contém informações sobre a evolução dos alunos de forma geral e detalhada ao mesmo tempo, indicando as áreas em que já apresentam maior desenvolvimento e aquelas em que ainda precisam melhorar.

Conforme Perrenoud (2000), o portfólio e o diário podem ajudar o professor a acompanhar cada passo do seu aluno, possibilitando uma memória pedagógica da evolução significativa das crianças. É importante salientar que o

portfólio e o registro diário são feitos individualmente, devendo conter todas as informações sobre os alunos.

Em síntese, os instrumentos avaliativos na Educação Infantil têm o objetivo de demonstrar o progresso da criança, ajudando o professor a fazer uma avaliação do rendimento do aluno sem rotulá-lo e, principalmente, sem classificar ou apenas visar à promoção ao Ensino Fundamental.

É preciso, no entanto, considerar que, no contexto da Educação Infantil, o processo de avaliação ainda apresenta vários desafios, visto que alguns equívocos e maus direcionamentos podem atrapalhar o rendimento da criança em seu processo de construção de conhecimento e, conseqüentemente, no seu desenvolvimento integral. Segundo Neves, Oliveira e Santos (2017), quatro aspectos dificultam o ato de avaliar: a falta de um planejamento adequado, a forma como é relatado o desenvolvimento da criança, a ausência da criança na escola e o modo como são utilizados os instrumentos de avaliação.

Ao entrar em uma sala de aula, o professor tem que estar preparado para todos os tipos de situação. Isso requer fazer um planejamento adequado, flexível, que reflita a realidade e as necessidades de aprendizagem dos alunos, pois, segundo Hoffmann (2017, p. 69), “[...] a ação educativa não se efetiva pela improvisação. É essencial a intencionalidade educativa do professor, agindo, analisando e replanejando os próximos passos.”

Nesse contexto, podemos enfatizar que o professor precisa se fundamentar para sistematizar e desenvolver o ensino, sendo que essa sistematização deve ficar visível no planejamento, que deve conter tudo o que as crianças precisam aprender em cada fase do seu desenvolvimento. O professor deve ainda ter em mente que, para relatar a aprendizagem, é preciso que a prática seja concebida e efetuada como uma construção do conhecimento. Caso isso não seja feito, poderá haver dificuldades para se promover o desenvolvimento da aprendizagem das crianças. Diante disso, Hoffmann (2017) expressa que os relatórios são documentos fundamentais para documentar a história da criança no ambiente escolar, a qual faz parte do processo de construção do conhecimento das crianças na primeira etapa da Educação Básica.

Outro fator que pode dificultar o ato de avaliar na Educação Infantil são as ausências dos alunos na escola, fato que interfere diretamente no desenvolvimento intelectual deles e no acompanhamento a ser realizado pelo professor, ou seja, para que o processo de acompanhamento do desenvolvimento

da criança seja feito de forma adequada, é preciso seu comparecimento às aulas. Nesse sentido, Neves, Oliveira e Santos (2017) enfatizam que a baixa frequência das crianças na escola traz uma dificuldade para avaliar, visto que, no processo de construção do conhecimento, a presença constante do aluno é necessária, propiciando ainda um acompanhamento adequado de sua evolução. De fato, a presença dos alunos é fundamental para que avaliação aconteça de maneira completa, sem perda da continuidade do processo. Importante nesse sentido é que os responsáveis pelas crianças assumam o compromisso de as levar à escola para que não sejam prejudicadas no seu processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, a maneira como os instrumentos avaliativos na Educação Infantil são utilizados pode se tornar um desafio para os professores, visto que a aplicação deve ser feita de forma sistematizada para que a coleta e o registro dos dados propiciem o acompanhamento correto e funcional. Luckesi (2011) esclarece que a utilização dos instrumentos de forma inadequada não fornecerá informações relevantes sobre os alunos. Vale ressaltar que os instrumentos podem até estar bem projetados, mas não funcionarão se forem utilizados erradamente, impossibilitando o professor de realizar a avaliação e, conseqüentemente, garantir o desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos.

Sem dúvida, no processo de avaliação, podem ocorrer diversas dificuldades, cabendo ao professor buscar formas de superá-las, de modo a fazer uma avaliação do desenvolvimento da criança sem visar apenas à classificação ou à promoção ao Ensino Fundamental.

No tópico a seguir trata-se do percurso metodológico deste estudo, informando-se o campo de pesquisa, bem como os métodos e técnicas de coleta e análise dos dados necessários para se responder à questão que desencadeou este trabalho.

METODOLOGIA

Em consonância com os objetivos desta investigação, decidimos realizar uma pesquisa descritiva, a qual possibilitou descrever as características e analisar os desafios e perspectivas docentes em relação à avaliação da aprendizagem na Educação Infantil.

Os procedimentos técnicos utilizados para a coleta de dados foram a análise bibliográfica em livros, artigos e monografias e a pesquisa de campo. Conforme Severino (2007, p. 122),

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisa anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores devidamente registrados.

A pesquisa de campo proporcionou a coleta de dados relacionados à prática das professoras participantes do estudo no que diz respeito ao fato pesquisado. Conforme Severino (2007, p. 123), nesse tipo de pesquisa, “a coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observado, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”.

Foi utilizado como método abordagem o dedutivo, pois, nesse processo, tornou-se necessária a análise de informações que iam da teoria à prática, ou seja, do geral para o específico, para, assim, se chegar a uma conclusão sobre o fato pesquisado.

Como método de procedimento foi usado o monográfico, visto que, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 108),

[...] o método monográfico consiste no estudo de determinados indivíduos profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalização. A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos.

Nesse sentido, a coleta de dados foi realizada em dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), o primeiro localizado no bairro Santo Antônio, e o segundo, no bairro Parque Piauí, ambos na zona sul de Teresina-PI. É importante frisar que o anonimato das instituição e dos participantes da pesquisa foi preservado.

Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário junto a três professoras da Educação Infantil, o qual permitiu identificar suas concepções e conhecimentos sobre o tema da pesquisa. Marconi e Lakatos(2003, p. 201) orientam que o “questionário é um instrumento de coleta de dados constituído

por uma série ordenada de perguntas, que deve ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Dessa forma, a coleta de dados se constituiu de duas fontes: uma primária, com a pesquisa de campo, e outra secundária, com a pesquisa bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2003), o material bibliográfico é fonte secundária, pois abrange tudo aquilo que já foi escrito sobre o tema discutido, podendo ser encontrado em revistas, livros, monografias etc., além de fontes orais e audiovisuais.

A análise foi feita com abordagem qualitativa, a qual permite uma reflexão acerca dos dados coletados, proporcionando um entendimento profundo sobre o tema investigado. Conforme Prodonov (2013), a pesquisa qualitativa mostra a relação entre o mundo real e o sujeito, tendo como fonte principal o ambiente natural, onde as pessoas vivenciam suas experiências, pautados em valores, crenças, sentimentos, projetos, ideologias.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOCENTES

Neste tópico apresentam-se as concepções das professoras pesquisadas acerca da avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, descrevendo-se como o ato de avaliar é realizado. Para garantir o anonimato, as participantes foram identificadas com nomes de personagens de histórias infantis, sendo chamadas de Anastásia, Ariel e Aurora.

Como já mencionado, a avaliação da aprendizagem apresenta diversos conceitos, os quais podem ser contraditórios para professores, diretores, pais e alunos. Em relação a esse aspecto, perguntou-se às participantes: Qual a sua concepção de avaliação? Seguem as respostas:

Anastásia: Compartilho das ideias de Jussara Hoffman, segundo a qual a avaliação é um conjunto de procedimentos didáticos que permeiam por um longo período e em vários espaços escolares. A avaliação deve servir como ferramenta de reflexão sobre a prática pedagógica, na tentativa de melhorar os caminhos no processo de ensino e aprendizagem.

Ariel: Avaliação é um instrumento pedagógico importantíssimo para compreendermos o desenvolvimento do aluno.

Aurora: Uma forma de saber se os objetivos foram atingidos.

A professora Anastásia presume que a avaliação é um procedimento didático presente nos espaços escolares, podendo ser usada para uma análise da metodologia realizada em sala de aula, além de ser um meio para melhorar o processo de ensino aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, Sant’Anna (2014, p. 24) enfatiza que

A avaliação também tem como pressuposto oferecer ao professor oportunidade de verificar, continuamente, se as atividades, métodos, procedimentos, recursos e técnicas que ele utiliza estão possibilitando ao aluno alcance dos objetivos propostos. [...] o professor avalia a si, o aluno e, ainda, o processo ensino-aprendizagem.

Dessa forma, podemos verificar, tanto na fala do autor como na de Anastácia, que, no processo de ensino-aprendizagem, a avaliação é uma aliada na metodologia, visto que auxilia o professor na verificação da aprendizagem dos alunos e, principalmente, na forma como ele ensina, podendo apontar dificuldades e a forma de superá-las.

A professora Ariel afirma que a avaliação é um instrumento pedagógico importante para a compreensão do desenvolvimento do aluno, mas é importante observar que a avaliação não serve apenas para compreender o desenvolvimento, mas também para detectar possíveis problemas no percurso da aprendizagem. Com essa ótica, Hoffmann (2017) afirma que, na prática da avaliação, é estritamente necessário planejar como será realizado o acompanhamento das crianças dentro e fora do ambiente escolar, o qual vai permitir identificar a evolução do aluno, isto é, o que ele aprendeu e o que ainda precisa melhorar.

A professora Aurora considera que a avaliação é uma forma de saber se os objetivos estabelecidos foram alcançados. Nesse sentido, Sant’Anna (2014, p. 23) afirma que “A avaliação consistirá em estabelecer uma comparação do que foi alcançado com o que se pretende atingir. Estaremos avaliando quando estivermos examinando o que queremos, o que estamos construindo e o que conseguimos [...]”. Podemos ver que a avaliação, nas falas da professora e da autora, é considerada um procedimento que irá mostrar se os objetivos propostos foram cumpridos, além de ser um instrumento do processo de ensino aprendizagem.

Na Educação Infantil, que é a primeira etapa da Educação Básica, a avaliação objetiva acompanhar o desenvolvimento da criança, sem visar

promover ao Ensino Fundamental. Sobre esse aspecto, perguntou-se às professoras participantes da pesquisa: Para você, qual a finalidade da avaliação na Educação Infantil?

Professora Anastásia: A finalidade deve ser de acompanhar o desenvolvimento apresentado pela criança, bem como para ter informações e subsídios para que o professor possa melhor direcionar as atividades contidas no planejamento.

Professora Ariel: A finalidade da avaliação na Educação Infantil é servir como instrumento de ensino-aprendizagem. É o que vai nortear o professor até mesmo para avaliação de seus métodos e se está atuando efetivamente para o desenvolvimento das crianças.

Professora Aurora: Uma forma de saber se os objetivos foram atingidos.

As professoras Anastásia e Ariel comungam o mesmo pensamento de que a avaliação na Educação Infantil é um meio para acompanhar o desenvolvimento da criança, além de ser um instrumento para o professor verificar se as metodologias e estratégias estão sendo adequadas ou não. Para Oliveira (2011, p. 261), avaliar

Envolve conhecer os diversos contextos de desenvolvimento de cada criança, sendo um retrato aberto, que pontua uma história coletivamente vivida, aponta possibilidades de ação educativa, avalia as práticas existentes. Trata-se de um campo de investigação não de julgamento, que contribui decisivamente para a busca de uma proposta pedagógica bem delineada.

Pode-se perceber, a partir da concepção dos sujeitos, que a avaliação na Educação Infantil tem a finalidade de acompanhar o desenvolvimento integral da criança, sendo que deve ser feita sem o objetivo de classificar ou julgar se o aluno é bom ou não. Ainda, a avaliação fornece informações sobre a forma de ensino utilizada pelo docente.

A professora Aurora considera que a finalidade da avaliação na Educação Infantil é somente saber se os objetivos foram atingidos, o que evidencia uma concepção redutora, visto que se avalia também para ver se o desenvolvimento da criança está realmente acontecendo em todos os seus aspectos. Nessa perspectiva, o artigo 29 da LDB enfatiza que a avaliação “[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social [...]” (BRASIL, 1996, p. 22).

É indiscutível o fato de que, na Educação Infantil, a avaliação precisa ter um caráter processual, voltando-se para o desenvolvimento da criança em todos as suas especificidades, ou seja, deve ser realizada de forma coerente com a faixa etária de cada aluno. Quanto a isso, perguntou-se às professoras: Como é realizada a avaliação na Educação Infantil?

Professora Anastásia: Na Educação Infantil, a avaliação se realiza através da observação e do registro. Ao observar, o professor colhe informações significativas sobre o que a criança já sabe, e o registro serve para verificar o desenvolvimento das habilidades adquiridas pelas crianças em seu processo de aprendizagem.

Professora Ariel: Avaliação contínua, através de brincadeiras, oralidade, cooperação, observando-se o dia-a-dia em sala de aula. É também através de um teste qualitativo de leitura e escrita.

Professora Aurora: Através de atividade com oralidade, escrita, matemática, natureza, relações.

A professora Anastásia afirma que a avaliação na Educação Infantil é realizada através das observações e registros, de modo que o professor, ao observar, colha informações importantes sobre os seus alunos, as quais serão posteriormente registradas para acompanhar o desenvolvimento deles.

Nesse sentido Hoffmann (2017) orienta que a avaliação na Educação Infantil deve ser realizada com a observação e o registro diretamente ligados, recomendando também que seja feita durante todo o ano letivo, com o intuito de acompanhar o processo de desenvolvimento da criança.

As professoras Ariel e Aurora consideram que a avaliação é realizada através de atividades, brincadeiras, interações das crianças umas com as outras, além da observação do dia a dia dos alunos. Nesse aspecto, Hoffmann (2017, p.76) destaca que

Pode-se tomar como ponto de partida, para iniciar atividades ou projetos pedagógicos, temas que sejam significativos às crianças em um dado momento, noções referentes a áreas de conhecimento, brincadeiras diversas, a exploração de matérias, visitas, cuidado de animais, etc. A continuidade das ações educativas irá depender, então, da observação e reflexão acerca de suas curiosidades e interesses pelo que está sendo proposto.

Portanto o professor, pondo em prática atividades, brincadeiras e observações, poderá avaliar todas as áreas de desenvolvimento de seus alunos,

ou seja, entender cada estágio de desenvolvimento, criando condições para uma reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, para se realizar a avaliação, é preciso utilizar alguns instrumentos, os quais, na Educação Infantil, são fundamentais para o processo de acompanhamento das crianças. Sobre isso, perguntou-se às participantes da pesquisa: Quais são os instrumentos utilizados pelos docentes no processo de avaliação na Educação Infantil?

Professora Anastácia: Os instrumentos utilizados são basicamente as fichas, os relatórios e os portfólios.

Professora Ariel: Observação de frequência (diário), teste de nível e atividades para casa e classe.

Professora Aurora: Observação, atividades.

A professora Anastácia cita fichas, relatórios e portfólio como instrumentos utilizados pelos docentes, os quais são fundamentais para processo de avaliação das crianças, pois cada um tem a função de acompanhar a evolução e descrever o que está sendo alcançado. As professoras Ariel e Aurora mencionam a observação, os testes de níveis e as atividades como instrumentos que ajudam no acompanhamento das crianças, sendo importante frisar que a observação é o principal instrumento no ato de avaliar na Educação Infantil. Segundo Hoffmann (2017, p. 15),

Os instrumentos que fazem parte do “processo de acompanhamento” das crianças, tais como pareceres descritivos, fichas, relatórios dossiês dos alunos e outras formas de registros ou anotações. Esses registros são “instrumentos” utilizados no processo (tal como um termômetro serve para medir a febre de um paciente).

Dessa forma, os instrumentos avaliativos presentes no processo de avaliação na Educação Infantil são extremamente importantes para analisar o andamento do ensino e da aprendizagem dos alunos, pois demonstram tudo aquilo que o aluno já tem construído.

Por outro lado, o processo de avaliação na Educação Infantil apresenta alguns desafios que podem dificultar a sua realização. Quanto a isso perguntou-se às docentes: Quais são os desafios enfrentados pelos docentes no processo de avaliação na educação infantil ?

Professora Anastácia: Entendo que os desafios são enormes, exige de nós professores um olhar cuidadoso, sensível, reflexivo,

diferenciado e muito respeito às especificidades de cada criança. O professor deve constantemente repensar a sua prática pedagógica, pois desenvolve um papel importante no desafio de ensinar.

Professora Ariel: São alguns desafios como: falta de acompanhamento individual (análises mais precisas) por causa de sala superlotada, indisciplina, falta de acompanhamento dos pais ou responsáveis.

Professora Aurora: Falta de mais profissionais para ajudar no processo.

A professora Anastásia ressalta que os desafios são grandes, pois cabe aos professores mais responsabilidade diante das dificuldades encontradas, devendo respeitar o tempo de cada aluno, além de refletir sobre o seu papel no processo de construção do conhecimento. A professora Ariel enfatiza que os desafios estão associados ao acompanhamento individual, não realizado por causas das salas lotadas, indisciplina por parte de alguns alunos e ausência de acompanhamento dos pais no processo de ensino. A professora Aurora considera que a falta de profissionais dificulta o andamento dos procedimentos.

Nas falas das professoras, é possível verificar que os desafios são bem amplos, os quais atrapalham o desenvolvimento integral do aluno. Nesse sentido, Neves, Oliveira e Santos (2017) enfatizam que, na Educação Infantil, as dificuldades existentes dificultam a realização da avaliação do ensino das crianças, sendo que o docente terá que usar estratégias adequadas para avaliar o desenvolvimento de cada educando. Ainda se pode considerar que os desafios presentes no processo de avaliação de crianças devem ser cuidadosamente analisados e enfrentados, pois as formas de solução permitirão que cada criança seja avaliada de acordo com o seu tempo para se desenvolver integralmente.

Ainda sobre os desafios relativos à avaliação, perguntou-se às professoras: O que o docente deve fazer para superar os desafios e realizar uma avaliação condizente com a realidade do processo educativo na Educação Infantil ?

Professora Anastácia: Devemos ter consciência, enquanto professores, de que somos os principais responsáveis pela mudança no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de nossos alunos.

Professora Ariel: Deve haver uma organização, realizar planos de aula e frequentar a formação continuada, pois é o que irá nos nortear.

Professora Aurora: Qualificar-se mais para entender as fases do processo educativo da criança.

As professoras Anastásia, Ariel e Aurora expressam o mesmo pensamento sobre a superação dos desafios presentes no ato de avaliar na Educação Infantil e consideram que, para superá-los, é preciso dar continuidade à formação, para assim desenvolver um trabalho eficiente e mais responsável. Nesse sentido, Perrenoud (2000) aponta que o professor deve se preocupar com a forma como está mediando o conteúdo, pois é através deste que os alunos irão construir saberes científicos, sendo o professor também responsável por essa construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da aprendizagem na Educação Infantil tem por finalidade acompanhar e registrar o desenvolvimento integral da criança na primeira etapa da Educação Básica. Nesse sentido, a pesquisa revelou que os professores dos CMEIs de Teresina-PI enfrentam vários desafios para realizar o processo de avaliação e que seus pontos de vista sobre avaliação na educação infantil são distintos.

Dessa forma as concepções dos professores sobre o ato de avaliar na Educação Infantil, de modo geral, evidenciam que a avaliação faz parte do processo de ensino aprendizagem, devendo ser usada como um instrumento de coleta de informações, para que, posteriormente, seja feita uma verificação do desenvolvimento da criança. Tudo isso em favor de se detectarem possíveis dificuldades e verificar se os procedimentos para a construção do conhecimento estão sendo bem executados.

Por outro lado, os instrumentos utilizados pelos docentes no processo de avaliação são observações, fichas, relatórios de avaliação, relatórios diários, portfólio, dossiês e as atividades, os quais podem ser usados para avaliação das crianças na Educação Infantil, sendo que o seu principal instrumento é a observação.

Por sua vez, os principais desafios presentes no processo de construção do conhecimento na Educação Infantil são a dificuldade do acompanhamento, a frequência irregular ou a ausência dos alunos, salas muito lotadas, mau uso da metodologia pelos professores, entre outros.

Portanto é necessário que a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil se configure como um processo de acompanhamento das crianças, tendo em vista o seu desenvolvimento integral e suas possibilidades em relação à aprendizagem. Para isso, é estratégico que os professores participem de processos formativos que lhes propicie fundamentos acerca da perspectiva avaliativa na Educação Infantil, de modo que se instrumentalizem para um planejar adequado de estratégias e instrumentos de avaliação condizentes com as necessidades e particularidades da criança, atendendo ao disposto na legislação educacional.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 14 abr. 2018.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 21. ed. Porto Alegre: Mediação, 2017.
- _____. **Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista**. 35. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- _____. **O jogo do contrário em avaliação**. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem - componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.
- NEVES, Josélia; OLIVEIRA, Ana Paula; SANTOS, Gisele. Avaliação na Educação Infantil: acompanhamento e instrumento de registros. **Revista Exitus**, Santarém, v. 7, n.1, p. 374-400, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/artic le/view/360/283>> Acesso em: 21 abr. 2018.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- PRONDANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos, técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?: Critérios e instrumentos**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
NA FORMAÇÃO DO SUJEITO

LAIANNE DE SOUSA MIRANDA BRAGA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos sobre a alfabetização, vem aumentando após o século XIX. Antigamente uma pessoa já era considerada alfabetizada quando sabia ler uma simples carta. Hoje são inúmeras competências e habilidades necessárias para o enriquecimento da formação socio-cognitiva.

Ao se tratar de alfabetização pode se dizer que este é um momento em que a criança começa a si identificar como ser social, na qual pertence, além disso, compreender a realidade que estar inserido, dessa forma facilita a formação crítica e social desse sujeito. A criança somente entra em contato com o processo de escrita, durante a alfabetização formal (GONTIJO, 2013). Devido a isto que a escola tem um papel importante nesse processo.

Por outro lado, a alfabetização ocorre com a junção entre a alfabetização formal e a informal, pois a escola não forma sozinha este indivíduo. A formação do saber vai depender de inúmeros fatores. Desde a capacidade perceptiva do meio que o aluno está inserido até as visões científicas que o mesmo adquire, durante o processo de ensino e aprendizagem.

Deste modo, Oliveira e Leão (2018), pode contribuir quando cita o estudo de Emília Ferreiro, que,

traz concepções de que todos os conhecimentos têm uma gênese (origem) e que a aprendizagem da escrita não está vinculada à fala, e mesmo quando a criança já estabelece a relação entre fala e escrita, esta relação ainda não é do tipo fonema (fala, som) e grafema (escrita, grafia) (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999 apud OLIVEIRA; LEÃO, 2018, p. 3).

Dessa forma, a alfabetização constitui um processo que precisa o aluno compreender a língua e a forma que se utiliza a mesma. Que envolve dois caminhos, o primeiro a técnica (alfabetização) e o outro o meio social (letramento), que deve caminhar em conjunto.

Além disso, por meio dos estudos de Emília Ferreiro e Teberosky, pôde se conhecer os diferentes níveis de escrita da criança. Visto que, para a alfabetização não depende somente de pré-requisitos que a criança tem que seguir para ser alfabetizada, mas sim da interação do indivíduo com a língua escrita, como sujeito de conhecimento (LOPES; ABREU; MATOS, 2010).

Com base nisso, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/96 afirma que:

Art. 32. O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo [...] (BRASIL, 2017, p.23).

Assim, podemos perceber a importância da alfabetização (domínio da leitura e da escrita), pois constitui uma das competências que o aluno deve atingir quando terminar o Ensino Fundamental. Por outro lado, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, foi aprovada em 2018, ela traz uma alteração na Educação Infantil que deixa de ser a fase para o processo de alfabetização da criança, ficando a cargo para os anos iniciais do Ensino Fundamental, mas precisamente nos dois primeiros anos.

Pois, Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI (Resolução CNE/CEB nº 5/2009) no art. 4º define a criança como,

sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p.1).

Dessa forma, durante o processo de aprendizagem dessas crianças na Educação Infantil deve ser valorizada as “interações e as brincadeiras”, segundo DCNEI. Devido a isto, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, propõe a valorização dos “direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2018, p. 35).

Dentro desse contexto, o presente artigo tem como objetivo geral compreender o papel e a importância da alfabetização e do letramento na formação do sujeito. Apresenta como questão norteadora: Qual é a importância e o papel da alfabetização e letramento na formação do sujeito?.

Para isto se fez necessário um estudo bibliográfico em livros, artigos científicos, e pesquisas já realizadas, que aborde a temática aqui trabalhada, com a finalidade de corroborar para uma análise a respeito da problemática. Segundo Lakatos e Marconi (2013, p. 158) “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Este estudo está dividido em duas sessões, sendo que a primeira aborda sobre a alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e imediatamente, apresenta uma análise a respeito do papel da alfabetização na formação do sujeito.

A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O processo de alfabetização ao longo dos anos sofreu uma evolução até se tornar de grande valor dentro de uma sociedade, tanto em finalidade social como política, pois um país com pessoas alfabetizadas significa que o desenvolvimento prosperará. Contudo ao longo do processo histórico, cada povo tinha seus métodos de ensino, que eram passados de pai para filhos ao longo de gerações, com base em suas próprias culturas. Na qual não necessitava de uma escola para alfabetiza-los. Segundo Mortatti (2010)

A alfabetização escolar – entendida como processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua materna, na fase inicial de escolarização de crianças – é um processo complexo e multifacetado que envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão (MORTATTI, 2010, p. 329).

A propósito, ser alfabetizado é um direito de todos, hoje se busca a inclusão dos não alfabetizados dentro desse processo, tanto dentro da esfera Federais como Estaduais ou Municipais. Por outro lado no Brasil muitos anos já se passaram e ainda tem se uma grande quantidade de pessoas não alfabetizadas. Com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE

A **taxa de alfabetização** é importante para avaliarmos a situação educacional e as condições sociais do país. Segundo os resultados do Censo 2010, aproximadamente 91% da população brasileira com dez anos ou mais de idade são alfabetizados. Isto é, temos um percentual de 9% de não-alfabetizados, o que equivale a dizer que aproximadamente 18 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever. Em comparação aos resultados do Censo de 2000, a situação da alfabetização melhorou no país, pois a taxa de analfabetismo diminuiu de 12,8% para 9% em 2010. (BRASIL, [201-], sem paginação)

Apesar disso, a diminuição nesta taxa de pessoas não-alfabetizadas. Infelizmente ainda tem uma taxa muito alta. Que se tiver mais investimentos

dentro da educação alcançará maiores objetivos dentro do processo de ensino e aprendizagem. O processo de alfabetização das crianças é uma fase muito importante para uma sociedade letrada, mas nem sempre ao longo do processo histórico a fase da infância, era considerada como simplesmente uma fase transitória para a fase adulta. Segundo Candan (2015, p.13) “A partir do século XVIII, começa a se pensar em uma nova concepção de infância e de educação. Desenvolvem-se estudos que afirmam que a Educação Infantil deve trabalhar a partir da própria criança e que esta não é um adulto em miniatura”.

Por outro lado, com base na BNCC (2018), define que é

nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BRASIL, 2018, p.57)

Neste aspecto abre um novo olhar para a própria criança, como um ser com suas próprias peculiaridades, com seus défices de aprendizagem e de suas carências, é sem dúvidas na infância que se inicia toda e qualquer formação de sujeito, pois o ser humano não nasce letrado, vai se tornando a medida que a própria vivência, com as imagens e com a sua língua materna, participando assim de um processo educativo dentro de suas próprias culturas.

Do mesmo modo que o processo de educação a criança sempre é o centro do ensino, na qual o educador tem que valorizar o tempo e o processo cognitivo de cada educando, ainda segundo Candan (2015, p. 14) a “educação infantil implica em um sistema de ensino que contemple uma visão total da criança como sujeito integral, histórico e construtor de seu desenvolvimento e conhecimento”.

Dentro de tais concepções a criança é um ser biológico com base em seus aspectos multiculturais de sua própria criação como indivíduo de uma nação na qual pertence e que deve ser trazido para dentro da sala de aula. Dando assim uma maior importância para a infância. Pensando nisto há teorias de aprendizagem que alavancaram o processo de aprendizagem, segundo Teodoro (2013),

A abordagem histórico-cultural de Vigotsky: A aprendizagem leva ao desenvolvimento; - A escola tem a função de ensinar para que a criança se desenvolva; - O professor surge como mediador entre a cultura e o indivíduo; [...] A escrita é um sistema simbólico que media a relação entre o indivíduo e a cultura; - O desenvolvimento psicológico está fundamentado no processo histórico-cultural; (TEODORO, 2013, p. 24).

Neste contexto traz o papel do professor de hoje, que é de mediar o ensino, e deixar o próprio sujeito se desenvolver, não deixando de lado a importância da escola que proporciona o contato com a escrita e a Ciência, formando assim, a criação de novas concepções na mente.

Uma outra teoria que apresenta grande destaque na Psicologia da Educação é o construtivismo de Jean Piaget, na qual defende que o sujeito aprende com base na interação com seu próprio meio, e que o desenvolvimento biológico surge primeiro que o cognitivo e o processo de aprendizagem da criança acontece de forma contínua, por isto o educador tem que dá espaço para as experimentações e para o novo dentro das ações pedagógicas (TEODORO, 2013).

Contudo, esta criança passa pela alfabetização e o letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que segundo Nascimento (2016) diz que:

através do tempo a alfabetização passou ser é um processo no qual o sujeito assimila o conhecimento do alfabeto e o uso do código de comunicação, adquirindo habilidades básicas de leitura e escrita, fazendo a relação do código escrito ao código oral, habilitando a decifrar a codificação e decodificação promovendo a interação tanto da leitura com a escrita (NASCIMENTO, 2016, p. 12).

A alfabetização caminha junto com o processo de letramento, pois a criança entra em contato com a leitura e a escrita, na qual proporciona ao educando compreender, associar, analisar e interpretar com seu próprio meio, com suas concepções críticas. Sobre esta questão o “letramento não condiciona a criança a apenas um processo de codificação e decodificação, mas propicia ao sujeito transcender as linhas e penetrar nas entrelinhas de um texto, seja ele verbal ou não verbal” (CAMARGO; CARDOSO; MONTEIRO, 2016, p. 4).

Neste contexto, a criança se torna um ser capaz de criar, e se tornar ativo na busca pelos conhecimentos científicos, e assim se identificando cada vez mais dentro desta sociedade letrada. Com base nisto a seguir aborda sobre o papel da alfabetização na formação do sujeito.

O PAPEL DA ALFABETIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DO SUJEITO

A criança quando nasce carece ser alfabetizada, na qual inicia desde o primeiro momento que ela entra em contato com a sua língua materna, ao passar dos anos a criança cria suas ideologias próprias, formando assim os seus pensamentos, suas visões, suas perceptivas com relação a sua vida. Segundo Soares e Batista (2005):

O termo alfabetização designa o ensino e o aprendizado de uma tecnologia de representação da linguagem humana, a escrita alfabético-ortográfica. O domínio dessa tecnologia envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos relacionados tanto ao funcionamento desse sistema de representação quanto às capacidades motoras e cognitivas para manipular os instrumentos e equipamentos de escrita (SOARES; BATISTA, 2005, p. 24).

Alfabetizar é buscar associar os sistemas linguísticos da língua materna, representado pela compreensão da ortográfica e o alfabeto, juntamente com a capacidade cognitiva do ser humano, pois cada um tem o seu próprio estado de desenvolvimento.

Dentro desse aspectos podemos citar dois importantes estudos, sendo que o primeiro, o de Piaget que em sua tese piagetiana o processo do desenvolvimento cognitivo segue uma sequência, marcada por etapas com estruturas mentais diferentes, estruturas estas que possui o seu momento próprio de aparecer na fase de desenvolvimento da criança, outro caminho seguido em seus estudos também foi a evolução do conhecimento - epistemologia genética, que se torna o maior êxito e enfoque para o desenvolvimento do sujeito (GAULART, 2010).

O segundo estudo que se pode abordar, e o de Vigotsky, que após observar a capacidade de aprender das crianças sob a orientação de um professor não se encontravam em um mesmo nível, dessa forma ele concluir que as crianças não apresentam uma mesma idade mental, diferenças estas que ele caracterizou por *zona de desenvolvimento proximal*. Por outro lado, apresenta o nível de *desenvolvimento real*, que é o conjunto de fatores que já amadureceram (resultados finais do desenvolvimento), por exemplo se a criança consegue realizar alguma atividade independente, ela já atingiu o desenvolvimento real. Por outro lado, o desenvolvimento mental da criança só acontece com o conjunto dos dois níveis:

zona de desenvolvimento proximal e o *desenvolvimento real*, caracterizado assim o nível de desenvolvimento potencial (GOULART, 2015).

Diante disso, pode se trazer em aspecto a importância da alfabetização e do letramento, que é de desenvolver habilidades necessárias para vida social e profissional, para uma sociedade cheia de exigências em termo moral e ético, para a formação do sujeito. Dessa forma também, exige que o educador saiba desenvolver e facilitar o processo de formação cognitiva das crianças em sua prática pedagógica. Já que o professor tem que oferecer o ensino necessário para o educando. Além de conhecer as abordagens teóricas e práticas para cada nível de desenvolvimento. Segundo Lima (2015) o professor unindo esses dois teóricos (Vygotsky e Piaget), são necessários para o desenvolvimento das Habilidades e competências no processo de ensino e aprendizagem, e além disso ficar atento as necessidades dos discentes, saber o seu papel como educador, analisar a prática e receber e compartilhar ideias com todos.

Em vista que, o conjunto do trabalho desenvolvido pela comunidade escolar vai influenciar na formação dos discentes, pois a escola desenvolve a maior parte dessa formação. Sendo que o professor alfabetizador, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, deve trabalhar de forma que considere os múltiplos usos e funções da escrita, pois na sociedade o potencial refleti criticamente sobre a pessoa na sociedade (CASTANHEIRA; MACIEL; MARTINS, 2009).

Pois, saber ler e escrever, não é o foco principal, para a sociedade de hoje. A exigência vai muito além disto, vai desde ler, escrever, interpretar, decodificar e compreender a essência do texto. “Daí a importância de se perceber a sala de aula como um espaço que possa promover tanto domínio de capacidades específicas da alfabetização, quanto o domínio de conhecimentos e atitudes fundamentais envolvidas nos diversos usos sociais da leitura e da escrita” (CASTANHEIRA; MACIEL; MARTINS, 2009, p. 17). Para as autoras deve haver um equilíbrio entre os processos de alfabetização e letramento.

Neste contexto, Tfouni, Pereira e Assolini (2018), corrobora quando afirma que:

Alfabetizar sem considerar o letramento reduz o processo de leitura e escrita a um mero ato automático de codificação/decodificação de sinais gráficos, e esse “aprendizado” não produz resultados nem faz diferença no cotidiano dos sujeitos, visto que não os torna letrados (TFOUNI; PEREIRA; ASSOLINI, 2018, p.17, grifo dos autores).

Deste modo, apresenta a importância de uma boa alfabetização, pois se caso não seja bem desenvolvida as consequências serão maiores para a vida dessas crianças. O processo de letramento nunca se finaliza, mas a partir das vivências e experiências a pessoa vai se tornando letrada, pois é um processo contínuo, juntamente com a alfabetização do ser.

Salienta-se ainda, que o letramento vai muito além de saber ler e escrever, precisa a interação de ambas dentro e fora da escola, de modo que venha executar as exigências da sociedade atual (MATA; ALENCAR, 2018). Mesmo diante de diversas dificuldades no processo de ensino a etapa de alfabetização, precisa necessariamente ser bem executada, para que este aluno consiga se identificar como sujeito pertencente a esta sociedade, por mais que seja exclusiva, devido as desigualdades sociais. “Para isso, é preciso começar bem cedo, alfabetizar com fascinação e encantamento, despertando o imaginário e a subjetividade, para que estes sujeitos ao longo da vida preservem seus hábitos leitores e escritores (MATA; ALENCAR, 2018, p. 73).

Portanto, a alfabetização é um tipo de prática pedagógica, que envolve diversos saberes necessários a vida do educando, que deve seguir em conjunto com o processo de letramento. A fim de executar uma boa formação social e cidadã dos futuros sujeitos pertencentes a uma sociedade, mesmo em meios as dificuldades pedagógicas para sua formação de sujeito crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após este olhar a respeito da alfabetização e do letramento, percebemos que os anos iniciais de formação do sujeito no contexto escolar, vai muito além desse campo, desde ao desenvolvimento sociocultural, à sociedade na qual está inserido. Atualmente, o indivíduo necessita ser alfabetizado para ser inserido dentro do meio social e profissional. Exige-se que saiba ler, escrever/ decodificar, interpretar. Ou seja, desenvolva habilidades e competências necessárias para exercer e conhecer o seu papel na sociedade.

Em vista disso, a alfabetização e o letramento devem seguir juntos, para que este conhecimento faça real sentido na vida dos discente. Mas para isto ser bem desenvolvido, vai depender de uma boa prática pedagógica, na qual o

formador saiba executar todos os métodos necessários para conseguir atingir os níveis de desenvolvimentos das crianças.

Por isso, que é na fase inicial de alfabetização das crianças, que se começa o processo de alfabetização, pois é nesta fase que ocorre o processo de maturação e desenvolvimento cognitivo da criança. Dessa forma, ao aproximar os sistemas linguístico da língua materna com o sistema de escrita consegue-se alfabetizar o sujeito.

Sujeitos estes que sejam capazes de se tornar seres pensantes, letrados e críticos para a sua completa cidadania. Mesmo diante da exclusão, devido as desigualdades sociais, pois no mundo contemporâneo a formação é contínua e o letramento acontece todos os dias da vida do ser humano.

Portanto, a escola é quem dá início a alfabetização formal, na qual a criança entra em contato ao ser inserida nela, e ao mesmo tempo usa-se de métodos pedagógicos que valorize cada vez mais a alfabetização informal. Assim como, compreende o meio em que esta criança está inserida.

Tudo isto em prol de alcançar a formação do sujeito dentro de uma sociedade letrada, que os indivíduos seja o futuro de uma sociedade, deixando de lado o analfabetismo. Mas tudo isto vai depender das políticas educacional voltadas para o processo de alfabetização, assim como a realização de boas práticas pedagógicas. Afim de garantir os direitos desses sujeitos, como ser crítico e consciente de suas responsabilidades e competências dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Vamos conhecer o Brasil**, [201-], sem paginação. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/educacao.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. BNCC: Base Nacional Comum Curricular. Ministério de Educação, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Disponível em: 22 set. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em:

<http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf>.

Acesso em: 22 set. 2018.

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

CADAN, Lucimara. **Alfabetização e letramento na educação infantil**. 2015. 34 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Campus Medianeira, PR. <<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4663>>. Acesso em: 22 set. 2018.

CAMARGO, Gislene; CARDOSO, Marina Vieira; MONTEIRO, Fernanda Miranda. A Escrita e a Leitura na Educação Infantil: Uma Perspectiva De Letramento. **Linguagem, Ensino e Educação-LENDU**, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/lendu/article/view/2607/2447>>. Acesso em: 15 set. 2018.

CASTANHEIRA, Mari Lúcia Castanheira; MACIEL, Francisca Izabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, Ceale, 2009.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Alfabetização no ciclo inicial do ensino fundamental de nove anos: reflexões sobre as proposições do Ministério da Educação. **Cadernos Cedes**, v. 33, n. 89, p. 35-49, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622013000100003&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 22 set. 2018.

GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da educação: Fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.198.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Wiviani Simonaci de. Reparação pedagógica de leitura e escrita nos alunos do 4º ano das escolas municipais de João Pessoa. In: CANANÉA, Fernando Abath. **Contextos: saberes e práticas educacionais**. João Pessoa: Editora Imprell, 2015, p. 195-2009.

LOPES, Janine Ramos; ABREU, Maria Celeste Matos de; MATTOS, Maria Célia Elias. **Caderno do educador: alfabetização e letramento 1**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. p. 68. (Programa Escola Ativa). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5707-escola-ativa-alfabetizacao1-educador&Itemid=30192>. Acesso em: 22 set. 2018.

MATA, Cleidiana Francisca da; ALENCAR, Iolanda da Silva. A importância das práticas de leitura na formação da competência leitora. In: OLIVEIRA, Stanley Braz de; TOMAZ, Jane maria dos Santos Gonçalves; SOUSA, Alex da Silva. **Diálogos Interdisciplinares**. 1ed. Piauí: FAM, p. 68- 80.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**. Editora Autores Associados, v. 15, n. 44, p. 329-341, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/30080>>. Acesso em: 15 set. 2018.

NASCIMENTO, Maria Cristina Carvalho. **Alfabetizar e letrar no contexto atual**. 2. ed. Natal: editora da UFRN, 2016. Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2200>>. Acesso em: 15 set. 2018.

OLIVEIRA, Larissa B. L; LEÃO, Deusmaura Vieira. A alfabetização e as contribuições de Emília Ferreiro. **Ciclo Revista**, [S.l.], v. 3, n. 1, set. 2018. ISSN 2526-8082. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/ciclo/article/view/741>>. Acesso em: 22 set. 2018.

SOARES, Magda Becker; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Alfabetização e letramento: caderno do professor**, Belo horizonte: Ceale/FaE/UFGM, 2005. 64 p. (Coleção Alfabetização e Letramento). Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2001%20Alfabetizacao_Letramento.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

TEODORO, Wagner Luiz Garcia. Aprendizagem. In: _____. **O desenvolvimento infantil de 0 a 6 anos e a vida pré-escolar**. Uberlândia: 2013, p. 20-29. Disponível em: <<http://saudeglobalpsicologia.blogspot.com.br>>. Acesso em 15 nov. 2018.

TFOUNI, Leda Verdiani; PEREIRA, Anderson de Carvalho; ASSOLINI, Filomena Elaine Paiva. Letramento e alfabetização e o cotidiano: vozes dispersas, caminhos alternativos. **Calidoscópico**, v. 16, n. 1, p. 16-24, 2018. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2018.161.02>>. Acesso em: 15 set. 2018.

**APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA
POR AUSUBEL**

**BIANCA DIAS DE SOUSA
ELIANE FERREIRA VILLANOVA,
JUCINEIDE SANTOS DE NEGREIROS,
HELLEN CRISTINA OLIVEIRA ALVES**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há algum tempo se discute a necessidade de mudanças na forma de ensino chamada tradicional, sendo muitas as teorias desenvolvidas visando alcançar essas mudanças. As áreas afetiva, cognitiva e psicomotora estão interligadas, pois algumas experiências afetivas podem vir acompanhadas de experiências cognitivas, enquanto a aprendizagem cognitiva é geralmente importante na aquisição de habilidades psicomotoras.

Vamos aqui focar na teoria cognitiva, ou cognitivismo, que tem como premissa a existência de uma estrutura cognitiva na qual há armazenamento, organização e interação no processamento de informações.

A psicologia cognitivista é uma parte da psicologia que se preocupa com o processo da compreensão, transformação, armazenamento e uso da informação envolvida na cognição (MOREIRA; MASINI, 2006).

Entre os teóricos do cognitivismo, estudaremos aqui Ausubel, por ter uma teoria voltada para a aprendizagem como ocorre na sala de aula, dando importância aos conhecimentos que o aluno já possui e que servirão como ponto de ancoragem para novas informações, transformando, assim, o conhecimento já existente na estrutura cognitiva.

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Quando aprendemos algo novo, que se relaciona com conhecimentos já existentes em nossa estrutura cognitiva, entende-se que essa aprendizagem ocorreu de forma significativa devido às informações já existentes.

Segundo Moreira,

Para Ausubel, aprendizagem significativa é um processo por meio do qual uma nova informação relaciona-se com um aspecto especificamente relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo, ou seja, este processo envolve a interação da nova informação com uma estrutura de conhecimento específica, a qual Ausubel define como conceito subsunçor, ou simplesmente subsunçor, existente na estrutura cognitiva do indivíduo. A aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação ancora-se em conceitos ou proposições relevantes, preexistentes na estrutura cognitiva do aprendiz. (MOREIRA, 2011, p.161)

Por exemplo, no ensino dos conceitos de Física, como força e campo eletromagnéticos, levar-se-ia em consideração que o aluno tem algum conhecimento prévio sobre o que são força e campo, já identificados pelo professor, podendo fazer uso desses conceitos existentes como ancoradouros para essas novas informações. Dentro de sua Teoria de Aprendizagem Significativa, Ausubel nomeia esses conhecimentos já existentes, que servem de ancoradouros, de subsunçores. Esse processo de ancoragem de novas informações leva a um crescimento do conhecimento da estrutura cognitiva, bem como uma mudança do conceito subsunçor, dependendo se esses conceitos existentes sejam abrangentes ou limitados.

Na aprendizagem significativa, o armazenamento das informações se dá com a formação de uma estrutura hierárquica organizada, na qual conceitos específicos se ligam a conceitos mais gerais já existentes na estrutura cognitiva.

Segundo Moreira,

Ausubel vê o armazenamento de informações no cérebro humano como sendo organizado, formando uma hierarquia conceitual, na qual elementos mais específicos de conhecimento são ligados (e assimilados) a conceitos mais gerais, mais inclusivos. Estrutura cognitiva significa, portanto, uma estrutura hierárquica de conceitos que são representações de experiências sensoriais do indivíduo. (MOREIRA, 2011, p.161)

Quando ocorre a aprendizagem de uma informação completamente nova, ou seja, quando na estrutura cognitiva não existem subsunçores para que essa nova informação ancore-se, ocorre um armazenamento arbitrário em que não há interação entre a nova informação e as já existentes na estrutura cognitiva. Temos, então, a aprendizagem mecânica, como por exemplo, a memorização de fórmulas matemáticas, ou o primeiro contato que o indivíduo tem com uma língua nova. Estas informações são armazenadas arbitrariamente.

Conforme Moreira,

Ausubel não estabelece a distinção entre aprendizagem significativa e aprendizagem mecânica como sendo uma dicotomia e sim como um contínuo. Da mesma forma, essa distinção não deve ser confundida com a distinção entre aprendizagem por descoberta e aprendizagem por recepção. (MOREIRA, 2011, p.162)

Na aprendizagem por recepção, o aprendiz recebe todo o conteúdo a ser aprendido já na sua forma final, passado pelo professor, sem que o aprendiz

busque pelo conhecimento. Na aprendizagem por descoberta, o professor lança questionamentos ao aprendiz, instigando-o a buscar o conhecimento, levando-o a fazer descobertas, que serão significativas se as informações novas ligarem-se as já existentes havendo, assim, aprendizagem significativa.

A aprendizagem mecânica ocorre quando o indivíduo não tem nenhuma informação sobre o conteúdo novo armazenado em sua estrutura cognitiva, como por exemplo, quando uma criança pequena na fase de formação de conceitos. Mas na idade escolar, fase na qual Ausubel centra sua teoria, a criança possui um conjunto de conceitos que possibilita a ocorrência da aprendizagem significativa, permitindo a formação de novos conceitos e as mudanças de alguns já existentes. Ocorre, então, a ampliação da estrutura cognitiva, sendo grande parte desses novos conceitos formados por assimilação, diferenciação progressiva e reconciliação integrativa de conceitos.

O foco principal da teoria da aprendizagem é o conhecimento prévio do aprendiz e que é a partir deste que o professor deve ensinar. Para isso, Ausubel sugere o uso de organizadores prévios que servirão de ponte entre o conteúdo já existente e o novo a ser aprendido. Esses organizadores prévios podem ser imagens, filmes, um texto introdutório, um objeto, etc., ou seja, algo que sirva para mediar a aprendizagem, que faça o aprendiz associar a nova informação as já existentes na estrutura cognitiva.

Segundo Ausubel:

[...] a essência do processo de aprendizagem significativa é que ideias simbolicamente expressas sejam relacionadas de maneira substantiva (não literal) e não arbitrária ao que o aprendiz já sabe, ou seja, a algum aspecto de sua estrutura cognitiva especificamente relevante para a aprendizagem dessas ideias. Este aspecto especificamente relevante pode ser, por exemplo, uma imagem, um símbolo, um conceito, uma proposição, já significativo. (AUSUBEL, 1978, p. 41)

Para que ocorra a aprendizagem significativa é necessário que o material a ser aprendido possa ser relacionado com o material existente na estrutura cognitiva do aprendiz. É preciso que esse material faça sentido, que seja significativo, ou seja, não arbitrário e que se relacione de maneira substantiva com o conteúdo da estrutura significativa.

Além disso, é necessário que o aprendiz esteja disposto a aprender. Sendo assim, mesmo que a matéria a ser aprendida seja significativa e o aprendiz não se empenhe em relacionar a nova informação com as existentes na sua estrutura

cognitiva não haverá aprendizagem significativa. Bem como mesmo que o aprendiz demonstre interesse em aprender, mas o conteúdo a ser aprendido não seja significativo também não haverá aprendizagem significativa.

Ausubel acreditava que para a aprendizagem ser significativa para o sujeito, necessitamos ter uma compreensão genuína dos conceitos ou proposição. Essa compreensão nada mais é que, um entendimento verdadeiro dos conteúdos apresentados para o aprendiz. A compreensão genuína é alcançada quando o aprendiz toma posse de significados claros e precisos, diferenciados e transferíveis.

Ausubel preocupava-se com a aprendizagem mecânica, pois os alunos frequentemente apresentavam resposta memorizada quando questionados sobre um conceito ou proposição. Avaliando essa situação, percebe-se que esse hábito de memorizar é consequência de uma grande experiência de fazer testes / provas avaliativas. Isso ocorre porque ao invés dos alunos se preocuparem com sua aprendizagem, se preocupam com as notas que irão obter. Esse é um grande obstáculo que os professores enfrentam.

A metodologia utilizada pelo professor também tem grande influência no aprendizado dos alunos. Para evitar a “simulação de aprendizagem significativa” o professor deve desfrutar de sua habilidade e criatividade para dar aula. É importante que os orientadores dominem o conteúdo ministrado e que, além do material instrucional, os professores usem outros instrumentos de ensino. As questões nas avaliações devem ser formuladas de forma aberta, para que o aluno não apresente uma resposta mecânica e saiba discorrer sobre os conceitos que estão sendo avaliados.

Ausubel diferencia a aprendizagem significativa em três, sendo elas: a aprendizagem representacional, a aprendizagem de conceitos e a aprendizagem proposicional. A representacional é a aprendizagem mais básica, onde as palavras são utilizadas como símbolos para representar um determinado conceito, evento ou objeto, como por exemplo, um objeto circular é representado com a palavra “bola”. Nessa aprendizagem as palavras são identidades para os conceitos, objetos e eventos.

Para Moreira,

Envolve a atribuição de significados a determinados símbolos (tipicamente palavras), isto é, a identificação, em significado, de símbolos com seus referentes, (objetivo, eventos, conceitos). Os símbolos passam a significar, para o

indivíduo, aquilo que seus referentes significam. (MOREIRA, 2011, p. 165)

A aprendizagem de conceitos também é representacional, mas agora em um nível mais abrangente e abstrato. A representação dos conceitos, eventos e objetos nesse tipo de aprendizagem agora é genérica e categórica. Dois processos de aquisição de conceitos são utilizados, sendo eles, a formação e assimilação.

No processo de formação de conceitos, a aprendizagem ocorre a partir da experiência e interação com outros. Por exemplo, uma criança aprende o que é uma bola quando manipula o objeto represento com a palavra bola.

Já no processo de assimilação, o conceito é formulado de acordo com a ampliação do vocabulário. Exemplo deste processo são as diferentes bolas que existem, permitindo que o aprendiz assimile uma determinada bola diferente à ideia de bola já formulada em sua mente.

A aprendizagem proporcional é uma aprendizagem mais complexa, pois nela o aprendiz tem a capacidade de fazer combinações e relações de várias palavras, para formular uma nova proposição.

Moreira afirma que:

Na aprendizagem proposicional, contrariamente à aprendizagem representacional, a tarefa não é aprender significativamente o que palavras isoladas ou combinadas representam, mas, sim, aprender o significado de ideias em forma de proposição. (MOREIRA, 2011, p. 165)

A partir da teoria da assimilação formulada por Ausubel, pode-se compreender o processo de aprendizagem que ocorre quando um aprendiz tem acesso a uma nova informação e consegue assimila-la a um conceito subsunçor existente na estrutura cognitiva. Esse processo acontece da seguinte forma:

Nova informação potencialmente significativa →	Relacionada a, e assimilada por →	Conceito subsunçor existente na estrutura cognitiva →	Produto interacional (subsunçor modificado) →
A		A	A'a

“... é um processo que ocorre quando um conceito ou proposição a, potencialmente significativo, é assimilado sob uma ideia ou conceito mais inclusivo, já existente na estrutura cognitiva, como um exemplo, extensão,

elaboração ou qualificação do mesmo. Tal como sugerido no diagrama, não só a nova informação a, mas também o conceito subsunçor A, com qual ela se relaciona, são modificados pela interação. Além disso, a' e A' permanecem relacionados como coparticipantes de uma nova unidade a 'A' que, em última análise, é o subsunçor modificado." (MOREIRA, 2011, p. 166)

Podemos usar o exemplo da bola para entender melhor esse processo. A criança tem acesso uma nova informação "bola de basquete" (a) e relaciona esse novo tipo de bola ao um conceito do objeto circular já existente na estrutura cognitiva, sendo nesse caso a "bola de futebol" (A). Depois que as informações são assimiladas, o subsunçor é modificado (A'a), pois agora a criança conhece a bola de basquete e a bola de futebol. Conforme outros tipos de bolas forem apresentados a esse aprendiz, serão assimiladas ao subsunçor existente "bola de basquete e bola de futebol".

Além dos tipos de aprendizagem apresentados por Ausubel, temos também as formas de aprendizagem, sendo elas, subordinada, superordenada e combinatória. Na aprendizagem subordinada, uma nova informação será subordinada a ideias pré-existentes mais gerais e abrangentes. Quando uma baleia é a nova informação disponível ao aprendiz, o mesmo irá assimilar essa informação a uma classe de mamíferos pré-existente na estrutura cognitiva.

Na aprendizagem superordenada ocorre o oposto, a informação que chega é mais ampla que o material pré-existente disponível, exemplo disso é o processo de alfabetização. Uma criança que conhece apenas as vogais terá que aprender ainda as consoantes para poder conhecer todo o alfabeto. Logo, percebe-se que as consoantes (nova informação) são mais amplas do que as vogais (material pré-existente).

Na aprendizagem combinatória, por sua vez, a nova informação será relacionada aos subsunçores existentes, porém está não será subordinada e nem irá subordinar. Basicamente, a informação que chega não pode ser assimilada por outras, e nem é capaz de assimilá-las. O uso de analogias é necessário nesse processo. Um professor ao dar aula sobre células usa a estrutura do ovo para explicá-las, fazendo assim comparação entre esses materiais.

Dependendo de como ocorre à ancoragem das informações novas na estrutura cognitiva, temos dois processos: a diferenciação progressiva, que ocorre na aprendizagem significativa subordinada, e a reconciliação integrativa,

na aprendizagem superordenada, na qual as ideias estabelecidas na estrutura cognitiva são reconhecidas e relacionadas.

Os subsunçores iniciais e também os subsunçores modificados são formados pela variedade de informação que aprendemos. Na aprendizagem subordinada por diferenciação progressiva, por exemplo, o subsunçor inicial “sal de cozinha” é modificado quando recebe informações sobre outros tipos de sal de cozinha de outros países, podendo mudar de cor, mas que tem a mesma utilidade.

Outra forma de aprendizagem é a superordenada e combinatória por reconciliação integrativa, na qual o subsunçor inicial “sal de cozinha” foi modificado para o nome “sal Kocher” que é dado a todo tipo de sal em determinado país. Nesta aprendizagem o sujeito teve o subsunçor modificado. Na forma de aprendizagem superordenada e combinatória por reconciliação integrativa, as ideias são reorganizadas e reconciliadas. As informações se juntam sobre um determinado conceito, os conceitos vão passando pelo sujeito e ele vai evoluindo e adquirindo novos subsunçores, preparando-se, assim, para um novo subsunçor que irá surgir.

Ausubel fala sobre a relevância do papel do professor para que ocorra realmente uma aprendizagem significativa e cita algumas ideias de como interagir com o aluno no mundo das novas aprendizagens. Em sua teoria, o professor é um facilitador dessas aprendizagens e deve buscar identificar a estrutura do seu aluno, proporcionando a estas maneiras e formas de aprender. Daí surge o interesse pela descoberta.

Assim, ao ensinar como é que acontece algo que despertou interesse no aluno, ele vai ampliar seus conhecimentos e o professor irá interagir junto com ele, nos pontos pertinentes ao aluno.

Para Ausubel, toda criança traz algo na sua realidade e assim podemos chegar ao mundo dela, construir com ela questões a serem resolvidas ou debatidas na sala de aula, e deste modo interagir e construir a tese na qual o aluno irá descobrir o aprendizado utilizando o conhecimento que a criança já possui.

Conforme esta teoria, o aluno no início da aula deve receber uma questão a ser resolvida, e o professor contextualizar ou colocar a criança a ter dúvidas sobre um determinado questionamento. Assim, temos o início do processo a ser trabalhado em sala de aula.

O mais importante na ajuda da aprendizagem do aluno seria, portanto, o que ele trás, o que ele já sabe, e assim cabe ao professor fazer esse estudo sobre o seu aluno e ensinar de acordo com sua aprendizagem. Cabe ao professor trazer informações de determinado conteúdo, expor ao aluno informações para ele mesmo discutir em equipe e depois em um estudo individualizado, mas com orientação do professor, que deve despertar no aluno a curiosidade, o desejo de caminhar adiante e buscar novos conhecimentos, pois para Ausubel o aprendizado não tem fim.

Ausubel valoriza o aluno como parte fundamental da aprendizagem, pois é nele que já estão disponíveis os subsunçores a serem explorados. Em sua teoria, o primeiro fator cognitivo mais importante do aprendiz é a estrutura cognitiva, que se desenvolve no momento da aprendizagem. Ela pode ser influenciada substantivamente e programaticamente e, assim, o docente apresentar seus resultados, aonde chegar, os resultados, avanço nos resultados, objetivos alcançados e buscar melhoria para os próximos trabalhos.

Portanto, a partir desse ponto surge nele o interesse pela descoberta. Ensinar a entender a cadeia alimentar, como acontece, a poluição dos rios e outros contextos que tragam pesquisa e elaboração de ideias, pode ser feito, por exemplo, através de mapas conceituais de cada contexto e explicações para o aluno sobre a forma como ocorre o processo. Através do mapa, o aluno se apropria de conhecimento que venha a favorecer sua aprendizagem e através desta aprendizagem, desenvolve outras formas de aprender.

O professor pode identificar os subsunçores que o aluno deveria ter na sua aprendizagem e através deles aprender significativamente, ou seja, buscar nele alguns conhecimentos que já possui, se o aprendiz já sabe sobre poluição, e depois diagnosticar, antes de ensinar algo, se o aluno já traz informações sobre determinado assunto ou até mesmo se sabe compreender um mapa conceitual. Feito isto, o professor deve ensinar de modo que facilite a aprendizagem do aluno, usando recursos que ele já tem na sua estrutura cognitiva, os organizadores prévios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria de Ausubel é focada na aprendizagem cognitiva ou aprendizagem significativa. Segundo ele, a linguagem é o mais importante

facilitador da aprendizagem. Essa aprendizagem é ampliada pelo desenvolvimento das palavras que são ensinadas e a linguagem facilita a aprendizagem das palavras. É através deste mecanismo humano que as palavras são introduzidas ocorrendo à aprendizagem significativa. Elas são armazenadas, criando uma vasta ideia de informações de qualquer campo de conhecimento. Para Ausubel o ensino de sala é um campo fechado de conceito, no qual aprender é, portanto, um processo dinâmico. Então, cabe ao professor buscar meios para incentivar a aprendizagem significativa, já que esta desperta o prazer por aprender, evitando a aprendizagem mecânica como única forma de aprendizado.

REFERÊNCIAS

MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de aprendizagem**. 2. Ed. Ampl. São Paulo: EPU, 2011.

AUSUBEL, David Paul. **Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva**. 1 ed. Lisboa: Paralelo Editora, LDA, 1963.

SOUZA, Marcus V. Linhares et al. **Aprendizagem significativa na relação professor-aluno**. Revista de C. Humanas, Viçosa, v. 13, n. 2, p. 407-420, jul. / dez. 2013.

**LEITURA, AVALIAÇÃO E O PAPEL
DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

JANETE PAES DE MACÊDO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil vem sendo muito discutida, pelo fato de ser considerada elemento primordial para a construção de uma sociedade mais reflexiva e igualitária. Por isso, as escolas desde as séries iniciais precisam pensar em uma educação transformadora, e não bancária, como diz Paulo freire (1970), que ressalta que as escolas só depositam conteúdos nos alunos.

O processo inicial de ensino-aprendizagem das crianças acontece nas instituições de Educação Infantil, pois é nesse local que irá ocorrer o contato e troca de conhecimentos com os adultos (professores) e outras crianças de diferentes origens sociais e culturais, fazendo dessa interação um espaço de experiências educativas, o que permite condições para as crianças se conhecerem, se descobrirem, buscarem sua autonomia e entenderem as relações éticas e morais que constituem a sociedade.

Na Educação Infantil as questões estarão ligadas ao cuidar, brincar, e educar para com a criança; processos da construção da identidade e autonomia das crianças, são trabalhadas, principalmente no que diz respeito a higiene pessoal, alimentação, sono; e ainda deve-se discutir sobre o conhecimento do mundo, valores éticos e morais, ressaltando a importância do movimento para o desenvolvimento das crianças, a contribuição da música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e a matemática na educação infantil.

Nesse contexto, o principal mediador será o professor da Educação Infantil. Diante disso surgiu o seguinte questionamento: qual o papel do professor da Educação Infantil, em relação ao incentivo ao hábito da leitura e avaliação? Tendo como consequência a seguinte pesquisa, intitulada Leitura, avaliação e o papel do professor da Educação Infantil.

O objeto geral é entender a contribuição do professor no processo ensino-aprendizagem da Educação Infantil. E ainda como específicos: entender a contribuição da leitura na formação das crianças na Educação Infantil; discutir sobre a avaliação na Educação Infantil; compreender práticas pedagógicas do professor na Educação Infantil.

A metodologia para a realização deste trabalho, baseia-se em pesquisas bibliográficas, como artigos, teses da internet, e livros referentes a presente temática.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mesmo com importantes conquistas sendo alcançadas no campo da Educação Infantil, como o seu reconhecimento como primeira fase da Educação Básica no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), alguns desafios ainda são enfrentados, mostrando a relevância de uma discussão mais ampla e detalhada sobre essa etapa da educação básica, pois algumas práticas pedagógicas e com as crianças se encontram distantes do que realmente descreve o documento legal.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), a Educação Infantil é a

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (DCNEI, 2010. p. 12).

Diante dos desafios desta etapa da educação básica, uma delas é entender que o professor da educação infantil não exerce apenas o papel de transmissor do conhecimento, mas tem por responsabilidade escutar a criança sobre seus desejos, seus sonhos e vontades, e ainda ter clareza sobre as diretrizes da Educação Infantil e os direitos da criança, colocando assim em seu planejamento o que deve ser discutido e as estratégias utilizadas para facilitar o trabalho em sala de aula, tendo como consequência um trabalho pedagógico consistente.

O fato das crianças se sentirem aceitas, cuidadas, ouvidas e amadas permite a segurança para a formação

pessoal e social de cada uma. As situações que permitem atuarem sozinhas, fazendo escolhas, demonstrando suas opiniões possibilitam desde muito cedo o favorecimento a auto-estima e segurança, aspectos importantes na formação da criança.

Muitas vezes, os professores tomam decisões isoladamente, agindo intuitivamente, ou conforme o costume, sem pensar que existam princípios e bons critérios para apoiar essa tarefa. Para planejar o trabalho da Educação Infantil é importante conhecer o grupo de crianças, seus interesses, seu desenvolvimento, o grau de autonomia que elas têm para resolver problemas diversos, as características próprias da faixa etária, a experiência construída na sua história fora da instituição educativa, bem como nos anos anteriores em que frequentou um espaço educativo. Mas não só isso. Além dos conhecimentos sobre as crianças, é fundamental o professor considerar alguns princípios e referências que podem tornar o trabalho pedagógico mais engajado com um projeto de Educação Infantil brasileira e, sobretudo, com o projeto educativo de sua própria instituição (OLIVEIRA, 2012. p. 44).

Deste modo, fica claro que o professor tem que procurar conhecer todo o contexto histórico, social e escolar das crianças para que o ensino-aprendizagem tenha resultados concretos e seguros. Trabalhar de maneira isolada, como de costume, com apenas suas concepções, mostra que o professor não se importa pela profissão nem pelo ensino-aprendizagem das crianças como deveria. O planejamento inicial do professor é uma tarefa que traz grandes desafios, mas é a partir disso que se tornará possível os resultados esperados.

Planejar é estudar e organizar situações de aprendizagem para as crianças. Se o professor tem boa formação e é investigativo, ele não precisa dominar todos os conhecimentos que podem se fazer presentes no grupo, ele faz sua formação continuamente junto com as crianças e em momentos de pesquisa e reflexão com seus colegas. A postura do professor deve ser a de organizador, mediador e elaborador de materiais, ambientes e atividades que

permitirão às crianças construir ações sobre objetos e formas de pensamento (BARBOSA, 2009. p. 36).

Quando as crianças são levadas pelos pais para a Educação Infantil, muitas vezes choram e estranham o ambiente, pois aquele espaço é uma novidade para elas. Algumas crianças passam pela primeira vez por a situação que ficam sem os pais ou sem os responsáveis, e elas se sentem desprotegidas, de certa forma. Por isso as creches e pré-escolas, precisam criar um ambiente agradável, faz-se importante os professores e toda a equipe pedagógica, juntamente com as merendeiras, vigias e todos os funcionários procurarem ser carinhosos, responsáveis e pacientes com as crianças.

Educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (RCNEI,1998. v. I p. 23).

Sendo assim, os professores irão trabalhar muito com o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças, pois “o professor, consciente de que o vínculo é, para a criança, fonte contínua de significações, reconhece e valoriza a relação interpessoal” (RCNEI, 1998. v. I p. 49.).

Os professores também terão que organizar a sala, para ser um ambiente bem agradável, com muitos brinquedos, colchões, salas coloridas, que seja favorável para o bem-estar das crianças. “Situações como essas ilustram o quanto a organização dos ambientes das instituições de Educação Infantil está em íntima relação com o projeto pedagógico construído por sua equipe” (OLIVEIRA, 2012. p. 75). Pois se a equipe pedagógica considera a criança como alguém ativa e curiosa o ambiente será organizado de maneira que proporcione diferentes experiências e aprendizagens, garantindo a continuidade dos conhecimentos que a criança já possui.

A rotina das atividades deverá ser bem planejada destacando o horário da aula, a hora de brincar, lanchar, dormir, assistir televisão e a hora da escovação. O professor ao chegar na educação infantil, terá a responsabilidade de cuidar e educar as crianças de forma que inclua todas sem discriminação, levando em consideração a realidade cultural e social de cada criança. Torna-se muito relevante o professor perceber a curiosidade das crianças em conhecer o mundo que o cerca, por isso seu trabalho deve orientar e estimular as experiências por

elas vividas em seu cotidiano, para que no seu dia a dia elas possam associar as situações e construir seu próprio conhecimento (AMATO, 2011).

E é nas situações de atividades coletivas, tanto com os professores como com as outras crianças, que a criança irá mais aprender. “Uma proposta como essa demandará professores que entendam o significado dessa exploração, estimulando as diferentes interações das crianças” (OLIVEIRA, 2012. p. 74). Assim, elas criarão novos conhecimentos e interesses, e mais tarde alcançarão sua autonomia, não que o professor estará sempre presente para fazer a atividade, mas irá auxiliar e ensinar como se faz.

A participação tem um papel importantíssimo na aprendizagem das crianças pequenas. É no convívio com os diferentes parceiros, inicialmente os adultos e depois outras crianças, que elas fazem suas primeiras aprendizagens. É ao fazer junto, ao colaborar em tarefas, ao decidir em conjunto com outras pessoas mais experientes, que as crianças aprendem. Portanto, no convívio, nas ações e iniciativas que realizam, elas vão constituindo seus próprios percursos formativos, ou seja, criam seus caminhos dentro de uma cultura, aprendendo a se desenvolver com autonomia (BARBOSA, 2009. p. 28).

Nesse ciclo da educação, exige muito do trabalho do professor e de suas competências polivalentes. “Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento” (RCNEI, 1998. v.I. p. 41). Dentro disso, há a necessidade de uma formação mais ampla e unificadora para educadores infantis e de uma reestruturação dos planos de carreira que levem em consideração os conhecimentos já acumulados devido ao seu exercício profissional, bem como possibilite a atualização profissional, ou seja, sua formação continuada. O que possibilitará a reflexão constante sobre sua prática e o debate contínuo com seus colegas de trabalho e a comunidade escolar.

Nessa perspectiva, os professores da educação infantil corresponderão as exigências do mundo atual e das crianças.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Além de sua formação acadêmica o professor pode por si só investir na sua formação pessoal, como em relação ao prazer em ler, e conseqüentemente a profissional, pois a leitura é muito importante desde anos iniciais da educação, e quando o professor é estimulado pela leitura as crianças também serão. Será de sua responsabilidade proporcionar aos alunos espaços adequados de leitura, transformando estes espaços em situações prazerosas de aprendizagem.

A leitura se faz presente na vida das pessoas desde muito cedo, e quanto mais cedo tiverem contato com os livros maiores serão as chances de gostarem de ler. No caso das crianças da Educação Infantil, ao pegarem um livro, folhearem e observarem as figuras, á sua maneira está praticando a leitura, ocorrendo assim, de certo modo, experiências e vivências de prática de leitura.

O livro faz parte do cotidiano da Educação Infantil desde o berçário até os grupos finais. As crianças desde muito pequenas já manipulam o objeto livro, em suas diferentes formas e de diferentes maneiras, a fim de reconhecer e explorar aquele objeto fornecido pelas educadoras no ambiente da creche. Além de manipular, sentir e observar as crianças também escutam as histórias narradas por seus professores partir da leitura do livro. Trabalho esse que acontece, ou deveria acontecer, em todas as turmas, independente da idade das crianças com uma frequência diária e até, várias vezes ao dia (ONESTI, 2014. p. 02).

“A linguagem visual, a oral e a escrita estão diretamente interligadas no momento em que a criança explora um livro infantil” (ONESTI, 2014. p. 02), ou seja, ao pegarem o livro e senti-lo, e observar as imagens, através da leitura feita pelo professor, e associando a fala do professor aos códigos (letras) que ainda não foram decifrados por elas, respectivamente.

No espaço escolar a leitura realizada pelo professor tem por objetivo envolver as crianças ao ponto de gerar satisfação, e conseqüentemente formar leitores competentes e capazes de produzir textos coerentes, interpretar vários gêneros literários, escrever ortograficamente e ainda sujeitos pensantes e atuantes perante a sociedade.

A leitura serve ao propósito de levar o indivíduo a descobrir novos mundos, a interpretar a escrita de forma sistematizada e conclusa. A leitura é essencial para a inserção do ser humano na sociedade, o incentivo a leitura começa muito cedo na infância,

onde a criança começa a descobrir o mundo da imaginação e descobertas. O indivíduo que não busca por compreender a escrita, se fecha e se torna prisioneiro em si. Entretanto, a leitura é libertadora, a partir do momento que a mesma passa a ser realizada de maneira reflexiva (COELHO; MACHADO, 2015. p. 04).

É função da escola trabalhar a formação de leitores críticos e capazes de compreender a realidade em que vive e questionadores diante dos acontecimentos do mundo, assim determinando ações para o futuro. A leitura tem a capacidade de transformar o indivíduo, estimula o uso e o treino de capacidades intelectuais e espirituais, como a discernir, a identificar, pensar e imaginar. “A escola nesse contexto tem a função de criar condições e intervir para que os alunos se tornem bons leitores a fim de torná-los capazes de ler, para buscar informação, ler para se divertir, ler para aprender, dentre outros objetivos” (BARROS; SANTOS. s/d. p. 02).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), a Educação Infantil deve garantir experiências que “possibilitem às crianças experiências de narrativas, e apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;” (DCNEI, 2010. p. 25). A leitura é uma atividade essencial, na qual todos professores podem realizá-la, cabe ao professor estudar de que maneira a atividade será desenvolvida para que as crianças sintam interesse e curiosidade pela leitura, seja de forma oral, em peça teatral, através de imagens, sempre relacionando a leitura.

É preciso instigar o gosto pela leitura na criança, pois o tempo todo elas se defrontam com escritos ao seu redor. A imitação faz parte do processo de aprendizagem da criança, destarte ver outras pessoas lendo, nesse caso os professores, é importante para as suas primeiras experiências com a leitura.

Conforme Kretzmann; Rodrigues (s/d)

Aprende-se a ler vendo outras pessoas lerem, prestando atenção às leituras que elas fazem para si, tentando ler, experimentando e errando. Se desde pequena a criança tiver contato com a leitura, sendo estimulada por aqueles que com ela convivem em casa e na escola, são grandes as chances de ela ser uma leitora efetiva e assídua. A leitura de histórias é um momento que proporciona à criança o conhecimento da forma de viver, pensar, agir de outras culturas, de outros tempos e lugares bem como o universo de valores (KRETZMANN; RODRIGUES, s/d. p. 395).

Como afirma Abramovich, “ouvir histórias é viver um momento de gostosura, de prazer, de divertimento dos melhores...é encantamento, maravilhamento, sedução. O livro da criança que ainda não lê é a história contada” (ABRAMOVICH, 1997. p. 24). É muito importante para qualquer criança que ainda não saiba ler ouvir muitas histórias, esse é o início da aprendizagem para ser um leitor cheio de descobertas, imaginações e compreensões do mundo.

Um dos primeiros contatos da criança com a leitura deve ser oralmente, através das histórias lidas pelos pais, avós, e na Educação Infantil pelo professor. É através da história que a criança poderá descobrir outros lugares, personagens, outros modos de vida. “É também suscitar o imaginário, é ter a curiosidade respondida em relação a tantas perguntas” (ABRAMOVICH, 1997. p. 17).

Como afirma o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998),

O ato de leitura é um ato cultural e social. Quando o professor faz uma seleção prévia da história que irá contar para as crianças, independentemente da idade delas, dando atenção para a inteligibilidade e riqueza do texto, para a nitidez e beleza das ilustrações, ele permite às crianças construírem um sentimento de curiosidade pelo livro (ou revista, gibi etc.) e pela escrita. A importância dos livros e demais portadores de textos é incorporada pelas crianças, também, quando o professor organiza o ambiente de tal forma que haja um local especial para livros, gibis, revistas etc. que seja aconchegante e no qual as crianças possam manipulá-los e “lê-los” seja em momentos organizados ou espontaneamente. Deixar as crianças levarem um livro para casa, para ser lido junto com seus familiares, é um fato que deve ser considerado. As crianças, desde muito pequenas, podem construir uma relação prazerosa com a leitura. Compartilhar essas descobertas com seus familiares é um fator positivo nas aprendizagens das crianças, dando um sentido mais amplo para a leitura (RCNEI, 1998. v.III. p. 136).

Por essas razões, o professor tem que procurar ler em voz alta histórias na sala de aula e construir um espaço para dispor os livros para as crianças manusearem, isso constituem práticas que devem estar presentes de modo intencional e planejado desde muito cedo na vida das crianças. O professor tem que mostrar às crianças como cuidar, organizar e manusear os livros sem os danificarem. “Para criar a oportunidade de manuseio de livros cotidianamente, a sala de convivências das crianças precisa de um local em que os livros estejam visíveis e acessíveis a elas” (OLIVEIRA, 2012. p. 158).

E ainda, todo o ambiente deve ser planejado para propiciar um clima adequado para a leitura dos livros. O ambiente bem organizado, colorido, cheio

de desenhos e bem confortável contribui muito para incentivar o desenvolvimento de bons leitores. Esta situação é bastante rica, logo que assim o professor irá observar a curiosidade das crianças em relação aos livros e a forma de manuseá-los.

É preciso que a equipe pedagógica tenha a preocupação de incluir todos os dias a leitura na Educação Infantil, sendo necessário a criação de estratégias que possibilitem o alcance dos resultados esperados, garantindo um espaço de descoberta e imaginação.

AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação na escola não acontece isoladamente do trabalho pedagógico, ela está inteiramente ligada a natureza do conhecimento, sendo assim ela deve ajustar-se para ser fiel e manter sua coerência diante ao ensino. Na condição de avaliador, o Professor irá interpretar e atribuir sentidos e significados à avaliação escolar.

Os conceitos de avaliação são contraditórios e diversos, defendidos pelos pais, professores ou pela sociedade. Segundo Hoffmann (2012) avaliar na Educação Infantil

Refere-se a um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, à melhoria do objeto avaliado. Avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões com a intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento (HOFFMANN, 2012. p. 13).

Ou seja, avaliar não quer dizer apenas estar ao lado da criança, observando -a, mas abrange necessariamente a intervenção pedagógica visando sempre o desenvolvimento da criança. Conforme a LDB (1996, Art. 31) “na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. Nesse sentido, acompanhar que dizer “permanecer atento a cada criança, pensando em suas ações e reações” (HOFFMANN, 2012. p. 14).

Ao fazer uma análise do texto da LDB (1996), entende-se que a avaliação na Educação Infantil será de acordo com as experiências vivenciadas pela criança e observada e registrada pelo docente. Cabe ao professor o trabalho de avaliar corretamente, exigindo dele competências e conhecimentos a cerca tanto de leis

que embasam a Educação Infantil, como textos complementares que auxiliem na discussão.

No pensamento de Ciasca; Mendes (2009),

O professor deve ser o facilitador para que novas descobertas sejam realizadas por suas crianças e ao mesmo tempo o espectador que vai assistir esse momento de descoberta. Não de forma passiva, mas estimulando, permitindo, incentivando e proporcionando situações que promovam o desenvolvimento (CIASCA; MENDES, 2009. p. 395).

Como alerta Godoi, “não queremos uma avaliação classificatória e seletiva na educação, pelo contrário, almejamos uma avaliação que auxilie o trabalho do professor e que favoreça o crescimento da criança e não a sua exclusão” (GODOI, 2010. p. 41 apud HOFFMANN, 2012. p. 24). A ação avaliativa deve levar em consideração o contexto social, econômico e cultural de cada criança, os resultados não serão os mesmos na Educação Infantil, por isso torna-se relevante o olhar crítico do professor, capaz de perceber as diversidades e refletir sobre com quais crianças convive.

A avaliação é um importante instrumento para que o professor possa obter dados sobre o processo de aprendizagem de cada criança, reorientar sua prática e elaborar seu planejamento, propondo situações capazes de gerar novos avanços na aprendizagem das crianças. A avaliação deve se dar de forma sistemática e contínua ao longo de todo o processo de aprendizagem. É aconselhável que se faça um levantamento inicial para obter as informações necessárias sobre o conhecimento prévio que as crianças possuem sobre a escrita, a leitura e a linguagem oral, sobre suas diferenças individuais, sobre suas possibilidades de aprendizagem e para que, com isso, se possa planejar a prática, selecionar conteúdos e materiais, propor atividades e definir objetivos com uma melhor adequação didática (RCNEI, 1998. v.III. p. 157).

A constante curiosidade dos docentes em relação as crianças é premissa fundamental da avaliação em Educação Infantil (HOFFMANN, 2012). A observação crítica e a criatividade das atividades, as brincadeiras e interações das crianças no espaço escolar; o uso de vários registros realizados pelos professores e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); e a não retenção das crianças na Educação Infantil, são algumas das estratégias utilizadas para a avaliação da Educação Infantil, segundo o DCNEI (2010).

A maneira de avaliar deve ter por finalidade um conhecimento mais aprofundado das crianças, para que assim os professores sejam capazes de

mediar, de forma mais apropriada, as relações entre elas e o ambiente no qual estão inseridas.

O professor deve colecionar produções das crianças, como exemplos de suas escritas, desenhos com escrita, ensaios de letras, os comentários que fez e suas próprias anotações como observador da produção de cada uma. Com esse material, é possível fazer um acompanhamento periódico da aprendizagem e formular indicadores que permitam ter uma visão da evolução de cada criança (RCNEI, 1998. v.III. p. 158).

A avaliação realizada em sala de aula, deve acontecer em atividades contextualizadas para que se possa observar o desenvolvimento, em todos os aspectos cognitivo, emocional e motoro, das crianças. Para que isso ocorra, é possível aproveitar os vários momentos em que as crianças falam, se movimentam e demonstram desejo em aprender, para se fazer um acompanhamento de sua evolução.

O ato de avaliar não é a fase final do processo ensino- aprendizagem da Educação Infantil, definindo sobre a criança uma lista de suas capacidades, mas pelo contrário. Avaliar consiste no trabalho constante de mediação realizado pelo professor, em que tem por objetivo procurar instigar na criança a busca permanente pelo saber e seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões realizadas nessa pesquisa, percebe-se que na fase inicial da Educação Básica, ou seja, na Educação Infantil o professor tem papel crucial no ensino- aprendizagem das crianças das creches e pré-escolas. Inúmeros são os cuidados, a organização e o planejamento para com as crianças.

Também é da responsabilidade do professor o incentivo ao hábito a leitura, atividade esta que deve-se fazer presente todos os dias na vida crianças da Educação Infantil, levando-as a imaginar, pensar e refletir. Possibilitando desse modo diversos conhecimentos que serão relacionados ao seu cotidiano.

Além disso, atividades motoras, de concentração e participação devem fazer parte do planejamento do professor, para que assim o mesmo possa realizar sua avaliação através da observação e acompanhamento da criança, sendo o mediador na construção dos saberes.

Nessa perspectiva, nota-se que existe vários documentos que norteiam o trabalho do professor e de toda equipe pedagógica da Educação Infantil, como o

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Faz-se necessário o professor ter acesso a esses documentos, principalmente, a fim de realizar um trabalho competente e cheio de resultados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fany. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1997.

AMATO, Alcione Amorim Gomes. **O papel do professor de Educação Infantil e o processo ensino-aprendizagem de crianças inclusivas**. (Monografia). Brasília:

UNB, 2011. Disponível em :
http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3238/1/2011_AlcioneAmorimGomesAmato.pdf Acesso 10/12/2016 , às 12:43h

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Práticas cotidianas na educação infantil : bases para a reflexão sobre as orientações curriculares** . Brasília: UFRS, 2009. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf
Acesso 22/12/2016, às 10:00h

BARROS, Cristiane Maria. SANTOS, Edina Gonçalves dos. **Leitura na Educação Infantil: a questão dos objetivos de ensino**. (TCC2). Pernambuco: UFPE.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. 3 vols. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. 1 vols. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; MENDES, Débora Lúcia Lima Leite. **Estudos de avaliação na educação infantil**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009. P. 295-304.

COELHO, Kesia; MACHADO, Mirian Almeida. **A importância da leitura na educação infantil: um estudo teórico**. FAP, 2015. Disponível em:
<http://docplayer.com.br/17925566-A-importancia-da-leitura-na-educacao-infantil-um-estudo-teorico-palavras-chaves-ensino-e-aprendizagem-habito-de-ler-incentivo-a-leitura.html> Acesso 22/12/2016, às 10:23h

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

KRETZMANN, Caroline; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. **A leitura na educação infantil**. Paraná: PUC. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-037-TC.pdf> Acesso 02/01/2017, às 09:34h

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **O trabalho do professor na Educação Infantil**. São Paulo: Biruta, 2012.

ONESTI, Anne Marie Tribess. **A influência da literatura infantil no desenvolvimento da autonomia e criatividade das crianças a partir do projeto autores mirins**. Florianópolis: Congresso de Educação Básica, 2014. In: COEB- Congresso de Educação Básica: Educação integral e tempo integral: da educação infantil ao ensino fundamental. Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis, 2014. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_04_2014_9.50.59.ff2087176abc4e87a44c090e4507d4d6.pdf Acesso 02/01/2017, às 10:55h

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO
CONTEXTUALIZADA NA ESCOLA
DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE
FARTURA DO PIAUÍ**

**ALEXSANDRA MACIEL MIRANDA
ESMERALDA DOS SANTOS MACIEL MIRANDA
ÉDO**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema Educação Contextualizada possui uma grande relevância no cenário educacional, por se tratar de uma educação voltada para a realidade do educando, onde leva em consideração as vivências do indivíduo, para que assim possa se sentir inserido no contexto. As discussões estão centradas, nas dificuldades que as escolas do campo enfrentam para desenvolver educação contextualizada de qualidade onde o indivíduo se sinta inserido no meio social e se desenvolva cognitivamente e socialmente.

Consciente da importância desta temática, a partir da experiência vivenciada como pesquisadoras, percebemos a necessidade de estar trabalhando este tema, bem como, observar os métodos de ensino, a realidade dos alunos, a metodologia dos profissionais responsáveis pelo ensino no campo e abordar as dificuldades encontradas pelos mesmos.

Diante de indagações como: Quais as dificuldades encontradas pelas escolas e professores do campo, que os impedem de desenvolverem uma educação contextualizada? O interesse surgiu ao buscar observar, entender e identificar como a educação contextualizada está sendo trabalhada na escola, Professora Maria de Lourdes, no município de Fartura do Piauí.

O tema de pesquisa pretende discutir o paradigma da educação contextualizada, como uma construção teórica que se consolida na comunidade científica, e incorporada por diferentes instituições, onde se transforma em um projeto de desenvolvimento educacional, social, cultural e como se percebe na prática, no contexto educacional.

Neste trabalho será analisado o conceito de educação contextualizada; o perfil dos educadores que atuam nas escolas do campo; identificar métodos que os professores utilizam para trabalhar a educação contextualizada na referida escola. A pesquisa é de natureza descritiva buscando a integração do convívio social no contexto escolar. Considerando a realidade do sujeito dando sentido às práticas pedagógicas.

Foram aplicados questionários com 1 diretor e 5 professores da escola, de forma a entender como os professores percebem a prática da educação contextualizada na Escola “ Professora Maria de Lourdes”.

A pesquisa torna-se um instrumento de reflexão, utilizada como mediadora de conhecimentos a serem socializados para todos os que estejam envolvidos com a temática, tais como professores e estudantes preocupados em rever a sua atuação em sala de aula e que almejem uma educação contextualizada e voltada para a realidade dos educandos do campo.

CONCEITUANDO EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NO CAMPO

Para discutirmos o tema Educação Contextualizada, torna-se necessário conhecermos os significados dos termos em questão, para maior aproximação com o tema em debate e a partir daí, compreender os conceitos de educação contextualizada.

Segundo o dicionário Aurélio (2009) contextualizar é, entender, analisar etc, ou seja interpretar o significado de algo levando em conta o contexto e a circunstância de ocorrência.

A Educação do Campo parte da terra como a unidade, a posição dos sujeitos no mundo, no planeta como unidade, mas ela se realiza na diversidade dos métodos dos contextos regionais das técnicas e dos valores. Com isto ela adquire condições não somente para problematizar a condição de cada ser humano no mundo, mas tudo que é produzido e se apresenta como solução para melhorar as condições de vida no planeta, como a condição de novas matrizes tecnológicas e a descoberta de saberes que garantem um equilíbrio da sóciobiodiversidade. (MOLINA et al, 2005, p 118).

O contexto está diretamente fundado a cultura e a identidade social do educando, e possibilita recriação da identidade com o campo. Fortalecendo os vínculos com as tradições, contribui para a recriação do presente e potencializa o futuro.

Este sentimento de contexto nos dá forma às nossas percepções para que possamos existir, como também nos oferece os locais onde podemos desenvolver nossas atividades. Todas essas percepções é que nos individualiza, ao mesmo tempo que nos personaliza ao longo das gerações.

Um dos maiores pensadores da Educação que pensava a educação voltada para a realidade do educando: Paulo Freire (1978, p. 79) já nos dizia que “os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Ele queria dizer que o conhecimento só tem sentido quando situado no contexto, ou seja, faz-se necessário situar informações e dados no contexto para que estes adquiram sentido.

A ausência da contextualização na escola torna o processo cognitivo difícil de ser trabalhado, pois as condutas se aprendem, e são aprendidas em um ambiente, e todos os ambientes têm capacidade de educar se soubermos percebê-los e nos relacionar com eles significativamente.

[...] todas as condutas se aprendem, e são aprendidas em um ambiente, e todos os ambientes têm capacidade de educar se soubermos percebê-los e nos relacionar com eles significativamente (GUTIERREZ, 1993.p, 114).

Desta forma a educação voltada para a realidade local do educando, levando em consideração seus valores sociais, morais, e intelectuais percutem no seu desenvolvimento educacional de forma significativa, Braga (2004) afirma que:

(...) “Educação Contextualizada”, uma proposta de Educação ancorada na realidade e nas práticas dos povos do semiárido, com metodologias, conteúdos, currículos, educadores e educadoras, didáticas e estruturas apropriados à Região, levando em conta suas potencialidades sócio culturais, econômicas e ambientais (BRAGA, 2004. P, 21).

A proposta de Educação Contextualizada contribui de forma significativa na afirmação da identidade das pessoas do campo, proporcionando aos sujeitos a compreensão de seus passos históricos, resultando em um processo de emancipação e valorização da vida, onde venha zelar pelos valores culturais e ambientais de cada local. Assim, a proposta de educação voltada para a realidade do sujeito, contribuirá para libertação das pessoas por meio da valorização da vida, do seu lugar e de sua cultura. Segundo Lima (2006) Educação Contextualizada é:

É uma proposta de educação que, por se basear num processo de reflexão sobre a ação do sujeito na sociedade, possibilita uma compreensão histórica da relação homem/mundo. Essa compreensão ou tomada de consciência de si propicia um processo de afirmação e apropriação de sua própria identidade (LIMA 2006, p.06).

No entanto percebemos, que educação voltada para o contexto que o educando está inserido, tem como objetivo essencial preparar o sujeito para enfrentar o desafio de construir um semiárido justo, solidário e sustentável, com isso, se faz necessário pensarmos uma educação que se construa no seio de uma sociedade, onde tenha a vida e a história do povo do campo como ponto de partida para reflexão de mundo.

CURRÍCULO CONTEXTUALIZADO

Ao fazer uma análise histórica sobre currículo contextualizado nas escolas do campo, percebe-se que os modelos de educação são organizados de acordo com os da cidade ou de região diferentes, desconsiderando a realidade dos sujeitos do campo, em suas especificidades sociais, culturais, econômicas políticas e ambientais do mundo rural.

Esse currículo descontextualizado pode levar as pessoas do campo a negarem sua própria identidade, devido serem influenciadas pela ideologia do campo como elemento de atraso sócio- cultural e econômico. No entanto para que haja uma proposta de educação contextualizada no semiárido, se faz necessário criar novas concepções de currículos que tenham ligação entre o que se ensina nas escolas com relação a realidade vivida pelos alunos.

O currículo contextualizado se fundamenta na ideia de que só é possível dar mais sentido ao processo ensino aprendizagem se este for construído considerando a historicidade dos sujeitos sociais, pautando-se, sobretudo, na complexidade de tais processos históricos (SOUZA 2005,p.98).

Neste sentido, os currículos das escolas do semiárido precisam dialogarem com os saberes e experiências das pessoas do campo, afim de transformar suas vivencias concretas, numa forma elevação da consciência crítica e reflexiva, para que assim possam tornar-se cientes do seu papel enquanto sujeitos na construção de um semiárido, local onde as pessoas possam viverem com boa qualidade de vida.

Uma proposta de educação voltada para o contexto dos educandos do campo, não deve limitar-se somente nos aspectos pedagógicos, mas precisa assumir um caráter político pedagógico de transformação do indivíduo. Para isso, é fundamental que os currículos das escolas sejam organizados de forma democrática contendo uma elaboração minuciosamente contextualizado e significativo. Este deve ser explícito e englobar não só os conteúdos, como também a concepção filosófica da educação que a escola quer realizar e do mundo diferente que se quer construir. Nesta perspectiva, todos ensinam e todos aprendem. Os educandos na escola são capazes de elaborar ideias próprias, pois já trazem conhecimentos aprendidos na vida familiar, social e de trabalho.

[...] as escolas devem repensar seus currículos, tornando-os mais democráticos e abertos ao diálogo com os diferentes saberes produzidos para além dos contextos escolares acadêmicos, possibilitando o encontro de saberes e a resignificação das práticas educativas e suas finalidade (LIMA e SILVA 2011, p .111).

Assim, o conhecimento é considerado como meio, instrumento, oportunidade para alcançar o desenvolvimento integral das pessoas e dos territórios onde elas vivem.

A participação de todos os membros que compõem o corpo escolar de forma democrática na elaboração do currículo, é extremamente importante para o desenvolvimento cognitivo do sujeito, pois o mesmo deve ser organizado levando em consideração o contexto, ou seja, a vivências das pessoas do semiárido, o trabalho, enfim, seu jeito de viver, produzir e reproduzir a vida, sua cultura.

Além disso, o currículo deve ultrapassar os muros da escola, pensando o sujeito como um todo, e não somente ficar limitado no desenvolvimento cognitivo do educando, mas fazer com que este seja aceito no seu meio, e possa desenvolver suas relações sociais e afetivas, aceitando as diferenças e respeitando o diferente.

[...] é fundamental que o currículo trabalhe com habilidades que vão além do desenvolvimento cognitivo e envolvam diferentes campos da cultura, garantindo a presença de produções culturais dos mais diferentes grupos sociais e culturais, de tal modo que os estudantes sejam capazes de lidar com a diferença, valorizando e respeitando a cultura de outro, condição necessária para a vida em uma sociedade realmente democrática (SANTOS 2009, p. 13-14).

Com a diversidade de sujeitos e práticas culturais, os profissionais das escolas do campo precisam criar nos currículos a construção de diálogos entre os diferentes indivíduos do campo, pois somente através do respeito as diferenças e do diálogo que se constrói uma sociedade educativa e democrática.

O campo tem diferentes sujeitos. São pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóia-fria, e outros grupos mais. Entre estes há os que estão ligados a alguma forma de organização popular, outros não; há ainda as diferenças de gênero, de etnia, de religião, de geração; são diferentes jeitos de produzir e de viver; diferentes modos de

olhar o mundo, de conhecer a realidade e de resolver os problemas; diferentes jeitos de fazer a própria resistência no campo; diferentes lutas (CALDART, 2004,p.21).

Contudo no processo de formação dos sujeitos do semiárido deve-se levar em consideração as especificidades desses sujeitos; os saberes construídos no contexto das práticas educativas e culturais, de forma que, partindo das experiências dos educandos e de suas habilidades, possam intervir de forma crítica e competente, enquanto ser responsável por transformar a realidade a qual está inserido.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NA ESCOLA DO CAMPO

Atualmente no meio educacional uma das temáticas que está sendo discutida por diversos teóricos é a formação de professores, onde um dos papéis atribuídos aos professores é a de construir uma educação que contemple a diversidade humana, provocando novos modos de ser, sentir e agir de forma diferente. Mas percebemos que com relação a educação do campo este setor ainda deixa muito a desejar. A formação inicial e continuada é fundamental para carreira do professor e da professora do semiárido, pois norteiam as suas práticas pedagógicas.

O processo de formação docente deve ajudar professor e professora a re- significar a sua profissionalização, percebe-se como trabalhador e trabalhadora que procura autonomia em sua atividade pedagógica, compreendendo a natureza dos conteúdos com os quais lida diariamente e as relações destes com as vivências dos alunos, alunas e da comunidade onde se inserem (NÉRI e SILVA. et al. 2006, p. 98).

No enteando percebe-se, que o professor não é apenas um transmissor de conhecimentos, mas sim um mediador onde vai guiar o sujeito para a vida, inserindo-o no seu próprio contexto tendo o desafio de conduzi-los a produzirem seu próprio conhecimento.

A educação continuada proporciona aos docentes ampliarem suas competências, desenvolver suas capacidades, construindo instrumentos de compreensão da sua realidade e da realidade dos alunos. A formação docente precisa ir além dos muros da escola, o que não se pode deixar de abordar é que esses espaços de formação se dão por vários caminhos. A Lei de Diretrizes e Base

da Educação (1996) no artigo 62ressalta a formação dos professores para atuarem na educação básica:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.

Assim, diante dessa afirmativa com relação a formação do professor, percebe-se que o processo educativo, é capaz de organizar sua ação a fim de atender a uma aprendizagem significativa para os seus alunos a partir de uma formação que atenda às exigências do contexto no qual se encontra inserido. Entendendo que a qualidade na educação do semiárido, está diretamente ligada a formação do professor, o qual através de sua prática contextualizada constrói atividades significativas e prazerosa para todos os segmentos, que visam uma educação do campo produtiva e inovadora.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA CONTEXTUALIZADA

No campo há uma diversidade de sujeitos, os quais possuem crenças e valores diferentes. No entanto, um currículo voltado para o contexto, professores qualificados para trabalharem uma educação contextualizada de qualidade é de suma importância, mas além disso existe um fator primordial na construção do conhecimento e desenvolvimento do educando do campo, que é a prática pedagógica contextualizada, sendo está um fator que norteia a pratica do professor do campo.

É esta prática que vai determinar que tipo de sujeito devemos formar de acordo com o seu contexto, adaptando seus costumes para que possam interagir e se desenvolverem de forma crítica e reflexiva.

A prática pedagógica contextualizada deve ser o ponto de partida do educador do campo, o que deve articular os conteúdos ministrados em sala de aula à realidade de vida dos alunos, possibilitando aos professores o aceso ao conhecimento sobre condições ambientais, sociais, históricas, culturais e políticas, de forma a compreenderem o contexto e as relações em que estão inseridas suas práticas educativas.

[...] não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade (LIBÂNEO 1994, p.17).

Libâneo (1999), nos afirma a importância de proporcionarmos a construção de práticas educacionais que possam favorecer o desenvolvimento de novas posturas diante de um contexto heterogêneo. Estes enfoques devem ter como pressupostos o respeito ao diferente, buscando a superação de mecanismos que exclui aqueles que possuem identidades diferentes e que não correspondem à normalidade. Como afirma (SILVA 2011, p. 93) “O reconhecimento do direito à diferença é um princípio básico de uma sociedade democrática, pois não existe democracia substantiva sem pluralidade”.

No entanto uma prática pedagógica trabalhada levando em consideração a realidade do sujeito, bem como sua filosofia de vida, de acordo com o contexto diversificado que este sujeito está inserido é extremamente relevante para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional do sujeito. Podendo assim oferecer uma educação voltada para o educando do campo adaptando os conteúdos e currículos escolares a sua realidade local.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza descritiva, do tipo narrativa, utilizou-se como instrumento de produção de dados, questionários, entrevistas narrativas e a observação do contexto que atuam, conforme Sousa (2006), é a análise do conteúdo a partir de categorias.

Participaram da pesquisa, 05 professoras que fazem parte da grade de docentes, que atuam na Escola Professora Maria de Lourdes do município de Fartura do Piauí, os quais responderam ao questionário e comentaram sobre suas concepções de Educação Contextualizada no Semiárido.

A escola Professora Maria de Lourdes está localizada na comunidade Lagoa Comprida no município de Fartura do Piauí, á 64 km de São Raimundo Nonato. Sendo a terceira maior do município com 180 alunos de ensino fundamental do 1º ao 9º ano, o corpo docente é formado por 18 professores concursados, 15 mulheres e 3 homens todos graduados e apenas 8 especialistas. A direção da escola é composta por: 1 diretor, 1 vice- diretor, coordenador pedagógico, 1 secretaria, 2 vigias e 6 auxiliares de serviços gerais. Todos os

docentes ministram disciplinas que correspondem a sua área de formação, os discentes são todos filhos de agricultores e moram no campo. A escola dispõe de cinco salas de aula funcionando, uma cantina; uma secretaria; um depósito de materiais de limpeza; e cinco banheiros em perfeita condição de uso; duas cisternas de 16 mil litros de água; uma biblioteca; um muro grande; um pátio espaçoso e a escola encontra-se em com um bom espaço físico. Nessa escola funcionam oito turmas da pré- escola ao 9º ano, e funciona também duas turmas de multisseriado do 1º e 2º ano, 3º e 4º ano.

ANÁLISE DE DADOS

A escola é beneficiada com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e com o Programa de Alfabetização na Idade certa (PNAIC). E todos os professores estão colocando em pratica as atividades e modelos de ensino proposto pelo programa. Em seguida apresentaremos as discursões dos dados, baseados nas respostas aos questionários.

Observamos que a educação contextualizada é trabalhada na escola de forma empírica, onde tentam adaptar os conteúdos curriculares com a realidade dos educandos. Com base no questionário aplicado a diretora sobre: Como caracteriza a pratica dos profissionais de educação de sua escola, é contextualizada?

Todos os professores possuem formação em suas áreas específicas e buscam diariamente adaptar-se suas práticas a realidade e necessidade de cada aluno (diretora).

Apesar dos professores serem todos formados em suas devidas áreas de atuação, não possuem formação em educação do campo e alguns não conhecem esse conceito. A escola não possui Projeto Político Pedagógico de acordo com sua realidade local, pois o PPP aplicado na mesma é oriundo da Secretaria de Educação, o qual é usado para todas as 19 escolas do município.

Mesmo empiricamente alguns professores tentam trabalhar de forma contextualizada aproveitando os conhecimentos que os alunos trazem sobre sua convivência social e inserem nos conteúdos disciplinares e o motivo da escola não possuir seu próprio PPP dificulta a prática contextualizada.

A pesquisa através de questionários e observação, foi desenvolvida com base nos processos formativos dos professores, quais as bases teórico-metodológicos que norteiam a prática pedagógica dos mesmos, apresentamos as seguintes categorias de análise:

Na Categoria 01, apresentamos a análise, sobre o conceito de educação contextualizada, lê-se S(Sujeito), com o seu respectivo número:

Educação é aquela que busca trabalhar dentro de um contexto que visa uma interação com a realidade e o meio em que está inserido. (S1).

É a adaptação dos conceitos escolar ao espaço geográfico e social a capacidade em que vivem as crianças no intuito de prepara-los para a vida conhecendo o contexto social e cultural em que estão inseridos. (S2).

Educação Contextualizada é aquela voltada para a realidade do educando, ou seja, o meio o qual ele está inserido. (s3).

é termos o conhecimento do contexto do nosso aluno, para podermos agregar valores a nossa prática, como educadores. (s4).

é inovar e adaptar os conceitos de acordo com o contexto dos educandos. (s5).

Analisando as repostas dos sujeitos percebe-se que alguns conhecem o conceito de educação contextualizada. Mas ao observamos a escola percebe-se que a contextualização não é trabalhada, e que, nem todos os educadores possuem um conhecimento do assunto devido isso se recusaram em responder. Os que responderam são aqueles que tentam no mínimo trabalhar levando em consideração a realidade social do educando, adaptando a suas práticas pedagógicas.

Segundo as concepções apresentadas Lima (2008) afirma que:

[...] construir uma proposta de educação contextualizada no Semiárido exige que os professores procurem re-aprender a aprender para poder ajudar o seu aluno/a tornar-se um aluno-pesquisador de sua realidade. O aluno/a aprende refletindo sobre sua ação e interagindo no meio social, já o professor, amplia seu olhar sobre o mundo no momento em que se desafia a pensar sobre sua prática no processo de reflexão-na-ação (LIMA, 2008, p. 98).

Na Categoria 02, apresentamos a análise, sobre como é trabalhado a importância do convívio com o semiárido no contexto escolar:

É trabalhado de maneira coerente e de acordo com meio no que está inserido dando oportunidade para o bom desempenho e levantando hipótese para melhor compreensão. (S2).

A distância da localização professor escola e aluno, o que dificulta o conhecimento integral da realidade do aluno, mesmo assim buscam aproximar as disciplinas o máximo do contexto deles. (S3).

Observando a resposta do S3 percebemos que os professores não conhecem o contexto o qual os educandos fazem parte, justamente por serem de contextos diferentes tanto dos alunos como da escola o que dificultada a inserção do professor com o meio, mas mesmo assim buscam aproximar as disciplinas o máximo do contexto dos alunos. (S3).

Com base nestas análise observamos que alguns professores possui o conhecimento sobre educação contextualizada e tentam colocá-las em prática na sala de aula, de forma a melhorar o desenvolvimento educacional de seus alunos, já outros não possuem o conhecimento do contexto, e nem procuram se informarem, os quais se recusam até participar das pesquisas realizadas na escola. Pois faz se necessário que educadores comecem a ver a educação para o semiárido de forma diferente, como forma de transformação e emancipação do sujeito. De acordo com Braga (2004):

[...] educar para a convivência é desenvolver um conjunto de práticas e processos que contribuam intencionalmente para a produção de uma existência biossocial do gênero humano, em que este é concebido como um ser da natureza e da sociedade ao mesmo tempo (BRAGA 2004,p.30).

Com isso, percebemos o conjunto de práticas e processos que contribuem para uma convivência com o semiárido de forma significativa, onde o educador é o principal mediador dessa prática, responsável pela formação do sujeito, como um ser capaz de refletir e transformar a sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos com este trabalho, ampliar o debate sobre educação contextualizada no campo, onde tenha a educação como fator primordial no processo de formação e inquietação das pessoas, preparando e motivando-as a lutarem por uma vida melhor, e uma educação reflexiva voltada para o contexto do semiárido que surja como forma de emancipação do sujeito do campo.

A Educação Contextualizada no Semiárido é um tema extremamente relevante para o cenário educacional, mas por não ser colocada em pratica deixa muitas lacunas com relação ao ensino contextualizada nas escolas do campo, o que impede o desenvolvimento dos educandos de forma qualificada e voltada para a realidade.

Observemos a escola do campo Maria de Lourdes, ainda está desenvolvendo aos poucos esta prática e acreditamos que para mudar este cenário é necessário pensarem cada escola de acordo com sua realidade e assim construir o PPP e o currículo da escola, analisando as vivências dos educandos que dela fazem parte.

Esperamos que pesquisas como esta, não sejam vistas como críticas a educação de escolas do campo, mas sim como discussões iniciais e relevantes para mudarmos o cenário da educação do campo e assim promovermos educação de qualidade e de acordo com o meio do nosso educando.

A proposta para que surja uma educação onde o sujeito do campo possa ser pensado de acordo com suas vivências, se faz necessário que os currículos das escolas, a formação de professores, as práticas pedagógicas sejam reavaliadas e elaboradas, construída a partir de referenciais político-pedagógicos conservadores.

Portanto, uma proposta de educação contextualizada precisa acima de tudo, compreender os sujeitos como pessoas capazes de produzir e disseminar conhecimento, baseados nas suas vivências, práticas e experiências cotidianas.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Osmar Rufino. Educação e Convivência com o semi-árido: introdução aos fundamentos do trabalho político – educativo no semi-árido brasileiro; In: KUSTER, Angela. et. al. **Educação no contexto do semiárido brasileiro**- Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção; In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo. et. al. (orgs). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 10ª. ed; Rio de Janeiro: Paz Terra, 1978.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, F (Orgs.). **Educação Comunitária e Economia Popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

LDB, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. – 8ª. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Elmo de Souza. **A formação continuada de professores no Semi-árido: valorizando experiências, reconstruindo valores e tecendo sonhos**. 2008.

240f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

LIMA, Elmo de Souza. Currículo das Escolas do Campo: Perspectivas de Rupturas Inovação; In: LIMA, Elmo de Souza; SILVA, Ariosto Moura. **Diálogo sobre Educação do Campo**. – Teresina: EDUFPI, 2011.

LIMA, Educação Contextualizada no Semi-árido: Construindo Caminhos para formação de Sujeitos Críticos e Autônomos; In: site www.artigos.educacaocontextualizada.ufpi.com acesso em 17/09/2014 as 10:00 horas.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. **Educação do Campo: Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília-DF, 2004.

NÉRI, Angelo Custódio. et.al. Reflexões Sobre a Formação Continuada de Professores na Perspectiva da Educação para Convivência com o Semi-árido. In, RESAB. **Educação para convivência com o Semi-Árido: Reflexões teórico práticas**. 2º edição Juazeiro/ BA, Selo Editorial – RESAB, 2006.

SANTOS, Ana Célia de Souza. Educação, Diversidades e Práticas Educacionais no Contexto do Campo; In: LIMA, Elmo de Souza. et. al. **Diálogos sobre Educação do Campo**. – Teresina: EDUFPI, 2011.

SANTOS, Lucíola. A Construção do Currículo: Seleção do conhecimento escolar. **Salto para o futuro Currículo: Conhecimento e Cultura**. Ano XIX, nº 1, Abr. 2009.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de. **A gestão do Currículo Escolar para o desenvolvimento humano e sustentável no semi-árido brasileiro**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

**VAI TER DEBATE DE GÊNERO E
SEXUALIDADE(S) NA ESCOLA?**

HELLEN CRISTINA DE OLIVEIRA ALVES

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A problemática da educação escolar a muito vem sendo debatida e abrange diferentes dimensões: qualidade da educação, relações com a comunidade, função social da escola, indisciplina e violência, formação de professores (as), projetos político-pedagógicos, entre outras. Mas é consensual a necessidade de mudanças para que o processo ensino-aprendizagem ocorra de forma exitosa.

E não há como isso acontecer sem considerarmos a diversidade e a individualidade. A homogeneização nas escolas opera em oposição às diferenças e ao multiculturalismo.

Multiculturalismo em educação envolve a natureza da resposta que se dá nos ambientes e arranjos educacionais, ou seja, nas teorias, nas práticas e nas políticas. Multiculturalismo em educação envolve, ainda, um posicionamento claro a favor da luta contra a opressão e a discriminação a que certos grupos minoritários têm, historicamente, sido submetidos por grupos mais poderosos e privilegiados. (CANDAU, p. 7, 2008).

Ainda que o tema sexualidade seja cada vez mais debatido, tal questão ainda é um tabu tanto nas escolas quanto nas famílias. O corpo é apagado e ignorado nas escolas em detrimento apenas da cognição, como se existissem isoladamente um do outro ou como se os significados, constitutivos do que somos, aprendemos e sabemos, pudessem existir em separado dos nossos desejos. Fomos educados a pensar nos alunos sem considerar sua raça, seu gênero, sua condição socioeconômica, um ser sem corpo.

O processo de eliminar o corpo naturaliza ideais corpóreos de raça como branquitude, de gênero como masculinidade e de sexualidade como heterossexualidade. A escola, sendo uma das mais relevantes instituições de (re)produção e organização de identidades sociais, tem aparecido nos debates públicos e diversos municípios já apresentam leis e projetos de leis proibindo o tema de ser trabalhado como conteúdo na escola.

Após a análise das correntes teóricas construtivista e histórico-cultural, busca-se aqui uma síntese dialética da epistemologia genética de Piaget e da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky.

Considerando o papel ativo do sujeito no seu desenvolvimento (ênfático pelo construtivismo) e a importância dos contextos simbólico-sociais (ênfático pela perspectiva histórico-cultural), a perspectiva sociocultural construtivista é uma tentativa de superação da unidirecionalidade dos estudos psicológicos, que ora ressaltam a importância do indivíduo e esquecem o contexto ora valorizam o contexto e colocam em segundo plano o papel ativo e intencional do sujeito psicológico (MADUREIRA & BRANCO, 2005, p. 91).

Pretende-se aqui discutir se e como os currículos e as práticas escolares atuam na (re)produção das relações de gênero socialmente construídas, pautando-se por relações desiguais de poder.

MULTICULTURALISMO

A escola tem funcionado como ambiente homogeneizador. Uma primeira aproximação a esta problemática nos vem dada pelos inúmeros trabalhos de autores com diferentes orientações teórico-metodológicas, que têm analisado e denunciado o caráter em geral padronizador, homogeneizador e monocultural da educação, especialmente presente no que se denomina como cultura escolar e cultura da escola (FORQUIN, 1993).

Nesta perspectiva, afirma Gimeno Sacristán (2001, p. 123-124):

A diversidade na educação é ambivalência, porque é desafio a satisfazer, realidade com a qual devemos contar e problema para o qual há respostas contrapostas. É uma chamada a respeitar a condição da realidade humana e da cultura, forma parte de um programa defendido pela perspectiva democrática, é uma pretensão das políticas de inclusão social e se opõe ao domínio das totalidades únicas do pensamento moderno.

Para Moreira e Candau (2003, p. 161):

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar.

A escola está em crise porque está cada vez mais desarraigada da sociedade. A educação escolar funciona/ou como um imenso mecanismo de fabricar o sujeito moderno. Mas o mundo mudou e muda tão rapidamente sem que a escola acompanhe tais mudanças.

O(a) educador(a) tem um papel de mediador na construção de relações positivas, o que não elimina a existência de conflitos. O desafio está em proporcionar experiências em que seja possível o reconhecimento entre os diferentes, em que possibilitamos a compreensão do ponto de vista, colocar-se no lugar sociocultural do outro, nem que seja minimamente, descentrar nossas visões e estilos de afrontar as situações como os melhores, os certos, os incontestes.

Em termos políticos, a ênfase na identidade deriva do reconhecimento de que certos grupos sociais têm, há muito, sido alvo de inaceitáveis discriminações. Entre eles, incluem-se os negros, as mulheres e os homossexuais. Tais grupos se têm rebelado contra a situação de opressão que os têm vitimado e, por meio

de árduas lutas, têm conquistado espaços e afirmado seus direitos à cidadania. Com muita tenacidade, têm contribuído para que se compreenda que as diferenças que os apartam dos "superiores", "normais", "inteligentes", "capazes", "fortes" ou "poderosos" são, na verdade, construções sociais e culturais que buscam legitimar e preservar privilégios. Além da afirmação de suas identidades, tais grupos sociais têm procurado desafiar a posição privilegiada das identidades hegemônicas. Nesse cenário, desenvolve-se uma política da identidade, com as antigas formas de ancoragem da identidade em evidente crise. (CANDAUI, 2008, p. 39)

A igualdade é direito sempre que a diferença tornar algumas pessoas inferiores, mas a diferença é direito sempre que a igualdade ameace suas identidades. Em nossas escolas e em nossas salas de aula, nossas práticas buscam anular aspectos das identidades dos(as) estudantes? Os processos de homogeneização que muitas vezes promovemos, por meio do currículo, da didática e da avaliação, contribuem, de algum modo, para consolidar as relações de poder que atravessam as diferenças presentes?

As identidades são construídas cotidianamente, por meio das práticas e dos discursos em que os sujeitos estão envolvidos. Nesse sentido não há identidade fora do meio social. Segundo Fairclough (2001, p. 91), "o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo constituindo e construindo o mundo em significado". Por meio do discurso, os sujeitos agem no mundo, se posicionam e são posicionados e, nesse processo, formam as visões que têm acerca dos objetos, dos acontecimentos, de si mesmos e dos outros sujeitos.

Os significados, construídos na interação com o outro, pelo discurso, interferem diretamente no modo como cada um age, pensa e é. O que os sujeitos dizem aos outros e o que lhes dizem têm papel central em sua formação. Para Moita Lopes (2002, p. 94), um sinal da natureza social do discurso é "o fato de que ao mesmo tempo em que levamos em consideração a alteridade quando nos engajamos no discurso, também podemos alterar o outro e o outro pode nos modificar" (p.94). Daí afirmarmos que as identidades são socioconstruídas por meio de práticas discursivas.

OS CONCEITOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE(S)

O conceito de gênero surgiu após muitos anos de luta feminista, sendo uma das consequências das lutas feministas dos anos 60. Nessa década a mulher reivindica direitos sociais, educação, trabalho e respeito. Neste sentido, o conceito de gênero veio problematizar a noção biologistica e analisar o modo como as sociedades representam as pessoas do sexo masculino e as pessoas do sexo feminino.

O sexo é dado pelas características biológicas: nasce-se macho ou fêmea da espécie humana, o gênero, por sua vez, é consequência do sexo numa organização social. O sexo biológico não determina, por si só, o desenvolvimento posterior em relação a comportamentos, interesses, estilo de vida, responsabilidades ou papéis a desempenhar, nem tampouco de características da personalidade, do ponto de vista afetivo, intelectual ou emocional, ou seja, psicológico.

Os seres humanos têm diferenças sexuais, mas, a exemplo dos outros aspectos de diferenciação física, elas são experienciadas simbolicamente. O gênero depende de como determinada sociedade vê a relação que transforma um macho em um homem e uma fêmea em uma mulher.

O conceito de gênero surge entre as estudiosas feministas para se contrapor à ideia de essência, recusando assim qualquer explicação pautada no determinismo biológico, que pudesse explicar os comportamentos de homens e mulheres, empreendendo desta forma, uma visão naturalizada, universal e imutável de comportamento.

A hegemonia de algumas masculinidades sobre outras se dá nesse sentido: ela é exercida quotidianamente, produzindo saberes sobre o homem que se reforçam e se constroem nas relações formadas entre homens e mulheres no seu quotidiano e através da história. Esses saberes são produtores de efeitos de poder, reforçam e integram as práticas de dominação e submissão, e no seu movimento também alteram essa dominação. (FOUCAULT, 1979).

O corpo é sempre visto através de uma interpretação social, de modo que o sexo não pode ser visto independente do gênero, assim o gênero pode ser definido como a organização social da diferença sexual. Sobre essas diferenças biológicas e sociais, vão sendo criadas desigualdades sociais que atribuem papéis estereotipados para o masculino e o feminino, nos quais há sempre um desequilíbrio.

E, através das feministas anglo-saxãs, *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*, para "rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual", acentuando, através da linguagem, "o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo" (Scott, 1995, p. 72). O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica e política.

A sexualidade é um conceito bem mais amplo. Há décadas atrás, o Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido Figueiredo definia sexualidade como "qualidade do que é sexual", sendo sexual o que é "relativo ao sexo; que tem sexo; que caracteriza o sexo". Já numa bem mais recente edição do Dicionário da Língua

Portuguesa da Porto Editora, sexualidade surge definida como as “características morfológicas, fisiológicas e psicológicas relacionadas com o sexo”.

Para a OMS, “A sexualidade é uma energia que nos motiva a procurar amor, contato, ternura e intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental”. Esta definição, apesar de todas as suas fragilidades, limitações e contornos pouco claros, é certamente uma das mais divulgada de todas as definições de sexualidade.

Definida de forma mais abrangente, a sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da vida e inclui o sexo, gênero, identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experienciada e expressa através de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem sempre elas são todas experienciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais.

O DEBATE DE SEXUALIDADE NAS ESCOLAS

De acordo com Guacira Lopes Louro:

É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz. Podemos estender as análises de Foucault, que demonstraram o quanto as escolas ocidentais se ocuparam de tais questões desde seus primeiros tempos, aos cotidianos escolares atuais, nos quais podemos perceber o quanto e como se está tratando (e constituindo) as sexualidades dos sujeitos (LOURO, 1997, p. 81).

A escola, como espaço privilegiado para a reprodução ou contestação da cultura hegemônica, representa um campo de luta simbólica. E os professores protagonizam a luta, podendo optar por abster-se desta discussão; por discutir de forma superficial, restringindo-se a discutir sobre gravidez na adolescência ou doenças sexualmente transmissíveis; ou, ainda, problematizando de forma mais crítica a discussão da sexualidade para além da prevenção e promoção da saúde, considerando a intencionalidade e as relações de poder existentes na produção dos saberes.

E a presença da sexualidade nas escolas “independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de ‘educação sexual’, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se ‘despir’” (LOURO, 1997, p. 81).

Para isso, há que se considerar alguns pontos. Em primeiro lugar, deve-se levar em conta que a sexualidade, como já dito, faz parte de todas as fases de vida do ser humano, da infância à velhice. A educação sexual deve começar, portanto, na educação infantil para a formação integral do indivíduo. A sexualidade, assim como o gênero, a classe social, a etnia, são identidades culturais que constituem os sujeitos e determinam sua interação social desde os primeiros momentos de sua existência.

As manifestações da sexualidade acontecem desde a infância e, por vezes, a escola e a família não sabem lidar com o fenômeno. A vivência da sexualidade, desde a infância, se justifica pela descoberta corporal, vista como um ato de autoconhecimento. A descoberta corporal é expressão da sexualidade. Brincar com os genitais é uma etapa desse aprendizado e faz parte de um processo universal, esperado e benéfico do aprendizado infantil da sexualidade.

A escola pode educar a criança a aprender noções acerca de intimidade e privacidade pessoal, entendendo o momento e o local apropriado para tais manifestações. Há uma grande diferença entre “educar para a negação-proibição” e “educar para a positividade-consentimento”. Consentir significa orientar a criança e a/o jovem para que entendam e aprendam o local e o momento adequados para manifestar sua sexualidade.

Para uma escola democrática, não pode existir qualquer segregação de gênero nos conhecimentos apresentados a pessoas do sexo masculino e do sexo feminino. A convivência mútua e o compartilhamento de experiências subjetivas e materiais é um modo de homens e mulheres superarem as desigualdades de gênero, respeitarem-se e deslegitimarem o sexismo, o machismo e a misoginia. Considerar que certos assuntos e/ou informações dizem respeito apenas a homens (ou a mulheres) é contribuir para um modelo de educação parcial e fragmentado que tende a reforçar as desigualdades nas relações de gênero.

Além disso, os brinquedos podem e devem ser os mesmos, já que os brinquedos não determinam a orientação sexual da criança ou jovem. Os brinquedos estão relacionados ao aprendizado específico de habilidades, com a socialização e com a imitação de atividades humanas adultas. A oportunidade de interagir com os mais

variados brinquedos proporcionam a aquisição de aptidões específicas como: coordenação motora, reflexos, controle das emoções, iniciativa, segurança, assertividade e autoconfiança. Os meninos serem estimulados através de brinquedos a atividades de desafio, aventura e lógica e as meninas, a aprenderem a cuidar e expressar sentimentos traz reflexos não somente na vida profissional como perpetua o sexismo, o machismo e a misoginia.

A homossexualidade, a partir do século XVIII, foi enfaticamente, significada por discursos e instituições voltados a legitimar como normal apenas a heterossexualidade e a reprodução. Hoje, a instituição médica (que já considerou a homossexualidade e a transexualidade doenças e desvios sexuais no século XVIII) afirma ser o sentimento afetivo entre pessoas do mesmo sexo uma possibilidade de expressão legítima da sexualidade humana.

Superar o preconceito e considerar as demais orientações sexuais e identidades de gênero como representações da sexualidade humana é um desafio para educadores(as). Mas a desconstrução das opressões é a primeira atitude daqueles que buscam uma sociedade mais igual, menos violenta e que respeita a diferença.

A educação sexual pode discutir valores como respeito, solidariedade e tolerância. A Escola pode e deve contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, contra as exclusões baseadas no sexo (o sexismo e o machismo), no gênero (a misoginia), na raça (o racismo) e na sexualidade (a homofobia, a lesbofobia, a transfobia), na origem e classe social (a xenofobia). Resgatar valores humanos e considerar a diferença como positiva é contribuir para uma sociedade efetivamente feliz.

A LEGISLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem publicado desde 2009 a PeNSE – Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar que busca apresentar e analisar dados de escolares brasileiros (Amostra 1: alunos do 9º ano do Ensino Fundamental; Amostra 2: estudantes de 13 a 17 anos, em sua série correspondente na escola) em diferentes aspectos. Nesse estudo analisa-se desde biometria, nutrição, aspectos socioeconômicos, práticas de atividades físicas, uso de drogas (lícitas e ilícitas), até aspectos ligados à saúde sexual e reprodutiva.

A PeNSE, em 2015, apresentou como dados para os escolares brasileiros de 13 a 15 anos (final do Ensino Fundamental e início do Ensino Médio):

- 27% já teve relações sexuais;
- 59,7% dos jovens usaram preservativos na primeira relação sexual;
- 60,3% usaram preservativos na última relação sexual.

Para os escolares brasileiros entre 16 e 17 anos (estudantes do Ensino Médio, em sua maioria):

- 54,7% já teve relações sexuais;
- 68,2% dos jovens usaram preservativos na primeira relação sexual;
- 65,6% usaram preservativo na última relação sexual.

Os números nos dizem que muitos adolescentes têm uma vida sexual ativa e não necessariamente cuidando de si e de sua saúde. A vivência da prática sexual para o ser humano não é um ato meramente reprodutivo. A vivência da prática sexual envolve prazer, descoberta do próprio corpo, do desejo e, também, do afeto. Então, temos dados contundentes de que nossos jovens estão se expondo ao risco de doenças e gravidezes. Por outro lado, temos um conjunto de compreensões científicas – de diferentes campos de conhecimento – que indicam que gênero e sexualidade não são questões simples, mas são vividas por estes jovens.

Tratar do tema somente a partir das questões prescritivas (orientando apenas para não fazer sexo ou para usar camisinha, por exemplo), não possibilita a compreensão do próprio corpo nem tampouco das implicações sociais em sua complexidade social, biológica e cultural. A orientação desconectada do contexto dos alunos torna o problema distante e sem qualquer vínculo com as dúvidas e anseios desta população.

Com as várias dificuldades que existem para tentar rastrear as leis municipais e os projetos de lei sobre o tema, a busca por estas é pertinente analisarmos o quanto estas leis municipais trazem em si um risco à saúde sexual e reprodutiva das pessoas. E, também, trazem uma distorção do que é gênero e sexualidade – tanto numa discussão biológica como social.

Inicialmente é fundamental apontar que os documentos oficiais brasileiros – como o Plano Nacional de Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais ou o documento mais atual norteador da educação básica, a Base Nacional Comum Curricular – não possuem qualquer menção ao termo ideologia de gênero. Os artigos acadêmicos que buscaram mapear o aparecimento deste termo apontam que o termo ideologia de gênero surge em meio a discussões religiosas, desprovidos de base científica.

É importante definirmos a palavra “ideologia”, que tem sido tão veiculada nestes debates. Comumente, a palavra traz em si uma concepção de ideias enviesadas. Deste

modo, ao mencionar algo como “ideológico” é, muitas vezes, tratar em tom acusatório um conjunto de ideias – como se existisse algum sistema de ideias “não-ideológico”.

O foco central do questionamento da ideologia de gênero é contestar o debate atual acerca do gênero e sexualidade serem “construções sociais e culturais”, negando, assim, a materialidade biológica humana.

Paralelo à tentativa de proibição de trabalhar com a ideologia de gênero, incluem-se proibições de outros termos em sala de aula e em materiais didáticos diversos. O ensino de conteúdos vinculados aos termos “educação sexual”, “orientação ou opção sexual”, “diversidade sexual”, “gênero”, “sexualidade”, “identidade de gênero” também são recorrentes nas leis e projetos de lei.

É relevante também observarmos a proibição de tratar sobre “igualdade de gênero” e “direitos sexuais e reprodutivos” em algumas das leis, sob a justificativa de que estaríamos inserindo a temática da sexualidade “adulta” às fases da infância e adolescência. Além disso, existe um debate relativo à questão da moral – que seria algo do âmbito familiar, apenas. Por fim, a ideia de que se trabalhar com gênero e sexualidade seria incentivar a prática sexual.

Por outro lado, debater estes conceitos dentro do âmbito científico na escola, traz uma maior noção de como somos constituídos – biologicamente e socialmente. Tal debate nos dá condições de tomar decisões que dizem respeito à nossa saúde e bem-estar físico e mental. Isto é, aprender a lidar melhor com nosso corpo, a partir da compreensão de sua fisiologia, anatomia, metabolismo e de como isso interagem com a sociedade e a cultura em que vivemos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – Lei n. 9394/1996, no Artigo 3º, Inciso IV diz que o ensino deve ser ministrado com base em vários princípios, dentre eles: “respeito à liberdade e o apreço à tolerância”. Este inciso é de fundamental importância, uma vez que dá suporte ao ideal de “cidadania”, que está presente no Artigo 2º da mesma lei. Neste artigo consta que:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Educar cidadãos é compreender a sociedade que vivemos. O conhecimento não pode ser tratado como simples listagem de conteúdos desconexos. Ao contrário, o conhecimento é ferramenta de análise para a sociedade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na descrição da área Ciências da Natureza consta que:

Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial.

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. (BRASIL, p. 325)

Assim, há vários dos elementos que temos apontado aqui como necessários ao acolhimento da diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando ouvimos falar sobre educação sexual na escola, uma das resistências decorre do medo de que educação sexual seja a mesma coisa que ensinar a transar. Ou que educação sexual seja a mesma coisa que pornografia. **E não é.**

A melhor forma de compreender a real necessidade de educação sexual é entendendo que problemas existem hoje e quais as soluções para resolvê-los. Os abusos infantis acontecem em sua maioria dentro de casa por familiares ou pessoas muito próximas da criança. Crianças e adolescentes que sofrem abusos sexuais e não recebem tratamento adequado tentam a ter mais ideias suicidas e transtornos psiquiátricos. Existe grande taxa de gravidez na adolescência aqui no Brasil (uma das maiores taxas do mundo). Enquanto a taxa de infecção por HIV está diminuindo no mundo, no Brasil esta taxa está altíssima e aumentando principalmente entre os jovens de 15 a 24 anos.

A educação sexual irá ajudar crianças e adolescentes a se protegerem de um possível abuso e avisar pessoas de confiança para evitar que isso ocorra novamente. Além disso, explicará para adolescentes sobre as mudanças corporais e possibilidade de gravidez após o início do período fértil masculino e feminino (que ocorre por volta de 11 e 12 anos) e sobre a forma de contágios das ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e maneiras de prevenção. Lembrando que elas são transmissíveis mesmo que não haja penetração sexual. Tudo isso, levando sempre em conta a idade do público-alvo e conversando com eles conforme suas necessidades e entendimento.

Evidentemente, nem todos os profissionais da educação estão preparados para esse trabalho. Portanto, é tão importante que a educação sexual seja incluída nas escolas conforme os parâmetros indicados por especialistas e que os profissionais sejam capacitados para tal, levando informações, desmistificando tabus e buscando saúde, afeto e seriedade sempre.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 25 de agosto de 2018.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FORQUIN, J. C. **Escola e Cultura: a sociologia do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GIMENO SACRISTAN, J. **A educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- IBGE. 2016. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2015**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso em: 24/01/2018.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Ed. Vozes, 8ª edição. Petrópolis-RJ, 1997.
- MADUREIRA, A. F. A. & BRANCO, A.U. Construindo com o outro: uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano. In M. A. Dessen & A. L. Costa Júnior (Orgs.) **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
- MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (orgs.) Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, Maio-Ago, n.023. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, 2003, p.156-170.
- _____. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SCOTT, J W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

**USO DAS TECNOLOGIAS E REDES
SOCIAIS UM DESAFIO: NA
UNIDADE ESCOLAR JOSÉ MARQUES
EM VÁRZEA BRANCA-PI.**

GILSON DOS REIS SOARES

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente a sociedade vive a era digital nos últimos anos as tecnologias digitais têm se expandido numa velocidade extraordinária com o advento da internet as informações tem chegado muito rápido aos nossos lares, porém é primordial que a sociedade procure adaptar ao novo cenário, nessa perspectiva a escola como todo deve rever suas metodologias de ensino buscado mecanismo que possibilite o uso das atecnologias digitais e redes sociais dentro do âmbito escolar com eficácia.

Neste sentido, para que haja de fato o desenvolvimento pedagógico os sistemas educacionais juntamente com as escolas necessitam promover mudanças nas práticas dos docentes com o intuito de modelar o novo ensino, rompendo com os velhos paradigmas e se apropriando do novo, nesse sentido acredita-se que os professores farão a diferença com as inovações cotidianas na sala, esses métodos possibilitam uma aprendizagem de qualidade pois o contexto educacional precisa de alunos e professores que estejam aberto as inovações.

Além disso, a sociedade contemporânea precisa refletir sobre as mudanças digitais no cotidiano escolar, a fim de oportunizar aos professores e alunos uma escola estruturada com equipamentos digitais e capacitações mínimas na área da informática essas ações básicas são componentes essenciais para alavancar o sistema educacional, para que a cultura digital flua nas escolas é importante que todos que faz a Educação revejam suas metodologias de ensino, na verdade a clientela escolar já espera dos professores aulas diversificadas e atrativas a maioria considera o uso do celular e computador uma ferramentas atrativa, então é importante que os profissionais saibam usar esses recursos pedagógicos com segurança e competência para auxiliar na aprendizagem dos discentes.

Sabe-se que a educação depende da união de todos, dessa forma faz a escola crescer e se desenvolver, é importante que a sociedade reflita acerca de olharmos para a educação como uma prioridade visto que, é onde forma-se cidadãos conscientes e prepara-o para engessar no mercado de trabalh. Na verdade a escola é um espaço diferenciado onde os alunos e professores e toda equipe pedagógica da opiniões e tiram dúvidas a respeito das inovações no ensino e aprendizagem.

Diante do que foi exposto é primordial que haja esses debates com frequências em todas as escolas pois enriquecem os conhecimentos e dá oportunidade a todos de compartilhar saberes . “A educação tecnológica exige uma interação da teoria e

prática, resultando a rede de conhecimento advindos das teorias existentes e da necessidade de se rever a prática pelo o que a teoria sinalizou” (MIRIAN, 2009, p.93).

Assim, as tecnologias digitais conectada a uma rede de internet ou grupos de socialização como facebook, whatsapp, permite aos indivíduos a troca de informações possibilitando uma maior interação com a teoria e prática, essa relação torna se satisfatória pois há um compartilhamento de saberes de maneira abrangente e inteligente dessa forma, acadêmicos e professores tem oportunidade de trocar experiências dentro da sala de aula e fora dos muros da escola, contudo percebe-se que as redes sociais possui um papel importante que é o de permitir a socialização de docente e discente mesmo não estando presente na sala de aula, os conteúdos pode ser agregados as redes sociais ajudando a contribuir com o ensino aprendizagem .

Do mesmo modo, a cultura digital precisa ser prioridades nas escolas, pois nos ajudam a interagir nos mais diversos lugares, como se vê a internet conectada em alguns dispositivos moveis como: computadores, tablets, celulares colaboram intensamente com o processo de ensino e aprendizagem. Admite-se que todos os aparatos digitais conectados a uma rede de internet pode contribuir com os profissionais da educação e com o sucesso escolar dos discentes, o novo contexto requer qualificação na área da educação com o objetivo de assegurar qualidade e eficiência no ensino.

É notório o quanto as tecnologias e as pessoas então dependentes das tecnologias digitais e redes sociais nesse sentido as escolas deve buscar alternativas para inserir ambiente de ensino se usufruí-los desses aparatos adequadamente os rendimentos escolares tornam significativos não só para acadêmicos, mas para escola como um todo.

Também é essencial que os educadores revejam suas metodologias e adote uma nova postura de ensinar, pois o novo cenário exige que profissionais busque sempre caminhos inovadores assim, a cultura digital está invadindo as escolas em bora de modo ainda precário devido falta de estruturas e falta de profissionais que saibam lidar com as ferramentas digitais.

Enquanto o conhecimento de informática é de suma importância para qualquer educador que deseja superar as dificuldades de ensinar na era da modernidade, hoje em pleno século XXI, percebe-se que a maioria das escolas já possui computadores e muitas também rede de internet que são fontes de pesquisa para comunidade acadêmicas e professores e todos que faz a escola.

As tecnologias digitais contribuem com a sociedade nos diversos setores de trabalho hoje são indispensáveis no contexto educacional este foi um dos motivos que

levou a escolha do tema, diante dessa realidade sentiu-se a necessidade de pesquisar minuciosamente sobre o tema da atualidade que é tecnologias digitais nas escolas, estamos participando de um processo de grandes transformações mundiais baseados em avanços tecnológicos, isso está alterando a forma como as pessoas se comunicam, se organizam porém a escola não deve ver esse processo como uma barreira mais sim como uma fermenta pedagógicas que facilita tanto a vida do aluno como a do professor. Identificando as possíveis dificuldades ou facilidade que os professores e alunos enfrentam na inserção das tecnologias como ferramentas pedagógicas no ambiente de ensino na Unidade escolar Estadual José Marques.

A presente pesquisa busca objetivar se o colégio possui laboratório de informática se os alunos e professores e gestão utilizam os computadores e internet e se usa alguma rede social para se comunicar dentro da sala de aula ou até mesmo fora do espaço escolar, percebendo a necessidade de incluir o computador o celular, tabletes e outros equipamentos dentro da sala de aula como mérito de da qualidade o ensino.

A pesquisa teve como ponto crucial conhecer e entender o uso das tecnologias digitais e redes sociais na unidade escola José Marques em Varzea Branca -PI, os motivos que levarão a pesquisar sobre o tema abordado é simples, pois vivem-se numa era tecnológica e uma grande parte da população já se interagem através das redes sociais sabem-se da importâncias desses instrumentos, desse modo despertou-se o interesse em investigar sobre a temática minuciosamente nessa unidade de ensino para identificar se alunos e profissionais utilizam as TICS como recursos pedagógicos. Acredita-se que as mesmas sejam de grande relevância. Vale ressaltar que as tecnologias faz parte do cotidiano das pessoas dessa forma a escola não deve ver as TICS como uma barreira mais, sim como instrumentos pedagógicas que auxilie no processo ensino aprendizagem.

Diante de tantas tecnologias digitais existente espera-se que as maiorias das escola já utilize esses equipamentos modernos como ferramenta aliadas no processo de ensino isso tem motivado averiguar como anda a cultura digital nessa escola de Ensino Médio será que as inovações digitais estão sendo utilizada ou não? quais os fatores que impede que a cultura digital flua nessa escola? sabe-se que a educação está totalmente globalizada desse modo faz-se necessário a pesquisar se a cultura digital está presente nessa unidade estudada.

METODOLOGIA

Os dados obtidos com a realização deste trabalho foram adquiridos através da pesquisa de campo, com abordagens qualitativas, por meio a aplicação de questionários aos professores, alunos e gestores da escola José Marques em Várzea Branca -PI, e teve como aparato revisões bibliográficas, base necessária para iniciar a pesquisa, elemento viável no segundo momento foi elaborado um questionário afim obter informações sobre quais as vantagens que a tecnologias traz para escola? O que eles entende sobre tecnologia? como deveria usar o celular e o computador na sala de aula?

Que segundo Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa de campo,

é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 59).

Portanto, é essencial buscar informações no decorrer da pesquisa para a realização deste trabalho já que o mesmo precisa de muitos dados informativos e ao mesmo tempo dedicação do pesquisador e apoio dos entrevistados, essas contribuições são básicas e de grande relevância a coleta porém no decorrer do processo investigativo deve ser precisa e coerente o profissional deve ser persistente e agir com entusiasmo e otimismo e competência.

Nessa Perspectiva foi realizado um roteiro de entrevista, com os alunos do terceiro ano do Ensino Médio, os mesmos não mediu esforço para responder o questionário digo estes questionário foi elaborado com o intuito de obter resultados de acordo com a coleta, portanto estes levantamentos de dados são elementos fundamentais para o fechamento a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Nessa perspectiva é inadmissível que a sociedade pensem somente em equipar, laboratório de informática e sala de aulas com lousas digitais entre outros assessórios e não invista na qualificação dos técnicos e professores, infelizmente existem profissionais assustados com as inovações digitais, a maior parte não quer de forma alguma adequar as mudanças digitais, mais é necessário que os mesmos acompanhe a

cultura digital acredita-se que as escolas são órgãos responsáveis para desenvolver políticas públicas na educação como: debates, formação continuada com o objetivo de possibilitar uma aprendizagem significativa inovadora o sistema de ensino ganhava uma nova dimensão, visto que muitas escolas já possuem computadores e rede de internet e que a maior parte dos alunos possui celulares.

De fato, os dispositivos moveis estão invadindo o espaço escolar, é preciso que os profissionais aprendam a valorizar as tecnologias digitais procurando sempre inserir essas ferramentas no processo ensino aprendizagem para que o professor realmente faça o uso adequado, além disso, é fundamental que a escola como instituição de ensino busque a renovação, conforme Moran (2004) menciona:

O que deve ter uma sala de aula para uma educação de qualidade? Precisa fundamentalmente de professores bem preparados, motivados e bem remunerados e com formação pedagógica atualizada. Isto é incontestável. (MORAN, 2004, p.15)

Porém, infelizmente a maioria das escolas brasileira não oferece uma boa estrutura nem salários atrativos e muito menos capacitações periódicas regulares, mais cobram da sociedade escolar perfeição esquecendo de proporcionar mecanismos que ajude os docentes a preparar aulas dinâmicas atrativas e motivadoras pois o cenário educacional do momento requer todas essas características e não basta só tecnologia mais sim pessoas que saibam manusear com eficiência para o ensino, crescer e desenvolver com qualidade, como vemos é essencial que haja formação continuada dos profissionais da educação para os docentes inovar constantemente suas práticas pedagógicas e colocar em prática na sala de aula.

TECNOLOGIAS DIGITAIS UMA CULTURAL DIGITAL NA ATUALIDADE E QUAIS AS CONTRIBUIÇÕES DAS MESMAS NO ENSINO APRENDIZAGEM.

Com os advento das novas tecnologias digitais sabem-se que no primeiro momento causa um impacto nas escolas mais é primordial que os profissionais da educação quebre o velho paradigma e comece a se preparem para os desafios pois as escolas precisam de professores modernos que encare as novidade com naturalidade o novo perfil do educador é incorporar as TICS (As tecnologias de Informação e Comunicação) na sala de aula com a intenção de abrilhantar o ensino com essa nova metodologia de ensino.

Acredita-se que há uma aprendizagem mais eficiente, pois, alunos e professores e gestores se interagem dentro do ambiente educacional, essas experiências tornam-se significativas e vão mais além onde houver um sinal de internet as pessoas podem se comunicar por meio das redes sociais, na qual veio para facilitar a comunicação entre o ser humano, vale enfatizar que as tecnologias digitais conectadas a uma rede de internet contribuirá bastante com o desenvolvimento da educação. É importante que se faça o uso das redes sociais com responsabilidade e consciência então os pais, professores, e a sociedade em geral devem orientar as crianças e adolescentes a utilizar com cautela de modo consciente e satisfatório. As tecnologias são algo fantástico e deve ser utilizada de maneira inteligente, não basta só usar os artefatos o mais importante é usar com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino. Profissionais capacitados, isto colabora de forma significativa. Conforme afirma Prensky (2001):

Os professores de hoje têm que aprender a se comunicar na língua e estilo de seus estudantes. Isto não significa mudar o significado do que é importante, ou das boas habilidades de pensamento. Mas isso significa ir mais rápido, menos passo-a-passo, mais em paralelo, com mais acesso aleatório, entre outras coisas. Os educadores podem perguntar “Mas como ensinamos lógica desta maneira?” Enquanto não estiver imediatamente claro, devemos imaginar (PRENSKY, 2001, p.4).

Contudo, os profissionais da educação precisam inovar constantemente com o intuito de avançar o ensino. Aprendizagem nos dias atuais é indispensável a formação continuada dos professores nos dias atuais é necessário a adequação das tecnologias dentro da sala de aula. Infelizmente ainda existem uma parcela grande de profissionais que não tem acesso ao uso das tecnologias as vezes possui até tecnologias na escola mais os profissionais não tem nenhuma formação, então deixar de fazer uso, as escolas devem promover capacitações para qualificar todos que fazem parte do contexto educacional, pode ser uma ferramenta essencial. Fica um clima mais dinâmico onde até os mais tímidos se socializam de igual para igual neste sentido as tecnologias digitais e redes sociais têm colaborado ativamente com as pessoas que fazem uso adequadamente. Adaptar as mudanças de práticas pedagógicas no cotidiano escolar é imprescindível. Moran (2007) enfatiza que a mudança na educação só acontece se houver uma qualificação dos docentes:

Bons professores são as peças-chave na mudança educacional. Os professores têm muito mais liberdade e opções do que parece. A educação não evoluiu com professores mal preparados. Muitos começam a lecionar sem uma formação adequada, principalmente do ponto de vista pedagógico. Conhecem o conteúdo, mas não sabem como gerenciar uma classe, como motivar diferentes alunos, que dinâmicas utilizar para facilitar a aprendizagem, como avaliar o processo ensino-aprendizagem, além das tradicionais provas (MORAN, 2007, p.18).

Portanto, o uso das tecnologias no ambiente escolar é de extrema importância, sabe-se que esses aparatos sozinhos não obra milagre mas com a colaboração do professor que possuem um certo conhecimento na área da informática com certeza serão de grande utilidade no desenvolvimento do ensino aprendizagem tanto dos alunos, professores e toda equipe escolar cabe ainda salientar que o professor é o agente primordial nesse processo educativo só ele conhece a realidade do aprendiz e possuem autonomia para adaptar as inovações pedagógicas diariamente nesse espaço onde todos se interagem de forma significativa.

Deste modo, observa-se que as tecnologias da informação é uma necessidade global diante dessa realidade faz necessário a escola fazer uso destes artefatos pois os discentes já dominam as tecnologias digitais embora de forma aleatória sem se preocupar com os malefícios ou benefício que as mesmas venham proporcionar no cotidiano escolar.

Nós educadores, temos de nos preparar e preparar nossos alunos para enfrentar exigências desta nova tecnologia, e de todos que estão a sua volta -A TV, o vídeo, a telefonia celular. A informática aplicada á educação tem dimensões mais profundas que não aparecem a primeira Vista (ALMEIDA, 2000, p.78).

O mundo globalizado e contemporâneo está cada vez mais diversificado, com os crescentes avanços tecnológicos a sociedade tem se preocupado bastante em investir em tecnologias digitais por essa razão é de suma importância que a escola como todo reveja as práticas docentes pois os alunos estão chegando no ambiente de ensino aprendizagem com uma extensa bagagem de conhecimentos em aparatos digitais o que se torna preocupante pois a grande maioria dos docentes não estão preparados para receber essa clientela digital .

Porém, vale ressaltar que os professores precisa de capacitações continuadas de informática afim de colaboram no desenvolvimento escolar, nessa concepção a iniciativa deve partir do próprio professore que é um dos responsável pelo sucesso escolar do aluno, o docente enfrenta desafios diariamente dentro da sala de aula só ele é capaz de fazer despertar interesse no aprendiz, esse desafio de mudar sua práticas pedagógicas não é tarefa simples mais o momento requer que o professores revejam suas metodologias de ensino para alcançar êxito ao longo da caminhada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O acesso à internet e aos aparelhos tecnológicos são práticas comuns aos jovens, crianças, idosos, a escola deve adequar-se a nova realidade e usá-la a favor de todos, extraindo a capacidade do aluno de pensar, raciocinar e pesquisar determinados assuntos com a ideia, solucionar problemas nas diversas disciplinas garantindo uma aprendizagem dinâmica e prazerosa e acima de tudo com formação de qualidade.

Um dos problemas que o público escolar enfrenta é que dentro dessa escola o gestor não acredita que essas tecnologias venham colaborar com o ensino então dessa forma deve haver uma discussão a fim de rever a possibilidade de inserir as tecnologias e redes sociais na sala de aula da referida unidade com o propósito de fluir e desenvolver uma estratégia que desperte a atenção dos aprendizes, mas também tem outros fatores que possivelmente interferem na utilização desses instrumentos digitais como por exemplo o gestor não motiva os alunos e nem os professores segundo os profissionais tem formação para trabalhar com tal tecnologia, assim fica evidente as causas que impedem o uso das tecnologias nesse recinto.

Contudo, para que no futuro os alunos e professores possam usufruir desses benefícios a escola precisa passar por um momento de transição, é necessário que todos pensem com carinho a respeito do uso dessas ferramentas no processo pedagógico, pois o cenário educacional busca a inserção das mídias digitais nas escolas brasileiras os alunos do terceiro ano também relataram que a gestão afirmou que falta conhecimento na área e recursos para investir em equipamento, existem poucos computadores e praticamente estão desativados por falta de verba para realizar a manutenção de rotina.

Por outro lado, a gestão da escola afirma que os recursos são mínimos a manutenção de uma única impressora que existe equivale a dois meses da verba enviada para a escola. E quanto aos poucos computadores que possuem não são disponíveis sempre que os professores e alunos necessitam devido a fragilidade desses equipamentos e falta de recursos para fazer a manutenção quando precisar.

Foi questionados sobre os tablets que o governo do estado disponibilizou para professores efetivos e celetistas da rede estadual de ensino o mesmo enfatiza que no ano de 2014, todos os professores receberam o aparelho mas infelizmente a maioria não utilizará como ferramenta pedagógica nas práticas docentes devido o governo não ter ofertado nem uma formação, a respeito do uso deste equipamento dentro da sala de aula

infelizmente existem também alguns professores que não se preocupa em inovar as práticas docentes.

A propósito, quanto ao uso dos celulares dentro da sala de aula como aparato de apoio nas atividades escolar o que a gestão e alunos do terceiro ano do Ensino médio acham a respeito dessas ferramentas digitais a maioria dos alunos fala se fosse liberados o Wifé seria muito bom, pois facilitaria a aprendizagem tirando as dúvidas através do google, entretanto, a gestão escolar não concorda que alunos e professores utilize o celular na sala de aula a mesma relata que só serve de distração, não é possível um professor orientar uma turma com mais de 26 alunos conseguir administrar uma sala, sabe-se que a maioria só quer utilizar afim de pesquisar assuntos que não esta relacionado a educação.

Dessa forma, a realidade escolar aos poucos vem mudando alunos professores, buscando caminhos que possibilitem uma democratização mais rápido para que juntos possamos obter uma aprendizagem significativa acredita-se que um dos mecanismo será a internet que está disponíveis em muitos locais ela é uma rede conectada por milhões de pessoas permite o ser humano pesquisar tudo que achar necessário .

Enquanto que as tecnologias existe entre nós as pessoas de um modo geral estão cada vez mais dependentes delas isso ajuda a sociedade a se comunicar em quase todos os lugares tonando a distância cada vez mais próximo as Tecnologias da Informação e comunicação (TIC's)',que é um conjunto de recursos tecnológicos que se utilizar de maneira correta terá muitos sucesso nas mais variadas áreas do conhecimento na educação é imprescindível o uso de forma que venha trazer benefícios a comunidade escolar.

Por outro lado, o desafio é equipar essas tecnologias efetivamente de forma a atender as necessidades dos aprendizes, mais para isso acontecer de fato é preciso empenho de todos com o propósito de ampliar os conhecimentos básicos de informática que no momento é fundamental. Conforme Moran (2004)

o professor agora tem que se preocupar ,não só com o aluno em sala de aula,mas em organizar as pesquisas na internet, no acompanhamento das práticas no laboratório, dos projetos que serão ou estão sendo realizados e das experiências que ligam o aluno a realidade (MORAN, 2004, p.15)

É essencial investir em infraestrutura nas escolas mais apenas isso não basta é preciso de muito mais, pois os professores estão cada vez mais sendo cobrados em relação as mudanças de estratégias pedagógicas para melhora o ensino, mais só exigir

não é o suficiente deve-se da condições aos profissionais para trabalhar com segurança e eficiência. Segundo Peña

Para que o professor passe de um ensino convencional a um ensino apoiado nas novas tecnologias, bem como desenvolvido em ambientes virtuais, exige que a instituição estabeleça o desenvolvimento de um projeto de formação de professores que priorize a inserção das TICs numa perspectiva construtiva e reflexiva da ação docente (PEÑA, s/d p. 9).

Dessa forma, para que realmente estas tecnologias sejam incorporadas e integradas em sala de aula, tem que sofre diversas mudanças no sistema educacional, como descrito por Demo (2005, p. 12) "parece evidente a dificuldade de transformar as tecnologias em oportunidade de aprendizagem sem a mediação do professor. Qualquer artefato técnico implantado na escola só frutifica sobre a mediação do professor". Portanto, o processo de ensino somente irá melhorar quando, toda a comunidade escolar caminhar juntos em prol de um só objetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi de suma importância para conhecer melhor a realidade da referida escolar José Marques o público que colaborou com o estudo foram alunos e alunas do terceiro ano turma do ensino médio, a investigação foi primordial pois constatou –se que ainda falta muito para ser incorporadas as tecnologias digitais na sala de aula nessa escola, os alunos relataram que são vários fatores que contribui para a não utilização da internet e redes sociais no ambiente escolar. Vejam alguns: falta de estruturas, falta de equipamentos, falta de profissionais com conhecimentos na área da informática, segundo os relatos dos alunos do terceiro ao ano do ensino Médio os poucos computadores que existe a gestão não aceita utilizar pois diz, que são frágeis por essa razão não permite a utilização, assim, enfatizam se quebrar a escola toda ficará no prejuízo infelizmente os recursos que entra na escola não da nem pra fazer manutenção da impressora que temos muitos menos para concertar computador .

O outro ponto interessante que percebeu-se no decorrer da investigação a maioria dos alunos possuem celulares e a a escola dispõe de uma rede de wi-fi mais não é permitido nem para professores e nem para alunos, pois a gestão escolar acha desnecessário o uso por acreditar que os mesmo só vão servi para utilizar a favor de distração os alunos afirma que se fosse disponibilizado seria muito bom pois o google tiraria muitas dúvidas durante a aula .

Infelizmente a cultura digital, ainda está se engatinhando na maioria das escolas brasileiras principalmente por falta de laboratório e falta de formação dos profissionais, na verdade é que existe vários fatores que impede essas inovações felizmente ainda tem gestores tradicionais como aponta a pesquisa e alguns professores que não quer utilizar as tecnologias a favor da educação transformando o ensino de qualidade, têm se consciências que as tecnologias digitais por si, só não faz milagre mas, é uma excelente ferramenta que atua como suporte pedagógicos nas tarefas escolares dos acadêmicos e docentes .

Mas, contudo acredita que a falta de profissionais qualificado para lidar com as tecnologias digitais na sala de aula ainda é a maior barreira encontradas em todas as escolas brasileira já possuem bastantes escolas equipadas em todo o Brasil, na verdade se investe muito em Educação mais na formação dos profissionais ainda é muito precário .

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth de; ProInfo: Informática e formação de professores -vol.1. MEC:Secretaria de Educação à Distancia, 2000.

DEMO, Pedro. **Nova mídia e educação: incluir na sociedade do conhecimento**. UNB, 2005.

MIRIAN P.S. **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. 3.ed. rev. Ampl. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAN, José Manoel. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. **Revista diálogo educacional**, Curitiba ,v.4,n.12,p.13-21,mai Ago 2004.Quadimestral.

MORAN, José Manuel. **A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2007.

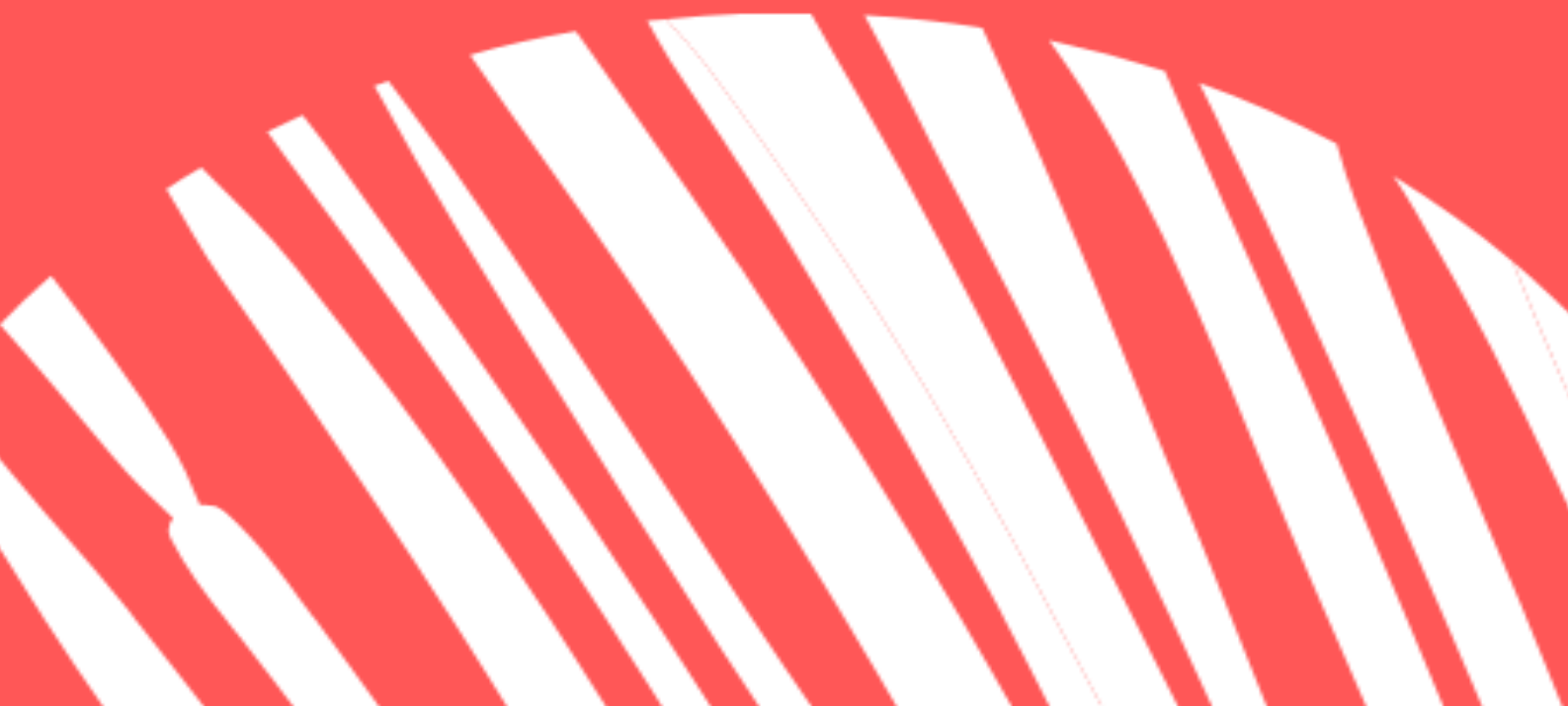
PEÑA, Maria De Los Dolores Jimenes. **Ambientes de aprendizagem virtual: O desafio à prática docentes**. S/D.

PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants. NCB University Press, Vol. 9 No. 5,Outubro 2001. Tradução: Roberta de Moraes Jesus de Souza. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1XXFbstvPZIT6Bibw03JSsMmdDknwjNcTYm7j1a0noxY/edit>>. Acesso em: 25 set. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013. Disponível em: <www.feevale.br/editora>. Acesso em: set. 2018.

EIXO II

PSICOLOGIA



**PSICOLOGIA E CUIDADOS
PALIATIVOS**

ALEX DA SILVA SOUSA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir do século XX o Brasil passa a vivenciar intensas mudanças na sua composição populacional, na cultura na economia e na organização urbana. Tais mudanças acarretaram na transformação do perfil de morbimortalidade em nossa população, as principais transformações deste perfil, que se mantem até a contemporaneidade, foram a redução da mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias, o aumento da mortalidade por doenças crônico-degenerativas não transmissíveis e por agravos relacionados a acidentes e violências (Carmo *et al.*, 2003). Destas doenças as doenças cardiovasculares, que representavam na década de trinta 12% das causas de óbito, são atualmente a principal causa de morte em todas as regiões brasileiras, representando basicamente um terço dos óbitos, já sem segundo lugar figura as mortes por câncer, com seus diversos diagnósticos. (Brasil, 2005a).

Atualmente o câncer é uma patologia com alta incidência na população mundial e seu tratamento, enquanto doença crônica, figura entre os mais demorados e onerosos para o sistema de saúde brasileiro, tornando-o um problema de saúde pública. Tanto que o tratamento oncológico acarreta na quase totalidade dos casos em grave debilitação física, em dolorosas mudanças de vida, em perdas de diversas naturezas e em severo sofrimento tanto para a família quanto para o sujeito, que necessita hospitalizar-se e submeter-se ao tratamento oncológico (Inca, 2016). Por tais razões o câncer vem se tornando objeto de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, suscitando o interesse de pesquisadores que objetivam conhecer e intervir em seu funcionamento bioquímico ou aprimorar protocolos de assistência multiprofissional a esses sujeitos.

O câncer engloba um conjunto de mais de cem doenças e tem início com o crescimento desordenado das células, podendo invadir outros tecidos e órgãos, tais células são dotadas de uma alta capacidade para se dividirem de forma anormal, rápida e desordenada fazendo com que o processo seja bastante agressivo e incontrolável, levando a formação de tumores que podem espalhar-se também para as demais regiões do corpo humano, por isso o câncer é compreendido enquanto uma doença celular (Inca, 2017). O câncer tem início quando células anormais passam a sofrer mutações, este processo é chamado de

carcinogênese, que é o mecanismo de evolução e surgimento dos tumores, o câncer é também chamado de neoplasia maligna (Almeida e Leitão, 2005).

De acordo com a última estimativa sobre a incidência do câncer no Brasil, referente ao biênio 2016/2017, estima-se que ocorrerão 600 mil novos casos. Os diagnósticos mais esperados, excetuando-se os casos de câncer de pele não melanoma, em homens serão próstata (28,6%), pulmão (8,1%), intestino (7,8%), estômago (6,0%) e cavidade oral (5,2%). Já para as mulheres, serão os cânceres de mama (28,1%), intestino (8,6%), colo do útero (7,9%), pulmão (5,3%) e estômago (3,7%) (Inca, 2016).

Sobre o tratamento oncológico, as terapêuticas consistem normalmente na realização de quimioterapia, radioterapia (podendo incluir a manipulação hormonal) e cirurgia oncológica, em muitos casos elas podem ser utilizadas em conjunto para o mesmo paciente. O tratamento oncológico apresenta como objetivos principais a cura, o prolongamento da vida útil e a melhora da qualidade de vida do paciente (Inca, 2011). De forma complementar, o tratamento para o câncer pode ter o objetivo paliativo ou curativo e isto dependerá de alguns fatores, como localização, tamanho e grau de agressividade do tumor, idade do paciente e estágio da doença (Marques, 2006). O diagnóstico precoce e o início do tratamento com a doença em estágios iniciais são considerados como as condições necessárias que elevam sobremaneira as chances de cura da doença, o aumento sobrevida e da qualidade de vida do paciente (Thuler, 2012).

Contudo, em alguns casos o câncer torna-se uma doença em progressão, que ameaça a continuidade da vida, ocasião na qual a terapêutica médica existente já não possibilita mais modificar a progressão da doença, é neste momento tardio que muitas vezes a equipe de cuidados paliativos inicia sua atuação. Mesmo considerando o avanço paulatino do saber biomédico, para controle de doenças e manutenção da vida, o ser humano indiscutivelmente deparar-se á com a morte e com eventos relacionados ao final da vida, ocasionando muitas vezes vivências de dor, de medo, de desespero e de angústia. Neste momento muitos pacientes experimentam sofrimento físico e vulnerabilidade emocional, pois ao receber um diagnóstico de uma doença grave e com baixa probabilidade de cura vivências como o controle e o uso do tempo, seus desejos mais íntimos, suas necessidades mais básicas, os planos existentes referentes ao futuro se esvaem, dando lugar para sentimentos e sensações

desagradáveis e aflitivas (Wagner, 2013). Desta forma a fase final da vida se coloca um momento em que o paciente mais necessitará de uma assistência qualificada por parte dos profissionais da saúde.

Os cuidados de saúde prestados por uma equipe assistencial a um sujeito em final de vida, e a sua família, suscitam problemas e questões complexas, pois trata-se de um momento doloroso e difícil para todos os envolvidos, no qual diversos aspectos emocionais, psicopatológicos e sociais podem emergir tornando este momento ainda mais carregado de sofrimento. Desta forma torna-se indispensável conhecer como a assistência do psicólogo pode contribuir neste momento tão difícil da condição humana, sobretudo quando se considera que as discussões sobre o tema dos cuidados paliativos vêm crescendo no âmbito da saúde, o que reitera a importância da sistematização deste conhecimento, para que possa contribuir na formação e na prática de profissionais psicólogos.

Soma-se a isso a realidade do envelhecimento da população brasileira que tem apresentado maior longevidade, isto acarreta em um aumento dos casos de câncer e outras doenças crônicas não transmissíveis, que estão diretamente associados ao estilo de vida do sujeito e a faixa etária da terceira idade. Como o saber biomédico têm possibilitando melhores estratégias no controle das doenças, que de fatais transformaram-se em crônicas, estes pacientes estão convivendo por mais tempo com suas doenças, dentre elas o câncer. Isto torna os serviços de cuidados paliativos um tipo de assistência que será recorrente para grande parte da população, assumindo uma importância relevante e demandando pesquisas que possibilitem o aprimoramento desta filosofia.

Posto isso, o objetivo principal deste artigo é analisar, através de uma revisão integrativa, as publicações que discutam e/ou exemplifiquem o trabalho do psicólogo em cuidados paliativos, sobretudo na oncologia, afim de construir um panorama conceitual que responda as seguintes perguntas: Como deve ocorrer o trabalho do psicólogo inserido em cuidados paliativos oncológicos? Este trabalho encontra-se de acordo com a filosofia preconizada pelos cuidados paliativos?

A PSICO-ONCOLOGIA

A Psico-oncologia é um campo que compõem as referências teóricas e metodológicas do psicólogo da saúde que atua em instituições hospitalares

oncológicas. Vê-se que a psico-oncologia se estabelece enquanto um saber em meados da década de 50, neste contexto, a comunidade científica passou a aceitar que tanto o surgimento, a manutenção quanto a remissão do câncer, estariam fortemente associados a aspectos de naturezas psicossociais (Gimenes, 1994). A psico-oncologia surgiu então a partir da constatação dos médicos de que aspectos psicossociais estavam associados a incidência, evolução e remissão do câncer, por isso os aspectos psicológicos do câncer passaram a ser uma preocupação dos profissionais desta área. Com a constatação de que a etiologia, o desenvolvimento do câncer e a adesão ao tratamento estavam associados a fatores de cunho psicológico, comportamental e também social tornou-se necessário o desenvolvimento de técnicas da psicologia da saúde que pudessem melhorar a vida destes pacientes e seus familiares. (Pimentel *et al.*, 2009).

Contudo, é apenas a partir da década de 1970 que, no Brasil, profissionais de psiquiatria e psicologia passam a ser inseridos nas equipes assistenciais oncológicas, objetivando, sobretudo, que o diagnóstico de câncer fosse comunicado da melhor forma possível a pacientes e familiares (Carvalho, 2002). Posteriormente, na década de 80 a pediatria oncológica passa a inserir expressivamente profissionais de saúde mental nas equipes com o foco de promover controle de dor em crianças e para prepara-las para se submeterem a procedimentos médicos invasivos, como cirurgias mutilatórias (Júnior, 2010).

A psico-oncologia representa uma área de conhecimento e de intervenções da psicologia da saúde aplicada aos cuidados do paciente com câncer e sua família, bem como dos profissionais envolvidos na realização do tratamento (Veit & Carvalho, 2008). A psico-oncologia constrói-se na interface entre a medicina e a psicologia utilizando conhecimentos produzidos no campo da psicologia da saúde para aplica-los na assistência ao paciente oncológico, sua família e aos profissionais da saúde envolvidos nos processos de prevenção, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos para o paciente com câncer (Gimenes, 1994). A psico-oncologia pode ser descrita como uma área interdisciplinar na saúde que se interessa pela influência de fatores psicológicos sobre o desenvolvimento, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos de pacientes com câncer. Como alguns dos objetivos da psico-oncologia pode-se citar: a identificação das principais variáveis psicossociais e contexto ambientais com os quais a intervenção psicológica possa potencializar o enfrentamento da

doença, incluindo na avaliação as situações aversivas nas quais paciente e familiares possam estar expostos (Júnior, 2001).

A psico-oncologia compreende quatro fases de intervenção que podem variar a depender do curso do câncer, sendo elas: prevenção, intervenção terapêutica, reabilitação e os cuidados paliativos. Na fase dos cuidados paliativos o objetivo da psico-oncologia será no cuidado ao paciente, na manutenção de sua qualidade de vida e no estabelecimento de comportamentos de autonomia no maior nível que for possível, através, principalmente, da minimização do sofrimento emocional. Nesta etapa o sujeito deverá ser acompanhado no seu processo de morrer, tendo a possibilidade de elaborar sua raiva, o medo, a depressão a ansiedade, a frustração e a própria terminalidade da vida, referente a família é indispensável ser assistida na elaboração do luto (Scharf, 2005).

De acordo com a Psico-oncologia os pacientes em tratamento oncológico, frequentemente, estão bastante fragilizados emocionalmente, as famílias de pacientes com câncer costumam também experenciar uma fase de desorganização econômica e afetiva para, posteriormente, procederem com uma reorganização de papéis. A equipe de assistência oncológica, lidando diariamente com a morte, a finitude e o sofrimento humano também podem apresentar dificuldades emocionais e sofrimento ligados a realização de seu trabalho, demandando a necessidade de uma intervenção psicológica. Outro aspecto emocional recorrente em pacientes oncológicos é o medo da morte, ainda que em muitos casos apresentem um bom prognóstico, fatores como a desinformação, as crenças e os mitos concernentes ao câncer, a morte torna-se bastante presente na fantasia de pacientes, família e da equipe assistencial (Campos, 2010).

Outros aspectos emocionais frequentes em sujeitos com câncer são a ansiedade, o medo e as fantasias diversas, que são também são descritas como vivências emocionais em pacientes ao longo do tratamento oncológico (Ismael e Oliveira, 2008). Tais vivências são consideradas inclusive como normais e esperadas, quando em níveis baixos, desde que não tragam comprometimento ao tratamento e a saúde mental do paciente. Estes aspectos emocionais são desencadeados pois o sujeito em tratamento oncológico defronta-se com uma situação ameaçadora, desconhecida que é o câncer. Tem-se ainda que o sujeito em tratamento de câncer passa por conflitos internos referentes ao enfrentamento de experiências de dor, perdas e lutos, resultantes do próprio adoecimento e

tratamento, onde a percepção de finitude emerge e torna-se comum o aparecimento de fantasias e mitos em torno de todo este processo (Christo & Traesel, 2009).

Certamente, as intervenções médicas para o tratamento do câncer foram as que mais avançaram nas últimas décadas se comparados aos de outras doenças, possibilitando maior controle das neoplasias e a manutenção da qualidade de vida dos pacientes. A despeito disto percebe-se que no âmbito social o pavor que o câncer provoca nas pessoas, bem como sua quase irreversível associação com a morte e com a finitude são crescentes na sociedade, desta forma o recebimento do diagnóstico de câncer ainda tem a conotação de uma sentença de morte quase inconteste, fazendo com que muitos sujeitos, ao receberem o diagnóstico de câncer, passem a vivenciar uma descrença na vida e na importância do tratamento, além de sentimentos de medo da morte, tristeza e desesperança (Silva, 2005; Kóvacs, 1992). Somado a isto, o câncer, de forma geral, ainda é uma doença sentida pelas pessoas como um castigo, como uma sentença de morte e algumas vezes como forma de punição porque envolve sentimentos difíceis de serem administrados (Gomes *et al.*, 2002).

O profissional psicólogo inserido enquanto membro da equipe assistencial na oncologia deverá estar atento as reações emocionais que surgem ligadas a situação de adoecimento e de tratamento para o câncer, como também as dúvidas, as incertezas, para através do manejo destes aspectos minimizar o sofrimento dos pacientes, dos familiares e também da equipe multiprofissional. Isto ainda poderá apresentar como resultados a existência de um maior diálogo e a melhoria da relação equipe/paciente (Chiatone, 2011). Ao atender sujeitos diagnosticados com alguma patologia crônica, como é o caso do câncer, o psicólogo deverá trabalhar para desenvolver maior adaptação aos limites de vida impostos pela doença e pelo tratamento, potencializar a adesão ao tratamento, quando possível contribuir nas intervenções que visem reduzir a dor e o estresse decorrentes do adoecimento, favorecer um espaço de reflexão que facilite a tomada de decisões, utilizar intervenções que auxiliem o paciente na realização de procedimentos médicos invasivos e trabalhar para a manutenção da qualidade de vida do paciente e de seus familiares, apesar da severidade do tratamento oncológico (Scannavino *et al.*, 2013)

Deve-se também ressaltar a atuação do psicólogo na oncologia junto às famílias que sofrem, sentem medo, angustiam-se em decorrência de não

estarem preparados para lidar com o câncer e com um familiar enfermo que, algumas vezes, vê-se fora de possibilidade de cura. Nesta situação fortalecer a comunicação entre equipe, pacientes e familiares, bem como o apoio emocional dos familiares aos seus pacientes mostra-se como uma estratégia importante. Estes aspectos ressaltam o quanto a vivência do câncer e do seu tratamento é um evento perturbador para o paciente e sua família que passam a vivenciar muito sofrimento (Carvalho, 2002).

OS CUIDADOS PALIATIVOS

Sabe-se que é no Reino Unido, no ano de 1960, que emerge oficialmente a noção de cuidados paliativos enquanto uma forma de atuação diferenciada na saúde, apresentando como figura central a médica Cicely Saunders. Cicely foi também assistente social e enfermeira o que a possibilitou ter uma compreensão mais profunda sobre os pacientes que atendia, o trabalho de Cicely inaugura a cultura dos cuidados paliativos, sendo composta por ensino, assistência e pesquisa (Du Boulay, 2007).

Após o seu surgimento na década de 60 esta forma de trabalho dispersa-se pelo Canadá, pelos Estados Unidos da América e nos últimos vinte anos do século XX para toda a Europa e América do Sul. O surgimento dos cuidados paliativos suscitou discussões que até então eram silenciadas no campo da saúde, tais como a necessidade de se cuidar do sofrimento de pacientes incuráveis, a falta de estrutura dos serviços de saúde e a pouca preparação dos profissionais para assistirem estes pacientes. Colocou em evidência também as especificidades existentes nos cuidados que deveriam ser direcionados à pacientes não curáveis demandando a realização de pesquisas e estudos que esclarecessem tais questões (Vadeboncoeur *et al.*, 2010).

Assim, os cuidados paliativos colocam-se como uma forma inovadora e indispensável de cuidado no âmbito da saúde e que vem apresentando um crescimento no Brasil. Esta modalidade assistencial diferencia-se basicamente da medicina curativa por ter sua base de atuação pautada não na busca da cura e remissão da doença, mas na realização de um cuidado integral ao paciente, cuidado este composto por prevenção, acompanhamento e controle de sintomas (Matsumoto, 2012). Dentre tais sintomas destacam-se os quadros algícos que são bastante recorrentes em pacientes oncológicos.

No ano de 2004 a Organização Mundial da Saúde (OMS) atualiza o conceito de cuidados paliativos reforçando a importância de que seja incluído na assistência a todas as doenças crônicas e não apenas à pacientes oncológicos, inserindo-o também em programas de atenção ao idoso. De acordo com a nova definição proposta pela Organização Mundial de Saúde (2012) os cuidados paliativos são uma metodologia assistencial que objetiva melhorar a qualidade de vida de pacientes e familiares que enfrentam uma doença ameaçadora da vida, priorizando a prevenção e o alívio do sofrimento. Este trabalho se torna possível através da identificação, avaliação e tratamento chamados de impecáveis da dor e de outras questões de cunho físico, espiritual e psicossocial que possam acarretar em sofrimento para o paciente e sua família.

Os cuidados paliativos compreendem um vasto programa de atuação interdisciplinar afim de prestar assistência a pacientes com doenças em progressão, com a finalidade de monitorar, intervir e aliviar os sintomas decorrentes da doença. Porém, este trabalho não pode ser percebido como um recurso supérfluo, alternativo ao tratamento curativo, mas sim como cuidados indispensáveis ao paciente e sua família, desde o início do tratamento, empregando uma abordagem assistencial própria e diferenciada que contribuirá para que vivam da melhor forma possível, favorecendo qualquer intervenção que garanta a qualidade de vida, até o momento da morte. (Boemer, 2009).

A filosofia dos cuidados paliativos propõem que ao buscar promover o conforto, a autonomia, a qualidade de vida, o controle da dor e trabalhar os aspectos emocionais e espirituais emergentes neste momento, estão também produzindo, para o paciente, mais vida aos seus dias e não mais dias a sua vida, ou seja, a preocupação central é ampliar a dignidade, o conforto, o bem estar e a qualidade de vida, enquanto vida o paciente tenha. Isto mostra-se de indispensável importância quando se considera que a perspectiva dos cuidados paliativos surge como resposta aos descomedimentos realizados pela medicina tecnologista, que direcionava os pacientes a um fim de vida caracterizado pela medicalização, pela perda da dignidade em oposição a qualidade de vida. A exemplo disto tem-se a obstinação terapêutica que insistia na realização de procedimentos fúteis, mantendo o paciente isolado, nas instalações frias e solitárias do hospital, submetido a dor, em um contexto no qual a cura já não seria mais possível, esta perspectiva valoriza mais a continuidade da vida do

paciente a qualquer custo, mesmo que isto acarreta em maior sofrimento para o paciente. (Menezes, 2004).

Nos estágios iniciais do câncer o tratamento normalmente é bem agressivo e possui o objetivo de cura e remissão da doença, nesta etapa a equipe assume uma postura otimista compartilhando isto com o paciente e sua família. Porém quando a doença evolui no seu ciclo natural para um estágio avançado a assistência paliativa já deve ser iniciada para administração dos sintomas de difícil controle e de um cuidado mais focado em aspectos psicossociais e espirituais decorrentes do adoecimento. Nos casos em que o paciente oncológico se encaminha para a terminalidade da vida a assistência paliativa se coloca como indispensável, como estratégia que garantirá maior qualidade de vida ao paciente e sua família (Inca, 2017).

Contudo, a Organização Mundial de Saúde propõe que a assistência paliativa deve ser iniciada o mais cedo possível no tratamento de doenças crônicas, tautócrono ao tratamento curativo, empregando-se todos os esforços, tecnologia e mão de obra especializada necessários para melhor a compreensão e controle dos sintomas do paciente (Oms, 2007). Esta recomendação da OMS é fundamental e implica em uma reorganização da rotina assistencial na oncologia, pois nos casos em que a assistência paliativa aos doentes crônicos e aos seus familiares é iniciada apenas quando a doença torna-se impossível de ser modificada pelo tratamento médico, em muitos casos, não há mais tempo hábil para que a equipe paliativa realize seu trabalho, pois o paciente já pode se encaminhar para a terminalidade, tornando este momento ainda mais doloroso e difícil, tanto para o paciente quanto para a família e também para a equipe que não conseguirá trabalhar produzindo conforto, bem estar e autonomia a estes sujeitos.

Partindo do que propõem o Manual de Cuidados Paliativos (2009) publicado pela Academia Nacional de cuidados Paliativos esta modalidade assistencial é composta por diversas especialidades que compõem o cenário da saúde e não se baseia em protocolos, mas em princípios, não fala mais em terminalidade, mas em doenças que ameaçam vida, evita o termo impossibilidade de cura e priorizando a concepção de existência ou não de um tratamento modificador da doença. O manual evidencia também que pela primeira vez, como o advento dos cuidados paliativos, a espiritualidade do

paciente é valorizada e a família é diretamente incluída em todo o processo, inclusive após a morte do paciente no decorrer do luto.

A dor é um dos sintomas mais recorrentes em pacientes oncológicos em cuidados paliativos, além dela podem ocorrer também anorexia, depressão, ansiedade, constipação, disfagia, dispneia, fraqueza, entre outros. Todos estes sintomas concorrem para a redução da qualidade de vida do paciente merecendo total atenção por parte da equipe de saúde (Silva e Hortale, 2006). A intensidade da dor oncológica não é diretamente proporcional aos tecidos que foram lesados, vários fatores concorrem influenciando a maneira como ocorrerá a percepção da dor, tais como: a fadiga, a depressão, a raiva, o medo, a ansiedade, sentimentos de falta de esperança e ausência da rede de suporte psicossocial. Atualmente compreende-se este fenômeno enquanto dor total, por ser constituída por componentes físicos, mentais, sociais e espirituais (Brasil, 2001).

Os cuidados paliativos pautam-se em princípios norteadores, sendo eles: Valoriza a vida considera a morte um processo natural, inerente a condição do ser humano; nem abrevia nem prolonga a vida; alívio da dor e de outros sintomas desagradáveis que possam reduzir a qualidade de vida do paciente; integra e valoriza os aspectos espirituais e psicológicos no cuidado ao paciente; oferece um suporte que possibilite ao paciente viver tão ativamente quanto possível até o instante de sua morte; suporte aos familiares durante a doença do paciente e o processo de luto; oferece uma abordagem interdisciplinar para assistir as necessidades dos pacientes e familiares (Silva e Hortale, 2006).

Na prestação da assistência paliativa a morte é um tema recorrente que reverbera na relação equipe/família e paciente acarretando, na grande maioria das vezes, em intenso sofrimento para todos. A maioria dos indivíduos não possui preparação para enfrentar a morte e a falta de informações e preparo para acompanhar pacientes no final da vida pode tornar-se uma experiência difícil tanto para profissionais quanto para familiares (Kübler-Ross, 2008). A assistência adequada a tais pacientes terminais só poderá ser oferecida quando se compreende as possíveis reações e comportamentos que tanto pacientes quanto familiares possam apresentar ao se depararem com a iminência da morte (Costa e Lima, 2005).

A maioria dos sujeitos não se encontram preparados para lidar com a morte, incluídos aí profissionais de saúde, os próprios pacientes e seus cuidadores. A falta de preparação técnica e pessoal referente aos aspectos

existentes na morte e na terminalidade podem tornar a assistência a estes pacientes um momento traumatizante para os profissionais de saúde. Já os pacientes, ao se depararem com este momento no curso de suas vidas, sentem apavorados e desesperados, pois são treinados culturalmente a negar e a temer a morte, o envelhecimento e a transitoriedade da situação de vida. Estes aspectos tornam-se ainda mais difíceis nos casos de pacientes muito jovens, pois no imaginário social ainda existe a representação da morte como um evento que ocorre apenas a pessoas muito idosas (Kübler-ross, 2008). Sobre isto, os pacientes podem reagir emocionalmente de formas muito distintas e diversas à doença e à terminalidade: podem aceitar esta realidade, podem usar o mecanismo da negação, podem desejar conhecer mais sobre o fim da vida, podem sentir incapazes de aceitar o peso e a tristeza deste momento, podem pensar muito sobre a situação, mas não conseguir verbalizar seus sentimentos e angustias (Oliveira *et al.*, 2014).

MÉTODO

Esta pesquisa caracteriza-se quanto seu objetivo como uma pesquisa descritiva que utilizou para a coleta de dados a revisão integrativa com abordagem qualitativa dos dados obtidos. A revisão integrativa é um formato de pesquisa que possibilita a revisão, a crítica e a sintetização da literatura a respeito de um determinado tema produzindo novas compreensões e perspectivas sobre o tema investigado (Carliner, 2017). A revisão integrativa apresenta-se como um método amplo que comporta a inclusão de pesquisas teóricas, empíricas com distintas abordagens metodológicas, com o objetivo maior de sintetizar conhecimento sobre um dado tema (Pompeo *et al.*, 2009). A revisão integrativa, enquanto método de coleta de dados, é organizada nas seguintes etapas: 1. identificação do tema e questão de pesquisa; 2. estabelecimentos dos critérios de inclusão/exclusão de estudos; 3. categorização dos estudos; 4. avaliação dos estudos incluídos; 5. interpretação dos resultados; 6. apresentação da síntese do conhecimento (Mendes *et al.*, 2008).

As questões norteadoras escolhidas para a condução desta pesquisa foram: Como deve ocorrer o trabalho do psicólogo inserido em cuidados paliativos oncológicos? Este trabalho encontra-se de acordo com a filosofia preconizada pelos cuidados paliativos?

Referente aos critérios de inclusão desta revisão, foram incluídos artigos publicados entre os anos de 2000 e 2017, nos idiomas português ou espanhol, disponíveis em versão completa e gratuita por periódicos indexados, que discutam a temática concernentes aos objetivos elencados para esse estudo e que respondam as questões norteadoras propostas. Outros estudos teóricos advindos de teses, dissertações, capítulos de livros, ou mesmo publicados anteriormente ao ano 2000 não foram incluídos na amostra.

As bases de dados utilizadas foram: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), literatura Latino Americana e do Caribe (LILACS). A escolha dessas bases deu-se por concentrarem a grande maioria das publicações nacionais referente a temática. Para a localização dos artigos nas referidas bases de dados utilizou-se os seguintes descritores nos idiomas: “cuidados paliativos”, “psicologia”, “oncologia”. Já para a apresentação dos resultados optou-se pela exposição de uma tabela sintetizando as informações coletadas nos artigos.

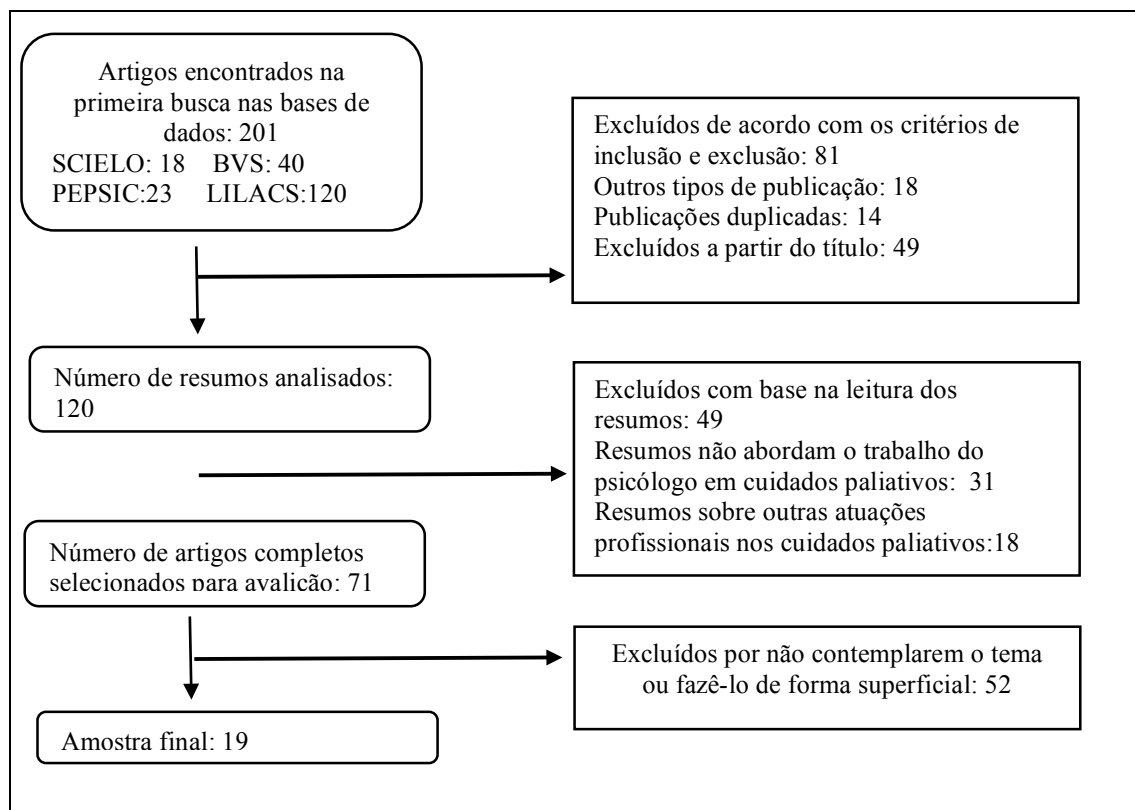
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra inicial alcançada localizou 201 artigos, distribuídos nas bases de dados da seguinte forma: SCIELO (N= 18), BVS (N=40), PEPSIC (N=23), LILACS (N=120). Após isso procedeu-se com a leitura dos resumos para identificação dos objetivos e resultados, afim de julgar se tais estudos contemplariam os critérios de inclusão estabelecidos aqui, desta forma foram selecionados 19 artigos para compor a amostra final utilizada neste estudo

. Os demais artigos que não foram inseridos na amostra final discutiam o tema de forma superficial ou discutiam temas diferentes do proposto, tais como aspectos emocionais e vivências psicológicas de pacientes, familiares e equipe nos cuidados paliativos, discussões sobre a morte e a terminalidade, o ensino dos cuidados paliativos, artigos escritos por profissionais da saúde de outras categorias profissionais e etc. Este processo de coleta da amostra final encontra-se representado de forma detalhada na figura 1.

Figura 1 – Fluxograma de construção da amostra final

Figure 1. Flowchart Final sample construction



É importante destacar que muitos artigos foram localizados de forma repetida nas bases de dados consultadas, gerando também a não inclusão das versões secundárias. Esta amostra final, com 19 artigos, encontra-se distribuída nas bases de dados da seguinte forma: SCIELO (N=8), BVS (N=3), PEPsic (N=4), LILACS (N=3). Estes dados encontram-se sintetizados na tabela 01.

Tabela 01 – Artigos recuperados e selecionados por base de dados

Table 01 - Articles retrieved and selected by database

Base de dados consultada	Referências recuperadas	Referências selecionadas
SCIELO	18 artigos	8 artigos
BVS	40 artigos	3 artigos
PEPSIC	23 artigos	4 artigos
LILACS	120 artigos	4 artigos
Total	201 artigos	19 artigos

Fonte: Criação própria

Apresenta-se de forma detalhada, então, os 19 artigos que compõem a amostra final deste estudo. Para fins de melhor compreensão os artigos foram organizados em uma tabela (tabela 2) que contém as seguintes informações sobre cada artigo: título, autores, ano e tipo de estudo.

Tabela 2 – Caracterização dos artigos que compõem a amostra

Table 2 - Characterization of the articles that make up the sample

	TÍTULO	ANO	AUTORES	TIPO DE ESTUDO
1	A atuação do psicólogo junto no tratamento de pacientes terminais e seus familiares	2013	Glauca <i>et al.</i>	Bibliográfico
2	A criança e a iminência da morte do progenitor: o desafio dos pais na comunicação das más notícias	2016	Emer <i>et al.</i>	De campo
3	A intervenção psicológica em cuidados paliativos	2013	Melo <i>et al.</i>	Bibliográfica
4	A questão da espiritualidade na realidade hospitalar: O psicólogo e a dimensão espiritual do paciente	2001	Elias e Sigilo	De campo
5	Apoio Psicológico na terminalidade: Ensinamentos para a vida	2010	Oliveira <i>et al.</i>	Estudo de caso
6	Atuação Psicológica na assistência a criança com câncer: da prevenção aos cuidados paliativos	2013	Gurgel e Lage	Bibliográfico
7	Cuidados Paliativos: Desafios para cuidadores e profissionais da saúde	2015	Alves <i>et al.</i>	De campo
8	Cuidados Paliativos em Oncologia Pediátrica: Uma perspectiva de atuação Psicológica	2013	Gurgel e Lage	Bibliográfico
9	Ditos, não ditos e entreditos	2010	Sousa e Carpigiane	De campo
10	Experiencias y obstáculos de los psicólogos en el acompañamiento de los procesos de fin de vida	2013	Alcantára <i>et al.</i>	De campo
11	Intervenção Psicológica em terminalidade e morte: Relato de experiência	2011	Schmidt <i>et al.</i>	Relato de experiência

12	O papel do psicólogo na equipe de cuidados paliativos junto ao paciente com câncer	2011	Ferreira <i>et al.</i>	Bibliográfica
13	Os feitos não morrem: Psicanálise e cuidados ao fim da vida	2016	Arantes	Estudo de caso
14	Projeto pingo de luz: Um relato de experiência com pacientes em cuidados paliativos	2016	Moura <i>et al.</i>	Relato de experiência
15	Psicologia Hospitalar e cuidados paliativos	2010	Porto e Lustosa	Bibliográfica
16	Re-significação da Dor Simbólica da Morte: Relaxamento Mental, Imagens Mentais e Espiritualidade	2003	Elias	Estudo de caso
17	Saberes e práticas sobre cuidados paliativos segundo psicólogos atuantes em hospitais públicos	2014	Alves	De campo
18	Salve o velho	2017	Langaro	Estudo de caso
19	Terapia da dignidade para adultos com câncer em cuidados paliativos: Um relato de caso	2017	Espindola	Estudo de caso

Fonte: Criação própria

COMO PODE ATUAR O PSICÓLOGO NO SERVIÇO DE CUIDADOS PALIATIVOS

A respeito das possibilidades de atuação deste profissional no serviço de cuidados paliativos, um dos aspectos que mais foram evidenciados pelos artigos (n=13) refere-se ao manejo do sofrimento e dos aspectos emocionais vividos pelo paciente que se encontra com uma doença não mais controlável. Dentre tais aspectos destacam-se, o medo da morte, da finitude do abandono, da dor, da solidão, o trabalho com manutenção da qualidade de vida e busca da autonomia do paciente (Melo *et al.*, 2013; Elias e Sigilo, 2001; Oliveira *et al.*, 2010). O psicólogo deverá proporcionar uma melhor maneira do paciente e cuidadores resolverem pendências e expressarem emoções ao vivenciarem sua própria finitude. Seu grande desafio é a de permitir ao paciente uma vida com mais qualidade diante da própria morte. (Porto e Lustosa, 2010).

Neste contexto o trabalho do psicólogo coloca-se como indispensável, pois uma das maiores atribuições deste profissional no serviço de cuidados paliativos é construir novos critérios referentes à qualidade, ao valor e ao significado da vida e da morte dando suporte emocional para que o doente possa lidar com a situação e possa redescobrir o sentido de sua vida. Somado a isto o profissional deverá também, juntamente com toda a equipe multiprofissional, cuidar, acolher, preservar este paciente nos aspectos físicos, psicológicos, social e espiritual (Figueiredo e Bifulco, 2008). Ainda

de acordo com estes autores a autonomia funcional do paciente também deverá ser preservada ao melhor nível possível.

Ilustrando uma possibilidade de como realizar este trabalho Elias (2003) refere a realização de atendimento psicológico a três crianças e dois adolescentes com câncer fora de possibilidade de controle, através da utilização de relaxamento mental e visualização de imagens mentais, dentro das premissas da psicoterapia breve de apoio, como estratégia para facilitar a ressignificação da morte a elaboração da dor simbólica da morte proporcionando melhor qualidade de vida no processo de morrer e morte serena e digna. Outras discussões sobre como operacionalizar este trabalho são propostas por Espíndola *et al.* (2017) apontando a realização da terapia da dignidade como estratégia que pode ser utilizada pelo psicólogo para redução de sintomas depressivos, a retomada de memórias positivas, a possibilidade de arrepende-se e pedir perdão, bem como a aproximação dos familiares no fim da vida.

Enquanto isso, Castro-arantes (2016) exemplifica essas possibilidades de atuação do psicólogo junto a pacientes em cuidados paliativos a partir do uso da psicanálise. Para a referida autora o trabalho analítico, junto a tais pacientes, desenvolve recursos que o possam sustenta-lo durante a vida, a doença, a finitude e a própria morte, forjando uma construção subjetiva neste momento limite da experiência humana, através da palavra. É importante ressaltar que segundo Lazzaretti (2007) diferentes abordagens e metodologias/clínicas podem fundamentar o trabalho do psicólogo nos diversos contextos da saúde, como os cuidados paliativos, sendo as mais recorrentes: O behaviorismo, a Gestalt, a Psicanálise, o Psicodrama, a Psicologia Analítica e a Terapia Sistêmica. Contudo, a tanatologia é corriqueiramente referenciada como um aporte teórico, não específico da área da psicologia, indispensável para os profissionais que atuam em serviços de cuidados paliativos (Domingues *et al.*, 2013). De acordo com Kovács, (2008) a Tanatologia representa uma área de saber multiprofissional destinada ao cuidado de pessoas que que vivenciam contextos de morte, perda de pessoas significativas, adoecimento crônico, suicídios, ou pela violência presente nos grandes centros urbanos.

Já na perspectiva de Oliveira *et al.* (2004) a intervenção do psicólogo neste contexto pode ser organizada em três estágios: antes, no momento e após a morte do paciente. Referente ao primeiro momento os autores preconizam que o psicólogo poderá contribuir no processo de comunicação sobre a doença e seus desdobramentos, o terapeuta deve trabalhar junto a família estimulando a expressão de sentimentos e

pensamentos afim de solucionar questões familiares não resolvidas, proporcionando uma despedida com mais conforto para o paciente.

Ainda de acordo com Oliveira *et al.* (2004) as intervenções do psicólogo no momento da morte referem-se ao trabalho junto a família facilitando o diálogo sobre os desejos do paciente para o momento da morte e após ela. Neste momento é importante também esclarecer a importância da presença da família nos momentos finais de vida do paciente, afim de evitar possíveis sentimentos de culpa e arrependimentos. Para os referidos autores, após o óbito é um dos momentos que a família mais necessitará de suporte psicológico para elaborar as vivências referente a perda e ao luto, este momento normalmente é vivido pela família através da dor, da solidão, da culpa, do desespero e etc.

Buscou-se também analisar estes artigos identificando se a discussão sobre o trabalho do psicólogo referiu-se a intervenções com o paciente, com os membros da família, ou com equipe multiprofissional. Os resultados mostraram que a maioria dos artigos (n=13) priorizaram discutir esta atuação voltada as necessidades dos pacientes, destes apenas três artigos discutiram a atuação do psicólogo com criança com câncer em cuidados paliativos. Referente às necessidades dos familiares os artigos foram em menor quantidade (n=5). No que tange a possíveis intervenções do psicólogo junto a equipe paliativista a amostra não localizou nenhum artigo. Localizou-se um artigo que teceu considerações a respeito das dificuldades existentes no trabalho do psicólogo em cuidados paliativos (n=1).

Sobre a importância da assistência psicológica as famílias, sabe-se que é indispensável que também sejam cuidadas, principalmente para que ocorra uma boa comunicação, percepção e transmissão de afeto e mensagens, tanto a nível verbal quanto não. Sobre isto a Acadêmica Nacional de Cuidados Paliativos (2009) expõe que o psicólogo deve alargar os canais de comunicação entre o paciente e seus familiares bem como destes com a própria equipe de assistência. A família é um dos principais componentes da rede de suporte psicossocial do paciente que poderá provê-lo de afeto e cuidado reduzindo o sofrimento esperado este momento. Após o óbito do paciente a família ainda precisa ser assistida, para elaborar o luto e se reorganizar referente a ausência deixada pelo familiar.

A família do paciente que veio a óbito enfrenta uma série de dificuldades neste momento, tais como: elaborar o luto, abdicar da memória do familiar falecido, reorganização dos papéis familiares. Frente estas dificuldades esta família poderá se

beneficiar da intervenção do psicólogo que poderá orientá-la em cada momento, encorajá-la a enfrentar e elaborar estratégias para cada uma das dificuldades vividas, acompanhar a evolução da família com estes desafios e se colocar como um suporte emocional para a tomada de decisões e superação das dificuldades (Golderf, 1932).

Já a respeito da atuação do psicólogo junto as necessidades da equipe multiprofissional paliativista a ausência de artigos constatada aponta para a compreensão de que o referido tema tem sido pouco abordado nas pesquisas científicas, apesar de sua relevância, demandando a realização de mais estudos. Corroborando com isto, Carvalho (2004) assevera que os profissionais de saúde também vivenciam um intenso desgaste emocional e cognitivo ao cuidar de pacientes no estágio avançado das doenças e em cuidados paliativos. Este Desgaste físico e emocional ocorre por estarem acompanhando a evolução de uma doença e a finitude da vida de um paciente que se encaminha para a morte. Estes profissionais acompanham também o sofrimento do enfermo que costuma ser intenso ao despedir-se das pessoas queridas, da própria vida, e por ter, muitas vezes, um dia-a-dia, dolorido e penoso até o momento da morte. Por conta disto o CREMESP (2008) propõe que o psicólogo também deva estar atento à equipe que acompanha todo este processo que costuma ser doloroso e sofrível para todos, demandando a necessidade algum cuidado à saúde mental. A convivência com essa realidade pode afetar às suas vidas, gerando sentimento de frustração, revolta ou fracasso, esvaziando este trabalho de sentido e transformando-o em fonte de sofrimento.

Através das discussões propostas pode-se afirmar que, tanto teoricamente quanto em seus aspectos práticos e metodológicos, o que se propõem para a atuação do psicólogo se encontra alinhada à filosofia dos cuidados paliativos que orienta os diversos profissionais a estarem atentos tanto ao paciente quanto a sua família nos diversos momentos do tratamento até a elaboração da perda do familiar e a vivência da fase do luto (OMS, 2012). Corroborando com a esta proposição a teoria da psicologia da saúde, que orienta o trabalho de psicólogos atuantes em instituições hospitalares, independente da especialidade da instituição, também preconiza que a tríade paciente/equipe e família seja tomada como referência central nesta atuação (Tonetto e Gomes, 2005).

O psicólogo na equipe de cuidados paliativos trabalha a partir de uma ética do cuidado permanente e da humanização do fim da vida. Ao comprometer-se com a manutenção da saúde mental de pacientes e familiares, colocando-se como suporte para intervir e abordar aspectos emocionais e psicológicos, que são tão expressivos no momento da terminalidade, contribuindo para potencializar qualidade de vida,

manutenção de autonomia, controle de sintomas relacionados a fatores psicossociais, elaboração do medo, da ansiedade, da culpa e, sobretudo, da valorização da dignidade do sujeito, esta atuação profissional coloca-se como indispensável as demandas de pacientes e familiares/cuidadores e bastante comprometida com a filosofia dos cuidados paliativos que preconizam a forma de conceber, organizar e operacionaliza a assistência neste nível.

Contudo, aspectos da atuação do psicólogo em cuidados paliativos referente ao auxílio¹ de controle da dor total, ao diálogo com a religiosidade do paciente e família, as estratégias de humanização do serviço bem como as possibilidades de trabalho junto as demandas da equipe não foram apontadas, ou se expressaram em baixa frequência nos artigos localizados. Este fato mostra-se como uma fragilidade, pois embora a filosofia dos cuidados paliativos proponha a assistência integral ao paciente em todas suas necessidades, percebeu-se uma lacuna teórica nos artigos pesquisados que não abordaram os aspectos já apontados.

A portaria de número 2.439/GM de 08 de dezembro de 2005 preconizada pelo ministério da saúde, Brasil (2005b), instituiu a política nacional de atenção oncológica estabelecendo uma linha de cuidado que perpassa estratégias de prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e, também, de cuidados paliativos reafirmando o quanto este serviço é indispensável no âmbito da oncologia. A referida portaria determina também que tanto os níveis de atenção à saúde primário e secundário devem oferecer serviços de assistência a pacientes em cuidados paliativos, resguardando os objetivos e as tecnologias de trabalho de ambos os níveis.

De acordo com esta portaria o tratamento oncológico deve ocorrer preferencialmente em um Centro de Alta Complexidade em Oncologia (CACON) que são hospitais que oferecem assistência especializada e integral aos pacientes com câncer devendo obrigatoriamente oferecer, aos pacientes, medidas de suporte nas quais se incluam o serviço assistencial de psicólogos clínicos. Esta portaria finda por demarcar a importância, bem como o reconhecimento, pelo menos a nível de organização do serviço, do quanto a atuação do psicólogo se mostra necessária no contexto de cuidados paliativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi discutir através de uma revisão integrativa de literatura como deve ocorrer o trabalho do psicólogo na assistência a pacientes oncológicos em cuidados paliativos, bem como identificar se esta atuação se encontra de acordo com o que é preconizado pela filosofia dos cuidados paliativos. Pelos resultados

alcançados conclui-se que a principal contribuição do psicólogo atuante neste serviço é cuidar da saúde mental, intervindo em aspectos emocionais e psicológicos emergentes neste momento, dentre eles principalmente o medo da morte, questões ligadas a terminalidade e ao final da vida, a manutenção da dignidade e da autonomia do paciente e a humanização do processo de morrer.

Somado a isto, as publicações reforçaram a importância de serem incluídos no processo de assistência psicológica tanto o paciente quanto a família, pois entende-se que por tratar-se de um momento limítrofe todos os envolvidos sofrem impactos emocionais que podem culminar em intenso sofrimento emocional e prejuízos à saúde mental. A modalidade assistencial que mais foi descrita nos artigos foram as intervenções realizadas junto ao paciente, para proporcionar a manutenção de sua qualidade de vida, a preparação para a morte e a garantia de uma autonomia enquanto for possível. Por outro lado, aspectos como o controle da dor total, possibilidades de intervenções junto a equipe multiprofissional, o manejo das expressões religiosas e espirituais, técnicas e métodos do psicólogo para operacionalizar este trabalho nos cuidados paliativos, foram elementos verificados em baixa frequência nos artigos, isto apontando para a necessidade de mais pesquisas sobre eles.

Frente a isto pode-se concluir que a psicologia, enquanto corpo teórico e discurso científico, vêm buscando sistematizar sua atuação no serviço de cuidados paliativos. Inserido neste serviço o psicólogo contribui atuando na tríade paciente/família e equipe orientado por uma ética do cuidado e não da cura, garantindo um suporte aos aspectos emocionais destes sujeitos, que se vêm inseridos em uma situação de vida bastante difícil e dolorosa. Esta metodologia de trabalho mostra-se compatível com a proposta dos cuidados paliativos, pois ambas valorizam a pessoa doente e não a doença, os aspectos biopsicossociais e não apenas o corpo biológico. Desta forma a atuação do psicólogo neste contexto mostra-se indispensável e revestida de muita potencialidade.

Considera-se, portanto, que esta pesquisa alcançou o objetivo proposto quando foi desenvolvida e que a metodologia empregada também se mostrou satisfatória para responder ao problema de pesquisa. Conclui-se esta pesquisa apontando que a morte e a finitude são um dos elementos mais recorrentes quando se investiga o trabalho em cuidados paliativos. Portanto, somado a outras habilidades e conhecimentos que estes profissionais devem adquirir e desenvolver evidencia-se a preparação, teórica e pessoal, para entrar em contato com a temática da morte. O psicólogo não se encontra excluído

deste processo, necessitando também cuidar de sua saúde mental e preparar-se para realizar este trabalho.

REFERÊNCIAS

Academia Nacional De Cuidados Paliativos. 2009. *Manual de cuidados paliativos*. Rio de Janeiro. Diagraphic.

ALMEIDA, V. L.; LEITÃO, A.; REINA, B.L.C.; MONTANARI, C.A.; DONNICI, C.L.; LOPES, T.P. 2005. Câncer e agentes antineoplásicos ciclo-celular específicos e ciclo-celular não específicos que interagem com o DNA: uma introdução. *Quim. Nova*, vol. 28, no. 1, 118-129.

BOEMER, M.R. 2009. Sobre cuidados paliativos. *Rev. esc. enferm. USP*; v. 43(3):500-501. 2009.

BRASIL. 2005a. A vigilância, o controle e a prevenção das doenças crônicas não-transmissíveis : DCNT no contexto do Sistema Único de Saúde brasileiro. Ministério da Saúde. / Brasil. Ministério da Saúde – Brasília : Organização Pan-Americana da Saúde. 82 p.

BRASIL. 2001. *Cuidados paliativos oncológicos: controle da dor*. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer.Rio de Janeiro: INCA. 120 p.

BRASIL. 2005b. PORTARIA Nº 2.439/GM DE 8 DE DEZEMBRO DE 2005. Ministério da Saúde. Brasília.

CAMPOS, E.M.P. 2010. A Psico-oncologia. *Bol. Acad. Paulista de Psicologia*, V. 30, no 79, p. 440-449.

CARLINER, S. 2017. Workshop in conducting integrative literature reviews. In: IEEE International Professional Communication Conference. Cincinnati, OH, USA [Internet]. Disponível em: <http://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?arnumber=06087203>. Acessado em 20 de junho de 2017.

CARMO, E. H.; BARRETO, M. L.; SILVA JR. J. B. 2003. Mudanças nos padrões de morbimortalidade da população brasileira: os desafios para um novo século. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, V. 12, n. 2, p. 63-75.

CARVALHO, M. M. M. J. 2004. A Dor no Estágio Avançado das Doenças. In: V.A. ANGERAMI (org.). *Atualidades em Psicologia da Saúde*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning. Pág. 85-101.

CARVALHO, M.M. 2002. Psico-oncologia: história, características e desafios. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 151-166.

CHIATTONE, H. B. C. 2011. A significação da psicologia no contexto hospitalar. In: V. A. ANGERAMI (Org.). *Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning. p. 145-245.

CHRISTO, Z, M.; TRAESEL, E, S. 2009. Aspectos Psicológicos do Paciente Oncológico e a Atuação da Psico-Oncologia no Hospital. *Disc. Scientia. Série: Ciências Humanas*. v. 10, n.1, p. 75-87.

- COSTA JUNIOR, A L. 2010. *O papel da psicologia no atendimento a crianças com câncer*. Brasília: Laboratório de Saúde e Desenvolvimento Humano. Disponível em: http://vsites.unb.br/ip/labsaude/textos/o_papel.html. Acesso em 26 de junho de 2017.
- COSTA, J.C. LIMA, R.A.G. Luto da equipe: revelações dos profissionais sobre o cuidado à criança/ adolescente no processo de morte e morrer. *Rev Latino-Am Enfermagem*. v. **13**(2):151-7. 2005.
- DOMINGUES, G.R.; ALVES, K.O.; CARMO, P.H.S.; GALVÃO, S.S.; TEIXEIRA, S.S.; FERREIRA, E. 2013. A Atuação do Psicólogo no Tratamento de Pacientes terminais e Seus Familiares. *Psicologia Hospitalar*, v.**11** (1), 2-24.
- DU BOULAY, S. 2007. *Changing the face of death*. The story of Cicely Saunders. 2.ed. Great Britain: Brightsea Press. 24p.
- ELIAS, A.C.A. 2003. Ressignificação da Dor Simbólica da Morte: Relaxamento Mental, Imagens Mentais e Espiritualidade. *Psicologia ciência e profissão*. v. **21** (3),92-97.
- ELIAS, A.C.A.; SIGILO, J.S. 2001. A questão da espiritualidade na realidade hospitalar: o psicólogo e a realidade espiritual do paciente. *Estudos de Psicologia*, Vol **18**, no 3, 23-32.
- ESPÍNDOLA, A.V.; BENICÁ, C.R.S.; SCORTEGAGNA, S.A.; SECCO, A.C.; ABREU, A.P. 2017. Terapia da Dignidade para Adultos com Câncer em Cuidados Paliativos: Um Relato de Caso. *Temas em Psicologia – Junho*, Vol. **25**, nº 2, 733-747.
- FIGUEIREDO, M.G.M.C.A.; BIFULCO, V.A. 2008. *Temas em Psico-oncologia*. São Paulo: Summus. 250 p.
- GIMENES, M. G. 1994. Definição, foco de estudo e intervenção. In M. M. CARVALHO (Org.) *Introdução à psicooncologia*. Campinas, Editora Psy. P. 35 -36.
- Definição, foco de estudo e intervenção. In: CARVALHO, M. M. *Introdução à Psico-Oncologia*. Campinas: Editora Psy, 1994. p. 35-56.
- GOMES, R.; SKABA, M. M. V. F.; VIEIRA, R. J.S. 2002. Reinventando a vida: proposta para uma abordagem sócio-antropológica do câncer de mama feminina. *Cad. Saúde Pública*. v. **18**(1):197-204
- INCA. 2017. Instituto Nacional do Câncer. *Cuidados Paliativos*. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/cancer/site/tratamento/cuidados_paliativos. Acessado em: 27 de junho de 2017.
- INCA. 2011. *ABC do Câncer: Abordagens Básicas sobre o Controle do Câncer*. Instituto Nacional do Câncer. Rio de Janeiro.
- ISMAEL, S. M. C.; OLIVEIRA, M. F. P. 2008. Intervenção psicológica na clínica cirúrgica. In: P. B. A. KNOBEL; M. R. ERLICHMAN (Orgs.), *Psicologia e humanização: assistência aos pacientes graves* São Paulo: Atheneu. p.83-91.
- JUNIOR, A.L.C. 2001. O Desenvolvimento da psicooncologia: implicações para a pesquisa e intervenção profissional em saúde. *Psicol.cienc. prof.* vol.21. no.2. p. 36-43.
- KOVÁCS, M. J. 2008. Desenvolvimento da Tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v.**18**, n. 41. p. 457-468.

- KOVÁCS, M. J. 1992. *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 274 p.
- KÜBLER-ROSS, E. 2008. *Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes*. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 304 p.
- MARQUES, P.A.C. 2006. *Pacientes com câncer em tratamento ambulatorial em um hospital privado: Atitudes frente a terapia com antineoplásicos orais e locus de controle da saúde*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo.
- MELO, A.C.; VALERO, F.F.; MENEZES, M. 2013. A intervenção psicológica em cuidados paliativos. *Psicologia, saúde & doenças*. v. 14(3), 452-469.
- MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M. 2008. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*. v. 17(4):758-764.
- MENEZES, R.A. 2004. *Em busca da boa morte: antropologia dos cuidados paliativos*. Rio de Janeiro: Garamond/Fiocruz. 228 p.
- OLIVEIRA, E.A.; SANTOS, M.A.; MASTROPIETRO, A.P. 2010. Apoio psicológico na terminalidade: ensinamentos para a vida. *Psicologia em Estudo*, v. 15, n. 2, p. 235-244.
- OLIVEIRA, M. F.; LUGINGER S.; BERNADO, A.; BRITO M. 2004. Morte – intervenção psicológica junto da família do paciente terminal. Trabalho de Licenciatura. Lisboa. Universidade Lusíada Portugal. 62 p. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0017.PDF>. Acesso em 10 out. 2017.
- PIMENTEL, D.M.; LIMA, D.T.; FONSECA. R.L.M. 2009. *A atuação do psicólogo hospitalar no atendimento aos pacientes de câncer de próstata e de mama*. Governador Valadares, MG. Monografia de graduação. Universidade Vale do Rio Doce. 44 p.
- POMPEO, D.A.; ROSSI, L.A.; GALVÃO, C.M. 2009. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. *Acta Paul Enferm*. v. 22(4):434-8.
- PORTO, G.; LUSTOSA, M.A. 2010. Psicologia Hospitalar e Cuidados Paliativos. *Rev. SBPH* v.13 n.1, Rio de Janeiro.
- SAUNDERS, C. 1996. Into the valley of shadow of death: a personal therapeutic journey. *Br Med J*. v. 313: pag. 1599-601.
- SCANNAVINO, C.S.S.; SORATO, D.B.; LIMA, M.P.; FRANCO, A.H.J.; MARTINS, M.P.; JÚNIOR, J.C.M.; BUENO, P.R.T.; REZENDE, F.F.; VALÉRIO, N.I. 2013. Psico-Oncologia: Atuação do Psicólogo no Hospital de Câncer de Barretos. *Psicologia USP*, v. 24(1), 35-53.
- SCHARF, B. 2005. Psicooncologia: abordagem emocional em oncologia. *Red de Revistas Científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal*, v. 9(25), 64-67.
- SILVA, R.C.F.; HORTALE, V.A. 2006. Cuidados Paliativos Oncológicos: Elementos para o debate de diretrizes nesta área. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22(10):2055-2066.
- SILVA, V. C. E. 2005. *O impacto da revelação do diagnóstico de câncer na percepção do paciente*. Ribeirão Preto, SP. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Programa interinstitucional USP/ UEL/ UNOPAR. 219 p.
- THULER, L.C.S. 2012. *Abordagens básicas para o controle do câncer* / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação Geral de Ações Estratégicas, Coordenação de Educação. – 2. ed. rev. e atual.– Rio de Janeiro. 129 p.
- TOMETTO, A.M.; GOMES, W.B. 2005. Prática psicológica em hospitais: Demandas e intervenções. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 3, pp. 283-291.

VADEBONCOEUR, C.M.; SPLINTER W, M.; RATTRAY, M. 2010. A paediatric palliative care programme in development: trends in referral and location of death. *Arch Dis Child* v. **95**(9):686-696.

VEIT, M.T.; CARVALHO, V.A.C. 2008. Psico-oncologia: Definições e áreas de Atuação. IN: A.V. CARVALHO; M.H.P. FRANCO; M.J. KÓVACS; R.P. LIBERATO; R.C. MACIEIRA; M.T. VEIT; M.J.B. GOMES; L.H.C. BARROS. (org.). *Temas em Psico-oncologia*. São Paulo. Summus. p. 13-21.

World Health Organization. 2012. *National cancer control programmes: policies and managerial guidelines*. Genève: OMS. Disponível em: <http://www.who.int/cancer/media/en/408.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. 2007. *Palliative Care*. Cancer control: knowledge into action: WHO guide for effective programs. Module 05. Genève, Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44025/9789243547343_spa.pdf;jsessionid=0D90EC56E24342C6F25CA48A338BC586?sequence=1 Acesso em 05 de setembro de 2017.

**A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO
NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DE
FAMÍLIA: POTENCIALIDADES E
DESAFIOS**

**ALEX BARBOSA SOBREIRA DE MIRANDA
JÉSSICA DE ALENCAR COSTA**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo da história da psicologia, a afirmação de seu objetivo e área de atuação fez parte da discussão de inúmeros estudiosos, a fim de definir o ramo de qualificação de suas atividades diante das ciências biológicas e fisiológicas. Sua construção como ciência tem origem na filosofia grega, onde passa a ser vista como um ramo da filosofia que estuda a alma, porém, a estruturação em psicologia acadêmica, científica e como profissão torna-se a mais influente atualmente. Como ciência profissional, há o predomínio da visão comportamental e objetiva, com referência ao comportamento e ao observável (SERBENA; RAFFAELL, 2005). Nesse aspecto, destacou-se a figura do psicólogo clínico, o que limita a compreensão geral em relação à atuação desses profissionais.

Diante disso, alguns conceitos foram atribuídos à prática psicológica, a fim de tornar visão ampliadora na saúde, como à escuta, a subjetividade, o sofrimento psíquico, a aceitação incondicional, o comportamento, o inconsciente, a consciência e a cognição. No entanto, o trabalho do psicólogo conquistou diferentes espaços e tem construído modelos de atuação em áreas diversas, entre as quais pode-se destacar: clínica, organizacional, escolar, comunitária, jurídica, social, hospitalar e de saúde pública. Dessa forma, essas subáreas da psicologia tem o objetivo de contribuir com o olhar específico e direcionado, para alcançar uma compreensão mais integral do objeto de estudo que a psicologia abarca.

Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) as políticas públicas de saúde passam a ser intensificadas e apoiadas nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, e normatizada pelas Leis nº 8.080 e nº 8.142, ambas de 1990. A Psicologia então, tem-se inserido também nos espaços públicos de saúde, principalmente, a partir desses marcos institucionais, a fim de trabalhar com a promoção, prevenção e recuperação da saúde das pessoas. Essa atuação se dá no nível da atenção primária que é a principal porta de entrada para o serviço de saúde, conforme preconiza o SUS.

Diante disso, alguns conceitos foram atribuídos à prática psicológica, a fim de tornar visão ampliadora na saúde, como à escuta, a subjetividade, o sofrimento psíquico, a aceitação incondicional, o comportamento, o inconsciente,

a consciência e a cognição. No entanto, o trabalho do psicólogo conquistou diferentes espaços e tem construído modelos de atuação em áreas diversas, entre as quais pode-se destacar: clínica, organizacional, escolar, comunitária, jurídica, social, hospitalar e de saúde pública. Dessa forma, essas subáreas da psicologia tem o objetivo de contribuir com o olhar específico e direcionado, para alcançar uma compreensão mais integral do objeto de estudo que a psicologia abarca.

Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) as políticas públicas de saúde passam a ser intensificadas e apoiadas nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, e normatizada pelas Leis nº 8.080 e nº 8.142, ambas de 1990. A Psicologia então, tem-se inserido também nos espaços públicos de saúde, principalmente, a partir desses marcos institucionais, a fim de trabalhar com a promoção, prevenção e recuperação da saúde das pessoas. Essa atuação se dá no nível da atenção primária que é a principal porta de entrada para o serviço de saúde, conforme preconiza o SUS.

Dentro do campo de atuação da atenção básica, existe o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), criado pelo Ministério da Saúde (MS) por meio da Portaria GM nº 154, de 24 de janeiro de 2008, republicada em 4 de março de 2008, que, por sua vez, visa ampliar e dar apoio as ações da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Para tal, faz-se necessário a participação de diversos profissionais, formando uma equipe multiprofissional e dentre estes destacamos nesse artigo a atuação do Psicólogo.

Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo descrever como ocorre a atuação do psicólogo no Núcleo de Apoio à Saúde da Família; e busca identificar as potencialidades e desafios da atuação desse profissional.

Assim, a relevância teórica e social desse estudo se apoia na possibilidade de reflexão da atuação do profissional de psicologia no âmbito do NASF, e assim, contribui com os conhecimentos psicológicos da área e esclarece pontualmente as dúvidas, mitos e incertezas que circundam essa atuação. Diante de tais questões, entende-se que essa pesquisa poderá trazer benefícios para profissionais que atuam nesse contexto, bem como para toda equipe interdisciplinar, com vistas a discutir suas práticas e promover a reflexão sobre suas práxis na atenção básica.

CARACTERIZAÇÃO DA PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

A psicologia é uma ciência que estuda o comportamento dos indivíduos e seus processos mentais. Nesse caso, é fundamental examinar o sujeito em uma perspectiva comportamental, individual e psicodinâmica acerca de sua história de vida e suas questões intrínsecas, e aplicar técnicas e métodos próprios. No tocante às tarefas do psicólogo, é válido mencionar que cada fazer tem sua especificidade, seu público-alvo, seu modo de abordar e sua finalidade peculiar, além de, sobretudo, estar pautada na ética profissional. Sua expansão científica ao longo dos tempos permitiu que a psicologia compreendesse os comportamentos humanos, o entorno de seu mundo, os sentimentos, emoções e prazeres.

No campo acadêmico, como ciência, forma profissionais capacitados para a multiplicação de conhecimento, utilização de técnicas e métodos específicos, bem como abre espaço para a ampliação dos conhecimentos teóricos e, partindo de iniciativa acadêmica, possibilita engrandecimento das práticas.

A aplicabilidade clínica tradicional por muito tempo constituiu e exerceu hegemonia no campo da Psicologia brasileira, fundamentada pelo ideal do profissional liberal e autônomo, com modelo de atuação reduzido e visão de mundo elitista, limitando o escopo de atuação e a difusão do ensino dessa prática, preocupando-se basicamente com aspectos intrapsíquicos (GOYA; RASERA, 2007).

O marco para os estudos sobre a profissão de psicólogo no Brasil é a sua regulamentação, promovida pela Lei Federal nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Sua atuação no campo da saúde ganhou força com a implementação da reforma psiquiátrica brasileira, cuja busca por atendimento digno e humanizado fez surgir novos modelos de atenção à saúde mental, abrindo mais espaço para a atuação desses profissionais nesse meio.

Com a consolidação de políticas públicas específicas na área de saúde mental e com a importância que se tem dado ao aspecto psíquico dos indivíduos tem-se necessitado cada vez mais do psicólogo capacitado e atualizado para atender as diversas demandas da atenção básica.

ATENÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Na Atenção básica são desenvolvidas ações integrais que garantem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. Essas ações correspondem à prática de vigilância da saúde do novo modelo de atenção preconizado pela legislação do SUS, cuja efetivação é buscada através da ESF (BRASIL, 2006). Desse modo, a Atenção Básica no Brasil configura-se como instrumento essencial para acolher, escutar e ser resolutiva ao usuário que procura os serviços de saúde, a fim de garantir acesso ao cuidado, respeito ao ser humano, qualidade na assistência, ampliando o processo de acompanhamento longitudinal do usuário.

A operacionalização da Atenção Básica brasileira é pautada nas ESF, que tem como valores a universalidade, a equidade, a integralidade, a participação e o controle social; e como princípios a territorialização, a intersetorialidade, o trabalho com equipes, baseados nas necessidades e expectativas da população e voltados para a qualidade de vida (CONASS, 2007).

A ESF destaca-se por ser o serviço de saúde mais próximo da comunidade, focado na unidade familiar e no fortalecimento do vínculo assistencial, considerando suas singularidades, bem como suas questões idiossincráticas, culturais e socioeconômicas, relacionadas à comunidade em que a família está inserida.

As equipes de saúde da família são compostas essencialmente de um médico generalista, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem, um odontólogo, um técnico ou auxiliar de consultório dentário e até doze Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que são responsáveis pela cobertura de aproximadamente 750 pessoas de uma área geográfica definida (ANDRADE et al, 2006).

Por conta da grande complexidade, as intervenções em saúde passaram a exigir a participação de outros profissionais de saúde, a fim de organizar uma estrutura de apoio matricial, apoiando à ESF e o processo de territorialização e regionalização, criando, assim, os NASFs.

NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA

O NASF foi criado com o objetivo de melhorar a capacidade de resposta a maior parte dos problemas de saúde da população na atenção básica,

bem como ampliar a resolutividade, territorialização, regionalização, bem como oferecer suporte-profissional à ESF. Esse dispositivo foi criado por meio de reflexões e experiências das necessidades de saúde da população.

A criação do NASF significou o início de uma política audaciosa, mas que ainda não contemplava grande parcela dos municípios brasileiros. Um ano depois, complementando as orientações inicialmente definidas, foi publicado o Caderno de Atenção Básica nº 27 – Diretrizes do NASF, com o objetivo de traçar diretrizes mais claras para os gestores e os trabalhadores de saúde (BRASIL, 2014).

Nesse aspecto, o NASF se caracteriza como um dispositivo a fim de melhorar a qualidade na atenção básica, de modo que amplia a possibilidade de ações, cuidado, apoio e estratégias através do compartilhamento de conhecimentos, bem como aumenta a capacidade de resolutividade clínica das equipes de atenção básica.

Com base nessa ideia, a organização dos processos de trabalho dos NASF vem ter como foco o território sob sua responsabilidade, e deve ser estruturada priorizando o atendimento compartilhado e interdisciplinar, com troca de saberes, capacitação e responsabilidades mútuas, gerando experiência para todos os profissionais envolvidos (BRASIL, 2014).

Consoante com a Política Nacional de Atenção Básica (Pnab), as equipes do NASF são compostas por profissionais de diferentes profissões ou especialidades, que devem atuar de maneira integrada e apoiando os profissionais das equipes de Saúde da Família e das equipes de Atenção Básica para populações específicas (Consultórios na Rua, equipes ribeirinhas e fluviais), compartilhando práticas e saberes em saúde com as equipes de referência, buscando auxiliá-las no manejo ou resolução de problemas clínicos e sanitários, bem como agregando práticas, na atenção básica, que ampliem o seu escopo de ofertas (BRASIL, 2011).

De acordo com Moreira et al (2009) as equipes que podem vir a compor o NASF são: equipe de atividade física (profissionais de Educação Física), de alimentação (nutricionistas), de reabilitação (fisioterapeutas e fonoaudiólogos), de serviço social (assistentes sociais), de saúde mental (psicólogos, psiquiatras e terapeutas ocupacionais), de saúde da mulher (ginecologistas/obstetras), de saúde da criança (pediatras), de homeopatia (médico homeopata), de acupuntura (médico acupunturista, fisioterapeuta acupunturista

e psicólogo acupunturista), de assistência farmacêutica (farmacêuticos) entre outras áreas de apoio.

Com base nesse entendimento, a equipe que compõe o NASF deve ser escolhida conforme a necessidade da população, e deve trabalhar conjuntamente, fazendo atividades integradas, visando à promoção e a compreensão global da saúde, de modo que as ações são de responsabilidade de todos os profissionais.

De modo geral, o NASF deve atuar levando em consideração todos e quaisquer momentos do ciclo de vida das pessoas do seu território adstrito, sempre considerando a realidade epidemiológica, cultural, socioeconômica daquela população e, especialmente, o planejamento conjunto com as equipes que apoiam, ou seja, a equipe do NASF não exclui, como possibilidade de intervenção, nenhuma faixa etária ou grupo populacional específico, podendo, portanto, desenvolver ações voltadas a crianças, adolescentes, adultos e idosos, de diferentes classes, raças, gênero e etnias (BRASIL, 2014).

Desse modo, o trabalho do NASF visa prestar apoio clínico-assistencial e técnico-pedagógica integral na atenção básica. Assim, pode-se elencar atividades tais como: atendimento individual específico e compartilhado, atendimento domiciliar, grupos educativos, grupos terapêuticos, apoio às ações do Programa Saúde na Escola(PSE); Ações de educação em Saúde; Discussão de casos, práticas corporais, ações para promoção de modo de vida saudáveis e reunião de equipe.

Essa integração deve se dar a partir das necessidades, das dificuldades ou dos limites das equipes de Atenção Básica diante das demandas e das necessidades de saúde, buscando, ao mesmo tempo, contribuir para o aumento da capacidade de cuidado das equipes apoiadas, para ampliar o escopo de ofertas (abrangência de ações) das Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como para auxiliar articulação de/com outros pontos de atenção da rede, quando isso for necessário, para garantir a continuidade do cuidado dos usuários (BRASIL, 2014)

Assim, esses objetivos podem se materializar através do compartilhamento de problemas, da troca de saberes e práticas entre os vários profissionais, bem como através da articulação pactuada de intervenções, levando em consideração a clareza das responsabilizações comuns e as específicas da equipe de atenção básica e dos diferentes profissionais do NASF.

METODOLOGIA

A pesquisa se configura, quanto ao seu objetivo, como exploratória assumindo o procedimento instrumental de levantamento bibliográfico que de acordo com Prodonov e Freitas (2013) o pesquisador se propõe a inserir mais informações sobre o assunto investigado, trazendo em seu escopo um novo enfoque teórico sob a ótica do assunto já analisado.

Trata-se de um estudo reflexivo, baseado na literatura existente na área, adquirida por meio dos bancos de dados Scielo e Lilacs, em que foram utilizados sete artigos, complementados com publicações oficiais do Ministério da Saúde do Brasil, realizado de maio a julho de 2015.

Para a busca dos artigos aplicou-se os seguintes descritores: Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Psicologia e Atuação, bem como o conectivo booleano OR para pesquisa no Scielo e Lilacs.

Como critérios de inclusão na pesquisa: artigos disponíveis de forma completa e gratuita na internet, recorte temporal de 2005 à 2015 e que abordem a atuação do psicólogo no NASF. Foram excluídas duplicatas. Para delineamento dos resultados procedeu-se leitura minuciosa e exaustiva dos artigos com posterior análise e reflexão dos achados.

Ao ponto que as etapas do levantamento se deram a partir da formulação do problema; coleta de dados; avaliação dos dados; análise e reflexão dos dados e conclusões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sabe que no Brasil, o campo da Saúde Mental enfrentou transformações paradigmáticas nas políticas e na organização dos serviços, impulsionadas pela luta antimanicomial e pelo movimento da Reforma Psiquiátrica iniciado na década de 70 concomitante ao movimento sanitário da época. Com efeito, surgiram perguntas a respeito da eficácia do modelo hospitalocêntrico, vinculado à desumanização da assistência e a cronificação gerada pelas internações despersonalizadoras (LANCETTI et al. 2006).

Nessa perspectiva, Sundfeld (2010) reforça que, como desdobramentos dessa reforma, surgiram propostas de desconstrução da assistência psiquiátrica tradicional, com o intuito de implantar serviços

substitutivos, com base no modelo de atenção pautado na clínica ampliada. Esta, por sua vez, faz referência a uma clínica renovada que não nega a importância da técnica e dos conhecimentos especializados, mas que busca superar a visão fragmentada do sujeito por intermédio de intervenções pautadas na interdisciplinaridade, intersetorialidade e humanização do cuidado.

Com o advento desse movimento diversas conquistas no campo da saúde mental foram alcançadas, bem como paralelo a essas conquistas surgiram novos olhares e conceitos acerca da assistência à saúde no País. Para a Psicologia, esses novos olhares trouxeram a possibilidade de sua inserção veemente na atenção primária, aplicando suas práticas e técnicas para a qualificação da saúde da população.

Com base na literatura, demonstrou-se que a psicologia garantiu espaço em muitos contextos da sociedade, inclusive na saúde pública, porém vem tentando construir novas perspectivas de trabalho nesse dispositivo, a partir de um olhar ampliado sobre o processo saúde-doença, de modo a potencializar ações de prevenção/promoção de saúde, valorizando o diálogo entre as equipes, a flexibilidade e a criatividade no desenvolvimento de estratégias.

De acordo com Boing et al. (2009), a psicologia ainda não conseguiu adquirir uma definição acerca de suas práxis no setor público de saúde, visto que sua inserção nesse mercado se tornou forte apenas na década de 90, o que pode resultar em desconhecimento das possibilidades de atuação. Assim, a atuação na atenção básica se caracteriza pelo desenvolvimento de um trabalho da equipe de saúde envolvendo a comunidade através do modelo da vigilância da saúde, focando, sobretudo, ações de promoção à saúde, prevenção e atenção curativa.

Com base nisso, ao mencionar sobre a atuação no psicólogo na atenção básica, sobretudo no contexto do NASF, identifica-se que a psicologia ainda encontra desafios para uma atuação interdisciplinar e intersetorial, tendo em vista que tem dificuldades para exercer algumas atribuições, seja por falta de conhecimento de seu trabalho, falhas na formação profissional, principalmente ocasionados pelas estruturas generalistas dos cursos Universitários e pelo baixo estímulo ao desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa, paralelo aos ensinamentos acadêmicos, carência de recursos materiais e humanos, problemas relacionados à gestão no serviço.

Desse modo, de acordo com Leite (2013) nota-se que o atendimento clínico ainda é muito presente no trabalho da psicologia no contexto do NASF,

visto que a equipe da ESF ainda tem uma visão eminentemente clínica da Psicologia e a solicita frequentemente para exercer essa prática individual. Assim, para o autor supracitado, existe uma demanda latente da comunidade por atendimento clínico da Psicologia, visto que o valor da consulta particular é inacessível para grande parte da população. Apesar das vigorosas demandas da equipe multiprofissional e da comunidade, os psicólogos dos NASF lutam por afastar-se da clínica tradicional mediante atendimentos individuais circunstanciais, visto que é inviável atender centenas de pessoas semanalmente em cada unidade de saúde de abrangência.

Estudos sobre a caracterização da atuação do psicólogo, no contexto da atenção primária no Brasil, mostram, de forma geral, uma atuação que não atende as demandas da saúde coletiva em função da transposição do modelo clínico tradicional sem a necessária contextualização que esse cenário requer. Sendo assim, os profissionais de Psicologia enfrentam o grande desafio de redimensionamento de suas práticas. A necessidade é de complementação e de superação da formação acadêmica no sentido de uma efetiva flexibilização das tecnologias para o desenvolvimento de práticas psicológicas condizentes com esse contexto de atuação a fim de se lidar com uma realidade desafiadora e complexa (BOING et al 2009).

Esse aspecto torna a atuação do profissional Psicólogo no NASF incipiente para atender a demanda decorrente das diversidades da comunidade, tendo em vista que estes lidam, nesse ambiente, com casos mentais leves a moderados, e a identificação correta da necessidade de apoio de outros serviços da rede é essencial para o bom atendimento em saúde mental e, dessa forma, não sobrecarregar a rede.

Outro desafio a ser superado diante da atuação profissional encontra-se na sobrecarga profissional, ocasionado principalmente pelo fato de haver, na maioria dos casos, um grande número de Unidades de Saúde pelos quais são responsáveis e poucos profissionais para atendê-las.

Os profissionais de saúde mental que atuam no NASF devem desenvolver as seguintes ações: realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional e priorizar abordagens coletivas; apoiar a ESF na abordagem dos casos com demandas em saúde mental; negociar com a ESF os casos que necessitem de uma intervenção conjunta; evitar práticas de “medicalização” de situações comuns à vida cotidiana; promover ações que

visem à difusão de uma cultura de atenção antimanicomial, diminuindo o estigma e a exclusão em relação à loucura; mobilizar recursos comunitários para construir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade; articular ações intersetoriais; e ampliar o vínculo com as famílias, assumindo-as como parceiras no cuidado (BRASIL, 2009).

Ao buscar refletir sobre essa ideia, entende-se que às práticas psicológicas em saúde pública têm sido produtoras de transformação na categoria, quando visam reconstruir novos processos de atenção à saúde, saindo de consultórios e clínicas para espaços em que as políticas públicas são ferramentas imprescindíveis para as mudanças sociais, o que caracteriza um ponto potencial na atuação do psicólogo nesse dispositivo.

Desse modo, compreende-se que a atuação do psicólogo nesse espaço possui muitas possibilidades, da esfera individual à coletiva, e deve ser entendida como uma ferramenta fundamental para a mudança de olhares, comportamentos e auxiliar na construção de saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o trabalho do psicólogo se configura como uma ação multifacetada, isto é, possui vários modelos de trabalho em uma única ciência, cada área com sua especificidade e seus objetivos particulares. Assim, a psicologia encontra-se nos mais diversos setores atendendo às demandas sociais “tradicionais” e “emergentes”. Desse modo, o trabalho do psicólogo na atenção básica, sobretudo, no Núcleo de Apoio à Saúde da Família, ainda é uma prática recente e se encontra em processo de construção.

Tendo em vista o pequeno aporte teórico acerca da temática, a pesquisa visou contribuir para fomentar discussões e diálogos a fim de potencializar uma visão mais ampliada nesse contexto. Com base nisso, as atividades psicológicas no NASF visam melhorar a qualidade na atenção à saúde, promover apoio à Estratégia de Saúde da Família, realizando atividades de promoção e prevenção no cuidado à saúde, ampliando a autonomia, empoderamento e a corresponsabilidade de sujeitos e suas coletividades.

Para tanto, identifica-se que, o processo de formação psicológica deve ser revisto, a fim de valorizar a ampliação de estudos na atenção básica durante o processo de formação, pois observa-se que muitos cursos de graduação em

Psicologia ainda apresenta um viés muito generalista. Assim, essa pesquisa visa contribuir com construções e reconstruções desses saberes, a fim de superar modelos verticalizados e centralizados no processo de atenção à saúde.

Por fim, sugere-se que os profissionais que atuam nesse espaço, busquem constante aprimoramento, cursos, formação, discussão de casos, atendimentos compartilhados, trocas de experiências profissionais, para desenvolver escuta qualificada, proatividade e habilidades necessárias para o bom desempenho profissional, tendo em vista que várias habilidades podem ser aprendidas ao longo do processo de trabalho. Assim facilita, aprimora e melhora a prática desse profissional dessa área. Podendo, ainda, reinventar sua prática, quebrar paradigmas e contribuir para uma melhor qualidade de vida do indivíduo e sua coletividade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L.O.M.B., BARRETO, I.C.H.C. e BEZERRA, R.C (2006). **Atenção Primária à Saúde e Estratégia de Saúde da Família**. In Cruz, I.B.M., Pasche, D.F (org). *A saúde coletiva: diálogos contemporâneos*. Ijuí. Editora Unijuí.

BOING, Elisângela; CREPALDI, Maria Aparecida. O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 634-649, Sept. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14149893201000030014&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10 de julho de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM nº 648. 28 de março de 2006**. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: MS, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)., Brasília, DF, Seção 1, n. 204, p. 48, 24 out. 2011. Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/110154-2488.html>>. Acesso em: 20 de junho 2014

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 648 de 28 de março de 2006**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília: MS, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Brasília: MS, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde; Departamento de Atenção Básica; Saúde na escola. **Diretrizes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Brasília:MS, 2009.

CONASS (2007). **Atenção Primária e Promoção de Saúde**. Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS. CONASS. Brasília.

GOYA, A.C.A.; RASERA, E.F. A atuação do psicólogo nos serviços públicos de atenção primária à saúde em Uberlândia, MG. *Horizonte Científico*, v. 1, n. 7, p. 01-21, 2007.

LEITE, Débora Cabral; ANDRADE, Andréa Batista; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. A inserção da Psicologia nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1167-1187, Dec. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312013000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de Maio de 2015.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. Ed. 6, São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOREIRA, D.J. C.M.G. O Núcleo de Apoio à Saúde Da Família (NASF) como porta de entrada oficial do psicólogo na atenção básica. **Transformações em Psicologia**, 2009, Vol. 2, nº 2, 51-64.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

SANTEIRO, Tales Vilela. Processos clínicos em Núcleos de Apoio à Saúde da Família / NASF: estágio supervisionado. **Psicol. cienc. prof.** [online]. 2012, vol.32, n.4 [cited 2014-09-04], pp. 942-955. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000400013&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000400013>. Acesso em: 07 de Julho de 2015.

SERBENA, Carlos Augusto; RAFFAELLI, Rafael. Psicologia como disciplina científica e discurso sobre a alma: problemas epistemológicos e ideológicos. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 31-37, June 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 de Julho de 2015

SUNDFELD, A.C. Clínica ampliada na atenção básica e processos de subjetivação: relato de uma experiência. **Physis** [online], v. 20, n. 4, p. 1079-1097, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312010000400002>>. Acesso em 20 de Maio de 2015.

**DINÂMICA DO TRABALHO E OS
EFEITOS PSICOSSOMÁTICOS NA
SAÚDE DO DOCENTE**

**JÉSSICA DE ALENCAR COSTA
ALEX BARBOSA SOBREIRA DE MIRANDA**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No cenário educacional, essencialmente na esfera pública, o docente depara-se a uma nova reforma do sistema escolar, à construção de novos modelos pedagógicos e ao crescimento do funcionalismo e dos serviços públicos de educação que vem se modificando em detrimento do aumento da demanda de alunos em sala de aula.

Essa realidade, somada ao aumento das doenças ocupacionais que acometem profissionais, foi o que implicou o desenvolvimento deste estudo, no qual objetivou investigar a relação do adoecimento psicossomático do trabalhador com a organização do trabalho, conhecer por meio de uma análise bibliográfica a dinâmica laboral do docente, identificar a origem psíquica das manifestações somáticas no contexto do trabalho; e se apropriar dos conhecimentos da psicodinâmica do trabalho para entender as possíveis causas do adoecimento psicossomático do docente.

O desfecho teórico buscou priorizar tópicos que contemplam a saúde do trabalhador, mostrando um pouco do seu marco histórico e os principais fatores institucionais que podem favorecer o surgimento das principais doenças ocupacionais.

Desse modo, esse trabalho apresenta a teoria psicodinâmica do trabalho, fazendo uma articulação entre o prazer e o sofrimento do trabalhador, e a psicossomática psicanalítica que retoma o sofrimento psíquico como responsável pelo adoecimento do sujeito. Por fim, a interface destas duas vertentes teóricas muito tem a contribuir sobre os estudos que priorizam a saúde do docente. Logo, ampliará o campo da psicodinâmica do trabalho e subsidiará as ações que visam a melhoria da saúde do trabalhador.

RESGASTE HISTÓRICO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Há bastante tempo, por volta do século IV ac., o cuidado à saúde do trabalhador já vinha sendo considerado tema preocupante entre os grandes pensadores filosóficos. Plínio, Platão, Aristóteles, Hipócrates entre outros filósofos mencionavam em seus dilemas teóricos manejos e cuidados que estavam diretamente ligados à segurança do trabalhador. Tais preocupações envolviam as atividades físicas e o uso de instrumentos de trabalho, como máscara, para evitar o contato com poeiras (MULATINHO, 2011).

Na primeira metade do século XIX, na Inglaterra, em função das consequências da Revolução Industrial surge um novo modelo de trabalho, onde

as pessoas eram sujeitas a longas jornadas de labor em condições subumanas, sem possibilidades de ações promovedoras de realização profissional (MENDES; DIAS, 1991).

De acordo com os autores citados acima, a figura do médico do trabalho surge neste contexto, como o mediador entre empresário, operário, sociedade, cabendo a ele identificar quais fatores de trabalho interfeririam na saúde dos trabalhadores.

Por algum tempo, este modelo hegemônico das práticas de intervenção da Medicina do trabalho, focada nonexo causal e doenças ocupacionais e, posteriormente, a Engenharia de Segurança e Saúde Ocupacional, foram responsáveis pela regulação das relações saúde-trabalho (NARDI, 1997).

Entretanto, vale ressaltar, que a Inglaterra, após a criação da Lei dos pobres e a Lei das Fábricas pelo Rei Carlos II, que designavam uma maior segurança residencial à comunidade da época, foi o primeiro país a aprovar as primeiras leis de Segurança do trabalho e Saúde Pública que regulamentavam os problemas de saúde e doença dos profissionais (MULATINHO, 2011).

Com a consolidação dos conhecimentos teóricos provindos de diversas disciplinas (Saúde Coletiva, Medicina do Trabalho, Saúde Pública etc.), e o saber do trabalhador sobre seu ambiente de trabalho, na qual vivenciava situações de desgastes fez surgir uma nova concepção frente às relações entre saúde e trabalho, na qual é possível estabelecer novas práticas de atenção e intervenção a saúde do trabalhador (NARDI, 1997).

“No decorrer dos anos, vários países, incluindo França, Alemanha, Estados Unidos e o Brasil, passaram a instituir Leis associadas à segurança e aos direitos dos trabalhadores” (COSTA, 2018).

Com as modificações sócio-históricas da relação saúde-trabalho, a atenção à saúde do trabalhador no Brasil intensificou-se na VIII Conferência Nacional de Saúde e na I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador realizadas ao longo dos anos 90. A saúde do trabalhador na Constituição de 1988 e da Lei orgânica de Saúde (Lei 8.080) de 1990 passa então a ter um novo conceito. De acordo a Lei Orgânica nº 8.080, parágrafo 3º do artigo 6º, a saúde do trabalhador se define como:

Conjunto de atividades que se destina, através de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção de saúde dos trabalhadores, assim como visa a recuperação e reabilitação da

saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

A Constituição Federal, segundo Dias (2000), torna-se referência base à saúde e segurança do trabalhador, na medida em que ela se baseia em instrumentos legais, definidas por políticas de saúde e de segurança. Além disso, a autora acredita que as responsabilidades pela atenção à saúde do trabalhador devem ser compartilhadas de forma diferenciada por empregadores, trabalhadores (através de suas representações), e pelo Estado (que atua como o mediador e condensador das forças sócias).

Embora a estrutura laboral tenha adotado inovações tecnológicas e novos métodos para melhorar a eficácia do trabalho, o aumento de doenças relacionadas ao trabalho continua sendo significativo. Apesar de estes métodos reduzirem alguns riscos ocupacionais, muitos são os riscos ambientais de difícil manejo que favorecem o adoecimento e sofrimento dos trabalhadores (DIAS, 2001).

Sujeitos a tantos riscos, os trabalhadores chegam a adoecer ou morrer pelo desencadeamento de tantas doenças laborais. Doenças essas, cada dia mais frequente na contemporaneidade.

PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Em 1980 Christophe Dejours, médico do trabalho, psiquiatra e psicanalista da França se interessa pelos estudos da Psicopatologia do Trabalho ao perceber que este método de intervenção conseguiu frisar algumas estratégias bem-sucedidas que o sujeito estabelece em relação ao trabalho.

Na Clínica Dejuriana o autor abandona a psicopatologia do trabalho por não conseguir responder a todas as demandas emergidas e desenvolve uma nova terminologia clínica: a psicodinâmica do trabalho (COSTA, 2018).

A psicodinâmica do trabalho refere-se a uma disciplina que estuda a dinâmica das relações intersubjetivas no âmbito do trabalho, manifestando-se através de vivências no prazer-sofrimento, na saúde, nas patologias sociais, no adoecimento e nas estratégias defensivas que mediam estas contradições da organização do trabalho (MENDES, 2007).

Em Psicopatologia do Trabalho, Dejours e Abdoucheli (2010) estudavam a oposição do desejo ao trabalho, mostrando que quanto mais o

sujeito cresce na hierarquia organizacional maior é o seu desejo e sua satisfação. Na Psicodinâmica o objeto de estudo, além do sofrimento e suas repercussões, “as estratégias elaboradas pelos trabalhadores para enfrentar mentalmente a situação do trabalho” (BRANT, GOMES, 2004, p.218).

“Entender as relações intersubjetivas do trabalho é entender o sentido do trabalho, discutindo o seu movimento e o quanto ele é capaz de favorecer o ser humano numa produção satisfatória” (COSTA, 2018).

Albornoz (2008), no seu livro “O que é o trabalho” faz uma análise crítica dos diferentes conceitos e teorias referentes ao trabalho, destacando as ideias do filósofo Hegel, que nos possibilita olhar para uma nova concepção sobre o trabalho humano. O trabalho não é simplesmente um serviço voltado para a submissão do capital, mas sim atrelado ao desejo do trabalhador. Um desejo que carece de reconhecimento e que precisa vir de outro ser humano para se satisfazer, pois o ser humano só é sujeito quando em comunidade.

Partindo desta concepção, Dejours (2010) constrói uma nova teoria focando a relação de ser humano com o trabalho sob a influência da psicanálise. Considerando que o conflito está presente entre a personalidade do sujeito e a organização do trabalho, o autor acredita que esse conflito pode estar ligado ao desejo que o trabalhador tem de se adaptar àquela organização.

Costa (2018) ao estudar Dejours pressupõe que se o trabalho é desejado e funciona como fonte de prazer, o trabalhador diminui inconscientemente sua carga psíquica e estabelece uma relação harmoniosa com seu labor, caso contrário pode ser resultante de grande sofrimento psíquico.

Segundo Mendes (2007, p. 51):

Vivenciar esse prazer no trabalho não depende do querer, depende das condições nas quais o trabalho é realizado, da natureza da tarefa e do tipo de exigências que envolvem livre e igualmente as capacidades do indivíduo, não sendo desprazerosa uma atividade restringida por forças externas e que exija um gasto de energia maior que o indivíduo seja capaz de criar.

A vivência do prazer, na visão psicodinâmica, está atrelada diretamente ao reconhecimento do colaborador na organização. Medidas organizacionais de gestores aos seus subordinados como, por exemplo, falta de incentivo em desenvolvimento de pessoal, indiferença ao tratar seus colaboradores e falta de apoio no aprimoramento das atividades refletem

diretamente nessa vivência de prazer (MENDES E ARAUJO (2011) apud COSTA (2018).

Um reconhecimento, como descrevem os autores Chanlat (2011), Gernet e Dejours (2011) e Martins (2009), que é julgado pela beleza do trabalho, ou seja, pela sua qualidade. Um julgamento estético que prioriza a utilidade do trabalhador e a eficiência de seus serviços para a organização. Uma valorização do trabalho bem feito, que permite ao trabalhador superar suas dificuldades e transformar este seu sofrimento em prazer já foi explicitado anteriormente.

No entanto, afirma Martins (2009) que no momento em que estes trabalhadores desenvolvem estratégias defensivas contra o sofrimento, eles se tornam sujeitos ativos capazes de se defenderem das situações nocivas de saúde. Essas defesas são construídas inconscientemente de forma peculiar e subjetiva de acordo a vivência de cada sujeito.

Mendes (1999) aponta que estas estratégias podem ser manifestadas inconscientemente e individualmente, segundo a visão psicanalítica, por meio de mecanismos de defesas como: repressão, formação reativa, isolamento, negação, projeção, introjeção, inversão e conversão.

Em suas pesquisas a autora supracitada destaca que a passividade, a racionalização e o isolamento também se evidenciaram como estratégias de enfrentamento de alguns trabalhadores contra o sofrimento psíquico. Segundo a autora, estas estratégias dependem muito do inconsciente de cada sujeito, e a relação que ele estabelece com o seu meio de trabalho.

Entretanto, afirma a autora supracitada que apesar do discurso Dejouriano reconhecer estas estratégias individuais como forma de defesa contra o sofrimento psíquico, ele acredita que as estratégias coletivas são mais utilizadas, na medida em que elas podem ser discutidas e compartilhadas com os outros colegas da organização, permitindo criar situações que podem afastar o sofrimento.

É por meio desta construção coletiva que a psicodinâmica do trabalho aprofunda seus conhecimentos e define o trabalhador como aquele sujeito que constrói sua identidade constantemente através do olhar do outro. Um olhar que é provindo de reconhecimento, capaz de implicar nos sujeito a reflexão que sozinho não é transformador de si mesmo (GERNET; DEJOURS, 2011).

PSICOSSOMÁTICA PSICANALÍTICA

Os termos da psicossomática, por vezes, se confundem e acabam gerando distorções quanto a sua definição. Possivelmente, isto justifica o fato de muitos culturalmente utilizarem o termo “somatizar” de maneira difusa da real significação psicanalítica.

Do ponto de vista médico, por exemplo, que fundamenta as patologias psiquiátricas por meio do CID-10 ou do DSM-IV, os termos psicossomáticos têm consigo diferenciações na medida em que as lesões orgânicas são representadas em lugares diferentes do corpo do sujeito. A psicopatologia utiliza o termo somatoforme para designar toda patologia psíquica que se concebe no orgânico ou no físico, enquanto que as doenças psicossomáticas se restringem aquelas doenças que mesmo tendo uma relação com o psíquico, a sua alteração física é comprovada pelos exames médicos (BALLONE; NETO; ORTOLANI, 2002).

Portanto, no que se refere aos transtornos somatoformes, postula os autores citados acima que tanto na conversão quanto na somatização, o sujeito ao desenvolver a lesão física, não haverá uma causa orgânica que justifique a existência do sintoma.

Entretanto, vale ressaltar que a lesão considerada transtorno de conversão compromete fisicamente os locais do corpo que são responsáveis pela comunicação, ou seja, os órgãos dos sentidos e os músculos, enquanto que as de somatização, o comprometimento normalmente envolve os sistemas digestório, circulatório, endócrino, entre outros (BALLONE; NETO; ORTOLANI, 2002).

Na visão psicanalítica, a somatização e as doenças psicossomáticas se configuram com a mesma significação segundo as postulações de Freud. Contudo, mesmo considerando a histeria de conversão um tipo de mecanismo de somatização, ele deixa claro que esta se diverge pelo seu valor simbólico enquanto que a somatização psicossomática envolve um caráter fisiológico estruturado pelo seu valor funcional e não simbólico (ANDRADE, 1995).

Apesar de muitos teóricos de orientações psicanalíticas continuarem reforçando o modelo da histeria no qual o sintoma somático é resultante de um conflito inconsciente carregado por uma significação simbólica, o que importa neste estudo é a somatização que se estrutura justamente pela sua carência simbólica.

Nessa perspectiva destaca-se Pierre Marty ao desenhar o processo de mentalização no qual refere-se a “conjunto de operações e simbolização através

das quais o aparelho psíquico busca regular as energias instintivas e pulsionais, libidinais e agressivas” (SILVA, 2012, p. 23).

Esse processo de mentalização, carregado de simbolização, é importante para que haja um equilíbrio psicossomático. Caso o sujeito apresente uma deficiência de mentalização, ele pode conseqüentemente acabar utilizando recursos orgânicos mais rudimentares, como comportamentos inadequados, ou no caso doenças como forma de regulamentar suas energias (VOLICH, 2007).

Como forma de entender os sujeitos que não têm uma boa mentalização que se tornam alienados às manifestações do presente e rompem com seu passado, pouco se importando com as perspectivas futuras, Marty designou o termo pensamento operatório para caracterizar o funcionamento mental destes indivíduos (VOLICH, 2007). Um mecanismo de defesa que retrata os sujeitos que manifestam um discurso carente de angustia e elaboração simbólica.

Dessarte o estudo deixa claro que o adoecimento laboral varia de acordo com o psiquismo de cada sujeito, bem como os recursos psicanalíticos usados para se defender dessas manifestações somáticas.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, qualitativa e exploratória. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), este tipo de pesquisa bibliográfica refere a toda literatura já publicada em meio público em relação ao tema exposto, na qual permite ao pesquisador uma nova implicação sobre abordagem e favorece outras conclusões inovadoras sobre o estudo proposto.

No desdobramento dessa pesquisa foram utilizadas publicações de artigos, manuais, guias, resoluções, e livros. A mesma apropria-se da interdisciplinaridade do campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho-SMRT, onde aponta os principais conceitos da saúde do trabalhador, da psicodinâmica do trabalho e da psicossomática, o que favorece uma revisão integrativa compostas de publicações antigas e atuais, que incluíram referenciais do ano de 1991 a 2018.

Os materiais revisados constituíram as fontes principais de conhecimento sobre a temática e os dados foram tratados pela análise de conteúdo temática de Bardin (2011), que consiste no reagrupamento analógico de temas comuns do material.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Visto que a pessoa é o que realmente importa no processo do adoecer, Melo Filho (2010) passa a considerar a totalidade dos sistemas que circulam este indivíduo na sociedade. Uma relação integrada onde o indivíduo desenvolve vários estímulos a fim de manter a sua homeostase.

Levando em conta que o trabalho faz parte desta relação integrada do indivíduo, “o equilíbrio seria um dos processos determinantes da dinâmica do grupo” (MELO FILHO, 2010, p.121). Nesse caso, organização do trabalho seria um grande causador das manifestações somáticas, já que ela fragiliza o trabalhador por meio do desvirtuamento de seus esforços, a fim de adequar as necessidades da instituição de acordo com a sua estrutura mental.

Reforçando o pensamento de Mello Filho, Bastos (2009) em uma de suas pesquisas relacionadas ao tema comprovou que a manifestação do adoecimento do docente pode se caracterizar como um sintoma do mal-estar na profissão docente, causado por diferentes fatores institucionais, que muitas vezes gera intensa angústia e sofrimento pela impossibilidade destes profissionais em reverter ou solucionar desfavoráveis situações educacionais e sociais, à gradativa perda de identidade profissional, dentre outras questões.

Entre os diversos fatores institucionais que Bastos (2009) identificou no discurso do docente, destacaram-se: a dupla jornada de trabalho e sobrecarga de funções e responsabilidades profissionais e pessoais; a indisciplina cada vez mais frequente nos alunos; as implicações psicológicas e sociais causados pela sua ausência nas responsabilidades com a família, a questão salarial, as exigências pessoas e profissionais o magistério requer desta profissão, e principalmente do sentimento de impotência gerado a partir das posturas adotadas pelos governantes no que tange às políticas de educação e a falta de estrutura do sistema educacional, como um todo.

Frente a tantas condições laborais conflitantes Oliveira (2008) acredita que a atividade do docente se configura de forma bem peculiar no que se refere ao surgimento do adoecimento psíquico e social.

No entanto, Cruz et al. (2010) reafirma que não é de hoje que a dinâmica do trabalho docente repercute de maneira negativa na saúde deste profissional. As primeiras notícias, que envolve o adoecimento do docente em função de suas atividades laborais foram identificadas na Europa em 1980, em que o estresse e a síndrome de burnout faziam parte das principais doenças diagnosticadas na época.

O autor suscitado acima acredita que o docente tem atravessado um dos seus piores momentos quanto profissional. Para ele, esse trabalhador deixou de ser o mestre para se tornar um grande lutador de reconhecimentos no trabalho. Um pensamento que a psicodinâmica do trabalho metaforicamente se manifesta nos inscritos de Gernet e Dejours (2009, p.66-67) quando aponta que:

Para a psicodinâmica do trabalho, a identidade é a “armadura da saúde mental”, ela não esta jamais definitivamente estabilizada e permanece incerta, incompleta (...) os sujeitos têm constantemente, necessidade de confirmação por intermédio do olhar do outro. (...) Quem for reconhecido pela contribuição que trouxe à sua organização por seu trabalho pode eventualmente, voltar esse reconhecimento de seu saber-fazer para o registro de sua identidade.

A busca desse reconhecimento seria o ponto chave de prazer desse trabalhador em sua organização. Um prazer que a psicodinâmica do trabalho implica dizer que se o mesmo não for alcançado, pode se tornar gerador de sofrimento e por sua vez este irá somatizar suas angustias para manter-se em equilíbrio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que este estudo objetivou investigar a relação da dinâmica do trabalho e os efeitos psicossomáticos na saúde do docente, o mesmo além de conhecer os possíveis fatores que contribuíram para o adoecimento somático destes trabalhadores, evidenciou por meio da análise bibliográfica que o contexto de trabalho tem grande influência no processo de adoecimento destes profissionais segundo o pensamento da psicodinâmica do trabalho.

Fatores como longa jornada de trabalho, busca de reconhecimento, divergências pessoais frente às institucionais, entre outros interferem diretamente na vida do docente, provocando efeitos psicossomáticos em função das dificuldades que o organismo destes profissionais apresenta a se adaptarem às exigências do seu ambiente de trabalho.

O levantamento demonstrou uma dinâmica de trabalho na qual aponta o esgotamento real do profissional docente, bem como a importância de utilizar estratégias cognitivas de cunho defensivo do sofrimento psíquico, dentre elas: passividade, a racionalização e o isolamento.

A citação dessas estratégias não se propõe dizer que todo docente deva utilizá-las, visto que cada trabalhador desenvolve inconscientemente seu mecanismo de

defesa a fim de fugir desse sofrimento psíquico provocado pela dinâmica do docente e por sua reação somática.

Logo a pesquisa subsidiará aos leitores uma análise crítica e científica sobre o adoecimento somático do docente e contribui para que este amplie seus conhecimentos na área e passe a colocar em prática o seu discurso de trabalhador. Proclamando por novas políticas públicas de governo, de cunho profissional e clamando por melhores condições laborais.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é o trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ANDRADE, L. F. G. Somatização versus Conversão. In: **Encontro de Medicina Psicossomática**, 1995, Campina Grande. 26 e 27 agost. 1995. Disponível em: <http://www.escolafreudianajp.org/arquivos/trabalhos/Somatizacao_versus_Conversao.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

BALLONE, G.J; NETO, E. P.; ORTOLANI, I. V. **Da emoção á Lesão: Um guia de Medicina Psicossomática**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, J. A. Q. **R.O mal-estar docente, o adoecimento e as condições de trabalho no exercício do magistério, no ensino fundamental de Betim/MG**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BENSASSOLI, P.F.; SOBOLL, L. A.P.(Org.). **Clínicas do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

BRANT, L. C.; GOMES, C. M. As transformações do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica á psicodinâmica do trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, 9(1), p. 213-223, 2004.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de novembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Brasília, 19 de setembro de 1990. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109386/lei-8080-90>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS Sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, 10 out. 1996.

CHANLAT, J. F. O desafio social da gestão: a contribuição das ciências sociais. In: BENSASSOLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P.(Org.). **Clínicas do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 110-131.

COSTA, J. A. A psicodinâmica do trabalho e os efeitos psicossomáticos da saúde do trabalhador: um olhar voltado ao motorista rodoviário de caminhão. In: OLIVEIRA, S.B. et al (Org.). **Diálogos interdisciplinares**. Piauí: FAM, 2018.

CRUZ, R. M. et al. Saúde docente, condições e carga de trabalho. **Revista eletrônica de investigacion y Docência (REID)**, 4 jul. 2010, 147-160.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Desejo ou motivação? A interrogação psicanalítica sobre o trabalho. Tradução Fernando. C. Prestes Motta. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana á análise da relação prazer, sofrimento e trabalho.** Tradução Maria Irene StoccoBetiol (Coord.) et al. 1. ed. 11. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010. p. 33-43.

DEJOURS, C. A carga psíquica do trabalho; Tradução Ideli Domingues. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana á análise da relação prazer, sofrimento e trabalho.** Tradução Maria Irene StoccoBetiol (Coord.) et al. 1. ed. 11. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010. p. 21- 32

DIAS, E. C. (Org.). **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para serviços de saúde.** Ministério da saúde do Brasil da OPAS/OMS. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. A organização da atenção á saúde do trabalhador. In: FERREIRA FILHO, M.(Org.). **Saúde do trabalho.** São Paulo: Rocca, 2000.

GERNET, I.; DEJOURS, C. Avaliação do trabalho e reconhecimento. In: BENSASSOLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Org.). **Clínicas do trabalho.** São Paulo: Atlas, 2011, p. 62-109.

MARTINS, S.R. **Clinica do trabalho.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. Ed. São Paulo; Atlas ,2003.

MELLO FILHO, J. et al. **Psicossomática hoje.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MENDES, A. M.; ARAUJO, L. K. R. **Clinica psicodinâmica do trabalho: práticas brasileiras.** Brasília-DF: Ex. Libris, 2011.

MENDES, A. M. Da psicodinâmica á psicopatologia do trabalho. In:_____(Org.). **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método, e pesquisas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 29-48.

_____. (1999). **Valores e vivências de prazer-sofrimento no contexto organizacional.** Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho á saúde do trabalhador. Revista **Saúde Pública [online]**, v.25, n.5, p. 341-349, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v25n5/03.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

MULATINHO, I. C. Histórico-Segurança e Saúde do trabalhador. In:_____. Análise do sistema de gestão em segurança de saúde no ambiente de trabalho em uma instituição hospitalar. **Blog Segurança do trabalho**, João Pessoa, 07 mar. 2011. Disponível em:

<www.blogsegurançadotrabalho.com.br/2011/03/historico-seguranca-e-saude-do-trabalhador.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

NARDI, H. C. Saúde do Trabalhador. In: CATTANI, A. D. (org.). **Trabalho e tecnologia, dicionário crítico.** Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. universidade, 1997, p. 219-224.

OLIVEIRA, R. C. **Atividade docente e adoecimento: estudo em uma pequena cidade.** Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Minas Gerais, Fundação Educacional de Divinópolis. 2008

SILVA, M. M. S. **Trauma e seus desdobramentos psicossomáticos: o que a psicanálise tem a dizer.** 2012. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós - Graduação em Psicologia Clínica – PUC, Rio de Janeiro, p. 23. Disponível

em:

<http://www2.dbd.pucrio.br/pergamum/tesesabertas/1012184_2012_cap_3.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

VOLICH, R. M. Fundamentos psicanalíticos da clínica psicossomática. In: VOLICH R. M.; FERRAZ F. C.; ARANTES M. A. A. C. (Orgs.). **Psicossoma II- Psicossomática Psicanalítica**. 3.ed. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007, p 17–31.

COMUNICAÇÃO PÚBLICO VERSUS MARKETING POLÍTICO: ANALISANDO O USO DA SEÇÃO DE NOTÍCIAS DOS SITES INSTITUCIONAIS DOS MUNICÍPIOS DE PETROLINA/PE E SÃO RAIMUNDO NONATO/PI- Paulo Oliveira Silva

EIXO III

ADMINISTRAÇÃO



COMUNICAÇÃO PÚBLICO VERSUS
MARKETING POLÍTICO:
ANALISANDO O USO DA SEÇÃO DE
NOTÍCIAS DOS SITES
INSTITUCIONAIS DOS MUNICÍPIOS
DE PETROLINA/PE E SÃO
RAIMUNDO NONATO/PI.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

PAULO OLIVEIRA SILVA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As Instituições públicas do Estado brasileiro estão inseridas no contexto de uma sociedade cuja constituição que reestabeleceu as bases do sistema democrático de direito é recente em se tratando de lapso temporal de uma nação. Nesse sentido, a promulgação da Carta Constitucional de 1988 representou o marco jurídico-político no âmbito nacional, ademais, configurando-se como um divisor de águas entre a administração patrimonialista herdada do período colonial e monárquico em detrimento das tentativas de uma nova ordem gerencial. Em suma, Silva (2011, p. 49) retrata a herança resultante desses períodos de transição entre colônia, monarquia e república percorreu todo esse lapso e caracterizando a forma de dirigir a administração pública baseada na inversão dos valores do que era considerado público e privado.

O período pós-ditadura no Brasil e o desafio da nova democracia seria enfrentar as crises fiscais e econômicas diante de uma sociedade historicamente desigual. Assim, conforme retrata Silva (2011), as agendas políticas na esfera federal priorizaram as chamadas reformas do estado acompanhando as tendências internacionais e, também, poder dar uma resposta ao “ineficiente modelo burocrático” que não atendia às demandas de ações de políticas públicas necessárias para enfrentar os desafios propostos no período.

Nesse contexto, os eventos no período de redemocratização vivenciado pela sociedade brasileira pós-promulgação da Constituição de 1988 propiciou o ambiente favorável para a utilização das tecnologias relacionadas a internet conforme destaca Prado, Maia Ribeiro e Diniz (2012, p.13):

Há pelo menos duas razões para explicar o fato de o governo eletrônico ter se tornado um conceito importante no final dos anos 1990. A primeira está associada à emergência do uso de tecnologias interativas como um fenômeno de massas, particularmente relacionado com a expansão da Internet. A segunda razão se relaciona com a consolidação de modelos de modernização administrativa no setor público, no contexto da Reforma do Estado, baseada no uso intensivo das TIC.

Assim, a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) através da utilização da internet possibilitou à “[...] Administração Pública de maior transparência [...]” fortalecendo a interação entre o governo e a sociedade.

Dentro desta perspectiva, evidencia-se a utilização das TICs difundidos por meio da internet como meio de promoção da comunicação pública entre o

estado e a sociedade explorando essa ferramenta em seu potencial de interação digital como mecanismo de participação social e relações democráticas de massa.

Nesse sentido, o problema está posicionado na seguinte questão: como são utilizados o espaço dos sites reservados às seções de notícias nas municipalidades que receberam os primeiros Campi da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF instituída para a promoção de competência do governo federal do ensino, pesquisa e extensão do Região do Médio do São Francisco e Serra da Capivara.

Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar se o uso das seções de notícias dos sites institucionais dos municípios de Petrolina, no estado de Pernambuco e São Raimundo Nonato no Estado do Piauí que são utilizados como ferramenta de comunicação pública ou para o marketing político.

Nesse diapasão, justifica-se a necessidade de estudo sobre essa temática de casos múltiplos nos municípios de Petrolina/PE e São Raimundo Nonato/PI por não se identificar estudos empíricos nas referidas cidades que receberam a UNIVASF.

No que tange a relevância científica justifica-se, pois esse tema é de interesse geral da administração pública e os resultados dessa pesquisa poderão contribuir para a consolidação do conhecimento na área, especialmente, contribuindo para desenvolvimento de modelos teóricos para servirem de arcabouço teórico para orientação dos atos públicos através da comunicação.

As contribuições dos resultados exposto nessa pesquisa contribuirá para divulgação científica dos principais desafios enfrentados pela administração pública na condução dos atos de comunicação objetivando a transparência e os princípios que regem a administração pública nos municípios selecionados.

O levantamento bibliográfico aborda os conceitos de governo eletrônico no Brasil e, por conseguinte, a caracterização da definição de comunicação pública e, também, do marketing político no âmbito dos municípios objeto dessa pesquisa. As técnicas de pesquisa elegidas para o desenvolvimento dessa pesquisa caracterizam pela utilização dos estudos de casos múltiplo, de caráter qualitativo e descritivo, com foco na descrição, análise e caracterização das informações veiculadas nos espaço reservado às notícias nos sites das cidades relacionadas nessa investigação.

GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL

O processo de reformas no aparelho do Estado brasileiro experimento no âmbito federal fundamentou-se nos “princípios gerais voltados a resultados, eficiência, governança e orientação dos serviços ao cidadão” (DINIZ, et al., 2009, p. 26). Assim, esse período caracterizou-se pela implementação de instrumentos de gestão aplicados e testados na iniciativa privada e devidamente adaptados ao cenário público brasileiro.

Nesse contexto o conceito de governo eletrônico acompanhou os efeitos da globalização, por conseguinte, a ampliação do uso da internet e sua utilização estratégica nesses movimentos de modernização da administração pública objetivando alcançar os níveis princípios lógicos já estabelecidos no parágrafo anterior, especialmente, utilizando como instrumento de transparência dos atos administrativos, interação com a sociedade e na prestação de serviços ao cidadão.

Segundo Prado, Maia ribeiro e Diniz (2012, p. 15) caracterizam as principais contribuições sobre a importância do governo eletrônico como fatores críticos de sucesso nos movimentos de reforma do aparelho do estado brasileiro, pois

[...] a importância do governo eletrônico para atingir os objetivos da Reforma do Estado se mostra presente [...] com a possibilidade [...] dotar a Administração Pública de maior transparência e accountability. O governo eletrônico, ao tornar públicas as informações governamentais e dar transparência aos atos do governo, associa-se ao compromisso democrático de ‘prestação de contas’, que está relacionado ao conceito de accountability [...].

Assim, essa ferramenta tecnológica testada na iniciativa privada e adotada como instrumento de gestão na Administração Pública consolida-se especialmente durante e após os movimentos de reforma do aparelho do estado no âmbito do governo federal no Brasil. Por isso, “o governo eletrônico está fortemente apoiado numa nova visão de uso das tecnologias para prestação de serviços públicos, mudando a maneira pela qual o governo interage com o cidadão, empresas e outros governos”. (DINIZ, et al., 2009, p. 27)

ACCOUNTABILITY

O período de redemocratização com advento da promulgação da Carta Magna de 1988 pelo Congresso Nacional Brasileiro e os movimentos de reforma do aparelho do estado no âmbito federal estabeleceu o marco administrativo,

temporal e político-jurídico para a promoção da transparência na gestão pública a partir de então.

Para melhor compreensão da transparência na administração pública, importante será contextualizar a inserção do termo *accountability* na administração pública brasileira destacando o estudo de Roberto D. Behn materializado em seu artigo, intitulado de “O novo paradigma da gestão pública e a busca da *accountability* democrática”, já abordava sobre a importância de se pensar na instrumentação do processo de inovação que de certa forma passa pelas decisões descentralizadas dos servidores públicas e destacou que para implementação desse novo conceito inerente ao Estado Democrático de Direito seria necessário “[...] de uma nova teoria que responda a quatro questões inter-relacionadas, a respeito de como os servidores públicos [...] podem tomar decisões inovadoras em um governo democrático” (BEHN, 1998, p. 19), especialmente, no que se refere à questão da tomada de decisão: que teoria do governo democrático encoraja a tomada de decisão descentralizada enquanto mantém a *accountability* perante todo o Estado?

Por conseguinte, sem adentrar nas discussões sobre a tradução da palavra *accountability* e divergência sobre a conceituação adequada para o termo em epígrafe, todavia, vislumbra-se neste artigo eleger uma definição que mais se adeque às características teóricas do estudo e, para tanto, adotou-se a explicação de nota de rodapé do artigo “O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo de estrutura de análise”, de autoria de Diniz, Barbosa, Junqueira e Padro (2009, p. 27), pois segundo os autores:

Podemos entender *Accountability* democrática como um princípio que se expressa em mecanismos institucionais que devem constranger os governos continuamente a prestar contas à sociedade e a outros atores do sistema político (Legislativo, Judiciário e outros).

Outrossim, complementando o sentido e uso desse conceito, ressalta-se a relação entre o governo eletrônico pode ser considerado como sinônimo de transparência ou prestação de contas ou *accountability*. Assim, pode-se destacar que “no Brasil, a criação de vários portais na internet associados a programas de governo eletrônico foi, também, um estímulo para a ampliação do processo de prestação de contas públicas.” (PRADO; MAIA RIBEIRO; DINIZ; 2012, p. 15)

COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A Comunicação pública pode ser entendida como o mecanismo de divulgação de informações institucionais, de interesse da sociedade em geral, em atendimento aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e, especialmente, da publicidade.

Segundo Heloiza Helena M. Nobre e Patrícia Gil (2014, 21), com o advento do fenômeno da inovação difundiu-se o uso da comunicação através da internet e aprofundou o processo informacional de caráter público, por sua vez, enfatiza a falta de interação entre a sociedade e o estado conforme se desprende a seguir:

A inovação aprofundou-se com a internet na metade dos anos 90, com os governos começando a usar as novas tecnologias para a prestação de informação pública (sites como balcões de serviços). Todavia, as ferramentas de debate (fóruns e sistemas de comunicação instantânea) na rede permaneceram subutilizadas, sem estimular a participação do cidadão.

Outrossim, Nobre e Patrícia (2014) sugerem a utilização de outros mecanismos e proporcionem a ampla divulgação da informação pública e, com isso, garantindo a transparência dos atos e ações públicas de acordo com esse princípio constitucional brasileiro, como também, garantir e instrumentalizar a interação entre sociedade e estado.

Dessa forma, a importância da comunicação pública para atingir os objetivos de informação dos serviços e interesses coletivos dos cidadãos é destacada por Silva (2012, 35) em sua dissertação de mestrado “[...] que uma das missões dos responsáveis pela efetivação da comunicação pública é tornar tudo aquilo que é do interesse do cidadão [...]”, nesse sentido, ademais, Silva (2012, p. 36) destaca que o mandamento constitucional brasileiro “[...] proíbe a autopromoção com dinheiro público” e, ademais, destaca que a Constituição de 1988

[...] especifica a obrigatoriedade de publicidade dos atos governamentais, mas veda a propaganda pessoal com recursos do Tesouro. Existe então a necessidade de criação de campanhas de mídia, tanto informativas como de identificação da gestão em vigor, mas nunca de maneira personalizada. Esse tipo de propaganda só deve ser feita com recursos próprios ou partidários.

Destarte, para a devida caracterização Comunicação Pública a dissertação de mestrado de Silva (2012, p. 63) destaca os principais elementos constitutivos da comunicação pública, quais sejam, informações institucionais sobre: prestação de contas, melhorias na qualidade de vida e influência na mudança de hábitos, participação da sociedade em políticas públicas adotadas

pela administração pública, divulgação de serviços de interesse coletivo e orientação educativa para o cidadão.

MARKETING POLÍTICO

O Marketing político pode ser entendido como um instrumento da administração adaptado às relações eletivas comum do processo democrático. Tal ferramenta passou pela fase embrionária nos Estados Unidos e utilizada em nações de característica democrática, conforme enfatiza Oliveira (2013) que *“desde os seus primórdios, o marketing político se utiliza a comunicação para conquista dos eleitores”*.

Assim, diante da exposição de Oliveira, pode-se inferir que nos países democráticos o marketing político depende das mídias para veicular suas mensagens até o público eleitoral como ferramenta de convencimento e promoção do político e/ou candidato a cargo público.

Outrossim, segundo Oliveira (2013, p. 10), além da comunicação pública, *“O marketing político se caracteriza pela utilização de várias ferramentas que auxiliam a sua construção e outras que têm a função de transmitir informações ao eleitor”*. Esses variados instrumentos pode-se destacar a pesquisa de opinião, sejam elas qualitativas ou quantitativas.

Seguindo o mesmo raciocínio, Silva (2012) destaca o uso excessivo do marketing político para moldar a imagem e, especialmente, o discurso que são disseminados através das mídias pela apresentação de uma proposta que se adeque e seja capaz de atender as demandas sociais.

Em suma, a participação do político nas atividades de gestão pública e, ao mesmo tempo, candidato (produto) a ser divulgado como promessa de serviço mais atraente em detrimento de outros competidores conforme destaca Silva (2012, p. 49), isso significa dizer que, assim como acontece no marketing de produtos, o objetivo do trabalho desenvolvido pela equipe de marketing político é de tornar o produto/candidato atrativo ao (sic) interesses do consumidor/eleitor.

Assim, para caracterizar os elementos definidores do marketing político, Silva (2012) observa que deve considerar a personalização dos atos e ações, publicidades de gestores e/ou atores políticos em detrimento de informações da própria instituição e de interesse geral.

METODOLOGIA

Os instrumentos elegidos para o desenvolvimento da metodologia dessa pesquisa abordam as características do estudo de casos, de caráter qualitativo e descritivo, com foco na descrição, análise e caracterização do uso dos espaços destinados às notícias nos sites oficiais das cidades objeto dessa pesquisa, quais sejam: Município de Petrolina, no estado de Pernambuco, e em São Raimundo Nonato, no estado do Piauí.

A seleção das duas cidades como estudo de casos fundamenta-se nos critérios de originalidade, partindo do pressuposto que antes da instituição e instalação dos Campi da UNIVASF nessas municipalidades não havia ambiente favorável ao desenvolvimento de pesquisa na área de ciências sociais no âmbito da administração pública municipal da Região do Vale do São Francisco.

Nesse diapasão, pressupondo que esses governos municipais utilizam da máquina pública, por meio do governo eletrônico para, ao revés, utilizar como instrumento de comunicação pública para promoção da transparência através da devida prestação de contas para com a sociedade, ao contrário, lança mão dessa ferramenta de governança para promoção do marketing político.

Por seu turno, o modelo teórico de análise partiu de experiências anteriores de autores consagrados no meio acadêmico através dos artigos científicos, Teses de Doutorado e Dissertações, em especial, a Dissertação intitulada de Comunicação pública e marketing político na gestão pública municipal defendida em 2012 de autoria de Élide Raquel Mercês da Silva, já colacionado nas referências deste artigo. Assim, para o desenvolvimento dessa pesquisa utilizou o modelo de análise da Comunicação pública caracterizando-se pelo conjunto de informações de interesse social e sem a vinculação pessoal nesse processo de comunicação, quais sejam, informações institucionais sobre prestação de contas, melhorias na qualidade de vida e mudança de hábitos da comunidade, participação da sociedade em políticas públicas promovidas pela administração pública municipal das cidades pesquisadas, divulgação de serviços de interesse coletivo e orientação educativa para o cidadão.

Já em relação ao modelo de análise do marketing político que se enfatiza a personificação das ações e atos colacionados nas peças informativas noticiadas através dos sites institucionais das municipalidades objeto deste estudo.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS SITES MUNICIPAIS SELECIONADOS SÍTIO ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA/PE

A cidade de Petrolina é um município brasileiro no interior do estado de Pernambuco, Região Nordeste do país. Situa-se na mesorregião do Sertão Pernambucano e microrregião homônima. Possui uma extensão territorial de 4 561,872 km. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, em 2013 sua população foi estimada em 319 893 habitantes.

No período de maio a junho de 2014, foram publicadas 69 matérias na seção de notícias do site oficial www.petrolina.pe.gov.br da prefeitura de Petrolina. Dentre esses, apenas 05 matérias, aproximadamente 7,24% foram caracterizadas como peças de marketing político e as demais classificadas como comunicação pública.

Apesar do número baixo de matérias relacionadas ao marketing político, as matérias caracterizadas como comunicação pública apresentam poucas informações e explicações, ou seja, são textos pequenos e muito sucintos.

Outra característica que podemos perceber é que as matérias de marketing político possuem uma técnica apurada, os textos são bem trabalhados estrategicamente na seção de notícias da prefeitura de Petrolina. O marketing político é tratado de forma sutil e discreta, ou seja, as ferramentas do marketing político buscam de certa forma mascarar a personificação da imagem e da autopromoção do gestor municipal. Como por exemplo, na matéria publicada no dia 15 de maio de 2014, com o título “Reunião”. O texto retrata sobre uma comitiva de moradores que entregou um pedido formal à Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana solicitando melhorias na infraestrutura do bairro. Contudo, observa-se no texto peças do marketing político ao dar ênfase na ação do prefeito, no seguinte fragmento da matéria: *“As dificuldades foram inúmeras, mas o prefeito Julio Lossio é incansável na busca de recursos para atender as comunidades e melhorar a vida da população. Agora, além das 35 ruas que estão sendo pavimentadas, também estamos trabalhando para atender em um movimento de pavimentação, os corredores de ônibus, melhorando a circulação das pessoas e posteriormente beneficiar mais ruas e mais bairros”*.

REUNIÃO

Data da publicada: 14/05/2014

Moradores do bairro Jardim Amazonas participam de encontro com Secretário Ricardo Rocha
Na manhã dessa quarta-feira (14) uma comitiva de moradores do bairro Jardim Amazonas esteve na Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana onde se encontrou com o gestor da pasta, Ricardo Rocha. Na ocasião eles entregaram um pedido formal de melhorias na infraestrutura do bairro com o trabalho de pavimentação.

Restando algumas ruas a serem pavimentadas, já que a maior parte da comunidade já tem o pavimento, o Secretário Ricardo ao receber e ouvir as solicitações informou aos comunitários que o Prefeito Julio Lossio está buscando recursos para realizar mais obras de pavimentação.

O secretário afirmou ainda que a cidade já teve pavimentada mais 100 ruas em bairros como Pedro Raimundo, Fernando Idalino, Henrique Leite, Cidade Jardim, Vila Marcela, São Gonçalo, Jardim Maravilha, Cosme e Damião, João de Deus, Vila Mocó, Areia Branca, Vila Eduardo, Alto do Cocar, Quati, Ipsep II, Coha VI, Rio Corrente, Alto da Boa Vista e Cohab Massangano nos últimos anos. Atualmente 35 novas ruas estão sendo atendidas com a obra em sete bairros.

“As dificuldades foram inúmeras, mas o prefeito Julio Lossio é incansável na busca de recursos para atender as comunidades e melhorar a vida da população. Agora, além das 35 ruas que estão sendo pavimentadas, também estamos trabalhando para atender em um movimento de pavimentação, os corredores de ônibus, melhorando a circulação das pessoas e posteriormente beneficiar mais ruas e mais bairros”, explicou o Secretário Ricardo Rocha, agências do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

Outra matéria que foi classificada como marketing político, foi a publicada no dia 03 de julho de 2014, com título “Ação Cidadania”. Com base no texto, podemos observar de forma sucinta a tentativa de estreitar a relação de expectativa de um grupo de pessoas (presidiárias femininas) em relação às questões que envolvem seu cotidiano, nesse caso, as ações do Programa Bolsa Família. Ou seja, o texto busca construir uma imagem e conquistar a aprovação e simpatia da população carcerária feminino do presídio, ao enfatizar o seguinte trecho: *“Essa ação de cidadania mostra o compromisso da gestão municipal em levar as ações do Programa Bolsa Família para as comunidades (...)”* e *“o evento pretende ampliar o caráter itinerante do Programa Bolsa Família e aproximar a gestão municipal e a comunidade, visando à promoção da cidadania e participação desse público-alvo, que são as famílias em situação carcerária (...)”*.

Ação Cidadania

Data da publicada: 03/07/2014

Cadeia pública feminina de Petrolina recebe ação de cidadania da Sedesc. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania realizará, nesta Quinta-Feira (03), uma ação de cidadania na cadeia pública feminina de Petrolina. As internas receberão orientações sobre o Programa Bolsa

Família, consulta de Número de Identificação Social (NIS), desbloqueio de benefícios como também a atualização e inclusão cadastral.

Segundo Célia Regina (Secretária municipal da SEDESC), esta é mais uma ampliação das ações do Programa no município. “Essa ação de cidadania mostra o compromisso da gestão municipal em levar as ações do Programa Bolsa Família para as comunidades, fazendo com que a participação social e a inclusão das pessoas seja maior e mais efetiva”, afirma.

Para Albany Pereira (Diretor/gestor do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família), o evento pretende ampliar o caráter itinerante do Programa Bolsa Família e aproximar a gestão municipal e a comunidade, visando à promoção da cidadania e participação desse público-alvo, que são as famílias em situação carcerária e que obedecem as exigências do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS)

Há matérias que a meta é camuflar da maneira mais discreta possível ações que promovam de forma direta ou indiretamente a imagem do gestor. A sociedade tem consciência que a prefeitura tem por obrigação legal e dever de manter os serviços contínuos e diários de limpeza e conservação das áreas públicas de uso coletivo, como por exemplo: ruas, praças e estádios públicos. Mas, a assessoria de imprensa faz questão de noticiar este tipo de ação na seção de notícias do site, como se fosse algo esporádico e excepcional. O Próprio Secretário de Infraestrutura e Mobilidade Urbana ratifica e endossa esse pensamento, quando diz: “A limpeza de praça é uma ação rotineira que pretende manter esses locais, que servem para o lazer das comunidades, limpos e com estruturas bem preservadas”. Trecho retirado da publicação realizada no dia 09 de maio de 2014, com o título “Limpeza de Praças”. Observa-se que, fica um pouco sem sentido ou explicação plausível, aproximadamente cerca de 43,47% das matérias publicadas na seção do site de notícias, refere-se atividade e/ou serviço na área da limpeza pública, segue dois exemplos dessas publicações:

Limpeza no Estádio

Data da publicação: 30 de junho de 2014.

Estádio Municipal recebe equipes de limpeza de limpeza. Garantindo os serviços, o Estádio Municipal Paulo Coelho recebe uma equipe de limpeza pública, onde realizam a manutenção da área interna do local. O Serviço, iniciado na última, é realizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana.

O serviço que compreende a capina, varrição, pintura de meio fio será realizado ainda durante essa semana, até conclusão e atendimento de toda a área.

Limpeza de Praças

Data da publicação: 09 de maio de 2014.

Praças do bairro São José são atendidas com limpeza pública.

Essa semana as praças do bairro São José receberam os serviços de limpeza e manutenção. O trabalho que acontece rotineiramente nos bairros da cidade visa proporcionar a esses espaços de lazer, ambientes limpos e bem cuidados.

A limpeza compreende os serviços de varrição, pintura de meio fio, capina, poda e retirada de lixo. “A limpeza de praça é uma ação rotineira que pretende manter esses locais, que servem para o lazer das comunidades, limpos e com estruturas bem preservadas”, afirmou o Secretário de Infraestrutura e Mobilidade Urbana Ricardo Rocha. O serviço será feito até a próxima semana, quando deve ser concluído na quinta-feira (15).

A limpeza compreende os serviços de varrição, pintura de meio fio, capina, poda e retirada de lixo. “A limpeza de praça é uma ação rotineira que pretende manter esses locais, que servem para o lazer das comunidades, limpos e com estruturas bem preservadas”, afirmou o Secretário de Infraestrutura e Mobilidade Urbana Ricardo Rocha. O serviço será feito até a próxima semana, quando deve ser concluído na quinta-feira (15).

Com relação à comunicação pública apresentada na seção de notícias do site da prefeitura de Petrolina, de forma, que venha atender os anseios e interesses da coletividade petrolinense. Podemos citar com exemplo, a publicação feita no dia 28 de julho de 2014, com o título “vigilância sanitária”. O texto aborda sobre a participação da Agência Municipal de Vigilância Sanitária de Petrolina no 1º Encontro de Agricultura Familiar, que teve como foco principal formar parceiras que promovam a ação e a promoção da saúde pública de Petrolina e levando muito mais conhecimento ao campo sobre a inspeção e selo de qualidade dos alimentos.

Outro exemplo, diz respeito à matéria publicada no dia 23 de junho de 2014, título “bloqueio vacinal”, que retrata sobre vacinal contra poliomielite no bairro São Joaquim, ademais, traz uma serie de informações importantes sobre poliomielite.

Vigilância sanitária

Data da publicada: 28/07/2014

Agência Municipal de Vigilância Sanitária de Petrolina participou de 1º Encontro de Agricultura Familiar. Construindo parceiras que promovem a ação e a promoção da saúde pública de Petrolina e levando muito mais conhecimento ao campo sobre a inspeção e selo de qualidade dos alimentos, que é indispensáveis ao manejo, armazenamento e consumo dos produtos da agricultura familiar, a Agência Municipal de Vigilância Sanitária, AMVS, participou durante toda a sexta-feira, 25, do 1ª Encontro de Agricultura Familiar em Petrolina.

O evento celebrou o Ano Internacional da Agricultura Familiar, que no dia 25 festejou o dia do colono, homenageando o agricultor de Petrolina com muita informação e debate. As discussões tiveram como área de atuação foco, “O fortalecimento sustentável no campo”. Para o coordenador do evento, João Bandeira, a parceria com a Agência Municipal de Vigilância é de suma importância, pois possibilitar construir uma agricultura familiar com a qualidade e a garantia fiscal do produto. “A parceria na discussão com a Agência

Municipal é de fundamental relevância, ao levar conhecimento técnico e experiência legal da atuação fiscalizadora um discurso informativo e interativo do poder público ao homem do campo e aos colonos” afirmou.

O Presidente da AMVS de Petrolina, Jarbas Costa, compôs a mesa de abertura do encontro e junto com profissionais e representantes sindicais, diretores institucionais, estudantes e técnicos em agricultura trouxe a importância da implantação do selo.

“A agência prioriza o que de melhor e com total segurança deve chegar às mesas das pessoas de Petrolina, alimentos saudáveis e com a devida inspeção da qualidade. Mesmo na agricultura familiar a Agência Municipal é presente e executora dos direitos dos cidadãos, buscamos passar a segurança e tranquilidade para que as pessoas consumam tranquilamente os produtos do campo”, explicou o coordenador da agência.

Bloqueio Vacinal

Data da publicação: 23/06/2014

No último sábado, 21, profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina realizaram bloqueio vacinal contra poliomielite no bairro São Joaquim. A ação foi motivada por um caso de suspeita de paralisia flácida na localidade, que ainda está em investigação.

“Nossa equipe decidiu realizar o bloqueio como medida preventiva, mesmo sem a confirmação do caso. É importante que os pais levem seus filhos de dois meses a menores de cinco anos, que ainda não tomaram a vacina contra pólio, até a unidade de saúde para atualizar a caderneta”, alertou a gestora da pasta Lucia Giesta.

A vacina contra poliomielite ou paralisia infantil faz parte do calendário de vacinação do município disponível em todas as unidades. “Esta é uma vacina de rotina e o Ministério da Saúde ainda reforça durante o período de campanha, que este ano será realizada neste segundo semestre”, afirmou a coordenadora de Imunização Jeane Moraes.

Em 2013, a Campanha Nacional contra Poliomielite foi realizada no mês de junho e mais de 24 mil crianças foram vacinadas, totalizando 100% do público alvo a ser imunizado.

A poliomielite é uma doença causada por um vírus e é altamente contagiosa. A transmissão do vírus pode ser de pessoa para pessoa e através de contato com fezes contaminadas. Esse vírus é capaz de chegar ao sistema nervoso através da corrente sanguínea, podendo ocasionar paralisia total, principalmente das pernas.

SÍTIO ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO/PI

A cidade de São Raimundo Nonato é um município brasileiro do estado do Piauí, criado em 1912, o município tem atualmente 31744 habitantes de acordo com o IBGE e 2606,8 km², constituindo-se no município polo da microrregião.

Devido às eleições municipais de 2012, ocorreu a troca de prefeito no município. A nova gestão que assumiu a prefeitura criou outro sítio eletrônico oficial, de acordo Torquato do Rego (1990), tem a principal função de *“levar à opinião pública fatos de significação ocorridos na esfera governamental”*.

A nossa carta magna veda a vinculação da imagem do gestor, pois a publicidade é custeada por recursos públicos, conforme a C.F Art. 37, § 1º que assim dispõe: *“A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos deverá Ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*

No período de maio a junho de 2014, foram analisados 59 matérias publicadas no sitio oficial da prefeitura de São Raimundo Nonato, dessas 25 (cerca de 42,37%) foram caracterizadas como marketing político e as outras caracterizadas como comunicação pública. Podemos observar que, as matérias caracterizadas como marketing político deram maior relevância e ênfase à figura do gestor municipal, dispensando os preceitos constitucionais da impessoalidade e moralidade. Percebe-se nos textos das matérias promoção pessoal e política do prefeito Avelar de Castro Ferreira. Podemos observar exemplos disso em 04 (quatro) matérias publicadas na seção de notícias do site www.saoraimundononato.pi.gov.br:

Prefeito Avelar Ferreira inaugura neste domingo a Adutora do Caboclinho

Data da publicação: 14/06/2014 às 22h17min

O Prefeito Avelar Ferreira e comitiva estarão neste domingo, 15 de junho na localidade Caboclinho onde realizará a inauguração de uma adutora naquela comunidade. A adutora do Caboclinho beneficia 45 famílias com água na torneira.

A solenidade de inauguração acontece as 9:00h da manhã deste domingo, e em seguida haverá uma partida de futebol entre o time da Prefeitura Municipal x Caboclinho.

A concentração acontecerá na casa do Senhor Isaias. O Prefeito Avelar Ferreira convida a população da comunidade a participar da solenidade de inauguração da Adutora e prestigiar a partida de futebol.

Prefeito Avelar Ferreira e Primeira Dama reinauguram Casa Abrigo em SRN

Data da publicação: 29/04/2014 às 14h26min

O Prefeito Avelar Ferreira e a Secretária Municipal do Trabalho e Assistência Social Kátia Dias Guerra Ferreira reinauguraram nesta última quinta-feira, 23 de abril, a Casa Abrigo de São Raimundo Nonato. A Casa Abrigo tem como objetivo abrigar mulheres vítimas de violência em situações extremas.

Para serem atendidas pela Casa Abrigo, as mulheres precisam ser encaminhadas pela Delegacia da Mulher, ou pela justiça, uma vez que foram vítimas de violência em situação extrema. No local, juntamente com os filhos, as mulheres atendidas podem permanecer por até 90 dias, período em que terão atendimento psicopedagógico e participarão de ações que envolvem atividades físicas, lúdicas e de caráter sócio-ocupacional.

"Nosso foco é tornar o local um espaço onde todas terão a oportunidade de conhecer melhor os seus direitos e, por meio dos programas de capacitação, terem condições de aprender uma profissão e, dessa forma, se tornarem independentes", destacou a secretária de Assistência Social Kátia Dias Guerra Ferreira.

Reuniões, terapias de grupo e oficinas de artesanato são algumas das formas usadas pela equipe de profissionais para promover o trabalho de reinclusão das mulheres na sociedade, com foco na autonomia e na emancipação.

Durante o período em que estão na casa, as mulheres são avaliadas por assistentes sociais para receber os benefícios a que têm direito - como Bolsa Família e outros, e a Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município procura inserir as que não possuem nenhuma perspectiva de trabalho em programas de qualificação profissional e na rede de empregos. O Prefeito Municipal Avelar Ferreira falou da importância desta casa para o município. No seu breve discurso o Prefeito afirmou que bom mesmo seria que ninguém precisasse de se hospedar nesta casa, mas a realidade é outra infelizmente, e nada mais justo, que o município esteja preocupado em dar guarida a estas mulheres que precisam deste apoio.

Prefeito Avelar Ferreira inaugura adutora Basílio Américo na região do Baixão do Sítio

Data da publicação: 03/05/2014 às 16h44min

O Prefeito Avelar de Castro Ferreira começa o mês de maio realizando entrega de duas importantes obras para município de São Raimundo Nonato, logo no dia primeiro de maio “Dia do Trabalhador”, o prefeito Municipal entregou à população do bairro Altamira uma quadra de esportes com uma praça conjugada e na sexta-feira (02 de maio), foi a vez dos moradores das comunidades do Baixão do Sítio e entorno receberem a adutora denominada Basílio Américo que atende seis comunidades daquela região, num total de 200 famílias que estão recebendo água em suas casas.

As comunidades atendidas são: Baixão do Sítio, Lagoa do Canto, Vaca Brava, Poldrinho, Travessão e Lagoa de Fogo. Para o Vereador Isag Teles representante político daquelas comunidades esta obra ora entregue pelo Prefeito Avelar Ferreira tem um alcance social incalculável, e todas estas comunidades, e ele como representante político daquela região só tem que agradecer ao prefeito Avelar Ferreira. “Todos são sabedores de grandes batalhas que travei durante a gestão passada em defesa desta adutora que foi iniciada, mas vimos os recursos desaparecerem sem que a obra fosse concluída, e só agora na gestão do nosso prefeito Avelar Ferreira os sonhos dessa gente querida e batalhadora da nossa região foram realizados e hoje é a grande consolidação deste trabalho”. Destacou o vereador Isag Teles.

O Prefeito Avelar Ferreira falou da sua alegria e da sua felicidade de estar proporcionando este benefício para estas comunidades de Baixão do Sítio e entorno. “Aqui, sinto-me em casa, aqui sempre fui bem recebido e bem aceito por todos os amigos desta região, a prova disto é que sempre fomos bem votados nesta região e isto tem o respaldo do carinho e do apreço que está região tem pelo meu pai, grande homem e grande líder político Gaspar Dias Ferreira. Hoje estamos entregando esta grande adutora e em breve será dada ordem de serviço de 50 casas populares através da Associação desta comunidade e também já está em construção uma Unidade Básica de Saúde que trará grandes benefícios a todos os moradores desta região”. Destacou o Prefeito.

Prefeito Avelar Ferreira entrega bicicletas aos alunos da rede municipal

Data da publicação: 24/03/2014 às 11h37min

O Prefeito Avelar Ferreira e a Secretária Municipal de Educação Rosa Amélia Ferreira da Silveira, realizaram a entrega simbólica de 430 bicicletas do Programa Pedala Piauí aos alunos da Rede Municipal de Educação que moram ao mínimo 4km de distância da escola onde estudam.

A entrega foi realizada pelo Prefeito Avelar Ferreira e a Secretária de Educação Rosa Amélia Ferreira da Silveira na tarde desta quarta-feira, às 16:00h em frente à Secretaria de Educação, na Avenida dos Estudantes, As bicicletas estão sendo doadas pelo município através de parceria com o Governo do Estado através do Programa “Pedala Piauí”.

O Prefeito Avelar Ferreira e a Primeira Dama Kátia Dias Guerra Ferreira juntamente com os alunos saíram em pedalada de frente à Secretaria de Educação seguiram pela Praça do Abrigo e retornaram pela Avenida dos Estudantes até o ponto de partida.

Estiveram presentes à solenidade, o Prefeito Avelar Ferreira, a Primeira Dama e Secretária do Trabalho e Assistência Social Kátia Dias Guerra Ferreira, a Secretária de Educação, a Secretária de Administração e Finanças Ana Tereza Ferreira, o Secretário de Infraestrutura Rosibal Ribeiro, os Vereadores José Vitor, Almir Ribeiro, Isag Teles e Valdir Ribeiro.

Em todo o município foram selecionados 1.200 alunos aptos a receber uma bicicleta por se enquadrarem no perfil por morar cerca de 4 km distante da sua escola, e nesta primeira etapa serão entregues 430 unidades, e as demais serão doadas numa segunda etapa.

“Hoje o Prefeito Avelar Ferreira entregou 100 bicicletas, porque ficaria inviável fazer a entrega de todas as 430 bicicletas numa só oportunidade, mas a partir de segunda-feira, as demais bicicletas serão entregues nas referidas escolas onde os alunos contemplados estudam”. Afirmou a Secretária Rosa Amélia.

A Secretária de Educação Rosa Amélia na oportunidade falou aos presentes da importância e do benefício que estas bicicletas trarão para estes alunos. A Secretária lembrou da sua infância onde a grande maioria dos estudantes tinham que ir a escola de pé 8 a 10 Km ou de jumento, hoje quem mora esta distância tem transporte escolar e agora quem mora até 4 km vai a escola de bicicleta.

O Prefeito Avelar Ferreira falou da alegria em poder estar entregando estas bicicletas aos alunos da rede municipal, e afirmou que foi uma luta pessoal junto ao Governo do Estado para esta aquisição.

O Prefeito, ainda falou que este ano a Prefeitura Municipal juntamente com a Secretaria de Educação vai promover as Olimpíadas Escolares e fará uma premiação total no valor de 20 mil reais a ser pago aos alunos vencedores e professores.

Observa-se que os textos dos 04 (quatro) exemplos citados acima, inicial da seguinte forma: “O Prefeito Avelar Ferreira e comitiva estarão neste domingo, 15 de junho na localidade Caboclinho onde realizará a inauguração (...)”; “O Prefeito Avelar Ferreira e a Secretária Municipal do Trabalho e Assistência Social Kátia Dias Guerra Ferreira reinauguraram (...)”; “O Prefeito Avelar de Castro Ferreira começa o mês de maio realizando entrega de duas importantes obras (...)”; e “O Prefeito Avelar Ferreira e a Secretária Municipal de Educação Rosa Amélia Ferreira da Silveira, realizaram a entrega simbólica de 430 bicicletas (...)”. Esses tipos de produção textual servem apenas para personificar a imagem e promoção do gestor municipal, pois constroem ideias falsas, atribuindo não a instituição pública, mas a pessoa física do prefeito a inauguração de obras públicas municipais e a entrega de bicicletas do Programa Pedala Piauí.

Para reforçar esse argumento na matéria citada publicada no dia 05 de maio de 2014, sob o título “Prefeito Avelar Ferreira inaugura adutora Basílio Américo na região do Baixão do Sítio”, percebe-se o seguinte fragmento: “esta obra ora entregue pelo Prefeito Avelar Ferreira tem um alcance social incalculável”. Ora a obra está sendo entregue pela instituição, não pela pessoa do

prefeito. Conclui-se que o texto tem elementos claros do marketing político, pois personifica e autopromove o gestor municipal. Ademais, a mesma matéria ressalta e enaltece a figura política do pai do prefeito, que inclusive já foi prefeito da cidade, ao citar que “a prova disto é que sempre fomos bem votados nesta região e isto tem o respaldo do carinho e do apreço que está região tem pelo meu pai, grande homem e grande líder político Gaspar Dias Ferreira”. Porém, o tema principal a ser destacado na matéria seria a inauguração de uma adutora que beneficiaria várias comunidades rurais.

Contudo, na seção de notícias da prefeitura de São Raimundo Nonato tem exemplos de matérias caracterizadas como de comunicação pública de interesse coletivo da sociedade. A primeira foi divulgada no dia 30 de outubro de 2014, sob o título “Prefeitura Municipal convida a sociedade para o 1º Fórum Comunitário do Selo UNICEF”. A matéria convida toda a sociedade para participar do fórum 1º Fórum Comunitário do Selo UNICEF Município Aprovado – Edição 2013-2016, com objetivo de discutir e garantir melhorias de vida da criança e adolescente de São Raimundo Nonato.

Prefeitura Municipal convida a sociedade para o 1º Fórum Comunitário do Selo UNICEF

Data da publicação: 30/07/2014 às 22h28min

A Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato em parceria com o Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF) e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realiza nesta quinta feira, 31 de julho 2014, a partir das 7:30hs no auditório do Centro Diocesano, o 1º Fórum Comunitário do Selo UNICEF Município Aprovado – Edição 2013-2016.

O Fórum é voltado para pessoas e organizações da sociedade civil, conselheiros de direitos, juízes, promotores, enfim defensores ligados à área da infância. O encontro objetiva, ainda, discutir a inserção desses atores em sua execução, de forma a garantir melhorias de vida da criança e adolescente de São Raimundo Nonato.

Já a segunda matéria foi divulgada no dia 13 de junho de 2014, com o título “Departamento de Trânsito do Município divulga regulamentos de Audiência Pública”. O texto explica aos interessados em formular questionamentos e propostas para serem discutidas na Audiência Pública, no que diz respeito ao Projeto de Lei do Plano Diretor de Mobilidade Urbana e Gestão do Trânsito.

Departamento de Trânsito do Município divulga regulamentos de Audiência Pública

Data da publicação: 13/06/2014 às 11h52min

Os interessados em formular questionamentos e propostas para serem discutidas na Audiência Pública do dia 17 de Junho de 2014, deverão encaminhá-los, preferencialmente, em até o dia 16 de junho. A data limite é necessária para que haja tempo hábil às análises técnicas dos profissionais responsáveis pela elaboração

do Projeto de Lei do Plano Diretor de Mobilidade Urbana e Gestão do Trânsito. Convém ressaltar que o Plano Diretor de Mobilidade Urbana e gestão do Trânsito, se devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, será a lei que complementar o Plano Diretor do Município de São Raimundo Nonato.

O terceiro texto que destacamos publicado no dia 26 de abril de 2014, com o título “Campanha da vacinação contra a Gripe Influenza supera meta preconizada no Dia D”. Traz informações e orientações importantes para a sociedade sobre a campanha de vacinação contra a Gripe Influenza. Esse tipo de exemplo de comunicação pública ajuda garantir a interação da gestão com a sociedade.

Campanha da vacinação contra a Gripe Influenza supera meta preconizada no Dia D

Data da publicação: 26/04/2014 às 18h34min

O Dia “D” da Campanha de Vacinação contra a Gripe Influenza realizado neste sábado na cidade de São Raimundo Nonato, superou a meta preconizada pela Secretaria Municipal de Saúde. A população buscou os postos de vacinação espalhados por toda a cidade para receberem a dose da vacina.

A vacinação é voltada para o público alvo que inclui crianças a partir de 6 meses a menores de 5 anos, idosos, profissionais de saúde, indígenas, gestantes e mulheres com até 45 dias após o parto. As pessoas privadas de liberdade, funcionários do sistema prisional e pessoas com doenças crônicas não-transmissíveis ou com outras condições clínicas especiais também são prioridade para receber as vacinas.

“Apesar de estarmos saindo de um período de greve, montamos todo um esquema especial de vacinação para alcançarmos um número maior do nosso público alvo e graças a Deus os resultados foram positivos, pois a população buscou os nossos postos de vacinação durante todo o dia deste sábado, garantindo o êxito desta etapa da campanha, quero afirmar que a campanha não acaba hoje, apenas começou e aqueles que por ventura não se vacinaram hoje, procure o posto de saúde mais próximo de sua casa para tomar a dose da vacina e a população da zona rural a partir desta semana estaremos divulgando pelas emissoras de rádio locais, pelos agentes de saúde os roteiros que nossas equipes irão realizar a vacinação”, destacou o secretário municipal de Saúde, Dr. Robson Barreto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizou-se neste artigo as contribuições da pesquisa científica que resultou na Dissertação de Mestrado Comunicação pública e marketing político na gestão pública municipal (SILVA, 2012), o qual discute a dicotomia entre os dois instrumentos e avalia o percentual de utilização dessas nos sítios de governos municipais das três principais cidades do Rio Grande do Norte.

Na análise do objeto dessa pesquisa, fundamentado no modelo de análise e adaptado conforme já especificado no referencial teórico, pode-se consolidar os resultados de acordo com principais componentes das duas ferramentas. Com isso, observou-se que os sítios apresentam tanto a ocorrência de notícias caracterizadas como marketing político, mas a frequência maior esta relacionado com a comunicação pública.

Observa-se que o uso das notícias no sítio eletrônico do município de Petrolina apresentou uma percentual inferior em comparação com o sítio eletrônico da cidade de São Raimundo Nonato no que se refere ao Marketing político. Tal diferença justifica-se pelas diferenças de desenvolvimento econômico e social das cidades, assim, pode-se inferir maior preocupação com as informações noticiadas pelos gestores do município do sertão pernambucano.

Ademais, apesar da identificação do maior número de ocorrências de notícias caracterizadas como marketing político na cidade de São Raimundo Nonato, através da personificação a imagem e promoção dos gestores municipal, também, observou-se a tentativa de camuflar essas ações por meio de textos mais elaborados no caso do município de Petrolina.

Outrossim, não se localizou “transparência” das ações e prestação de contas dos no município de São Raimundo Nonato, a contrário senso, o portal transparência da cidade de Petrolina algumas prestações de contas relacionados a Autarquia Educacional do Vale do São Francisco – AEVASF, mantenedora da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE e da Fundação Estatal de Saúde/Hospital de Urgências e Traumas – FEMSAÚDE referente ao ano de 2013.

Com isso, constata-se que, apesar da ocorrência do marketing político nas notícias divulgadas nos sítios dos municípios consultados variaram em maior e menor grau entre ambas, em geral apresentam um grau satisfatório nos sítios pesquisados para a promoção do governo eletrônico como instrumento da comunicação pública em detrimento das ações de promoção dos gestores municipais.

Nesse diapasão, percebe-se que o problema do maior ou menor número de ocorrências esta relacionado com o nível de desenvolvimento socioeconômico apresentado pelas cidades pesquisadas, ademais, as tecnologias de disseminação da informação através dos sítios eletrônicos apresentam aspectos tecnológicos adequados para desenvolvimento de ações de transparência, prestação de contas e comunicação pública.

Analisando numa perspectiva de desenvolvimento no uso das TICs para a promoção da accountability, como instrumentos característicos das nações democráticas, os resultados apresentados nessa pesquisa revela que o avanço das inovações tecnologias na administração pública deve ser acompanhado das

mudanças socioculturais no ambiente político dos municípios de Petrolina/PE e São Raimundo Nonato/PI.

Assim, percebe-se um quadro otimista que se encontra a administração pública municipal em busca da construção de um governo eletrônico municipal em busca da Comunicação pública plena em detrimento do Marketing político.

REFERÊNCIAS

- BEHN, Roberto D. *O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática*. Revista do Serviço Público. v. 49, n. 4, out./dez. 1998. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/viewFile/399/406>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, consolidado até a Emenda Constitucional nº 75/2013*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.
- CRESWELL, Johon W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; Tradução Magda França Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica Dirceu da Silva*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DAMIAN, Ieda Pelógia Martins. *Um modelo de análise dos serviços de sites de governos eletrônicos*. 2012. Tese (Doutorado) – FEA-RP/USP, Ribeirão Preto.
- DINIZ, Eduardo H.; BARBOSA, Alexandre F.; JUNQUEIRA, Alvaro R. B.; PRADO, Otavio. *O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estrutura de análise*. Revista de Administração Pública. v. 43, n. 1, jan./fev. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n1/a03v43n1.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.
- KANAANE, Roberto; FILHO, Alécio Fiel; FERREIRA, M^a das Graças. *Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas*. São Paulo: Atlas, 2010.
- LUBISCO, Nídia Maria Lienert. *Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses*. 5. ed. – Salvador: EDUFBA, 2013.
- NOBRE, Heloiza Helena M. e; GIL, Patrícia. *Alternativas ao conceito e à prática da comunicação pública*. Revista Eptic Online. v. 15, n. 2, mai./jun. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Leone%20Bagagi/Downloads/937-2439-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.
- OLIVEIRA, Adriano. *O marketing político como objeto de estudo da ciência política: teoria, conceito e instrumentos*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA, 5, 2013, Curitiba. Anais... Curitiba: Compolítica, 2013. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT09-Propaganda-e-marketing-politico-AdrianoOliveira.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.
- PINHO, José Antonio G. de. *Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia*. Revista de Administração Pública. v. 42, n. 3, mai./jun. 2008.
- PRADO, Otávio; RIBEIRO, Manuella M.; DINIZ, Eduardo. *Governo eletrônico e transparência: olhar crítico sobre os portais do governo federal brasileiro*. In: PINHO, José Antonio G. de (Org.). Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 13 – 39.

SILVA, Dayane Gomes da. *Reforma do estado e escolas de governo: o caso da ESPEP*. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1976. Acesso em: 30 mai. 2014.

SILVA, Élida Raquel Mercês da. *Comunicação pública e marketing político na gestão pública municipal*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciências da Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

**GESTÃO DE PESSOAS NAS
ORGANIZAÇÕES: CLIMA
ORGANIZACIONAL**

**JESUINA CASTRO OLIVEIRA
PAULO OLIVEIRA SILVA**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao pensarmos em Gestão de Pessoas nos deparamos com muitos conceitos que tratam os trabalhadores como a estrutura ou mesmo o alicerce das organizações. Esse é o diferencial de empresas bem sucedidas, que sabem selecionar as pessoas certas para determinadas funções a serem realizadas. Este artigo tem o papel de mostrar a importância da Gestão de Pessoas e do Clima Organizacional para as Empresas, podemos perceber que as pessoas são a chave para o sucesso ou insucesso de uma empresa, dessa forma a força de trabalho é visto nas organizações de sucesso como a única verdadeira vantagem competitiva.

Quando falamos em Gestão de Pessoas estamos falando de administrar os recursos humanos de uma instituição, as empresas são formadas por grupos de pessoas e dependem dessas pessoas para atingir suas metas. Toda empresa possui um clima organizacional, esse clima está ligado às necessidades de cada colaborador.

O crescimento do mercado gera a concorrência entre as companhias empresariais, e para se sobressair o principal foco delas deve ser a oferta dos serviços e não pensar apenas no produto. Dessa forma muitas empresas hoje investem mais na seleção de pessoas com características inerentes ao papel e a função que devem desempenhar. O setor de recursos humanos é o responsável por selecionar as pessoas capacitadas.

Com o intuito de analisar as contribuições que a gestão de pessoas proporciona às empresas, este trabalho foi desenvolvido sob a perspectiva de pessoas como parceiros da organização e o uso da gestão de pessoas como uma forma de se manter no mercado competitivo. O objetivo geral é discutir os mecanismos de gerenciamento, comparando-os as reais necessidades das empresas.

Através da investigação teórica conseguimos alcançar esse objetivo e inferir ao artigo que a Gestão de Pessoas é uma ferramenta que auxilia a empresa a sobressair-se em meio a concorrência, através do diferencial competitivo que é a prestação de serviços. O artigo construído está classificado, em relação a sua

abordagem, em qualitativa e de acordo com seus procedimentos de coleta de informações em bibliográfico.

O estudo sobre a Importância da Gestão de Pessoas e do Clima Organizacional para as empresas foi realizado com o objetivo específico de conhecer os conceitos e processos de Gestão de Pessoas e analisar resultados das práticas de gestão utilizadas nas empresas com base no referencial teórico.

Pela necessidade de valorização do Clima Organizacional, a gestão de pessoas como ferramenta empresarial contribui de forma significativa para a evolução de qualquer instituição, assim, é importante conhecer e aplicar práticas de gestão de pessoas nas empresas como uma forma de melhorar o desempenho da companhia. Essa pesquisa na área de gestão se torna importante à medida que demonstra pontos principais da administração de pessoas como recursos indispensáveis para as empresas. Com a modernização e o crescente uso de novas tecnologias, as empresas têm se tornado um ambiente mais competitivo e perceber que o diferencial está na oferta de serviços é um desafio para o setor de Gestão de Pessoas.

Este trabalho foi desenvolvido buscando entender a problemática sobre qual a importância da Gestão de Pessoas e do Clima Organizacional para as empresas? Dentro desse questionamento norteamos a pesquisa e fizemos uma abordagem teórica abrangendo pontos sobre a modernização e o crescente uso de novas tecnologias e como as empresas têm se tornado um ambiente mais competitivo percebendo que o diferencial está na oferta de serviços e é um desafio para o setor de Gestão de Pessoas.

A prestação de serviços tem sido considerada o elemento fundamental para a qualidade, produtividade e o crescimento das empresas. Nesse sentido são os colaboradores que fazem a diferença e personalizam a organização.

Outro ponto significativo para as empresas é o Clima Organizacional, manter os funcionários satisfeitos com as condições de trabalho, mencionamos ainda a Teoria das Necessidades, que trazem em seus conceitos que um funcionário satisfeito produz mais e com mais qualidade. Levando as organizações ao entendimento de que devem investir no bem estar dos seus colaboradores

Todo o trabalho foi desenvolvido sobre a perspectiva bibliográfica, foram feitas abordagens sobre o tema Gestão de Pessoas, tomando como base a investigação em autores que abordaram o tema, ao fim dessa pesquisa

desenvolvemos a capacidade de perceber a importância da Gestão para o crescimento das empresas. Considerado que na competitividade da atualidade, a oferta de serviços é que faz a diferença na escolha de onde ou como consumir determinado produto.

GESTÃO DE PESSOAS E CLIMA ORGANIZACIONAL

O que é gestão de pessoas?

Para que uma organização empresarial cresça e desenvolva-se no mercado é necessário a utilização de algumas ferramentas administrativas, o planejamento, organização, direção e controle, são alguns passos que as empresas devem seguir.

1. Análise e descrição de cargos e modelagem do trabalho;
 2. Recrutamento e seleção de pessoal e admissão de candidatos selecionados;
 3. Orientação e integração de novos funcionários;
 4. Administração de cargos e salários;
 5. Incentivos salariais e benefícios sociais;
 6. Avaliação do desempenho das pessoas;
 7. Comunicação aos funcionários;
 8. Treinamento e desenvolvimento das pessoas;
 9. Desenvolvimento organizacional;
 10. Higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho;
 11. Relações com empregados e relações sindicais.
- (CHIAVENATO, 2005, p. 14).

Vemos em Chiavenato (2005), uma série de funções que são exercidas pelo setor de Recursos Humanos, área da empresa que comanda a Gestão de Pessoas. Entendemos que a Gestão de pessoas tem o objetivo de ajudar as organizações a alcançar seus objetivos, proporcionando vantagens na competitividade e ajudando a desenvolver e manter a qualidade de vida no trabalho, pois ter uma equipe de profissionais satisfeitos, felizes e motivados traz inúmeros benefícios à empresa.

Quando uma organização está voltada para as pessoas, a sua filosofia global e a cultura organizacional passam a refletir essa crença. A gestão de pessoas é a função que permite a colaboração eficaz das pessoas para alcançar os objetivos organizacionais e individuais. Os nomes – como departamento pessoas, relações industriais, recursos humanos – são utilizados para descrever a unidade, departamento ou equipe relacionada com a gestão de pessoas. Cada qual reflete uma maneira de lidar com as pessoas. O termo Administração de Recursos Humanos (ARH) ou (RH) ainda é o mais comum de todos. (CHIAVENATO, 2005, p. 11).

Em Chiavenato (2005), a Gestão de Pessoas é vista como uma ferramenta capaz de impulsionar os funcionários e conduzir a empresa aos seus objetivos de maneira eficaz, ela está voltada para uma cultura organizacional que tem foco

nas pessoas. Quando pensamos em gerir os recursos humanos de uma instituição nos deparamos com um conceito muito abrangente sobre a Gestão, que aborda a estrutura para gerenciar o comportamento humano no ambiente de trabalho, e esse pode ser o diferencial que as empresas estão buscando para selecionar as pessoas certas para a o trabalho a ser realizado.

A Gestão de Pessoas é um conjunto de habilidades, métodos, técnicas e práticas com a intenção de administrar o comportamento interno e trazer potência ao capital humano, afim de nortear os colaboradores na direção dos objetivos e metas da empresa, para isso acontecer os recursos como a pesquisa do Clima Organizacional são essenciais, pois podem direcionar as ações dos gestores diretamente ao ponto de satisfação do colaborador.

O CLIMA ORGANIZACIONAL

Para Chiavenato (2009), o clima organizacional pode ser visto como um conjunto de propriedades mensuráveis do ambiente de trabalho que são percebidos, ou sentidos pelos funcionários que trabalham neste ambiente e essas propriedades exercem influência sob o seu comportamento.

Outros autores também apresentam o conceito de Clima Organizacional, para Hanashiro et al. (2008) pode ser entendido como percepções, opiniões e sentimentos expressados através de comportamentos em situações diversas. Maximiano (2009) apresenta o Clima Organizacional como uma medida de como as pessoas está se sentido em relação à empresa, isso reflete diretamente na qualidade de vida no trabalho.

Algumas pessoas passam a maior parte do seu tempo no local de trabalho, ele se transforma em um “habitat”, desse modo, em um ambiente em que a pessoa se sinta satisfeita, conseqüentemente vai apresentar um desempenho melhor. Existem maneiras de identificar a satisfação dos colaboradores em relação à empresa em que trabalham, uma dessas maneiras é a Pesquisa do Clima Organizacional (PCO).

A pesquisa de Clima Organizacional pode ser vista como uma ferramenta ou instrumento que pode orientar as mudanças que as organizações precisam fazer para que tenham mais eficiência e qualidade na prestação de serviços (CHIAVENATO, 2009).

O Clima organizacional não é algo fixo, ele está em constante mudança, pois as pessoas frequentemente mudam suas prioridades e, além disso, em uma

organização em que estão vários colaboradores, cada um tem uma percepção diferente do ambiente interno de trabalho, o que a gestão pode fazer a esse respeito é aproximar ao máximo a qualidade do ambiente de trabalho.

Para aplicar a pesquisa de clima organizacional, a empresa não pode deixar de destacar para os funcionários qual é a missão, visão e valores da organização, pois os funcionários devem compartilhar esses objetivos. Desse modo, a pesquisa de clima permite que a empresa compreenda a visão que os colaboradores têm em relação à sua organização. Para realizar a Pesquisa de Clima Organizacional pode seguir-se alguns passos, como:

Pesquisar a Cultura Organizacional da empresa; Analisar a visão dos empregados em relação à empresa, de sua missão e objetivos; Mensurar o grau de satisfação dos colaboradores com os diversos aspectos da empresa; Analisar a norma para avaliação da motivação e satisfação, incluindo as necessidades e expectativas dos funcionários; Averiguar se há harmonia entre os objetivos dos funcionários com os objetivos da organização; (integração; relação). Constatar se há relação entre a satisfação na corporação e a oferta de benefícios e serviços; Apurar o nível de ligação entre os departamentos; Pesquisar as relações entre empregados no que diz respeito às suas funcionalidades; Avaliar os modelos de produtividade; Mensurar o nível de envoltura dos empregados com suas funções e encargos, com os clientes e agentes internos e externos. (FERREIRA et al. 2006, apud OLIVEIRA, 2012, p.5).

Com isso, pode-se perceber que o entendimento do clima organizacional pode auxiliar no crescimento da empresa, e para isso a Gestão e os Recursos Humanos devem trabalhar em conjunto. Um fator muito importante dentro de uma empresa é a motivação dos funcionários, antes da Revolução Industrial esse não era um aspecto considerado relevante para as empresas, a motivação que eles recebiam eram de que se não quisessem trabalhar havia alguém para substituí-los.

Entende-se que a Revolução Industrial proporcionou uma nova forma de pensar a gestão das empresas, não apenas em relação aos mecanismos de produção, mas também a forma como gerenciar os recursos humanos dentro da organização, de centralizada em uma única pessoa, a gestão passa a ser compartilhada e os trabalhadores são categorizados de acordo com suas especialidades. Segundo MARRAS (2007, p. 45):

Frederick Taylor iniciou a discussão sobre motivação, adotando a crença de que o dinheiro era o maior motivador. De acordo com ele, as pessoas eram levadas a fazer coisas apenas para obterem mais dinheiro e que deveriam ser controladas para que o trabalho rendesse o máximo possível.

As pessoas passam a maior parte de suas vidas no seu local de trabalho, isso faz com que a Teoria das Necessidades seja importante para a Gestão de Pessoas, percebemos em Marras (2007), que a motivação é um dos passos para que o funcionário trabalhe mais e de maneira mais eficaz, Taylor apud Marras 2007, acreditava que o dinheiro era a melhor motivação que um funcionário poderia receber, pois a satisfação pessoal torna o funcionário mais produtivo e mais envolvido com a empresa.

Em décadas passadas as organizações viam o trabalhador apenas como um operário que deveria obedecer ordens, e a função do Gerente era planejar e fazer com que o planejamento fosse executado. Hoje percebemos a diferença nos critérios de motivação, dinheiro ainda é um deles, mas a satisfação profissional, o ambiente de trabalho entre outras, são formas de manter um funcionário ativo e eficiente. No próximo tópico os colaboradores são apresentados segundo uma visão mais humanista e que trata-os como mais do que meros recursos.

A GESTÃO E OS RECURSOS HUMANOS.

Para Chiavenato (2009, p.5) as práticas gerenciais estão mudando, as empresas estão investindo mais em pessoas, e preparando-as para prestar um serviço de qualidade, tendo como objetivo principal a satisfação do cliente e o diferencial competitivo no mercado. A gestão de pessoas apresenta três aspectos importantes segundo o autor:

PESSOAS COMO SERES HUMANOS.

Os seres humanos são diferentes entre si, possuem capacidades diferentes, pensamentos e objetivos diferentes, essa diferença que faz o sucesso de uma determinada organização. Pessoas como pessoas e não como meros recursos da empresa. (CHIAVENATO, 2009).

PESSOAS NÃO COMO MEROS RECURSOS (HUMANOS) ORGANIZACIONAIS

Os trabalhadores, ou colaboradores, são elementos importantes dentro da organização, são eles que ditam o rumo da organização através das suas decisões.

A condução dessa equipe para motivá-la e obter a lealdade e o comprometimento com a empresa e, finalmente seu desenvolvimento para aprimorar sua competência e conhecimento, por meio de

programas de treinamento formais e informais. (LACOMBE, 2005, p.36).

As pessoas possuem um incrível dom de crescimento e desenvolvimento. As pessoas possuem um incrível dom de crescimento e desenvolvimento. Colaboradores devem ser vistos como fonte de impulso próprio e não como agentes inertes ou estáticos.

PESSOAS COMO PARCEIROS DA ORGANIZAÇÃO

Excelentes profissionais dentro das organizações são capazes de conduzi-las a excelência ao sucesso. Como parceiros na instituição, as pessoas fazem investimento como esforços, conhecimentos, dedicação, comprometimento e responsabilidade. Para Lacombe (2005) o ponto de partida é a formação de uma equipe competente: a qualidade do pessoal admitido é crítica. É preciso que não seja fácil para os competidores conseguir uma equipe com a mesma qualidade.

Da outra parte, a empresa na expectativa de recolher frutos desses investimentos, retorna com benefícios por meio de reconhecimentos, salários, carreira e etc. Na medida em que o retorno é satisfatório, a tendência é o aumento do investimento. Pessoas como parceiras da organização e não como meros sujeitos passivos dela.

De modo geral, motivo é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma, ou, pelo menos, que dá origem a uma propensão, a um comportamento específico. (KAST e ROSENZWEIG,1970 apud CHIAVENATO, 1995).

Entendemos segundo o autor que a motivação deve ser um utilitário dentro da A Gestão de Pessoas nas empresas é uma ferramenta indispensável para que os processos administrativos aconteçam com eficiência e eficácia, e tem uma enorme responsabilidade na formação do profissional. A prestação de serviços têm sido o diferencial das empresas. O mercado competitivo do século da atualidade exige dos gestores habilidades para seleção e aperfeiçoamento de pessoal.

O PAPEL E IMPORTÂNCIA DAS PESSOAS EM UMA ORGANIZAÇÃO

Durante muitos anos alguns termos eram usados para definir as pessoas que trabalhavam nas empresas, operários, empregados, funcionários, muitos

nomes recebiam, dependendo do ramo da empresa e do tipo de gestão organizacional. Hoje esse cenário está sendo modificado pelo alcance e importância que esses trabalhadores têm adquirido, eles já estão recebendo a denominação de colaboradores, associados ou até mesmo recursos humanos. As empresas têm mudado o conceito e a visão que têm e as pessoas são denominadas de acordo com o grau de importância que exerce na organização.

De acordo com Dutra (2002) a valorização é consolidada através de recompensas. Hoje, o colaborador é visto como parte da empresa, em muitas funções se torna vital para o seu funcionamento e crescimento. O trabalhador da atualidade é mais valorizado e tem se tornado o diferencial das empresas, que procuram mantê-los satisfeitos em suas funções, pois entenderam que um funcionário satisfeito está propenso a produzir mais e com mais eficiência.

A implantação de políticas de gestão de pessoas que preconizam o desenvolvimento e a valorização das pessoas nas organizações deve trazer corolários como: produção de produtos e serviços inovadores de alta qualidade, bem como atendimento mais flexível e atencioso porque, teoricamente, um colaborador que se sente atendido, satisfeito e valorizado tende a realizar suas funções com maior afinco (DEMO, 2005, p. 4 apud SANTOS, 2009, p. 34).

É essencial para a organização desenvolver práticas para proporcionar um melhor desenvolvimento crescimento empresarial, além de investir em formas que aumente o comprometimento, a participação e o envolvimento dos colaboradores. Um dos desafios da Gestão de Pessoas é proporcionar às empresas profissionais capacitados, responsáveis, motivados e leais.

Os alicerces de toda empresa são as pessoas, e o diferencial competitivo é alcançado com o empenho de todos os colaboradores. Falar sobre Gestão de Pessoas é abordar práticas de gestão alinhadas com metas de resultados de uma empresa.

A GESTÃO DE PESSOAS COMO ESTRATÉGIA COMPETITIVA NAS ORGANIZAÇÕES

A globalização e as constantes revoluções industriais e tecnológicas transformaram o contexto das organizações empresariais, causando transformações significativas, principalmente relacionado às disputas e a busca por sobressair-se em meio a competitividade.

As projeções empresariais para o século XXI estão cada vez mais pautadas na inovação, onde não existe um modelo pronto, ou uma receita que se possa seguir, a perspectiva de evoluir eficazmente fez as organizações mudarem suas concepções sobre gestão, para tal, é necessário entender os benefícios da competitividade de mercado. E percebemos em Lacombe (2005, p. 359): “uma vantagem sobre os concorrentes, oferecendo mais valor para os clientes por meio de algo que o mercado valorize e os concorrentes tenham dificuldade em imitar”.

Mesmo diante da ressecção econômica enfrentada pelo país entre os anos de 2015 e 2017 e no corrente ano, o valor agregado ao preço do produto final passou a ser o objeto de estudo das organizações. Pois perceberam, ainda que tardiamente, que a concorrência não está atrelada apenas ao preço do produto, mas envolve uma série de outros fatores, o principal: o serviço.

A competitividade reflete-se na posição relativa de uma empresa perante seus concorrentes, devendo possuir fontes de vantagem competitiva que resultem em atratividade de clientes superior aos seus concorrentes”. (HANASHIRO, TEIXEIRA, ZACCARELLI 2008, p. 9).

Percebemos em Hanashiro et. al. (2008), que a estratégia competitiva se baseia no conjunto de atitudes que os dirigentes utilizam para atrair os clientes e fidelizar os colaboradores em busca de atingir um melhor desempenho econômico. Existem alguns elementos que são essenciais para o desenvolvimento da competitividade entre as organizações.

Michael Porter é conhecido na administração através de suas contribuições através de teorias sobre estratégias. Na administração de uma empresa as estratégias são fundamentais, pois projetam o futuro da organização, seja ela empresarial ou não. Dentre suas maiores contribuições para a Administração está a teoria da vantagem competitiva e a cadeia de valor.

Henderson (1989) apud Porter (1998) classifica os componentes da competição estratégica:

- 1) Capacidade de compreender o comportamento competitivo como um sistema no qual competidores, clientes, dinheiro, pessoas e recursos interagem continuamente;
- 2) Capacidade de usar essa compreensão para prever como um dado movimento estratégico vai alterar o equilíbrio competitivo;
- 3) Recursos que possam ser permanentemente investidos em novos usos mesmo se os benefícios consequentes só aparecerem a longo prazo;
- 4) Capacidade de prever riscos e lucros com exatidão e certeza suficientes para justificar o investimento correspondente;
- 5) Disposição para agir. (PORTER, 1998, p.7)

Esses 04 passos (elementos), são essenciais para a competitividade, tarefa que requer o envolvimento e dedicação de todos os colaboradores, caso em que se não há esse envolvimento completo, todo o esforço se torna inútil.

Então, quando uma instituição percebe que os recursos humanitários são de valor inestimável, ela compreende que necessita preparar esses recursos e torná-los um meio eficaz para conseguir obter vantagens de mercado, para isso é preciso reconhecer o que cada trabalhador pode oferecer de melhor e focar na sua capacidade, ajudando-o a desenvolver seus potenciais afim de transformar suas atitudes em vantagens competitivas.

METODOLOGIA

A metodologia a ser abordada é a pesquisa qualitativa-descritiva, que segundo Gil (2007, p. 44) trata-se de uma investigação sobre ideologias para análise das diferentes opiniões sobre um problema.

Para fundamentar nossa pesquisa fizemos uma busca por autores para nos mostrar a Gestão de Pessoas como ferramenta para as Empresa e como o Clima Organizacional implica na satisfação dos colaboradores. A primeira etapa do trabalho se constituiu na elaboração de um projeto de pesquisa.

Após fundamentar o projeto de pesquisa, elaboramos o artigo com o tema: A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS NAS EMPRESA. No artigo aprofundamos a pesquisa bibliográfica e incluímos mais informações sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

Os meios utilizados para construção deste artigo foram pesquisas através da internet, livros e o conhecimento na área, vários estudos na área já foram realizados e a pesquisa foi realizada durante os meses de setembro e outubro do corrente ano. Compreender qual a importância da Gestão de Pessoas para as empresas foi o problema respondido durante a investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, chegamos à razão de que a Gestão de Pessoas e o entendimento do Clima Organizacional são ferramentas muito importantes para as empresas,

principalmente para as que desejam oferecer um serviço de qualidade, possibilitado pela contratação de funcionários qualificados e treinados para o serviço. Nos dias atuais vimos que as empresas não são cobradas apenas pela oferta de um bom produto, mas por uma produção melhor, um atendimento melhor, melhores preço e qualidade de serviços.

Há alguns anos as empresas não investiam na qualificação de seus colaboradores, mas a evolução tecnológica e mercadológica, em que os consumidores passaram a ser mais exigentes, transformaram a visão das organizações que procura investir mais em seus funcionários, pois esse investimento não é visto como mais um gasto, mas como a capacidade de se manter em competitividade no ramo.

Com este estudo foi possível perceber a importância da Gestão de Pessoas e da Pesquisa do Clima Organizacional para as Empresas, em relação ao material bibliográfico não encontramos dificuldade para desenvolver o assunto, pois existe vasta publicações na área de Gestão, especificamente em Gestão de Pessoas, os autores que mais contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho foram Chiavenato (1995, 2009) e Lacombe (2005).

Dentre os conceitos mais importantes alcançados como objetivos específicos do trabalho entendemos que no século XXI a visão das empresas não é mais administrar as pessoas e sim administrar com as pessoas, apesar de estarem conscientes desse papel, as organizações precisam entender que a Gestão de Pessoas deve fazer parte de todos os processos que envolvem os recursos humanos dentro da empresa.

O recrutamento, a seleção e o treinamento do pessoal agora é feito de acordo com o perfil da empresa, e a Gestão dos Recursos Humanos é grande responsável nesse setor, pois escolher o perfil adequado para o tipo de empresa é muito importante na hora de selecionar colaboradores. Podemos afirmar que, hoje, o diferencial nas organizações é feito pelos colaboradores, assim, entender sua satisfação no ambiente de trabalho é importante.

Dentro dos argumentos e tópicos apresentados esse artigo nos permitiu entender que a gestão de pessoas na atualidade deve ser utilizada como uma ferramenta da administração, tendo em vista que as empresas alcançam bons resultados através de um ambiente de trabalho organizado e que satisfaz não somente o consumidor, mas também os seus colaboradores.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas Organizações**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 236.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FERREIRA, V. C. P.; FORTUNA, A. A. M.; TACHIZAWA, T. **Gestão com Pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006;

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HAMEL, G. **Gestão na era da criatividade**. Revista HSM Management, São Paulo, v. 8, n. 79, p. 47-53, 2010.

HANASHIRO, D. M. M. TEIXEIRA, M. L. M.; ZACCARELLI, L. M. **Gestão do fator humano: uma visão baseada em stakeholders**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LACOMBE, F. J. M. **Recursos humanos: princípios e tendências**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 12ª ed. São Paulo: Futura, 2007.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010;

OLIVEIRA, Daniele de. **Clima Organizacional: Fator de Satisfação no Trabalho e Resultados Eficazes na Organização**. IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2012. Disponível em:

<<http://gpi.aedb.br/seget/artigos12/37116504.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2018.

PORTER, M. **Clusters e a nova economia da concorrência**. Harvard Business Review, London, v. 7, n. 6, p. 66-79, 1998.

SANTOS, Andréia Leite dos. **Teorias sobre motivação**. 2009. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/sites/deloitte/artigos/a55.htm>>; acessado em 19 ago. 2018.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
DA EMPRESA CERÂMICA ARTESANAL
SERRA DA CAPIVARA: ANÁLISE DA
PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL
DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL
SERRA DA CAPIVARA

PAULO OLIVEIRA SILVA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas duas últimas décadas, um dos avanços mais significativos testemunhados na agenda socioambiental foi à mudança de postura das empresas. Percebe-se um maior engajamento das empresas nas questões socioambientais, provocado principalmente pela exigência da sociedade e pela legislação ambiental. As organizações cada vez mais estão sendo cobradas e vigiadas pela sociedade a atuar de forma ética e com o menor custo socioambiental. A responsabilidade por parte das empresas é centrada na análise de como as mesmas interagem com o meio em que desempenham suas atividades. De acordo com Tachizawa (2012), hoje, as empresas são vistas como a principal via e alternativa para amenizar essas questões socioambientais. No entanto, para outros autores, a conduta consciente independe da legislação imposta pelo governo ou sociedade, deve fazer parte dos valores e princípios da empresa. Tem que ser vista como uma prática contínua dentro do processo de estratégia da empresa, já que os custos socioambientais podem afetar seus próprios negócios. Além disso, a própria sociedade e o Estado tem que ter consciência da importância de seu papel na condução dessas questões (Tenório, 2006; Lemos, 2013; Almeida, 2006).

Segundo Aligleri e Kruglianskas (2009, p. 8):

A preocupação com posturas socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis estará cada vez mais presente entre os temas de gestão. É nesse sentido que a responsabilidade socioambiental pode ser percebida como um dos temas mais debatidos e propagados na gestão empresarial, tornando-se uma variável importante na estratégia competitiva das empresas.

A cada dia que passa, o mercado empresarial fica mais competitivo para as empresas, principalmente por causa dos avanços tecnológicos e da globalização. Neste novo cenário, as empresas estão buscando novas estratégias organizacionais, no intuito de melhorar a sua imagem perante a sociedade. Um dos pontos-chaves fundamentais para esse novo cenário, diz respeito à responsabilidade socioambiental das empresas.

Machado Filho e Pinheiro (2006, p. 5) mencionam que:

A cada dia que passa, a responsabilidade socioambiental é mais discutida nos diferentes ambientes da sociedade. Ela mudará o mundo das organizações, pois já tem, e terá muito mais, influência nas relações entre capital e trabalho. Avança com consistência nas interfaces entre empresas e as comunidades de seus entornos e, recentemente, ampliou seus horizontes para uma abordagem mais sistêmica, dando substância ao candente conceito de sustentabilidade.

Percebe-se que nos tempos atuais, as empresas precisam demonstrar a seus clientes e a toda sociedade que não só o lucro é seu objetivo, mas que também assumem um compromisso ético de responsabilidade socioambiental perante a comunidade local onde ela está inserida.

Atualmente existem várias empresas que buscam incorporar nos seus princípios (missão, visão e valores) estratégias que venham a agregar valores a todos os stakeholders envolvidos no ambiente empresarial. Neste sentido, a responsabilidade socioambiental é um conjunto de práticas importante para que as organizações busquem melhor reposicionamento, reconhecimento e reputação diante da sociedade. A cada dia que passa fica mais evidente que a sociedade está se conscientizando e reconhecendo a importância de discutir as questões socioambientais.

As organizações necessitam inserir e considerar na sua pauta de planejamento estratégico os principais agentes envolvidos e interessados no processo de tomada de decisão. Pasa (2004) indica que a responsabilidade socioambiental surge como um novo paradigma, no qual os negócios empresariais trazem para sua gestão as expectativas e pressões dos atores interessados e/ou afetados, denominados stakeholders. Nascimento, Lemos e Mello (2008) compartilham desse mesmo pensamento, ao afirmar que é fundamental e necessário considerar os principais envolvidos na tomada de decisão empresarial.

A empresa Cerâmica Artesanal Serra da Capivara que foi criada em 1994, na comunidade do Barreirinho, zona rural do município de Coronel José Dias no estado do Piauí, fica localizada na área de entorno do Parque Nacional Serra da Capivara. Além da preocupação com as questões socioambientais, essa empresa vem buscando proporcionar aos moradores das comunidades do entorno do Parque, uma nova atividade como fonte de renda, diminuindo assim, a depredação do meio ambiente (fauna e flora característicos da caatinga) e do patrimônio cultural do Parque Nacional (pinturas rupestres e vestígios arqueológicos). Preservando um patrimônio natural de valor incalculável no interior de um dos estados mais pobres do país. A empresa produz várias peças de cerâmicas decorativas e de utilidade doméstica inspiradas nas pinturas e desenhos rupestres da pré-história, encontradas nos inúmeros sítios arqueológicos cadastrados do Parque Nacional.

O Parque é um local riquíssimo e vasto para produção acadêmica e pesquisa. Cotidianamente, vários estudantes e pesquisadores de instituições nacionais e internacionais de ensino realizam pesquisas no parque em diversas áreas do conhecimento. Contudo, o parque sofre todo tipo de pressão, desde tentativas de invasão até destruição da biodiversidade e desmatamento. A empresa pesquisada através do desenvolvimento de atividades sustentáveis está ajudando a minimizar esse cenário. No lugar da deterioração do meio ambiente e do patrimônio do parque, a empresa atuando de forma socialmente responsável e ecologicamente correta está proporcionando trabalho e renda para as famílias das comunidades do Sítio do Mocó e do Barreirinho da zona rural do município de Coronel José Dias-PI, que ficam localizadas no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara.

Com base nestas premissas, o objetivo geral desta pesquisa é **analisar a atuação socioambiental da empresa cerâmica artesanal Serra da Capivara na perspectiva da comunidade local e seu entorno.**

Contudo, sabe-se que existem várias dimensões e aspectos sobre a responsabilidade socioambiental no ambiente organizacional, diante disso definimos os seguintes objetivos específicos chave para nortear este trabalho:

- a) Mostrar a realidade socioambiental das comunidades Barreirinho e Sítio do Mocó que vivem na área de entorno do Parque Nacional Serra da Capivara.
- b) Analisar a percepção socioambiental dos moradores das comunidades Barreirinho e Sítio do Mocó sobre as ações desenvolvidas pela empresa Cerâmica Artesanal Serra da Capivara.
- c) Mostrar as ações socioambientais da empresa Cerâmica Artesanal Serra da Capivara.

De acordo com Carrol (apud Ferraz, 2007) existe uma inter-relação de dependência entre stakeholders e organização. Percebe-se que é importante mensurar a opinião (satisfação/insatisfação) dos stakeholders sobre atuação das organizações.

A partir do cenário delineado acima este estudo buscou discutir, esclarecer e responder as seguintes questões: Quais os tipos de ações socioambientais praticadas pela empresa Serra Artesanal Serra Capivara? Qual a percepção dos moradores que vivem na área de entorno do Parque Nacional sobre atuação da empresa?

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A globalização desencadeou uma série de mudanças no mundo do trabalho, ocasionando profundas alterações no modelo de desenvolvimento econômico empresarial. Diante desse cenário, ocorreram mudanças nas relações sociais como a transformação no processo de reprodução da força de trabalho e a minimização de mão-de-obra utilizada, provocando a chamada “exclusão social”. Contudo, o aparato do Estado não conseguia mais responder e atender as crescentes demandas da sociedade através de políticas sociais e públicas eficientes. Começou a surgir então, ações promovidas e executadas pelo chamado “Terceiro Setor”, instituições sem fins lucrativos, movimentos sociais, iniciativas da sociedade civil, bem como as empresas que começaram a buscar formas alternativas para atender essas demandas reprimidas da sociedade (TACHIZAWA, 2012). Ou seja, as organizações começaram a viabilizar políticas que não eram mais asseguradas pelo Estado. O atual desenho de Estado é insuficiente para prover as necessidades da sociedade contemporânea, e as empresas capitalistas acabam por atuar neste campo (FERRAZ, 2007). Não é aceitável pensar que as empresas existem exclusivamente para explorar recursos, mas também devem contribuir com o desenvolvimento social e sustentável.

Segundo Steiner e Miner (1997), a responsabilidade social empresarial passou por três estágios ao longo do processo histórico, conforme podemos observar no Quadro 01.

Quadro 01 - Três estágios da responsabilidade social empresarial

1ª Maximização dos Lucros	A administração da empresa deveria concentrar-se no uso eficiente dos recursos para produzir bens ou serviços desejados pelos consumidores de modo a vendê-los a preços que estes estivessem dispostos a pagar, visando assim maximizar lucros no curto prazo.
2ª Equilíbrio de Interesses	O objetivo era maximizar os lucros em longo prazo, equilibrando assim os interesses dos acionistas, funcionários, consumidores, comunidade.
3ª Administração Socioeconômica	O objetivo aqui deixa de ser apenas o lucro em si, mas também a busca concreta da melhoria da qualidade de vida ou do bem-estar da sociedade.

Fonte: Steiner e Miner (1997, p. 51)

Percebe-se que para garantir e alcançar os direitos fundamentais (bem-estar social) é necessário que as organizações ajudem a promover o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas, pois o Estado “sozinho” não é suficiente para prover o desenvolvimento social. Apesar dos

custos mais elevados, entretanto o mercado acaba por compensar em longo prazo as organizações que manifestam comportamento socialmente responsável, é o chamado investimento ético (CARDOSO, 2006).

No tocante ao processo de evolução histórico, podemos perceber que todas as ações realizadas pelas organizações tinham caráter puramente assistencialista e filantrópico, apenas no início dos anos 2000, as empresas passaram a dar mais atenção às questões socioambientais e a valorizar mais seus stakeholders. Principalmente a partir da associação e incorporação do termo sustentabilidade aos princípios da responsabilidade socioambiental (NASCIMENTO, LEMOS e MELLO 2008).

O modelo de desenvolvimento econômico dominante do mundo capitalista provocou a exploração dos recursos naturais e o aumento das desigualdades sociais. Diante desse complexo e crítico cenário, surgiu a necessidade de adoção de um novo paradigma para o desenvolvimento global, surge então, o conceito de desenvolvimento sustentável. Uma sociedade sustentável é aquela que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades.

Podemos averiguar que o processo de desenvolvimento sustentável ideal necessita contemplar e interligar harmoniosamente todos os valores de cada dos segmentos do desenvolvimento sustentável: social, econômica, ambiental e cultural.

No Brasil, a carta magna (Constituição Federal) foi um grande divisor de águas para o progresso da responsabilidade socioambiental. A nova configuração do estado democrático provocou uma reorganização da sociedade civil e surgiram vários movimentos sociais preocupados com os impactos socioambientais das empresas (BUSCH, 2008).

Segundo Lemos (2013) a evolução do conceito de responsabilidade social nas empresas brasileiras pode ser definida em quatro estágios, conforme demonstrado no Quadro 02:

Quadro 02 – Evolução do conceito de sustentabilidade nas empresas brasileiras

ESTÁGIO	DEFINIÇÃO E ASPECTO
Não responsabilidade social	As empresas negam o conceito, argumentando que já geraram empregos, pagavam impostos, e que a questão social era responsabilidade dos governos.
Filantropia empresarial	Ações pontuais e doações periódicas, geralmente respondendo, de forma reativa, às solicitações de grupos da comunidade, ou execução de projetos desvinculados

	das reais necessidades da comunidade e da estratégia corporativas.
Responsabilidade social empresarial	As empresas atuam partir da lógica de que o negócio, além de gerar lucro para os acionistas, deve considerar o bem-estar dos funcionários, a qualidade de vida das comunidades em que estão inseridas e da sociedade como um todo, o relacionamento ético com fornecedores e governos e o menor impacto possível ao meio ambiente.
Sustentabilidade	Estágio mais avançado. Caracteriza-se pela adoção de um novo modelo de pensar e fazer negócios. As empresas procuram conciliar resultados econômicos, sociais e ambientais (triple bottom line) conferindo a cada um deles o mesmo nível de importância.

Fonte: Adaptado de Lemos (2013, p. 62 e 63)

Hoje apenas fazer doações a entidades filantrópicas não é mais o objetivo principal de muitos empresários atentos à nova exigência do mercado, ou seja, é fundamental investir no social (GOMES, 2004). Neste sentido, a responsabilidade socioambiental não pode ser vista apenas como ações de cunho filantrópicas (visão clássica), mas também como uma oportunidade de crescimento e competitividade.

Andrade e Tachizawa (2012) afirmam que as empresas começam a apresentar soluções para alcançar o desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo aumentar a lucratividade de seus negócios. Ressalta-se que esta nova percepção deve incluir uma série de ações, projetos e práticas que devem contemplar os seguintes aspectos: melhoria do bem-estar social, qualidade de vida da comunidade e da sociedade e preservação do meio ambiente.

Apesar de ser um tema recente, as discussões sobre as questões socioambientais ganham cada vez mais espaço e força na agenda empresarial. A sociedade em geral exige cada vez mais “uma postura socialmente responsável” das empresas, exigindo que elas não só assumam o papel de desenvolvimento econômico, mas que exerçam também uma função baseada nos princípios de desenvolvimento social e sustentável (TACHIAZAWA, 2002). É importante que a organização desenvolva a sua ética empresarial e busque alinhar seu planejamento estratégico aos anseios dos stakeholders, no que diz respeito à qualidade de vida das comunidades do entorno, com o bem-estar de seus colaboradores e sociedade, contribuindo assim para um meio ambiente mais saudável.

Os autores Stoner e Freeman (1999) ressaltam que as organizações não podem evitar tratar sobre as questões éticas nos seus negócios, diante disso, citam

quatro níveis de ética empresarial: indivíduo, políticas internas, stakeholders e sociedade.

O primeiro nível traz uma série de discussões a respeito de questões relacionadas à sociedade e do real papel da empresa com a sociedade. Em suma, a organização não possui a função de apenas atender as necessidades dos consumidores e gerar lucro. Elas exercem um papel ainda mais importante, sua influencia estende-se aos diversos níveis sociais e ambientais. As organizações são seres ativos na sociedade, ou seja, são agentes transformadores da sociedade (HALL e GALMAN, 2004).

O segundo nível trata sobre a ética da empresa em relação aos seus stakeholders (colaboradores, comunidade de entorno, clientes, fornecedores, etc). A presente discussão aborda as questões acerca do perfil da organização contemporânea, há a necessidade de uma atuação empresarial socialmente compromissada e responsável sem afetar os interesses primários do stakeholders.

O terceiro nível segmento diz respeito à política interna da empresa, ou seja, a conduta e a relação com seus colaboradores (contratos, obrigações, deveres, etc.). Sua atuação deve alinhar-se com as políticas de valorização dos funcionários. Já o nível quatro representa às questões relacionadas aos membros da empresa, ou seja, o relacionamento interpessoal entre colaboradores e proprietários.

Diante do que foi visto, podemos notar que a ética tem que ser disseminada em todos os níveis da atividade empresarial. No âmbito organizacional, a ética precisa está presente desde o processo de tomada de decisão, passando pelos anseios dos stakeholders, até a contratação ou demissão de um colaborador.

Segundo Leisinger e Shmitt (2001, p. 183):

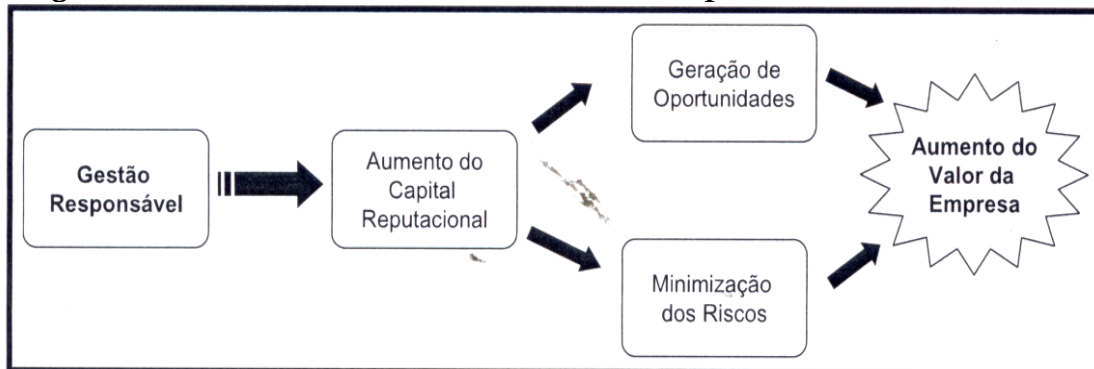
Como é a vida econômica que confere as nossas sociedades sua marca e sua estrutura, as empresas têm uma imensa responsabilidade cultural ética, cujo elemento essencial se encontra numa sociedade mais humana, uma sociedade que tenha consciência de que os valores éticos são os valores mais elevados.

As empresas como organizações econômicas são responsáveis pelo desenvolvimento econômico do nosso país, nesse sentido devem também ser responsáveis pelo desenvolvimento sustentável da nossa sociedade. Para que isso aconteça é necessário que as empresas decidam e delimitem adequadamente sua relação com a sociedade e com o meio ambiente. Neste contexto, as organizações podem exercer grande influência sobre as pessoas, a sociedade e o

meio ambiente. As empresas devem utilizar dessa influência para desenvolver projetos (ações) para esses segmentos, contemplando também, a comunidade a sua volta ou a sociedade como um todo.

Machado Filho (2007) apresenta um modelo de criação de valor para a organização através de uma conduta socialmente responsável, conforme Figura 01.

Figura 01 – Modelo de conduta socialmente responsável.



Fonte: Machado Filho (2006, p. 67).

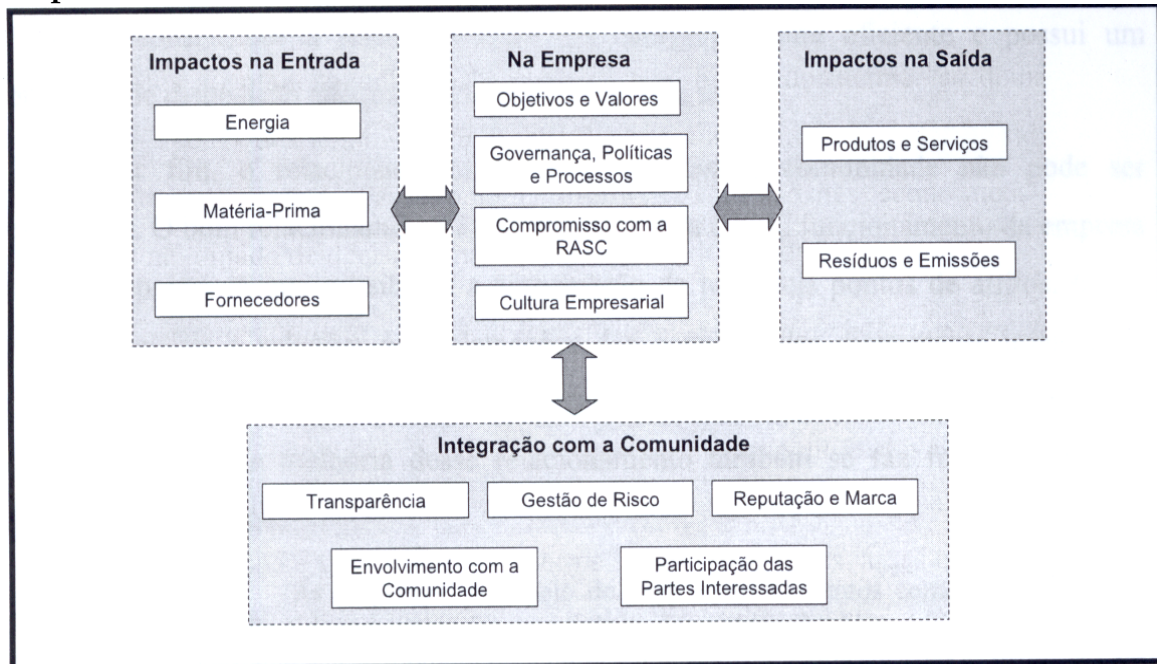
Esse modelo retrata a importância da conduta socialmente responsável por parte da empresa, pois agrega valor e melhora a imagem da instituição perante os stakeholders, além do ganho de capital reputacional. Uma reputação positiva funciona como um ímã, atraindo investidores, reduzindo custo de capital, trazendo novos consumidores, retendo os atuais clientes e motivando os colaboradores (FOMBRUN E VAN RIEL, 2004).

Observa-se que no mundo contemporâneo a relação entre empresa, sociedade e meio ambiente cada vez mais se estreita, onde é importante que ambas as partes possam interagir entre os diversos aspectos organizacionais e socioeconômicos. Portanto, a responsabilidade socioambiental ultrapassa área interna da empresa e se estende a todos os stakeholders.

Diante dessas premissas, podemos chegar a um denominador comum, que a responsabilidade socioambiental é uma ferramenta relevante para o desenvolvimento e criação de competitividade para as organizações, qualquer que seja seu ramo econômico da atividade. Contudo, é necessário que essa percepção socioambiental seja institucionalizada e disseminada por toda a organização. A organização precisa ter a cultura da responsabilidade socioambiental incorporada ao seu pensamento empresarial (TACHIZAWA, 2004).

A Figura 02 demonstra que a responsabilidade socioambiental é um instrumento de gestão que deve percorrer todo o processo da cadeia de produção da empresa, desde o planejamento dos princípios e valores da organização até o envolvimento com a comunidade sobre a gestão de impactos gerada pela empresa.

Figura 02 – Áreas de atuação da Responsabilidade Socioambiental Empresarial



Fonte: Ecosteps (2004, apud Sousa, 2006)

No impacto de entrada a organização deve adotar critérios para selecionar fornecedores e matéria-prima, levando em consideração os princípios éticos de uma boa conduta frente às questões socioambientais. Contudo, faz necessário que o planejamento estratégico (objetivos, valores, política, compromisso, cultura, etc.) da empresa esteja alinhado frente aos problemas ambientais e sociais do mundo globalizado. Isto é, a organização precisa adotar uma gestão responsável e ética perante seus stakeholders. Para que isso aconteça de forma plena, tem que ter uma preocupação redobrada com os impactos de saída que é produzido pela empresa, que diz respeito às emissões de gases e resíduos gerados e aos próprios produtos e serviços produzidos. Pois, um produto limpo e responsável é aquele que não viola o meio ambiente e ainda contribui para preservar os recursos ambientais e culturais para as gerações futuras.

Outro ponto crucial refere-se à integração com a comunidade, a organização precisa estar presente de “corpo e alma” dentro da comunidade, atuando de

forma proativa no desenvolvimento local. Uma boa relação, comunicação, transparência, participação e envolvimento com a comunidade é fundamental nesse processo de integração. É primordial uma interação entre empresa-comunidade além das normais e legislações vigentes. Esse manual de boas práticas tem que primar pela transparência nas comunicações e no respeito ao meio ambiente e comunidade local (SOUSA, 2006; BUSCH, 2008). Bacellar e Knorich (2000, p. 7) ressaltam que a responsabilidade socioambiental dentro de qualquer empresa seria como uma alavanca para a sustentabilidade, “empresas socialmente responsáveis estão melhor preparadas para assegurar a sustentabilidade dos negócios, por estarem sincronizadas com as novas dinâmicas que afetam a sociedade”.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trata de uma pesquisa social de cunho exploratório de natureza qualitativa, tendo por finalidade principal mostrar as ações Responsabilidade Socioambientais adotadas pela empresa Artesanal Cerâmica Serra da Capivara na percepção das comunidades que vivem no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara.

A pesquisa é qualitativa, pois avalia o fenômeno real com visão ampliada do contexto, utilizando-se de análise, descrição e comparação. Este tipo de estudo procura investigar a lógica interna de grupos, instituições e atores quanto aos seguintes aspectos: valores culturais; relações entre indivíduos e organizações; processo histórico; e de implementação de projetos sociais (MINAYO, 2002).

Neste trabalho foram utilizados instrumentos característicos de uma pesquisa de estudo de caso de caráter exploratório-descritiva (VERGARA, 2007). O universo da pesquisa está relacionado a um grupo de indivíduos, quais sejam: o gestor da empresa Cerâmica Serra da Capivara e as duas comunidades rurais do entorno do parque (Barreirinho e Sitio do Mocê), com um total aproximado de 650 (seiscentos e cinquenta) moradores nas duas comunidades. Em relação à amostra, foi utilizada a amostragem do tipo não probabilística por acessibilidade. Segundo Costa Neto (2002) este tipo de amostra é adequado quando embora se tenha a possibilidade de atingir toda a população, retiramos a amostra de uma parte que seja prontamente acessível. Desta forma, os moradores foram

entrevistados na sua própria residência, sendo que no caso desta pesquisa foram entrevistados: a gestora da empresa e 100 (cem) moradores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Observa-se que a empresa possui preocupação com as questões ambientais no seu processo produtivo. A principal matéria-prima utilizada - a argila - não é de escavação do solo e não é extraída de jazida. A empresa possui o mapeamento de várias barragens existentes na região, no período da estiagem (seca) é feita a limpeza e restauração das barragens das comunidades. A argila retirada dessas barragens é misturada com outras matérias-primas para ser utilizada na produção das peças de cerâmicas. Diante disso, nota-se que esse processo previne o assoreamento e faz a manutenção das barragens.

Outra medida que a empresa adota para proteger a vegetação nativa da região, diz respeito à utilização de gás natural no seu processo produtivo. Pois é um combustível limpo que gera baixa emissão de poluentes e contribuir para a redução do efeito estufa. Os fornos utilizados são à base de gás natural, ou seja, não é retirada nenhuma madeira do entorno para conservar a vegetação nativa e paisagem natural da região. Além disso, as tintas usadas são produzidas a base de corantes naturais. Inclusive a empresa possui certificações ambientais e de vigilância sanitária, garantindo que o produto não ofende o meio ambiente. Para Andrade e Tachizawa (2012), todas as empresas precisam levar em conta às questões ambientais e a legislação ambiental em vigor no país.

Percebe-se que a empresa procura obedecer aos princípios da responsabilidade na proteção ambiental, por exemplo, na extração da argila, na utilização fornos a gás e corantes naturais, causando o mínimo de impacto possível ao meio ambiente. Com base em Machado Filho (2006), a empresa está desenvolvendo uma conduta socialmente responsável em relação ao ambiente e a comunidade na exploração da sua atividade econômica. Ressalta-se que ao assumir esse tipo de conduta, a empresa pesquisada está melhorando a sua imagem, reputação e ganhando respeito da comunidade.

Observa-se que o projeto arquitetônico da empresa permite o aproveitamento da iluminação natural, ventilação e temperatura. Contribuindo assim para economizar e fomentar a conservação de energia. Com relação à parte

hídrica, apesar das chuvas serem escassas no semiárido, a empresa possui um sistema de captação de água da chuva, que é armazenada em cisternas.

As ações referentes às questões socioambientais da empresa não só influenciam a comunidade, como ganharam o reconhecimento nacional, demonstrados pelos prêmios recebidos. Em 2008, a empresa ganhou o primeiro lugar de melhor projeto de sustentabilidade do Brasil, premiação concedida pelo Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável e já conquistou outras premiações.

Além das oportunidades de empregabilidade com relação à produção das peças de cerâmica, a empresa oferece outros serviços complementares que ajudam na geração de trabalho e renda na comunidade, como por exemplo, possui serviços de alimentação (restaurante), serviços de pousada (albergue), serviços de confecção de roupas (ateliê) e loja destinada à comercialização das peças produzidas, principalmente para atender aos turistas e visitantes. Neste contexto, a empresa está conseguindo envolver grande parte da comunidade, ajudando a minimizar o chamado êxodo rural.

Constata-se que os funcionários, antes de trabalharem na empresa, eram pequenos agricultores e caçavam no entorno do parque. Hoje esse cenário mudou, enquanto os homens moldam a argila para produzir as peças de cerâmicas, as mulheres trabalham nas outras atividades econômicas complementares implantadas pela empresa, como é o caso do ateliê de costura, albergue e o restaurante que foram criados como alternativa de renda para a comunidade. Verifica-se então que além de exercer sua principal atividade, a empresa desenvolve e explora na mesma unidade produtiva outras atividades econômicas secundárias para geração de renda e emprego na comunidade.

Averigua-se que todos (100%) os funcionários que trabalham na empresa e nas outras atividades econômicas moram no entorno do Parque. Um dos primeiros moradores da comunidade e até hoje ainda é funcionário da empresa, o senhor Nivaldo Coelho de Oliveira de 83 anos de idade destacou que: “trabalho na cerâmica desde sua criação, hoje a empresa oferece muito emprego para as famílias que moram aqui e a produção da cerâmica é uma das principais fontes de renda”. Constata-se na pesquisa que a empresa emprega cerca de 60 (sessenta) moradores locais, sendo 46 (quarenta e seis) envolvidos diretamente com o processo produtivo e comercialização do produto principal e 14 (catorze)

empregos indiretos através das outras atividades complementares (albergue, restaurante e ateliê).

Dentre os dados obtidos, podemos constatar que a maioria (75% dos entrevistados) concorda totalmente ou parcialmente que a instalação da empresa Artesanal Cerâmica Serra da Capivara trouxe benefícios importantes para a sua comunidade. Para reforçar essa afirmação, a maioria 58% concordou totalmente que a empresa está gerando renda e emprego para as famílias da comunidade e apenas 15% discordou totalmente ou parcialmente.

Vale ressaltar que a maioria dos moradores 55% discordou totalmente ou parcialmente que a qualidade de vida da comunidade não melhorou após a criação da empresa e apenas 35% concordou. Porém, quando questionado aos moradores se existe alguma pessoa da sua família que trabalha na empresa, 65% respondeu que sim e 35% respondeu que não. Averigua-se com esses dados que apesar da maioria dos entrevistados acharem que a instalação da mesma não influenciou na qualidade de vida, os moradores afirmaram que possui alguém da sua família trabalhando na empresa. Reconhecem que a mesma tem um papel importante e trouxe benefícios importantes para a comunidade, principalmente na geração de emprego e renda.

Em relação à atuação da empresa na região, 53% dos moradores concordou totalmente ou parcialmente que a empresa está contribuindo para preservar o meio ambiente (fauna e flora) e o patrimônio histórico do Parque Nacional e 25% respondeu como indiferente. Já 71% dos entrevistados afirmou que a empresa não pratica nenhuma agressão ao meio ambiente. Mas, apenas 42% dos entrevistados afirmou que já visitaram ou conhecem as instalações da empresa e 48% concordou totalmente ou parcialmente que essa ajuda é uma obrigação da empresa por está explorando o local.

Percebe-se que na visão dos moradores a empresa não prejudica o meio ambiente com suas atividades e está ajudando a preservar o Parque Nacional e seu entorno. No entanto, alguns moradores entendem que essa ajuda é vista como uma obrigação da empresa por está desenvolvendo suas atividades na região. Diante desse cenário é necessário que a empresa desenvolva (incentive) algum tipo de ação, para que os moradores locais possam conhecer de perto a realidade e as instalações da empresa, pois 58% dos entrevistados afirmou não conhecer. Segundo Fernandes (2008) a percepção é responsável por investigar a relação homem-ambiente-organização, quanto a suas expectativas, satisfações e

insatisfações. Já Macedo (2000) reforça que através da percepção é possível os individuais atribuírem julgamentos e conceitos diferenciados as empresas.

A população entrevistada, em sua maioria (56%) concorda totalmente ou parcialmente que a empresa desenvolve algum tipo de ações de cunho social ou ambiental. Contudo, apenas 30% dos moradores já participou de algum evento (programa, palestra, oficina, reunião, etc.) desenvolvido pela empresa e 61% dos moradores alegou que não há diálogo/comunicação entre a comunidade e a empresa.

Diante dessas informações, observa-se que a população local novamente reforça que a empresa se preocupa com as questões socioambientais. Mas, percebe-se que a empresa não possui canais eficientes de comunicação com a comunidade. A mesma poderia criar um canal de comunicação para buscar obter feedbacks e diálogo constante com os moradores.

Observa-se que às questões ambientais e a preservação do Parque Nacional Serra da Capivara são os principais fatores apontados pela empresa para desenvolver ações socioambientais. Diante disso, verifica-se que a empresa tem a preocupação de preservar o meio ambiente local e o patrimônio histórico do parque nacional, compreendendo o mesmo como um dos mais importantes patrimônios culturais da humanidade.

Verifica-se que a empresa ainda não possui nenhum tipo de mecanismos de interação com seus stakeholders visando promover futuras inovações ou melhorias de processos e/ou produtos. Constata-se também na pesquisa de campo que a empresa analisada não discute suas estratégias e não possui diálogo aberto com os moradores das comunidades. Isso se confirma nas entrevistas com os moradores em que a maioria dos moradores entrevistados (61%) afirmou que não há diálogo/comunicação entre a comunidade e a empresa. Diante desses dados, seria interessante que a empresa definisse e conhecesse melhor, quem são os seus stakeholders e quais os seus verdadeiros interesses, isso é indispensável para incorporá-los na estratégia organizacional.

Observa-se que na comunidade possui um grande índice de pessoas analfabetas e na região não possui nenhum órgão (conselho tutelar, ministério público, etc..) responsável por fiscalizar se as crianças estão frequentando realmente a escola. A empresa assume esse compromisso de fiscalização na comunidade, pois ela se preocupa com a educação e a formação

das crianças da comunidade, pois é uma exigência da empresa que todos os funcionários mantenham seus filhos matriculados e frequentando a escola.

Destaca-se ainda que a Empresa Cerâmica Serra da Capivara tem a preocupação de valorizar a cultura local em dois níveis: no design das peças produzidas, que possui desenhos de pinturas rupestre encontradas no parque; e nas técnicas de fabricação, pois conforme estudos comprovam antigamente os povos que habitavam essa região já trabalhavam com argila na fabricação de peças de cerâmica com finalidades diversas, como por exemplo, confecção de urnas funerárias, vasos, vasilhas, tigelas e outras peças de cerâmica. Constatou-se que há vários tipos de peças de cerâmica e os desenhos retratados nelas são réplicas de pintura rupestre encontradas no Parque Nacional Serra da Capivara. Diante disso, nota-se que a empresa desenvolve um negócio sustentável que preserva a história, a memória e a tradição de povos indígenas que habitavam a região no período da pré-história.

Na pesquisa foram verificados alguns questionamentos sobre a criação e a finalidade da empresa. De acordo com os dados obtidos, a região possui matérias-primas (argilas) de boa qualidade para a produção de cerâmicas e antes da criação da empresa alguns moradores já trabalhavam nas chamadas “olarias”, com a produção de peças de cerâmicas de forma embrionária e rudimentar. Aliás, antes da abertura da empresa, a Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM trouxe do Japão e da Itália ceramistas para que ministrassem cursos de capacitação aos moradores locais com o objetivo de aprimorar as técnicas dos artesões locais. A empresa também contribuiu para aperfeiçoar o processo produtivo, as técnicas dos artesãos locais e criou as peças de cerâmica inspiradas nos desenhos pré-históricos existentes no parque. Percebe-se que as peças de cerâmicas que antigamente eram consideradas rudimentares e de baixo valor comercial foram transformadas num produto de alta qualidade, competitivo e com um grande valor socioambiental agregado.

Algumas pessoas relataram que ficaram um pouco frustradas, pois imaginavam que esse empreendimento poderia se transformar futuramente num tipo de cooperativa ou associação que fosse gerenciada pelos moradores locais. Ou seja, 15% dos moradores imaginam que essa empresa tem potencial para beneficiar muito mais a sua comunidade se fosse um tipo de cooperativa. Ressalta-se que esse intuito de transformar o empreendimento em cooperativa é apenas por parte dos moradores locais, a gestão da empresa não pensa da mesma

maneira. Nota-se que essa “transformação” de finalidade da empresa, com certeza, poderia beneficiar muito mais a população que vive no entorno do Parque. Porém, os moradores necessitariam de apoio gerencial e especializado para administrar o negócio, principalmente em virtude do nível de instrução e situação socioeconômica atual dos moradores.

No que diz respeito ao Parque Nacional Serra da Capivara, a maioria 66% dos entrevistados afirmaram que o Parque Nacional é um dos mais importantes patrimônios culturais da humanidade. Na opinião dos moradores, dentre os principais problemas que afligem o entorno do Parque foram citados: a caça ilegal de animais silvestres, queimadas e a falta de pessoal para fiscalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação às perguntas que nortearam esse trabalho, averiguou-se que a percepção dos moradores sobre atuação da empresa é positiva. A empresa possui uma imagem boa perante a maioria dos moradores. Destaca-se também que dentre as principais ações ou medidas adotadas pela empresa com relação à responsabilidade socioambiental, podemos citar: geração de emprego direto e indireto; incentivo a participação feminina no mercado de trabalho; processo produtivo transparente que não agrediu o meio ambiente e nem a comunidade; conscientização e responsabilidade na preservação do Parque Nacional Serra da Capivara; preservação dos valores e cultura local; racionalização do uso de recursos naturais e fonte de energia; filantropia corporativa; manutenção e conservação de barragens; compromisso com o futuro das crianças e o desenvolvimento infantil.

Observa-se que empresa vem contribuindo para minimizar as dificuldades socioeconômicas da região. A população que vive nessa região são pessoas muito carentes, de baixa renda e com pouca instrução. A maioria cria animais (caprinos, ovinos e suínos) e exploram roças (agricultura subsistência) nos limites atuais do Parque Nacional Serra da Capivara. Assim, devido à exploração dessas ocupações e do perfil socioeconômico dos moradores, às vezes, as comunidades biológicas e o patrimônio do Parque são prejudicados pela caça ilegal de animais silvestres, desmatamento e queimadas. Essa situação se agrava devido ao número insuficiente de pessoas que trabalham na fiscalização da área do Parque.

Além disso, observou-se na pesquisa que a empresa emprega 60 (sessenta) moradores locais, ou seja, muitas famílias têm a sua fonte de renda oriunda das atividades desenvolvida pela empresa. Sendo ainda um negócio sustentável que colabora significativamente para proteger o meio ambiente e conservar o patrimônio histórico do Parque. Constatou-se no trabalho que a maioria da população concorda que a empresa não prejudica o meio ambiente e auxilia na preservação do Parque Nacional. Nas justificativas dos entrevistados foi destacada a importância do Parque como patrimônio da humanidade. Portanto, hoje a maioria dos moradores estão conscientes sobre a importância da preservação do parque e sobre o seu tesouro histórico para humanidade.

Ressalta-se que a empresa poderia destinar um percentual fixo anual da sua receita para ações de capacitação, cursos e aprimoramento dos moradores nas atividades vinculadas ao turismo, que é a área que possui grande potencial na região. Há também a necessidade de uma comunicação mais aberta e transparente sobre o funcionamento da empresa com os moradores, para que seja possível identificar quais são os reais interesses e anseios da população. Pois, ficou evidente que a forma do diálogo proposto pela empresa é considerada insuficiente pelos moradores. A estratégia para minimizar essa falta de comunicação seria realizar reuniões periódicas entre a comunidade, a gestão da empresa e demais segmentos/órgãos interessados da sociedade. Com certeza, a maioria das dúvidas da comunidade seria esclarecida, os moradores poderiam saber quais as medidas estão sendo tomadas e poderiam participar efetivamente da tomar de decisões.

Nota-se que o aspecto “qualidade de vida” da população local não está restrito apenas a empregabilidade, a geração de renda e a preocupação com as questões socioambientais. Mas sim, a um conjunto de atividades e serviços públicos essenciais. Percebe-se que há indagações e críticas de alguns moradores direcionados para a empresa, principalmente em consequência da necessidade de melhoria de alguns serviços básicos como água portátil, saúde, educação, saneamento básico e estradas, não atendido pelo poder público. Estes serviços públicos foram bastante questionados e comentados. Esses anseios dos moradores devem ser avaliados e levados em conta pela gestão da empresa. Contudo, cabe frisar que a empresa não deve substituir o governo ou assumir o papel dos entes públicos. O principal papel da empresa é buscar parcerias/convênios com as esferas/órgãos públicos (Federal, Estadual e

Municipal) para desenvolver políticas públicas que venham atender aos anseios dos moradores que vivem no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara.

Conclui-se que a empresa pesquisada é um exemplo eficiente de como promover novas alternativas econômicas alinhadas com a preservação do ambiente em comunidades socioeconomicamente carentes que vivem no entorno de área de preservação permanente. Um projeto pioneiro, encabeçado pela FUMDHAM, conseguiu aliar sustentabilidade, geração de emprego, preservação ambiental e valorização dos valores culturais locais na região semiárida do Piauí, que é um dos estados mais carentes da nossa federação.

Percebe-se que embora os moradores entendam da importância de preservar área do entorno do Parque, poucos sabem do grande potencial turístico nessa região. Esta conscientização da população pode ser desenvolvida através de parcerias entre a gestão da empresa, os órgãos/setores públicos e as instituições de Ensino Superior (UNIVASF, UESPI, UFPI e IFPI), objetivando buscar iniciativas e incentivos para enfrentar os problemas que afligem esses moradores. Pois é necessário sensibilizar as famílias quanto aos possíveis benefícios econômicos de participarem ativamente das atividades de exploração relacionados ao turismo sustentável na área do entorno do Parque, tais como: opções alternativas de hospedagem, alimentação, transporte, artesanato, ecoturismo, etc.

REFERÊNCIAS

- ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão Socioambiental: Responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Altas, 2009. 242 p.
- ALMEIDA, M. F. L. **Sustentabilidade corporativa, inovação tecnológica e planejamento adaptativo: Dos princípios à ação**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica – PUC-RJ, 2006.
- ANDRADE, José Célio Silveira. **Conflito, cooperação e convenções: A Dimensão Político-Institucional das Estratégias Sócio-Ambientais da Aracruz Celulose S.A. (1990-1999)**. 2001. 422 f. Tese (Doutorado em Administração), Núcleo de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- ASHLEY, Patricia Almeida. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BUSCH, Susanna Erica. **Responsabilidade Socioambiental de Empresas Fornecedoras de Madeira Certificada tipo plantação**. 2008. 302 f. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Pública, Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BURKE, L.; LOGSDON, J. M. How corporate social responsibility pays off. **Long Range Planning**, v. 29, n. 4, p. 495-502, 1996.

- BARNEY J. B. **Firm Resources and Sustained Competitive Advantage**. *Advances in Strategic Management*, v. 17, p. 203-227, 1991.
- CARDOSO, Carlos Cabral. **Comportamento Organizacional e Gestão**. Editora RH: Universidade do Minho, 2006.
- CERTO, S. C.; PETER, J. P. **Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia**. 2 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.
- COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. 2 ed. São Paulo. Edgard Blucher, 2002.
- D'ANTONA, A. O. **O lugar do Parque Nacional no espaço das comunidades dos Lençóis Maranhenses**. Brasília: Ibama, 2000.
- ETHOS VALOR 2002, Prêmio. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2002.
- FERNANDES, R. S. (2008). **Avaliação da percepção ambiental da sociedade frente ao conhecimento da legislação ambiental básica**. In: ENCONTRO LATINO- AMERICANO DE UNIVERSIDADES SUSTENTÁVEIS, 1., 2008, Passo Fundo-RS Anais... Passo Fundo-RS: UPF.
- FERRAZ, Ana Carla Sanches Lopes. **A responsabilidade social como estratégia empresarial de desenvolvimento**. 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Programa de Mestrado em Direito, Universidade de Marília, Marília, 2007.
- FINK A. **Conducting research literature reviews: from paper to the internet**. Thousand Oaks: Sage; 1998.
- FOMBRUN, C. J. e VAN RIEL, C. B. M. **Fame & Fortune: How Successful Companies Build Winning Reputational**. SUA: Prentice Hall, 2004.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- Gomes, K. N. M. **Responsabilidade social das empresas: uma nova postura empresarial - o caso da CST**. In: Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2004. 3.v.
- GRANT R. **The Resource-Based Theory of Competitive Advantage: Implications for Strategy Formulation**, 2001.
- HALL, Richard H.; GALMAN, Roberto. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2004.
- HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. **Creating sustainable value**. *Academy of Management Review*, v. 17, n.2, 2003.
- HOPKINS, Michael. **Defining indicators to assess socially responsible enterprises**. Kidlington: Futures, 1997.
- KELM, M. L.; et al. **Institucionalização das iniciativas socioambientais das organizações: interfaces entre a teoria do desenvolvimento social de Habermas e o isomorfismo da teoria institucional**. *Cad. EBAPE.BR* vol.12 no.spe Rio de Janeiro Aug. 2014
- KOTLER, Philip. **Marketing 3.0: As Forças Que Estão Definindo o Novo Marketing Centrado No Ser Humano**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. Summus Editorial, 2ª edição, 2002.
- LEISINGER, Klaus e SCHIMITT, Karin. **Ética empresarial: responsabilidade negocial e gerenciamento moderno**. Trad. Carlos Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEMOES, Haroldo Mattos de. **Responsabilidade Socioambiental**. Rio de Janeiro: Fgv, 2013.
- nMCINTOSH, Malcon. LEIPZIGER, Deborah. JONES, Keith. COLEMAN, Gill. **Cidadania corporativa: estratégias bem-sucedidas para empresas responsáveis**. Rio de Janeiro, Qualimark, 2001.

- MELAZO, G. C. (2005). **Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano.** Olhares e Trilhas. Uberlândia. 6(6), 45-51
- MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do Terceiro Setor.** Qualitymark: Rio de Janeiro, 1999.
- MOLTENI, M. **The social-competitive innovation pyramid.** Corporate Governance, v. 6, n. 4, 2006.
- NASCIMENTO, Luis F.; LEMOS, Ângela D. da Cunha; MELLO, Maria Celina A. de. **Gestão socioambiental estratégica.** Porto Alegre: Bookman, 2008.
- OLIVEIRA, I. A. **Gestão de conflitos ambientais: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - Praia da Pinheira - SC.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- PALMA, I. R. (2005). **Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental. 2005.** 198 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) — Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Porto Alegre-RS.
- PASA, Carla Regina R. **Modelo de Avaliação da Performance Social Empresarial.** Florianópolis, 2004. 277p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2004.
- PONTES, Elizabeth Cangussú Reis. **A responsabilidade Social das Empresas e a estratégia organizacional: Análise de uma empresa na Amazônia.** 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Programa de Mestrado em Administração, Universidade da Amazônia, Belém, 2011.
- QUEIROZ, Adele. **A utilização de indicadores de responsabilidade social das empresas.** Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001.
- REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Comunicação empresarial / comunicação institucional. Conceitos, estratégias, sistema, estrutura, planejamento e técnicas.** São Paulo: Ed. Summus, 1986.
- RODRIGUES, Maria Cecília Prates. **Ação Social das Empresas privadas: Uma metodologia para avaliação de resultados.** 2004. 267 f. Tese (Doutorado), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2004.
- SAVITZ, S. **A empresa sustentável.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. Título original: The Triple Boltom line. Jossey-Bass, 2006.
- SILVA, J.H.; MAIA, F. B. A. **O turismo no Parque Nacional do Catimbau: avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores.** Turismo Visão e Ação, v. 10, n. 2, p. 204- 200, 2008.
- SILVA, Lisiane Vasconcellos da. **A comunicação e a responsabilidade socioambiental da gerdau e da vale nos portais corporativos: Possibilidades de legitimação da identidade, imagem e reputação.** 2011. 245 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação Social, Faculdade de Comunicação Social, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- SILVA, S. L. **Modelo de gestão da performance social orientada pelos stakeholders.** Florianópolis, 2006. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.
- SOUSA, Ana Carolina Cardoso. **Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável: a incorporação dos conceitos à estratégia empresarial.** 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia, Coordenação dos Programas de

Pós-graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SPINOLA, C. A. **O ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais protegidos: objetivos conflitantes?** Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, ano VIII, n. 13, p. 50-59, 2006.

STEINER, G. A. & MINER, J. B. **Política e estratégia administrativa.** Rio de Janeiro: Interciência, 1997.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração.** Rio de Janeiro: LTC, 1999.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão Socioambiental: Estratégias na nova era da sustentabilidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TACHIAZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.** São Paulo: Atlas, 2002.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em Enfermagem. Uma modalidade convergente-assistencial.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

VERGARA, Sylvia Constante. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1997.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra.** Brasília: UNB, 1997.

**SELEÇÃO DE PESSOAS NA CÂMARA
MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO
NONATO-PI.**

MARLON RIBEIRO DOS SANTOS

NATANAEL SOARES

EVELYN SELIGMANN FEITOSA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Selecionar é muito mais do que só preencher uma vaga é escolher a pessoa mais completa para desempenhar com eficiência e eficácia as atribuições de um determinado cargo.

Para Chiavenato (2010, p.133),

A seleção busca, dentre os vários candidatos recrutados, aqueles que são mais adequados aos cargos existentes na organização, ou às competências necessárias, o processo seletivo visando a manter ou aumentar a eficiência e o desempenho humano, bem como a eficácia da organização. No fundo, está em jogo o capital intelectual da organização que a seleção deve preservar ou enriquecer.

Dessa forma infere-se que os conhecimentos e cuidados que se deve ter com as pessoas numa instituição, seja ela pública ou privada necessita previamente de um saber técnico-científico, conhecimento este que se torna imprescindível para alcançar o sucesso organizacional. As pessoas são o diferencial competitivo neste novo século onde a sapiência e capacidade de julgamento advém das informações adquiridas, e estas (informações) estão cada vez mais acessíveis.

É necessário então que as pessoas possuam cada vez mais conhecimento no desenvolvimento de suas funções, pois segundo Chiavenato (2011, p. 395):

Informação é o conhecimento (não qualquer conhecimento) disponível para uso imediato e que permite orientar a ação, ao reduzir a margem de incerteza que cerca as decisões cotidianas. Na sociedade moderna, a importância da disponibilidade da informação ampla e variada cresce proporcionalmente ao aumento da complexidade da própria sociedade.

Diante desta realidade, percebe-se o quanto se faz necessário nos dias atuais uma seleção de pessoas através de concurso público de provas e títulos, e que na impossibilidade deste, que no mínimo seja através de teste seletivo também de provas e títulos. De modo que, os conteúdos programáticos para a realização do concurso seja compatíveis às atribuições do cargo a ser desempenhadas no cotidiano organizacional.

O referido trabalho tem como objetivo geral discutir sobre a seleção de pessoas na Câmara Municipal de Vereadores de São Raimundo Nonato-PI, e como objetivos específicos: analisar as principais técnicas de seleção de pessoas, compreender através da literatura a importância da seleção de pessoas, além de identificar a técnica mais adequada para a seleção de pessoas da organização estudada. Este estudo se justifica pela importância de compor o poder legislativo de pessoas com habilidades e competências necessárias para apoiar os legisladores nas mais variadas atividades inerentes a este poder, haja vista que este é uma vitrine para as demais casas legislativas da região; pela necessidade de reconhecer na seleção de pessoas uma ferramenta importante para valorizar as pessoas como colaboradores das organizações; no segmento socioeconômico este contribuirá para perceber a necessidade de selecionar as pessoas mais capacitadas; Além disso, no segmento acadêmico acredita-se que a abordagem

da pesquisa sobre a seleção de pessoas na Câmara Municipal de São Raimundo Nonato-PI será uma ferramenta a mais, para aprofundar conhecimentos a cerca da temática.

Detalhadamente os assuntos serão divididos em quatro tópicos de estudo, sendo eles: Gestão Pública, Gestão de Pessoas, Seleção de Pessoas e Contextualização da Câmara Municipal de São Raimundo Nonato - PI.

GESTÃO PÚBLICA

A administração é o ato ou processo de gerir, reger ou governar negócios públicos ou particulares. A palavra administração vem do latim *ad* (direção, tendência para algo) e *minister* (pessoas), e designa o desempenho de tarefas de direção dos assuntos de um grupo. (JESUS, 2013, p 09, grifo nosso)

Segundo Jesus (2013) a origem da administração como ciência é bem recente data do final do século XIX e início do século XX. No entanto já se praticava há milhares de anos atrás o que hoje são chamadas de ‘funções do administrador’, tais como planejamento, organização, controle e etc.

De acordo Chiavenato (2011. p 14, grifo nosso),

Pela sua complexidade, a administração é simultaneamente uma ciência, uma tecnologia e uma arte: **Como ciência:** a administração repousa em fundamentos científicos, em metodologias e em teorias sobre fatos e evidências que são analisadas, experimentadas e testadas na prática cotidiana. Como ciência ela define o que causa o quê, por que causa e quando causa, isto é, as relações de causa e efeito. Em outras palavras, quando uma determinada força fará você andar e quando fará você parar. **Como tecnologia:** a administração utiliza técnicas, modelos, práticas, ferramentas conceituais baseadas em teorias científicas que facilitam a vida do administrador e tornam seu trabalho mais eficaz. E como se mede isso? Através dos resultados. **Como arte:** a administração requer do administrador a leitura de cada situação em uma visão abrangente com intuição e abrangente criativa e inovadora não somente para resolver problemas, mas principalmente para criar, mudar, inovar e transformar as organizações.

Dessa forma, a administração pública segundo (MEIRELLES *apud* BACHTOLD, 2012) vem a ser: todo o aparelhamento do Estado, preordenado a realização de seus serviços, visando a satisfação das necessidades coletivas. Ainda segundo Bachtold (2012) a definição clássica de administração pública: é

o processo de planejamento, organização, direção e controle dos serviços públicos, segundo as normas do direito e da moral, visando ao bem comum. “Nada pode ser politicamente certo se for moralmente errado”. (DANIEL O’CONNEL *apud* BACHTOLD 2012).

GESTÃO DE PESSOAS

Parafraseando Chiavenato (2011), o contexto da Gestão de Pessoas (GP) é formado imprescindivelmente por pessoas (físicas) e organizações, resumindo, as organizações são constituídas de pessoas e dependem destas para atingirem seus objetivos e cumprirem suas missões organizacionais. E para as pessoas, as organizações constituem o meio através do qual elas (pessoas) podem alcançar vários objetivos pessoais, com custo mínimo de tempo, de esforço e de conflito. Dessa forma então “Sem organizações e sem pessoas certamente não haveria a gestão de pessoas” (CHIAVENATO, 2010, p.07).

Chiavenato (2010, p.09) diz que: “GP é a área que constrói talentos por meio de um conjunto integrado de processos e cuida do capital humano das organizações, o elemento fundamental do seu capital intelectual e a base do seu sucesso”.

A gestão de pessoas (GP) é hoje uma evolução: da área de administração de pessoal, das relações industriais, e da administração de recursos humanos (ARH), ou simplesmente área de RH.

Desta forma Oliveira & Medeiros (2008, p. 45, grifo nosso), afirma sobre as nomenclaturas acima que:

A mais moderna delas é a GP, já que a expressão **gestão** parece ser mais nobre do que simplesmente **administração**, alegando que esta última dá uma ideia de trato com coisas materiais e seria muito mais adaptada para, por exemplo, estoques, materiais, finanças e outros tipos de bens físicos.

De uma forma mais simplificada e coloquial pode-se dizer que segundo Chiavenato (2010, p.09, grifo nosso),

Gestão de pessoas (GP): é o conjunto de políticas e práticas necessárias para conduzir os aspectos da posição gerencial relacionados com as ‘pessoas’ ou recursos humanos, incluindo recrutamento, seleção, treinamento, recompensas e avaliação do desempenho.

Pode-se compreender que as pessoas são a mola-mestra dentro do processo produtivo de qualquer organização, seja esta produtora de bens e/ou serviços, pública ou privada.

As pessoas podem aumentar ou reduzir as forças e fraquezas de uma organização, dependendo da maneira como elas são tratadas. Elas podem ser a fonte de sucesso como podem ser a fonte de problemas. É melhor trata-las como fonte de sucesso. Para que os objetivos da GP sejam alcançados, é necessário que as pessoas sejam tratadas como elementos básicos para a eficácia organizacional. (CHIAVENATO 2010, p.11).

SELEÇÃO DE PESSOAS

Infere-se através de Chiavenato (1999) que as organizações modernas sempre necessitam de pessoas, seja para integrar seu quadro de colaboradores, ou para substituir outros que por inúmeras situações venham a se desligar da organização.

Quando elas (organizações) necessitam de 'sangue novo', ou perdem colaboradores, e necessita de agregar novos talentos à organização entra em cena a seleção de pessoas.

Segundo Chiavenato (2010) a seleção de pessoas integra o processo de agregar pessoas para a organização e funciona logo após o recrutamento. Ambos o recrutamento e a seleção fazem parte de um mesmo processo na GP: a introdução de novos elementos humanos (colaboradores) na organização. Enquanto o recrutamento é uma atividade de atração, divulgação e comunicação, portanto, uma atividade tipicamente positiva e convidativa; a seleção é, ao contrario, uma atividade de escolha, de classificação e de decisão e, portanto, restritiva e obstativa.

Segundo Chiavenato (1995), o recrutamento de pessoas se divide em: interno, externo ou misto.

- O recrutamento interno é feito na própria empresa. Quando surge uma vaga, seu preenchimento se dá através de remanejamento de colaboradores, por meio da promoção, transferência ou transferência com promoção. Vale salientar que custa menos para a organização.

- O recrutamento externo é aquele feito fora da organização, ou seja, a organização busca candidatos disponíveis no mercado de rh (MRH), ou que esteja em outra organização.
- O recrutamento misto consiste na busca do candidato internamente na organização, e esta vaga ocupada gerará outra vaga externa para completar o quadro funcional.

Enquanto o objetivo do recrutamento é abastecer o processo seletivo de sua matéria prima básica – os candidatos -, **o objetivo da seleção** é escolher e classificar os candidatos mais adequados às necessidades do cargo e da organização. (CHIAVENATO 2010, p.133, grifo nosso).

Ainda segundo as palavras de Chiavenato (2010), a seleção de pessoas tem por objetivo amplo selecionar a pessoa mais adequada ao cargo ou às competências necessárias para este (no presente e/ou no futuro), de maneira que o colaborador selecionado venha ser eficiente para a organização.

De acordo com Chiavenato (2010) a seleção é um processo de comparação e de decisão onde a organização compara e decide sobre as intenções dos candidatos, e estes por sua vez também comparam as intenções da organização, tendo em vista que os candidatos não são obrigados a aceitarem a vaga.

Infere-se ainda de Carneiro & Lima (s/d), que a seleção de pessoas busca adaptar o colaborador ao cargo, proporcionando a este satisfação e condições para ser eficiente.

Segundo (ROBBINS, 2000 *apud* CARNEIRO & LIMA), selecionar o melhor candidato para a organização não é tarefa fácil, pois prevê – antecipada e planejadamente através de técnicas de seleção – a eficiência de uma pessoa no cargo é algo difícil, com isso a seleção é algo preciso.

Segundo Chiavenato (2010), o processo de seleção de pessoas consiste em comparar duas variáveis que são: os requisitos do cargo (que o cargo exige de seu ocupante) e o perfil dos candidatos:

- Com relação às exigências do cargo – **o que o cargo exige de seu candidato** – esta variável é obtida através da análise e descrição do cargo.

- Com relação às **características do candidato – o que ele possui necessário ao cargo** – esta outra variável é identificada do candidato ao cargo, através da utilização das técnicas adequadas de seleção de pessoas.

Quando as exigências do cargo são maiores do que as características que o candidato possui, este é reprovado para ocupar o cargo. Quando as exigências do cargo são iguais às características que o candidato possui, este é ideal para o cargo, portanto é aprovado para ocupar o cargo. E finalmente quando às características que o candidato possui são superiores as exigências do cargo selecionado este (candidato) que possui características superiores para o cargo, é considerado ‘superdotado’ para ocupar o cargo.

Cada vez mais se tem percebido que nos dias atuais as organizações (públicas ou privadas) tem se utilizado da seleção de pessoas como um mecanismo eficiente e eficaz para agregar os melhores talentos. “E a melhor maneira de fazer isso é focar a seleção na aquisição de competências individuais indispensáveis para o sucesso organizacional” (CHIAVENATO, 2010 p.134).

A seleção de pessoas também é um processo de decisão e escolha, desta forma o órgão de seleção interfere no processo de decisão. E faz isso por meio de um mapeamento das competências necessárias. “Quando estas são localizadas, mapeadas, definidas e certificadas passa a constituir o critério básico de comparação com os candidatos” (CHIAVENATO, 2010 p.143). Depois de identificadas as competências fazem-se necessário a utilização das técnicas de seleção de pessoas, visando minimizar os possíveis erros na escolha, e selecionar o candidato ideal ou o ‘superdotado’ para ocupar o cargo.

TÉCNICAS DE SELEÇÃO DE PESSOAS

As técnicas de seleção permite um rastreamento das características pessoais do candidato através de amostras de seu comportamento. Uma boa técnica de seleção deve ter alguns atributos, como rapidez e confiabilidade. Além disso, ela precisa representar o melhor preditor para um bom desempenho do candidato no cargo futuro. Preditor significa o atributo pelo qual uma técnica de seleção é capaz de prever o comportamento do candidato no cargo a ser ocupado, em função dos resultados que alcançou quando submetido a essa técnica. (CHIAVENATO, 2010 p.143).

Chiavenato (2010) afirma que ao se ter uma análise e descrição do cargo, o passo seguinte é aplicar as técnicas de seleção de pessoas mais adequadas, onde as principais, são elas: entrevistas, provas de conhecimento ou capacidade, testes psicológicos, testes de personalidade e técnicas de simulação.

ENTREVISTA DE SELEÇÃO

Para Chiavenato (2010), a entrevista vem a ser provavelmente a técnica de seleção de pessoas mais utilizada ultimamente pelas organizações na escolha de seus candidatos, e que mesmo a entrevista carecendo de uma base científica, em virtude da sua característica subjetiva, esta vem a ser a técnica que influencia a decisão final sobre o candidato.

A entrevista é mais uma das técnicas por meio do qual se pode comparar as exigências do cargo com as características do candidato, através de informações e/ou percepção de informações colhidas subjetivamente pelo entrevistador.

PROVAS DE CONHECIMENTO OU DE CAPACIDADE

Segundo Chiavenato (2010) as provas de conhecimento ou capacidade mensuram o grau de conhecimento do candidato acerca dos assuntos abordados, - sejam eles teóricos ou práticos - assuntos estes que são de fundamental importância para o candidato se sobressair de maneira eficiente quando vier a ocupar efetivamente o cargo.

Há uma enorme variedade de provas de conhecimento e de capacidade. Daí a necessidade de classifica-las conjuntamente quanto à forma de aplicação, abrangência e à organização:

- Quanto à forma de aplicação podem ser: orais, escritas ou de realização.
- Quanto à abrangência: gerais ou específicas.
- Quanto à organização: tradicionais e objetivas (estas denominadas de testes).

Em decorrência de sua enorme variedade, as provas de conhecimento ou de capacidade são classificadas quanto à sua forma de aplicação (provas orais, escritas e provas de realização), quanto à sua abrangência (provas gerais ou provas específicas) e quanto à organização (provas tradicionais ou provas objetivas). (CHIAVENATO, 2010, p. 150).

Em razão da organização estudada se tratar de uma organização pública da administração direta do poder legislativo municipal esta é legalmente obrigada a selecionar pessoas através de concurso público de provas e/ou títulos,

salvo algumas exceções como nos cargos comissionados previstos em lei, e contratações temporárias.

Percebe-se através de entrevistas e questionários feitos aos servidores da Câmara, que a técnica de seleção de pessoas utilizada na Câmara Municipal de Vereadores de São Raimundo Nonato-PI foi a aplicação de provas de conhecimento, agrupadas: quanto à forma de aplicação foi escrita; quanto à abrangência foi gerais e específicas; quanto à organização foi objetiva com itens de teste de múltipla escolha.

TESTES PSICOLÓGICOS

Os testes psicológicos constituem uma medida objetiva e estandarizada de uma amostra do comportamento no que se refere a aptidões das pessoas. São utilizados como medida de desempenho e se baseiam em amostras estatísticas de comparação, sendo aplicados sob condições padronizadas. (CHIAVENATO 2010, p. 151).

Chiavenato (2010), diz que a técnica de seleção que consiste nos testes psicológicos dos candidatos tendo por objetivo identificar aptidões inerentes ao candidato avaliado, aptidões estas necessárias que serão desenvolvidas quando requeridas em determinadas situações futuras.

TESTES DE PERSONALIDADE

Para Chiavenato (2010), os testes de personalidade detectam o perfil, características e traços permanentes das pessoas selecionadas, é algo incomum de cada ser, associado ao caráter e ao temperamento.

Pelo seu alto custo de aplicação os testes de inventário de personalidades são pouco utilizados, apenas em casos especiais, ou quando justificados como é o caso de cargos de alto nível, a exemplo dos executivos.

TÉCNICAS DE SIMULAÇÃO

Para Chiavenato, (2010) as técnicas de simulação passam a centrar o tratamento em grupo em detrimento do tratamento individual e isolado (mas o individual e isolado ainda existe), substitui o método verbal pela interação social entre os envolvidos. Esta técnica parte de um drama [situação/problema] que será reconstituído pelas pessoas em cima de um palco (ou espaço adequado) no contexto presente, no aqui e agora, onde será analisada a atuação dos participantes diante da situação existente no mais próximo possível do real.

Segundo Chiavenato (2010), as técnicas de simulação é uma ferramenta a mais para se prevê hoje (através de uma vivência dramatizada) as competências, habilidades, comportamentos e atitudes necessárias ao cargo e à organização em uma situação específica no futuro. Porém esta técnica requer a avaliação do profissional psicólogo.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI

A organização em estudo trata-se de uma pessoa jurídica de direito público, prevista constitucionalmente para exercício do seu poder de legislar no âmbito do município de São Raimundo Nonato-PI.

A Câmara Municipal de São Raimundo Nonato-PI está localizada em sede própria no Edifício Vereador Carlino de Santana Ribeiro na rua Frade Macêdo, 1036 no bairro Aldeia do referido município. Segue foto abaixo.

Figura 1: Câmara de Vereadores de São Raimundo Nonato-PI



Fonte: portalserradacapivara.com.br, ano 2014

Atualmente seu plenário é composto por 13 vereadores, sendo a mesa diretora composta por: presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário.

O poder legislativo municipal adota o regime de trabalho celetista (proposto pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas), com registro do

empregado público na CTPS–Carteira de Trabalho e Previdência Social. Possui plano de carreira dos servidores bem básico precisando ser melhorado. Seu quadro é composto por 12 (doze) colaboradores em cargo de provimento efetivo e mais 02 (dois) cargos comissionados, além de algumas pessoas contratadas temporariamente (quando necessário).

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos deste artigo foi realizado um Estudo de Caso na Câmara de Vereadores de São Raimundo Nonato-PI, com a revisão de literatura em livros, artigos, sites, periódicos de autores que discutem sobre gestão pública, gestão de pessoas e seleção de pessoas.

Foi realizada ainda a aplicação de questionários e entrevistas à servidores da Câmara Municipal de São Raimundo Nonato-PI.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Pôde-se perceber através das entrevistas e questionários aos colaboradores da Câmara Municipal de Vereadores de São Raimundo Nonato-PI, que a organização possui 12 colaboradores detentores de cargo efetivo, sendo que 01 servidor detentor de cargo efetivo ocupa ainda 01 cargo comissionado e 02 unicamente detentores de cargo comissionados. Sendo que os 12 empregados públicos (nomenclatura ainda utilizada pelo sistema contábil) foram selecionados através de concurso público de provas e títulos, sendo desta forma utilizada apenas uma das técnicas de seleção de pessoas (provas de conhecimento e capacidade), Todavia uma única técnica de seleção de pessoas a ser utilizada (como é o caso em estudo), torna a seleção de pessoas com uma probabilidade grande desta [seleção] se tornar ineficiente, pois segundo (BALERINI, 2003 *apud* GROSS & LIMA, 2014), uma única técnica de seleção é insuficiente para selecionar o melhor candidato à vaga, pois estas técnicas se complementam para se ter uma análise melhor.

Com relação aos cargos unicamente comissionados (Diretor Geral e Tesoureiro) estes são ocupados sem utilização de seleção técnica.

Tabela 1: Quantidade de empregados públicos concursados entrevistados

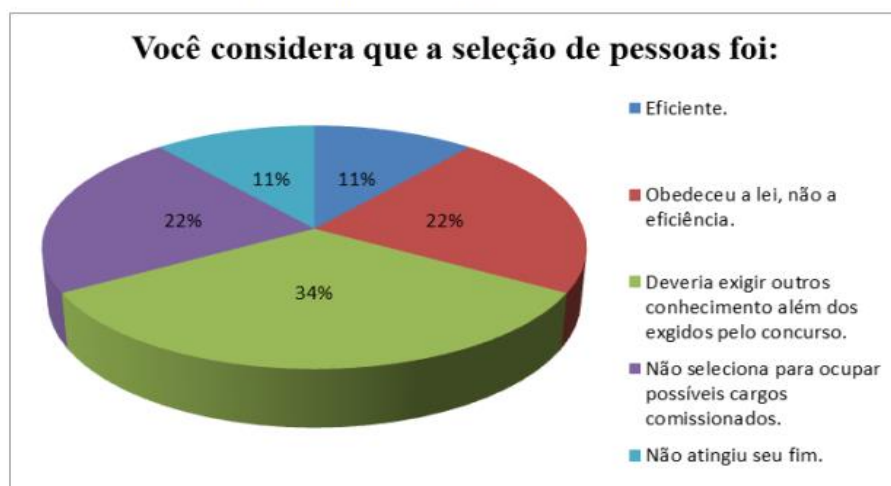
Quantidade de empregados públicos concursados entrevistados	
Entrevistados	50%
Não entrevistados	50%

Fonte: Os autores, ano 2016.

De acordo com os dados colhidos foram entrevistados 06 (seis) empregados públicos concursados de um total de 12 (doze), ou seja, 50%, (conforme mostrado na tabela 01, acima). E entre servidores comissionados foi entrevistado 01 (um) de um total de 02 (dois), totalizando 50%.

Por unanimidade todos os empregados públicos entrevistados afirmaram através de questionários que a seleção de pessoas (concurso público de provas e títulos) pela qual eles ingressaram no serviço público, exigiu conhecimentos que contribui para um bom desempenho das atribuições do cargo. No entanto na perspectiva dos entrevistados foi constatado que: 34% consideram que deveria exigir outros conhecimentos, além dos exigidos pelo concurso público, uma vez que para a prática das funções inerentes ao cargo necessita de outros conhecimentos; constata-se ainda que 22% consideram que o concurso obedeceu a lei, não a eficiência; e que também 22% consideraram que o concurso foi eficiente; 11% disseram que o concurso não atingiu seu fim; e os outros 11% responderam que o concurso público não seleciona para ocupar possíveis cargos comissionados. (Veja o gráfico 01, logo abaixo).

Gráfico 1: Pergunta: Você considera que a seleção de pessoas foi:



Fonte: Os autores, 2014.

De acordo com o conhecimento da literatura técnica de seleção de pessoas e com as entrevistas e questionários aplicados, observa-se que das cinco técnicas

mais comuns de seleção de pessoas a Câmara Municipal de Vereadores de São Raimundo Nonato-PI, utilizou apenas uma. E constatou-se por meio das entrevistas e dos questionários que na perspectiva dos empregados públicos em estudo, estes consideram que os conhecimentos exigidos no concurso público pelo qual os mesmos ingressaram no serviço público não são suficientes para o bom desempenho de suas funções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações atuais sejam públicas ou privadas estão em constante mudança, seja tecnológica, intelectual, ou estrutural, dessa forma são as **pessoas** tidas como **talentos** que constituem seu maior patrimônio, e o diferencial competitivo. Neste século serão exigidos das pessoas capacidades, habilidades e atitudes nunca antes tão necessárias: ideias, conhecimento, inovação, criatividade, liderança, sinergia, trabalho em equipe, flexibilidade, dinamismo, iniciativa, planejamento e responsabilidade social, sendo hoje a GP uma área estratégica. Todas estas características serão identificadas pela seleção de pessoas, caso esta se utilize das técnicas de seleção mais adequadas, o que antes necessitará de um planejamento criterioso em relação à identificação das competências essenciais ao cargo, à organização, a realização de uma análise do perfil do cargo e escolha das técnicas de seleção mais adequadas.

Conclui-se que o concurso público é o meio mais indicado para selecionar pessoas no serviço público, porém a literatura sugere que a seleção deve utilizar conjuntamente mais de uma técnica de seleção de pessoas. Observa-se que a Câmara utilizou apenas uma técnica (provas de conhecimento e capacidade), onde na perspectiva dos entrevistados os conhecimentos específicos não englobaram todas as necessidades que o cargo requer, e não selecionou para ocupar possíveis cargos comissionados e funções gratificadas.

Dessa forma pode-se sugerir amparado pela literatura que a organização deva utilizar nas próximas seleções um maior número de questões de conhecimentos específicos que abrange todo o conhecimento necessário para o cargo e para ocupar possíveis cargos comissionados ou funções gratificadas.

Através do processo de agregar talentos a organização ditará seu futuro, o sucesso ou o fracasso!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de Projetos, TCC, Dissertação e tese: Uma abordagem simples, prática e objetiva.** São Paulo: Atlas 2011 (80 p.)

BACHTOLD, Ciro. **Noções de Administração Pública.** Curitiba: IFPR, 2012. 135p.

BRÍTO Antônia Edna. **Fundamentos Teóricos-Metodológicos da Pesquisa I.** Teresina. UFPI/UAPI, 2009, p. 44-50

CARNEIRO, Ângela Patrícia Linard; LIMA, Ildevania Felix de. (s/d). Artigo. *Gestão de Pessoas na Administração Pública: pessoas competentes, melhores resultados.* Disponível em: <
http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.php?idc_cad=mbudxgmua > acesso em: 02 de ago. de 2014 às 21h e 02min.

COSTA, Érico da Silva. **Gestão de Pessoas.** Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração – 8ª. ed.**

Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

_____. **Gestão de Pessoas.** 16. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal: como agregar talentos à empresa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 579 p

_____. **Recursos humanos: edição compacta.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995. 525 p

GROSS, Ronita; LIMA, Júlio Sérgio de. *Seleção de pessoal: O desafio de agregar talentos à organização.* ICPG. Disponível em: <
<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev04-05.pdf> > acesso em 15 de ago. de 2014.

<http://www.tudosobremonografia.com/2011/02/como-fazer-paginacao-no-word-20072010.html> acesso em 27/09/2014 às 06:29

JESUS, Vivaldo Pereira. **Administração Pública.** São Paulo: Central de Concursos, 2013. 192p.

OLIVEIRA, José Arimatés de; MEDEIROS, Maria da Penha Machado de. **Gestão de Pessoas.** UAB, 2008.

SILVA, Antonio Carlos Oliveira. **Manual de Elaboração e Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso - UFPI/UAPI/PNAP.** 2014. 20p.

